UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

PABLO NABARRETE BASTOS

MARCHA DIALÉTICA DO MST

Formação política entre campo e cidade

São Paulo

2015

PABLO NABARRETE BASTOS

MARCHA DIALÉTICA DO MST

Formação política entre campo e cidade

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação. Área de concentração: Interfaces Sociais da Comunicação. Linha de pesquisa: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Celso Frederico

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

BASTOS, Pablo Nabarrete.

Marcha dialética do MST: formação política entre campo e cidade / Pablo Nabarrete Bastos; orientador Celso Frederico - São Paulo, 2015.

218 f. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2015.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2. Formação Política. 3. Hegemonia. 4. Campo e cidade.

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Marcha dialética do MST**: formação política entre campo e cidade. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Nada mais justo do que iniciar os agradecimentos, finda esta travessia acadêmica, intelectual e política de quatro anos de doutorado, recordando e saudando aqueles que são os principais responsáveis por eu escrever essas linhas: minha mãe, Sonia Regina Nabarrete, e meu pai, Luiz Carlos Baraldi Bastos. Foram eles que primeiramente me proporcionaram o exemplo de valores como o respeito às pessoas e a justiça social, que tanto cultivo e alimento no trabalho e na vida. Agradeço também a minha mãe pela revisão do texto. Agradeço também a minha irmã, Marina Nabarrete, pela grande mulher que é, além de parceira e aliada nas conversas e discussões intelectuais e políticas. Aos amigos e amigas de sempre, irmãos e irmãs de vida. Para concluir os agradecimentos do espaço íntimo, agradeço ao verdadeiro amor da minha vida, amiga, parceira e mulher companheira de todas as horas, Flávia Soares Berti. Por tudo que representa na minha vida, pela paciência e companheirismo ao entender e me apoiar em tantos finais de semana, feriados e férias, pesquisando, lendo e escrevendo, nessa tarefa intelectual, política e de vida. Agradeço também a sua família, Rosana, Vagner, Paula e todos mais, que já são também minha família. Agradeço à Paula também pelo *abstract*.

Agradeço ao orientador Celso Frederico, intelectual sério e comprometido com a ciência marxiana e a classe trabalhadora, por também ter escolhido trabalharmos juntos. Ao Luiz Roberto Alves, pelo exemplo intelectual e político, por tudo que me ensinou desde as primeiras conversas, quando optei pela vida acadêmica, no início dos anos 2000. Pela disciplina “Comunicação e Cultura Popular e Alternativa”, que cursei na ECA, dez anos atrás, e pelas arguições do Exame de Qualificação deste doutorado. Agradeço ao Luiz pelas contribuições sempre profundamente políticas e afetivas. À Marta Inez Medeiros Marques, pela excelente disciplina “Vida Cotidiana, Espaço e Reprodução Social da Classe Trabalhadora sob o Capitalismo”, que cursei no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH-USP. Ali, pude conhecer muitos autores e perspectivas adotadas nessa tese. Agradeço também pelas profícuas arguições no Exame de Qualificação. Foram fundamentais para o rumo que a pesquisa ganhou desde então. Aos três citados, os resultados que não consegui são minha responsabilidade, devido às condições de produção desta tese, em meio a intenso trabalho acadêmico, como professor e coordenador.

À Solange Martins Couceiro de Lima, pela orientação da Dissertação de Mestrado sobre o Movimento Hip Hop do ABC Paulista, início da minha trajetória acadêmica. Ao Adilson Citelli, pela primeira disciplina que cursei no doutorado, ainda em 2010, “Processos de Linguagem em Comunicação e Educação”. À Eclea Bosi, pela disciplina “Cultura e Memória Social: a História Oral”, com aulas que foram sempre uma lição de história, memória, cultura, trabalho e amor pelas pessoas. Agradeço também a todos os trabalhadores da USP e da ECA, especialmente à Secrataria do Programa de Pós-Graduação da ECA-USP.

Agradeço a todos os colegas da Uninove pelo contínuo aprendizado nessa tarefa amorosa, trabalhosa, acadêmica, intelectual e política de educar e ser educado. Agradeço à instituição de forma geral, onde iniciei minha carreira como professor universitário, em 2009, e onde aprendo trabalhando com o que tenho verdadeira paixão: a educação.

Agradeço finalmente a todas as mulheres, crianças, jovens e homens do MST pelo compartilhamento de suas histórias de vida, experiências, aprendizados, memórias, culturas, pela dedicação do espaço e tempo concedidos para que essa tese pudesse ser realizada. Agradeço pela pedagogia do exemplo que tanto prezam e inspiram a luta pelos trabalhadores, pelas pessoas, por um mundo mais ético, justo, humano, socialista. A todas e todos os trabalhadores da Brigada Apolônio de Carvalho, militantes e educadores da ENFF, pelo exemplo de vida e de militância dedicados à educação libertadora.

A eles e elas, sem-terra, a seu inconformismo, à sua determinaão de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua. A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível.

Paulo Freire, Pedagogia da indignação, 2000.

Aos poucos, nos vaivéns da história, os trabalhadores da cidade e do campo se constituem em forças sociais com potencial revolucionário. Mais que isso, o potencial revolucionário do campo pode impulsionar a cidade. Em muitos casos, os trabalhadores rurais e urbanos não só estão em contato, mas mesclam-se e confundem-se.

Octavio Ianni, A ideia de Brasil Moderno, 2004.

Nossa Força resgatada pela chama

Da esperança no triunfo que virá

Forjaremos desta luta com certeza

Pátria livre operária camponesa

Nossa estrela enfim triunfará!

Refrão:

Vem, lutemos punho erguido

Nossa Força nos leva a edificar

Nossa Pátria livre e forte

Construída pelo poder popular.

Trecho final do hino do MST. Letra: Ademar Bogo. Música: Willy C. de Oliveira.

Resumo

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Marcha dialética do MST**: formação política entre campo e cidade. 2015. 218 f. - Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O objetivo desta tese é compreender como se desenvolve historicamente a relação e articulação política entre o MST e a cidade, entre trabalhadores rurais e urbanos na luta pela hegemonia popular, a hegemonia da classe trabalhadora. E o que representa esta articulação para a formação, a força, a prática e luta política dos Sem Terra. O que implica compreender a capacidade dialógica do MST, a disposição e intencionalidade pedagógica e comunicativa para as alianças políticas e de classe com o trabalhador urbano e suas instâncias de organização. A pesquisa identificou quatro principais níveis de luta: hegemonia do/no espaço social, hegemonia da/na arte e cultura, hegemonia da/na comunicação e hegemonia da/na educação. O espaço de pesquisa dessa tese é o espaço entre o campo e a cidade, com foco no eixo metropolitano do MST, no Estado de São Paulo. O foco é o espaço da fronteira política, lugar da alteridade, de encontro, desencontro e contradição, onde há maior potencial para o desdobramento da comunicação política emancipatória, para a integração crítica e a luta contra-hegemônica, desde que reconhecido este espaço comum de comarginalidade. A situação de comargilalidade é concreta, mas exige mediação política dos trabalhadores do campo e da cidade para que se configurem as alianças. Por isso o trabalho estratégico das organizações e movimentos como o MST. A pesquisa utiliza o método dialético e são aplicadas técnicas qualitativas, entrevistas semiestruturadas, com os dirigentes e militantes, e também pesquisa antropológica em visitas à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). A ENFF, localizada no bairro de Parateí, município de Guararema, Estado de São Paulo, é o principal espaço de formação política dos movimentos sociais da América Latina. Constitui também espaço estratégico para a formação, comunicação e socialização política entre a classe trabalhadora do campo e da cidade.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); formação política; hegemonia; campo e cidade.

Abstract

BASTOS, Pablo Nabarrete. **MST dialectical march: political education between country and city**. 218 f. - Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This paper goal is to understand how the political relationship between the Movement of Landless Rural Workers –MST and the city and between rural and urban workers, in the struggle for popular hegemony, the hegemony of the working class, are historically developed. We also seek to show what this articulation represents to the constitution, strength and landless workers' political struggle. This implies understanding the dialogic capacity of the MST, its disposal, educational and communicative intentionality to the working class and political alliances with the urban workers and their organizational bodies. Our research identified four main levels of struggle: the hegemony / social space, hegemony of / in art and culture, hegemony / communication and hegemony of / in education. The research's space is the one between the countryside and the city, focusing on metropolitan MST axis, in São Paulo. The focus is the space of political boundaries, place of otherness, disagreement and conflict, where there is greater potential for the deployment of emancipatory political communication, for critical integration and counter-hegemonic struggle, since recognized this common space of co-marginality. The co-marginality situation is real, but it requires political mediation of rural workers and the city so that they can build alliances. So the strategic work of the organizations and movements like the MST. This research uses the dialectical method and applied qualitative techniques, semi-structured interviews with leaders and activists, as well as anthropological research, visits to the National School Florestan Fernandes (ENFF). ENFF, located in Parateí neighborhood, city of Guararema, São Paulo state, is the main area of political formation of social movements in Latin America. It is also a strategic space for education, communication and political socialization among the rural and urban working class.

Keywords: Movement of Landless Rural Workers (MST); political education; hegemony; rural and urban.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reprodução da capa e contracapa do CD Militante da Terra, do grupo Veneno H2. 117
Figura 2 – Reprodução da “CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA”..... 152
Figura 3 – Reprodução da capa da edição 35 do Boletim Sem Terra 156
Figura 4 – Reprodução da capa da edição 41 do JST..... 159
Figura 5 – Reprodução da capa da edição 91 do JST..... 164
Figura 6 – Reprodução da CARTA AO POVO DA CIDADE – 3º Congresso Nacional do MST, 1995 172
Figura 7 – Reprodução da “Carta aos brasileiros” – JST, nº 158, maio de 1996..... 178
Figura 8 – Imagem de visita monitorada às instalações da ENFF 197
Figura 9 – Graffiti no muro de entrada da ENFF..... 200
Figura 10 – Mística presente na sala de aula..... 204

LISTA DE SIGLAS

AAENFF - Associação Nacional dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio

ABEEF – Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ALBA – Aliança Bolivariana das Américas

ALN – Ação Libertadora Nacional

CIMI – Comissão Indígena Missionária

CLOC – Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo

CMP – Central dos Movimentos Populares

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura

CPP – Coordenação Política Pedagógica

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

Diap - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

ECA – Escola de Comunicações e Artes

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

Itesp - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

JST – Jornal Sem Terra

JUC - Juventude Universitária Cristã

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMPT - Movimento Moradia Para Todos

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MNU – Movimento Negro Unificado

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCI – Partido Comunista Italiano

PJR – Pastoral da Juventude Rural

PMDB - Partido do Movimento Democrático pelo Brasil

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PSP – Partido Socialista do Peru

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDR – União Democrática Ruralista

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UJS – União da Juventude Socialista

UNAG - Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos

UNE – União Nacional dos Estudantes

Uneafro - União de Núcleos de Educação Popular para Negroas/as e Classe Trabalhadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

1. MST E A LUTA POLÍTICA ENTRE CAMPO E CIDADE 25

1.1 Hegemonia entre campo e cidade 30

1.2 Permanência e historicidade de conceitos e relações entre campo e cidade..... 33

1.3 Uma perspectiva latino-americana 43

2. MST E A LUTA PELA HEGEMONIA: O POPULAR COMO SÍNTESE 54

2.1 Características e níveis da luta pela hegemonia 58

2.2 Hegemonia do/no espaço..... 76

2.3 Hegemonia da/na arte e cultura 87

2.3.1 Setor de Cultura do MST: o debate entre tradição e modernidade 90

2.3.2 Rap da roça 103

2.4 Hegemonia da/na comunicação e socialização política 129

2.4.1 MST e a cidade: comunicação e socialização política até 1995 142

2.4.2 MST e a cidade: comunicação e socialização política de 1995 a 1999 165

2.4.3 MST e a cidade: comunicação e socialização política de 2000 a 2014 181

2.4.4 Hegemonia da/na educação 186

3. ENFF: FORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA 192

3.1 As visitas à ENFF 197

3.2 Núcleos de Estudo..... 202

3.3 V Turma de Teoria Política e Organizações Sociais do Brasil..... 203

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 206

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 211

INTRODUÇÃO

Em marcha contínua há 30 anos, lutando por terra, reforma agrária e mudanças sociais, com o socialismo como horizonte social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) possui relação dialética com a cidade e o trabalhador urbano. Essa relação estruturada/estruturante se concretiza em quatro principais níveis de luta interligados dialeticamente: produção do espaço, comunicação/socialização política, produção/mediação cultural e artística e educação/formação. Esses níveis constituem campos de luta pela hegemonia centrais para a formação política do MST. Hegemonia concebida fundamentalmente a partir do conceito primário formulado por Lênin e desenvolvido posteriormente por Gramsci: de aliança de classe e unidade política-ideológica-moral entre a classe trabalhadora, operários e camponeses, formação política e popular necessária para a construção do socialismo. Não obstante, para haver essa aliança de classe operário-camponesa, é preciso a identificação, união e luta contra a classe que oprime, explora e expropria. Desse modo, as classes em luta precisam compreender o processo hegemônico na sua amplitude. A compreensão de como a burguesia se constitui e se reproduz enquanto bloco de poder, como seu aparato hegemônico imiscui-se na sociedade civil por meio das forças coercitivas e educadoras do Estado, dos aparelhos privados de cultura, educação e comunicação da sociedade civil. O processo de significação entre a classe trabalhadora acerca do sentido de classe, o processo pedagógico que cola o signo ao referente é a luta política. A formação política pressupõe que as instâncias de organização e luta da classe trabalhadora, seja partido político ou movimento social, sejam inteligíveis e comunicáveis entre si, o que somente o caráter pedagógico e integrador da luta política, a educação universalizante e a linguagem da contradição, a linguagem da teoria crítica (DEBORD, 2003, § 204), podem proporcionar.

O objetivo desta tese é compreender como se desenvolve historicamente a relação e articulação política entre o MST e a cidade, entre trabalhadores rurais e urbanos na luta pela hegemonia popular, a hegemonia da classe trabalhadora. E o que representa esta relação para a formação, a força, a prática e luta política dos Sem Terra[1]. O que implica compreender a capacidade dialógica do MST, a disposição e intencionalidade pedagógica e comunicativa

[1] Sem Terra em maiúsculo, nome próprio, refere-se aos militantes do MST, enquanto sem-terra é designação genérica do trabalhador rural desprovido de terra, conforme autores que são referência para esta tese (CADART, 2004; FERNANDES, 1999).

para as alianças políticas e de classe com o trabalhador urbano e suas instâncias de organização. A pesquisa identifica quatro principais níveis de luta pela hegemonia: hegemonia do/no espaço social, hegemonia da/na comunicação, da/na arte e cultura e hegemonia da/na educação. O espaço de pesquisa dessa tese é o espaço entre campo e cidade, com foco no eixo metropolitano do MST no Estado de São Paulo. O eixo metropolitano é composto por ocupações, acampamentos, assentamentos e escolas situados na Grande São Paulo, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto e Campinas. O foco recai no espaço de fronteira política, lugar da alteridade, de encontro, desencontro e contradição, onde há maior potencial para o desdobramento da comunicação política emancipatória, para a integração crítica e a luta contra-hegemônica, desde que reconhecido este espaço comum de comarginalidade. A situação de comargilalidade é concreta, mas exige mediação política dos trabalhadores do campo e da cidade para que se configurem as alianças. Por isso o trabalho estratégico das organizações, como o MST, e a luta pela hegemonia do/no espaço, da/na comunicação, da/arte e cultura e da/na educação.

O MST possui relação dialética com a cidade, porque a relação campo-cidade é dialética: unidade da diversidade formada com a reprodução ampliada do capital, territorialmente desigual. Campo e cidade originam-se historicamente como espaços distintos, em alguns aspectos antagônicos, no processo de divisão do trabalho. Ainda na Antiguidade, quando se constitui a propriedade privada imobiliária, já há oposição entre campo e cidade (MARX, 2012, p. 47). Com o avanço das forças produtivas e as decorrentes alterações nas relações de produção, há também mudanças na divisão do trabalho, nas características, interações, conflitos e relações entre campo e cidade. Em momentos históricos de aceleração no avanço das forças produtivas, esse processo se concretiza mais intensamente. Como ocorre nos anos 1960 e 1970, com a intensa modernização capitalista do campo, a chamada “Revolução Verde”, que implementa insumos agroquímicos de origem industrial e intensifica a mecanização, transformando o espaço social do campo e criando as condições socioeconômicas para o surgimento do MST, primeiramente no sul do país. E, mais recentemente, na virada do milênio, com o crescimento do agronegócio, fase compreendida como uma segunda “Revolução Verde”, ainda mais intensa, a realização do neoliberalismo e do capital financeiro no campo. Nesses momentos históricos de profundas transformações nas técnicas de produção, há impactos nas relações de produção, ou seja, na luta de classes, que ensejam outros arranjos e relações de classe entre campo e cidade. Nesse ínterim, o MST enfrenta um dos momentos históricos mais difíceis desde o processo de redemocratização do

país, na luta contra o bloco de poder: a aliança de classe entre o capital financeiro internacional, as transnacionais do agronegócio, poucas empresas que controlam toda a cadeia produtiva do setor, os grandes fazendeiros nacionais e os conglomerados de mídia. Formam bloco de poder hegemônico na agricultura, no Estado, na sociedade, campo e cidade. Esse processo tem impactos nas relações entre MST e cidade, entre a classe trabalhadora rural e urbana. O maior desafio do MST nesse momento histórico é convencer a população urbana de que o agronegócio não é apenas prejudicial ao trabalhador rural, para o campo, que suas contradições ambientais, sociais, econômicas, políticas, na saúde e na alimentação também prejudicam o trabalhador urbano e a vida na cidade.

Outro aspecto é a relação política que o MST desenvolve com a cidade, o modo como costura suas experiências, diálogos e memórias de luta no processo de identificação e diferenciação com o espaço urbano, o que também ocorre dialeticamente. De maneira geral, para o trabalhador rural, a cidade é a representação do mal, do inferno, lugar da miséria, do abandono, isolamento, desemprego, miséria, violência e exploração, enquanto o campo é o lugar da família, do acolhimento, do trabalho, do alimento, da felicidade, do bem, de Deus. Nessa dicotomia, a cidade representa a modernidade capitalista, enquanto o campo é o porto seguro, imagem e referência da tradição camponesa que pode representar um salto moderno para o futuro, na convivência harmônica com a natureza e o território natural, a partir de um projeto concreto de desenvolvimento ancorado na matriz agroecológica: a Reforma Agrária Popular, projeto popular proposto pelo MST. Coexiste nas narrativas do MST a negação da cidade enquanto possibilidade de destino, de futuro, e a afirmação da cidade, no presente, enquanto caminho político para o destino camponês, como mediação política necessária para o trabalhador rural permanecer no campo, para um projeto popular de desenvolvimento do campo, o que está dialeticamente ligado a um projeto popular para a cidade.

Esta tese nasce da inquietude com a presença do rural no urbano e vai buscar a presença do urbano no rural, suas inter-relações e possibilidades de encontro cultural e político. Nasce da cidade, vai para o campo e volta para a cidade ainda em busca deste encontro, da possível integração crítica. Geralmente, quando se fala da presença do rural no urbano, inclusive nas narrativas do MST, a referência são elementos relacionados à imagem da tradição camponesa que permanecem culturalmente entre os migrantes do campo: o apego à terra, à natureza, a solidariedade, companheirismo, a cultura popular, a simplicidade e humildade do camponês etc. Elementos culturais e valores são enaltecidos como laços simbólicos que podem trazer estes migrantes de volta à terra, às raízes, ao campo, à sua

origem. Por outro lado, quando se aborda a presença do urbano no rural, a referência são elementos da modernidade capitalista: redes de comunicações, transportes, tecnologia, um conjunto maior de mediações entre o homem e o território natural. Embora também possamos encontrar a presença de mediações culturais e pedagógicas na relação entre o trabalhador rural e a natureza, o homem e o campo, mesmo em espaços sem muita infraestrutura. Entretanto, a presença do rural no urbano, o lampejo que animou esta tese foi o momento em que flagramos a presença do MST como referência de organização e comunicação política para um movimento social eminentemente urbano: o Movimento Hip Hop do ABC Paulista, em pesquisa de campo com este movimento, realizada em 2006.

Em entrevista com Marcelo Buraco, coordenador nacional da entidade Nação Hip Hop Brasil, que desenvolve trabalho de formação cultural e política em nível nacional, com centralidade na questão da luta de classes, com posições anticapitalistas, o dirigente nos revelou que a forma de organização e a estratégia de luta da entidade eram baseadas no modo de organização do MST. A estrutura organizacional da Nação Hip Hop Brasil é inspirada no modo de organização do MST: Direção Nacional, Diretorias Executivas e Secretarias: Finanças, Organização Geral, Comunicação, Formação, Cultura, Esportes, Gênero, Raça, Moradia e Secretaria de Núcleos. Os núcleos da Nação Hip Hop Brasil estão nos bairros e regiões, por isso a importância da Secretaria de Núcleos, pois nessas localidades são identificadas as grandes demandas por infraestrutura, desde habitação, saneamento, saúde, educação. Nesses Núcleos são feitas parcerias com associações de moradores, com quem discutem as demandas do bairro, os locais de moradia, as ações e o espaço para as práticas sociais e culturais do Movimento Hip Hop. Além disso, afirmou que a Nação Hip Hop Brasil é uma “entidade de movimento”, sem existência jurídica, o que proporciona maior liberdade para o enfrentamento político, sem risco de acusações e processos legais contra o movimento. É flagrante a similaridade com o modo de organização e luta do MST.

Conquanto o MST não tenha inventado esse modo de organização, que é fruto da sua base de apoio, das referências de partidos políticos e centrais sindicais, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que surgiram no mesmo processo e momento político que o MST, de redemocratização do país, a cultura política da Nação Hip Hop Brasil é creditada à influência do MST. Ou seja, embora não tenha inventado este modelo, a força política da imagem do MST, da sua luta, mesmo que mediada em grande parte pelos meios de comunicação de massa, faz com que o Movimento seja referência de organização, atuação e comunicação política também no ambiente urbano, ao menos para

aqueles que se identificam com a radicalidade da sua luta política. Destaca-se que essa entrevista se deu em momento histórico, no qual o MST não possuía mais a mesma força política junto aos movimentos sociais e à esquerda nacional, como havia no final dos anos 1990, quando se projetou como sujeito político nacional e conquistou hegemonia nas lutas políticas de esquerda.

Com o avanço da pesquisa, outras questões surgiram e o desenvolvimento teórico, problemática, os objetivos e hipóteses foram gestados. Importante constatar que, mesmo não havendo aliança política, muito menos de classe entre os movimentos citados, a relação do MST com o Hip Hop não é algo fortuito, isolado, pontual, porque a aproximação está relacionada à intencionalidade comunicativa e pedagógica do MST com outras organizações da classe trabalhadora, com a cidade e o trabalhador urbano, que existe desde o seu nascimento. Embora, como podemos identificar, há também limitações políticas e culturais nessa dialogia. Desde a primeira carta dos colonos acampados em Ronda Alta, publicada no Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, de maio de 1981, semente do que se tornaria o Jornal Sem Terra (JST), ao último Programa Agrário do MST, concluído no final de 2013, temos menção a outras organizações, à cidade e ao trabalhador urbano. Obviamente que, em cada momento histórico, desenvolvem-se distintas relações e articulações políticas.

O MST mantém como principal objetivo organizar e encaminhar a luta da categoria que representa, os trabalhadores rurais: arrendatários, parceiros, meeiros, boias-frias, pequenos proprietários, entre outros, buscando uni-los politicamente sob a identidade Sem Terra. No atual momento histórico da luta do MST, as palavras e conceitos camponês e trabalhador rural ganham maior espaço e destaque com a crescente identificação de classe entre as organizações camponesas, sobretudo com a Via Campesina e a luta pela soberania alimentar.[2] Não obstante, desde o início da sua formação, com as primeiras ocupações e acampamentos em espaços localizados principalmente no sul do país, ainda no final da década de 1970, o MST começou a aprender que não se libertaria sozinho, que a libertação do trabalhador rural só pode acontecer com aliança de classe, porque a luta pela terra, pelo espaço, faz parte da luta de classes. Esse aprendizado teve início com sua própria luta política e no diálogo com experiências e memórias de luta de movimentos sociais camponeses que

[2] A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da soberania alimentar. Podemos definir soberania alimentar como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar.

antecederam o MST, por meio do contato[3] com militantes das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Com o avanço da pesquisa, chegamos à pergunta-problema inicial que nos orienta: há processos históricos, estruturais e políticos que podem ensejar a consciência política e a aliança de classe entre os trabalhadores do campo e da cidade? O que nos leva ao problema mais específico: há organicidade e massa crítica para a construção da hegemonia do MST nesse processo de aliança e luta política entre a classe trabalhadora do campo e da cidade contra o capital?

A resposta ao problema, que buscamos organizar e redigir nessa tese, é resultado de quatro anos de pesquisa com o MST, realizada entre 2010 e 2014. Tivemos a sorte de poder pesquisar o processo de preparação e as análises do VI Congresso Nacional do MST, que ocorreu entre 10 e 14 de fevereiro de 2014, em Brasília. Em agosto de 2011, tiveram início os debates e discussões da direção nacional para o Congresso, que se prolongaram e se intensificaram até o final de 2013, resultando na cartilha do mais recente Programa Agrário do MST, cuja edição, aprovada pela Coordenação Nacional, é de setembro de 2013. Esse Congresso cumpriu, de fato, a função de alinhamento e consolidação das linhas políticas para o próximo período. Foi resultado de um longo debate, no qual aventaram a possibilidade de refundação do MST, passando para a necessidade de recriação do MST para continuar sendo o MST. O Movimento avalia que há uma crise nos formatos tradicionais de luta do século XX: movimento social, partido e sindicato.

A discussão central junto à base, que vem desde meados da primeira década do ano 2000, trata do esgotamento histórico da possibilidade de se realizar uma Reforma Agrária Clássica que, em síntese, significa a distribuição de terras com o propósito de gerar renda no campo, matéria-prima para a indústria, alimentos para a cidade e fortalecer o mercado interno. Nesse momento histórico, o que se propõe é a chamada Reforma Agrária Popular, por isso o lema, a palavra de ordem: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”. O lema do Congresso possui a função pedagógica e comunicativa de orientar as tarefas e desafios junto à base e também apresentar a pauta e linha política de atuação do MST para a sociedade. Em síntese, a Reforma Agrária Popular versa sobre um projeto de desenvolvimento para o campo,

[3] João Pedro Stédile conta que no início do MST tiveram várias conversas com militantes dos movimentos e organizações mencionados, com o objetivo de aprender com seus erros e acertos (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 38).

com o objetivo de produzir alimentos saudáveis, sem o uso de agrotóxicos, com matriz tecnológica agroecológica, beneficiando trabalhadores do campo e da cidade. Esse é o sentido máximo do popular na proposta de reforma agrária do MST: esta interessa somente à classe trabalhadora e não ao capital.

Para o desenvolvimento desta tese, foram realizadas entrevistas com 17 militantes, a maioria dirigentes; fizemos oito visitas à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), pesquisa documental a partir de 136 edições do Jornal Sem Terra (JST), cartilhas, documentos de análise do VI Congresso, o Programa Agrário do VI Congresso Nacional do MST, textos da página do MST na internet que tratam do tema campo-cidade e análise das letras de rap do álbum *Militante da Terra*, do grupo Veneno H2[4], composto por jovens rappers do MST, que também foram entrevistados.

Utilizamos o método dialético e aplicamos técnicas qualitativas, entrevistas semiestruturadas, com os dirigentes e militantes, e também realizamos pesquisa antropológica nas vistas à ENFF. A ENFF, localizada no bairro de Parateí, município de Guararema, Estado de São Paulo, é o principal espaço de formação política dos movimentos sociais da América Latina, um importante espaço de formação, comunicação e socialização política entre a classe trabalhadora. Superpõem-se os espaços local, nacional e latino-americano. Em algumas oportunidades, principalmente quando há o curso apelidado de "Latinão", de Teoria Política Latino-americana, o espírito internacionalista da luta socialista pulsa e ali se torna, de fato, prioritariamente, um território político latino-americano. Em outras situações, prevalece a relação com o bairro, com movimentos sociais da Via Campesina, movimentos urbanos nacionais e locais etc. A metodologia desenvolvida, que utiliza pesquisa antropológica com perspectiva dialética, possibilita iluminar aspectos microssociais, práticas sociais e culturais cotidianas, reveladores da totalidade, da luta de classes[5].

A amostragem adotada foi não probabilística, "amostragem por quotas (seleção de um número de indivíduos proporcional à importância das categorias que eles representam no conjunto)" (THIOLLENT, 1980 p. 34). Entrevistamos dirigentes diretamente envolvidos com articulação política e dirigentes dos setores de Comunicação, Cultura, Educação, Formação e

[4] Os jovens militantes do MST, rappers do Veneno H2, os primos Cesinha e Mano Fi, de Ribeirão Preto, e John, de Franca, o John Doido, concederam-nos entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

[5] Não desenvolvemos reflexões aprofundadas sobre o método utilizado, porque esse não é o objetivo da pesquisa. A metodologia se mostra com a construção e exposição do objeto no desenvolvimento da tese.

do Coletivo[6] de Juventude. O setor de Educação é responsável pela educação formal, enquanto que o setor de Formação é responsável pela formação política. As estratégias dos diferentes setores do MST – comunicação, cultura, juventude, projeto pedagógico - partem da práxis social e política, possuem como propósito principal implementar as linhas políticas do MST. Em suma, arte, ciência, cultura e comunicação possuem o papel pedagógico e político de formar novos homens e novas mulheres.

O objetivo das entrevistas com os dirigentes foi compreender principalmente o histórico e evolução da articulação política com a classe trabalhadora, com foco no ambiente urbano, e como as estratégias dos setores supracitados coadunam com essa articulação. A pesquisa antropológica realizada na ENFF, no trabalho de campo, teve como intuito conhecer o cotidiano da escola, a consubstanciação do projeto pedagógico, os visitantes, amigos, parceiros, o diálogo e a relação entre os militantes de diferentes movimentos sociais que frequentam, vivem e convivem no espaço. A maioria dos movimentos sociais que participam dos cursos da escola compõe a Via Campesina Brasil, a quem eles chamam carinhosamente de "primos". De fato, na genealogia desses movimentos podemos compreender uma "linha de parentesco", sobretudo na relação umbilical com a terra, o território e a natureza.

As organizações que integram a Via Campesina são o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a EF – Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), a Comissão Indígena Missionária (CIMI), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), e também organizações representativas dos pescadores e quilombolas. CPT, PJR, ABEEF e FEAB, apesar de terem atuação no Brasil, são considerados movimentos componentes da Via Campesina Internacional e não da Via Campesina Brasil, por não possuírem base camponesa nacional, mas sim religiosa e estudantil (VIEIRA, s/d).

Nas visitas à ENFF, aos sábados, participamos dos Ciclos de Debates, atividade da ENFF que compõe o projeto pedagógico da escola, o currículo dos cursos, sendo aberta ao público. No Ciclo de Debates, um palestrante é convidado para apresentar e debater temas ligados às lutas dos movimentos sociais camponeses e da classe trabalhadora em geral.

[6] Todos os setores da estrutura organizativa do MST, constituídos na luta política, um dia foram coletivos. O coletivo de Juventude permanecerá sendo coletivo porque o intuito é que a juventude se envolva e se mobilize em diferentes setores do Movimento.

Geralmente, convidam algum pesquisador renomado que tenha proximidade, simpatia ou ligação com o MST. Também aos sábados, o último de cada mês, junto ao Ciclo de Debates, ocorre a visita dos amigos da Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (AAENFF), entidade criada com o principal objetivo de fazer intercâmbio com docentes, com o meio universitário, e arrecadar fundos para a ENFF. Além das visitas aos sábados, quando a Escola é aberta ao público, participamos também do dia de conclusão da etapa I, da V Turma do Curso de Teoria Política para os Movimentos e Organizações Sociais do Brasil, quando pudemos vivenciar um dia inteiro de atividades com a militância de movimentos rurais e urbanos e participar de uma oficina de comunicação. Também estivemos na primeira parte de um Encontro Nacional do Coletivo de Comunicação, Cultura e Juventude do MST, quando pudemos participar de uma palestra sobre hegemonia. E também visitamos a escola em outras oportunidades, durante a semana, para entrevistar dirigentes e integrantes da Coordenação Político Pedagógica (CPP) da ENFF.

As famílias dos jovens rappers do Veneno H2 são do Assentamento 17 de abril, que fica em Restinga, região próxima a Ribeirão Preto. A região compõe o Eixo metropolitano do MST. Nessas áreas, em que os espaços urbano e rural se superpõem, são intensificadas as negociações, articulações e diálogos culturais, sociais e políticos entre a militância do MST, os trabalhadores e movimentos sociais urbanos. As letras do grupo refletem esse diálogo intercultural.

A pesquisa documental a partir de edições do JST, cobrindo principalmente o período entre 1995 e 1999, tem como propósito compreender os principais momentos da comunicação e socialização política com o ambiente urbano. O enfoque recai no período supracitado, porque é o momento em que se intensifica a relação campo-cidade. A análise dos editoriais permite conhecer a análise que o MST realiza sobre a conjuntura econômica e política e seus impactos sobre as políticas, relações e articulações de classe entre o MST e a cidade.

Com o avanço da pesquisa e conhecimento sobre o tema, a composição do corpus teórico, em diálogo com o objeto de pesquisa, passou a se erigir em torno de três eixos de análise: o viés dialético materialista aliado à tendência crítica dos estudos culturais, a perspectiva materialista sobre a produção do espaço social e os estudos de comunicação sobre o MST. A pesquisa desenvolve interface social com teorias da geografia humana, sobretudo para compreensão da produção do espaço social, as relações entre espaço urbano e rural, campo e cidade, camponeses e operários.

Desenvolvemos revisão bibliográfica[7] sobre a relação entre o MST e a comunicação, principalmente a partir de artigos publicados nos principais congressos nacionais de comunicação do país, dissertações, teses, e assim pudemos desenvolver os recortes teóricos, empíricos e os métodos de análise A relação e comunicação do MST com movimentos sociais e trabalhadores do espaço urbano, em perspectiva histórica e dialética, ainda não foi estudada com profundidade.

Esta tese está organizada em três capítulos: *MST e a luta política entre campo e cidade, MST e a luta pela hegemonia: o popular como síntese* e *ENFF: formação, comunicação e socialização política.*

O primeiro capítulo, *MST e a luta política entre campo e cidade*, trata de problemas centrais para esta tese: a luta pela terra como condição da existência e reprodução social dos camponeses, a dimensão da comunicação e da cultura para a formação de classe, a consciência política e a formação dos movimentos sociais. Apresenta as particularidades das lutas do operário e do camponês e a categoria da mediação política como condição para a aliança de classe entre campo e cidade. Expõe os principais debates da área da geografia sobre campo e cidade e apresenta uma perspectiva latino-americana sobre a relação entre campo e cidade, com foco nas contribuições teóricas e políticas de José Carlos Mariátegui

No segundo capítulo, *MST e a luta pela hegemonia: o popular como síntese*, apresentamos as características e níveis de luta do MST pela hegemonia e de cada um dos níveis identificados: hegemonia do/no espaço social, hegemonia da/na arte e cultura, hegemonia da/na comunicação e socialização política e hegemonia da/na educação. No nível artístico e cultural, privilegiamos a análise do grupo Veneno H2 e sua produção musical, que revela o laço simbólico entre a juventude rural e urbana em torno da arte como contribuição para a superação da fronteira política e a integração crítica entre campo e cidade.

O terceiro e último capítulo, *ENFF: formação, comunicação e socialização política,* apresenta a ENFF, a campanha para a sua construção e relatos sobre as visitas que fizemos, entrevistas, pesquisa antropológica e participação nos cursos. A pesquisa conclui que o projeto pedagógico do MST, o foco na formação política da militância, da sua base e de movimentos sociais aliados estão contribuindo para a formação de intelectuais orgânicos

[7] No segundo capítulo apresentamos essa revisão.

comprometidos e qualificados para a luta política em espaços e organizações de toda a América Latina.

A hipótese central que norteou essa pesquisa é que devido às transformações históricas que ocorrem com o avanço das tecnologias da informação e comunicação, a reprodução ampliada do capital no campo e na cidade, o avanço das lutas e conquistas do MST – na espacialização, socialização política, cultura, comunicação e educação - há um processo de aproximação entre o trabalhador do campo e da cidade que pode fortalecer a consciência e a luta política da classe trabalhadora. Essa hipótese foi parcialmente confirmada. De fato, com o avanço das forças produtivas e a reprodução ampliada do capital, há aproximação maior entre campo e cidade. Entretanto, essa integração ocorre prioritariamente pela via do mercado. O momento histórico é de refluxo no movimento de massa e de grande dificuldade para a integração crítica. E não há nenhuma organização, partido político ou movimento social que tenha a hegemonia na luta política de esquerda. Também não há, nesse momento histórico, condições objetivas e subjetivas para a construção da hegemonia entre a classe trabalhadora do campo e da cidade. Há intensa fragmentação de classe, que só interessa ao capital. O MST conquistou certa hegemonia ao final dos anos 1990, o que não existe mais no campo da articulação política. Entretanto, os esforços de integração crítica, via formação política na ENFF, e a crescente comunicação e socialização política da juventude do campo e da cidade constituem forças que podem se multiplicar, se espalhar e reavivar o movimento de massa. É, sobretudo, entre a juventude do campo e da cidade, pelo acúmulo de experiências comuns que possuem, que o diálogo intercultural e a articulação política ocorrem com maior organicidade.

A utilização da palavra marcha para simbolizar a história de luta do MST não é mera força de expressão. Afinal, o MST espacializa a sua luta, materialmente e simbolicamente, inscrevendo-se em campos e cidades, em contínuo exercício político-pedagógico-comunicativo, em conjunto com a sua base, aliados e a sociedade. Freireanamente, o MST é "tarefeiro". Cotidianamente, sua militância assume tarefas nos diferentes espaços em que atua e conquista: acampamentos, assentamentos, escolas, secretarias, marchas, sempre com disciplina e amor exigidos por e para aqueles que se atribuem a tarefa de lutar pelos explorados, expropriados e oprimidos, com a convicção de que a emancipação é possível por meio da luta política da classe trabalhadora. Uma tarefa permanece um desafio: a aliança de classe entre os trabalhadores do campo e da cidade. A oposição entre campo e cidade existe

no âmbito da propriedade privada e a superação dessa oposição é condição para a coletividade (MARX, 2012, p. 83).

1. MST E A LUTA POLÍTICA ENTRE CAMPO E CIDADE

> A história econômica, que se desenvolveu intensamente em torno da oposição cidade-campo, chegou a um tal grau de sucesso que anula ao mesmo tempo os dois termos. A paralisia atual do desenvolvimento histórico total, em proveito da exclusiva continuação do movimento independente da economia, faz do momento em que começam a desaparecer a cidade e o campo, não o momento de superação da sua cisão, mas o momento de seu desmoronamento simultâneo. A autofagia recíproca da cidade e do campo, produto do desfalecimento do movimento histórico pelo qual a realidade urbana existente deveria ser superada, aparece na mistura eclética dos seus elementos decompostos que recobre as zonas mais avançadas na industrialização (DEBORD, 2003, § 175).

A razão imediata e material para a existência do MST como movimento social e força política é a luta pela terra. E esta luta é motivada, sobretudo, pela necessidade da terra para a produção e reprodução social da família camponesa, base principal do Movimento. É terra para produzir trabalho e alimento contra a renda da terra pelo capital, terra de trabalho versus terra de negócio (MARTINS, 1990, p. 3). A terra é o objeto universal do trabalho humano, entretanto, para constituir-se como meio de trabalho para a atividade agrícola requer outros meios e força de trabalho (MARX, 2010, pp. 212-213). Outro aspecto da terra como meio universal de trabalho, quando consideramos todas as condições materiais para o processo de trabalho, é o uso da terra como local de trabalho, o que demanda outros processos materiais para a produção do espaço, como estradas, redes de comunicação diversas, imóveis etc. (ibidem, p. 214). A terra, como espaço natural, também é objeto de disputa como lugar para moradia, para reprodução da classe trabalhadora do campo e da cidade, contra seu uso como especulação imobiliária e reserva de mercado pelo capital, em processo cada vez mais articulado entre capital nacional e internacional. Esse é um aspecto da luta territorial que une campo e cidade: a luta pela terra como espaço de trabalho, pelo trabalhador rural, e a luta pela terra como espaço de moradia, pelo trabalhador urbano. Como nos lembra Octávio Ianni, com a aliança entre o capital nacional e internacional, o operário e o camponês são "duplamente explorados e expropriados" (IANNI, 2004, p. 111).

A luta pela terra é a única alternativa para o trabalhador rural poder permanecer no campo e se reproduzir socialmente como camponês. A outra saída é vender a sua força de trabalho e ser explorado na cidade. Ou vender a sua força de trabalho no campo, como assalariado ou trabalhador temporário. Quando expropriado, resta ao trabalhador vender a sua força de trabalho. A autonomia para produzir é a liberdade do trabalhador rural no campo contra a

expropriação, mas não é a liberdade contra o capital. Como nos mostra Marx, analisando o processo de troca de mercadorias na fronteira da comunidade primitiva, no contato desta comunidade com outras comunidades, amiúde, torna-se necessário produzir para a troca: "virando os produtos mercadoria na vida externa da comunidade, por contágio, também se tornam mercadoria dentro dela" (MARX, 2010, p. 112). O que torna evidente que, por mais que se busquem e efetivem formas alternativas e coletivas de produção e apropriação da renda pelos trabalhadores, via cooperativas e agrovilas, na circulação e na troca a mediação é feita pela forma mercadoria. A produção do espaço social está presente no campo e na cidade em processo mediado pela racionalidade do capital, pelas relações de produção, pela propriedade privada.

Há diversos aspectos materiais que aproximam os trabalhadores do campo e da cidade, mas estes não são suficientes para que se unam como classe, o que exige um conjunto de mediações políticas para identificação da contradição estrutural entre capital e trabalho. A razão imediata da luta pela terra não constrói imediatamente a mediação de que a luta pela terra faz parte da luta de classes. Da mesma forma que a luta por trabalho ou melhores condições de trabalho também não eleva a contradição de classe a um nível superior. Embora sejam lutas dignas e legítimas, independente do horizonte social a ser perseguido. Ora, se exploração e expropriação do trabalhador fossem suficientes para gerar a consciência política e a consciência de classe necessária, a revolução estaria em marcha.

Parafraseando Thompson (1987b, p. 18), podemos dizer que a consciência e a força política do MST tanto se formou quanto foram formadas pelo Movimento. Assim como o MST chegou como força política à cidade, a cidade chegou ao campo como força do capital. Thompson entende a formação de classe como processo econômico, social, político e cultural. Que não podemos fazer correspondência automática entre a dinâmica econômica, social e cultural. Vejamos o processo de formação de classe e de consciência de classe descrito por Thompson (1987c, p. 10):

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.

Embora não confira a mesma importância ao cultural, à articulação da experiência, que o historiador britânico, na exposição de Marx sobre a formação da classe burguesa, na transição

da Idade Média para a Idade Moderna, podemos verificar o valor da identificação cultural e das comunicações para a sua formação.

> Os burgueses, na Idade Média, em cada cidade eram obrigados a se unir contra a nobreza rural, a fim de se defender. A expansão comercial e **o estabelecimento de comunicações** levaram cada cidade a conhecer outras que haviam imposto os mesmos interesses na luta contra os mesmos opositores. Das numerosas burguesias locais de diferentes cidades é que se formou, lentamente, a *classe* burguesa. As condições de vida dos diversos burgueses, em decorrência da oposição às relações existentes e da forma de trabalho que isso impunha tornaram-se, ao mesmo tempo, as condições comuns a todos esses burgueses e independente de cada indivíduo isolado. (...) Pela ligação criada entre as diferentes cidades, essas **condições comuns** se transformaram em condições de classe. As mesmas condições, a mesma posição, os mesmos interesses tinham também de gerar, em todos os lugares, os mesmos costumes (MARX, 2012, p. 87, negrito nosso).

Ao afirmar que se não houvesse "o estabelecimento de comunicações" entre as cidades, claro que o autor refere-se principalmente às redes materiais de comunicação, as ligações por estradas. Essas, por sua vez, geraram processos de comunicação e identificação entre a burguesia, o que proporcionou as "condições comuns" que erigiram as condições de classe. É o movimento histórico, dialético, objetivo e subjetivo, no entrelaçamento contínuo entre as condições objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas, na fricção entre esses referenciais determinantes e determinados que se constituem as classes.

Na definição já clássica das condições de formação dos movimentos sociais, é possível notar um processo semelhante aos de formação de classe. É claro que nem todo movimento social se forma e se desenvolve a partir das condições e identificações de classe. Inclusive, esse é um dos principais pontos de tensão na formação dos movimentos sociais em rede: identificação por classe ou por políticas de identidade - questões étnicas, de gênero, geração, ambientais, entre outras -, que formam os chamados Novos Movimentos Sociais e toda produção teórica decorrente. Alguns autores defendem que a formação em rede é característica dos movimentos sociais da contemporaneidade (SCHERER-WARREN, 2009, 2008; GOHN, 2011). A Via Campesina é importante exemplo de movimento social em rede, com a articulação de movimentos sociais campesinos de todos os continentes que se identificam na luta em defesa dos seus territórios, contra a espacialização do capital e a consequente derrubada de fronteiras econômicas, políticas, culturais e sociais.

Segundo a definição mais aceita de formação dos movimentos sociais, temos uma ação coletiva de agentes sociais, que gera identidade grupal, que possui opositores comuns, o que fortalece a identificação coletiva do grupo, e se articula em torno de um projeto de

sociedade e de vida (SCHERER-WARREN, 2009, 2008; GOHN, 2011). Scherer Warren (2008) defende que a necessidade material não produz um movimento social, o que demanda sentido coletivo e identificação subjetiva em torno dessa carência, de conflitos, além de um adversário central e projeto de mudança. Se essa carência e necessidade material, que enseja a identificação coletiva e a formação do movimento social, for identificada como resultado das contradições do capital, da totalidade dos seus processos, e não como fragmentos de opressão e sentido, o movimento social pode contribuir com a formação de classe e a superação do capital. Nesse movimento dialético, engendra-se a categoria da particularidade, que faz a mediação entre o singular o universal, contrapondo-se à autoproclamação da diferença, singularidade solta, o que sempre foi uma bandeira conservadora (FREDERICO, 2013, p. 249).

Assim como a classe operária se une pela posição idêntica que ocupa nas relações de produção, o que supera suas individualidades, a classe camponesa, embora nas definições marxianas clássicas não seja propriamente classe, como a burguesia e o proletariado, também se une imediatamente pela posição que ocupa nas relações de produção. É a luta pela terra como meio de trabalho e de vida, fundamental para a reprodução social da sua existência como classe camponesa, contra a apropriação da terra e dos recursos naturais como mercadoria pelas grandes multinacionais que atuam em toda a cadeia produtiva do agronegócio, produzindo e comercializando sementes, insumos, agrotóxicos, como Monsanto, Bunge, Syngenta, entre outras, que buscam homogeneizar a produção e consumo agrícola, alimentos, ração e combustíveis, em escala global.

Na história recente, o processo da identificação e construção da classe camponesa na América Latina se dá em 1992. Nessa data, houve por parte dos governos de Portugal e Espanha a proposta de se comemorar os 500 anos de descobrimento da América. Nesse momento, o MST acreditou ser importante marcar uma posição e fazer um protesto porque pensa que não houve o "descobrimento" da América e sim, com a chegada dos espanhóis, o extermínio da gente que vivia aqui nessas terras e que era preciso protestar contra essa ideia de comemoração. Daí surgiu a articulação com movimentos e organizações diversos no continente, o que originou a campanha chamada "**500 anos de resistência indígena, negra e popular**". Essa campanha foi importante porque em todos os países da América Latina, os movimentos sociais se uniram e protestaram contra seus governos. Em Porto Seguro, o governo federal mandou construir uma caravela em celebração à chegada dos espanhóis. Os militantes do MST se reuniram com os índios Pataxós, movimentos quilombolas da região, e

fizeram uma luta de enfrentamento, logrando problematizar a ideia de comemoração. Nesse processo de articulação, o MST conseguiu identificar no continente outros movimentos ligados às lutas pela terra, movimentos ligados aos chamados povos originários, como os indígenas, movimentos ligados às lutas das mulheres, os quilombolas, os negros. Desse modo, nesse processo de identificação entre os movimentos camponeses, originou-se a Coordenadora Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC), em 1994, uma articulação continental de movimentos ligados à luta pela terra. Nesse ínterim, surgiu a necessidade de articulação com movimentos de outros continentes, sendo construída a Via Campesina, que é fruto dessa movimentação e articulação global de lutas dos movimentos sociais camponeses. Então, na América Latina o MST integra a CLOC e em sua atuação global age junto à Via Campesina. A narrativa oficial indica que a ideia inicial de uma organização mundial de camponeses aparece em abril de 1992, em Manágua (Nicarágua), quando vários líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa são convidados para o Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG). A oficialização da Via Campesina se dá em Mons, na Bélgica, em encontro de 55 organizações camponesas de 36 países (VIEIRA, s/d). Os Movimentos latino-americanos, com destaque para o MST, enfatizam o protagonismo latino para o surgimento da organização continental.

> (...) nos encontramos lá porque eles pagaram a passagem de todo mundo. (...) os europeus tinham uma visão mais estratégica. Eles sacaram que era importante ter uma articulação internacional (...). Os europeus estavam bem articulados na comissão que eles tinham. E nós já estávamos articulados dentro da CLOC. Aí nós viramos a mesa e a entidade [organizadora] ficou puta da cara porque na verdade ela armou o circo e não pode comemorar (entrevista com João Pedro Stédile, do MST, em 19/12/07 apud VIEIRA, s/d).

A identidade camponesa tem prevalecido na organização, definição das linhas políticas e narrativas do MST. Até mais do que a identidade Sem Terra, que possui característica provisória. Afinal, ao entrar na terra, o trabalhador rural deixa de ser sem-terra. Estamos convencidos de que a luta pela terra em si não possui caráter anticapitalista, apesar de ser contra-hegemônica, quando se posiciona contra a hegemonia do agronegócio que existe no campo, com a retaguarda da cidade. Para situar a luta pela terra como parte da luta de classes, exige-se a construção de mediações, a formação e luta política continuada. Relatos de dirigentes do MST mostram como é difícil incluir e promover a participação da base em debates políticos mais amplos, como a democratização da comunicação, reforma da educação, que exigem o diálogo com outras instâncias de organização, inclusive com o Estado. Se não há reforma agrária na pauta, o processo de convencimento e intelecção é mais trabalhoso.

Se entendemos que para a identificação das contradições e superação do capital, há necessidade de aliança da classe trabalhadora, a exigência de mediações, formação e luta política é ainda maior. Afinal, trabalhadores rurais e urbanos não se identificam pela mesma posição ocupada nas relações de produção. Como sugere Gui Debord na nossa epígrafe, a história econômica tem derrubado as fronteiras entre campo e cidade, mas não levando à "superação da sua cisão" e, sim, ao seu "desmoronamento simultâneo". É a vitória do fetichismo da mercadoria e sua exacerbação: o espetáculo, as relações entre os homens mediadas por "imagens". A consciência política, a noção de que lutam contra o mesmo bloco de poder, a consciência sobre a necessária luta comum para sua emancipação, pode unir os trabalhadores do campo e da cidade como classe. "Os indivíduos, isoladamente, só formam uma classe na medida em que têm de empreender uma luta comum contra outra classe; no restante, eles se defrontam como inimigos na concorrência" (MARX, 2012, pp. 87-88).

O subcapítulo a seguir apresenta noções sobre hegemonia, com foco na relação entre campo e cidade.

1.1 Hegemonia entre campo e cidade

O fato do MST, um movimento de origem camponesa, de base também majoritariamente camponesa, embora cada vez mais diversificada com a presença de trabalhadores de origem urbana e jovens de classe média, ter se constituído como referência de luta política para a esquerda nacional e internacional é um feito de relevância científica e política. A grande maioria dos autores clássicos que buscaram pensar teoria e prática revolucionária, desde Marx e Engels, passando pelos clássicos do século XX, Lênin, Gramsci, Lukács, defende a tese de que o proletariado, o operário, reúne as condições objetivas necessárias, o potencial para a superação da sociedade de classes. A inevitabilidade histórica desse processo está na concretude desse potencial, no movimento dialético de autoconsciência do proletariado na mútua determinação entre o ser e a consciência social acerca do antagonismo estrutural entre capital e trabalho. Conforme a formulação de Lênin (1978b, p. 31):

> Em virtude do seu papel econômico na grande produção, só o proletariado é capaz de ser o guia de todos os trabalhadores e de todas as massas que, embora tão exploradas, escravizadas e esmagadas quanto ele, e mesmo mais do que ele, não são aptas para lutar independentemente por sua emancipação.

Ainda que, muitas vezes de forma dogmática e doutrinária, como ocorreu repetidamente durante o século XX pelas determinações do Partido Comunista soviético, sobretudo a partir da Segunda Internacional, essa tese vigora porque tem fundamento científico e político, o que embasa a argumentação de Lênin. Uma contradição desta tese clássica, quando vista como doutrina, é que cada avanço de modernização capitalista guardava a possibilidade de sua autodestruição, pensamento reflexo de um materialismo mecanicista, ao custo de desigualdades, impactos sociais e ambientais inestimáveis. O desenvolvimento das forças produtivas sempre ocorre em conflito com as relações de produção, limitando, boicotando ou modificando esse desenvolvimento para manutenção do seu equilíbrio desigual.

Na produção material da sua existência, a objetivação camponesa no trabalho, na linguagem, condiciona os camponeses ao isolamento. Como vimos, indivíduos isolados, ou precisamente unidades produtivas baseadas em núcleos familiares, como é o caso mais comum do campesinato, só se tornam classe quando tem que enfrentar uma luta comum. A aliança da classe camponesa que assistimos nesse século é fruto de condições históricas e econômicas da espacialização do capital entrando em choque com interesses e projetos campesinos sobre o território natural, a base da sua reprodução social. Como veremos no próximo capítulo, a emergência da força política dos camponeses e do MST se dá fundamentalmente com os processos históricos e materiais de aproximação entre campo e cidade, pela modernização capitalista e pelas lutas políticas dos camponeses, principalmente do MST, no espaço, arte, cultura, comunicação e educação. Essas condições permitem paulatinamente a superação do isolamento camponês. Ainda assim, a rigor, não poderíamos falar de uma consciência de classe camponesa. É a condição de subordinação estrutural do trabalho ao capital na sociedade de mercadoria o que constitui a essência do conceito de consciência de classe e da teoria de classes. Desse modo, "o interesse de classe do proletariado é definido em termos de mudança dessa subordinação estrutural (MÉSZÁROS, 1993, p. 92)".

Na acepção marxista clássica, somente a burguesia e o proletariado são essencialmente classes da sociedade, porque somente essas classes possuem no processo moderno de produção, pelas suas condições de existência, condições para empreenderem planos de organização e desenvolvimento que abarquem o conjunto da sociedade.

> O caráter incerto ou estéril da evolução da atitude das outras classes (pequenos-burgueses, camponeses) assenta no fato de a sua existência não se basear exclusivamente no processo de produção capitalista, mas estar indissoluvelmente ligada a vestígios da sociedade dividida em estados. Elas não procuram, portanto, promover a evolução capitalista ou fazê-la ir além

> de si própria mas, em geral, fazê-la retroceder ou, pelo menos, impedi-la de chegar ao seu pleno desenvolvimento. O seu interesse de classe orienta-se somente em função de sintomas de evolução e não da própria evolução, em função de manifestações parciais da sociedade e não da estrutura de conjunto da sociedade. (LUKÁCS, 1974, p. 74).

Assim, somente o proletariado, pela sua condição de classe na estrutura social, totalmente expropriado e explorado, reuniria condições, materiais e ideológicas, para construir a unidade entre teoria e práxis revolucionária, opondo-se diametralmente à burguesia na luta de classes. Marx afirma, no Manifesto Comunista, que somente "o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária" (MARX, 1987, p. 85). E o que denomina como classes médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos -, categoria que inclui os camponeses, não são classes revolucionárias, mas conservadoras, reacionárias, que somente combatem a burguesia quando esta compromete sua existência como classe média (ibidem, p. 86). Ainda no Manifesto Comunista, em momento anterior, ao desenvolver o raciocínio sobre o papel revolucionário da burguesia - sua tendência de exploração de todo o mercado mundial, o caráter cosmopolita da produção e do consumo, a exigência para que todos os povos e nações adotem o modo de produção burguês -, Marx aborda um aspecto positivo na submissão do campo ao domínio da cidade. Para o autor, com a criação dos grandes centros urbanos, o crescente aumento da população das cidades com relação ao campo, esta "arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural" (ibidem, p. 80).

Lukács desenvolve argumento sobre a pequena burguesia e os camponeses e afirma que a ausência de ligação com a totalidade da sociedade pode exercer influência sobre a capacidade da classe se organizar. E é na evolução dos camponeses que se pode observar com maior clareza esse fenômeno. Na análise de Lukács, a partir de Marx, os camponeses formam uma massa cujos membros compartilham da mesma situação social, porém não se socializam uns com os outros. No modo de produção da vida camponesa, cada unidade produtiva se isola, havendo maior troca com a natureza do que comércio em sociedade. Assim, o caráter de classe dos camponeses está ligado ao fato de haver milhões de famílias em condições análogas, com relação à economia, modo de vida, interesses, cultura, diferenciando-os de outras classes e se tornando inimigos em alguns momentos históricos. Contudo, reduzidos a uma ligação local, sem vínculo nacional e organização política. Podendo, conforme o momento histórico e as relações das classes em luta, assumir posições progressistas ou reacionárias (LUKÁCS, 1974, p. 75).

O denominador comum dessas análises é a limitação do potencial revolucionário dos camponeses diante dos condicionamentos objetivos e históricos da sua condição de classe. Entretanto, como nos ensina a dialética marxista, precisamos entender os fenômenos a partir da movimentação concreta e das contradições do real historicamente colocadas. Vínculo nacional e organização política, por exemplo, são pontos nos quais o MST se tornou referência nesses 30 anos de luta, por isso torna-se necessário rever esses conceitos à luz dos problemas históricos e concretos.

A história do século XX apresenta diversos exemplos da participação camponesa, em alguns casos como agente principal, em lutas populares e processos revolucionários. Williams (2011, p. 494) destaca que, durante o século XX, as principais fontes de revolta constante foram as populações exploradas rurais e coloniais, na era de lutas pela libertação nacional e social. Relata que a Revolução Chinesa saiu-se vitoriosa, depois que derrotada nas cidades e reorganizada no campo, e que a Revolução Cubana se fortaleceu indo da cidade para o campo. Na América Latina há outros exemplos também, como a revolução camponesa mexicana pela reforma agrária no início do século XX, com os zapatistas, as lutas na Nicarágua e El Salvador, com os sandinistas, e as diversas lutas no Brasil, desde o início da República, como a Guerra de Canudos, Guerra de Contestado e a Revolta do Formoso. Martins salienta que a Guerra do Contestado foi "a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil", guerra camponesa que aconteceu no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, entre 1912 e 1916. Na Revolta do Formoso, no Estado de Goiás, por mais de uma década, nos anos 1950 e 1960, os camponeses implantaram um território livre no centro do país (MARTINS, 1990, pp. 26-27). Williams (2011, p. 494), em 1973, conclui sua crítica à supremacia teórica e política da cidade e do operário, com principal alvo no Manifesto Comunista: "assim os 'idiotas rurais' e os 'bárbaros e semibárbaros' vêm sendo, há quarenta anos, a principal força revolucionária do mundo". A próxima seção expõe os principais debates sobre conceitos e alterações das relações entre campo e cidade a partir de autores vinculados com a área da geografia.

1.2 Permanência e historicidade de conceitos e relações entre campo e cidade

A permanência e historicidade de conceitos, ideias e narrativas sobre campo e cidade, rural e urbano, suas dinâmicas e inter-relações, estão ligadas a dois processos distintos, porém diretamente relacionados: a história e realidade concreta de campo e cidade e as ideias/imagens construídas a partir das experiências, memórias, identidades e estruturas de

sentimento. As formas de campo e cidade, a agricultura, a indústria, seus desenvolvimentos, inter-relações, o avanço técnico e material, estradas, infraestrutura, comunicações, são resultados do modo capitalista de produção, seus ciclos e transformações permanentes. Em diferentes momentos históricos, conforme a realidade estudada, a consolidação da hegemonia burguesa torna a cidade o centro econômico, político e financeiro, o principal espaço das influências, decisões e organização das relações entre campo e cidade, inclusive do ponto de vista das classificações institucionais e acadêmicas. Inevitavelmente, esse processo de incorporação econômica e política do campo pela cidade ocasiona choques entre as fronteiras políticas e culturais, violência material e simbólica. Na análise de Martins, esse antagonismo no encontro das populações em fronteira inclui o "desencontro dos tempos históricos" (MARTINS, 1996, p. 40). Indígenas, camponeses, jagunços, empresários, agricultores, grandes grupos econômicos, possuem temporalidades histórias distintas, bem como modos de vida, visões de mundo e projetos de destino. Conforme as mediações políticas e projetos em disputa, temos distintas lutas, disputas e conflitos com dimensões econômicas, culturais e políticas. A luta pela terra envolvendo povos e culturas, indígenas, quilombolas, camponeses, é a alternativa que resta frente à transformação das terras dessas populações, terra de moradia e trabalho, em terra-mercadoria, e desses povos em miseráveis e explorados.

Há intenso debate acadêmico e político sobre as relações entre campo e cidade, sobretudo na área da geografia, que possui prolífico e constante diálogo com as ciências sociais. Entre os autores pesquisados, há muitos esforços para compreender a dinâmica e mudança dessas relações, muitos buscando identificar esses processos a partir de localidades específicas. Em comum, percebe-se a constatação de que, cada vez mais, aumentam e se movimentam as conexões em redes entre campo e cidade. Redes físicas e materiais, movimentadas principalmente por meio de transações econômicas, da reprodução social dos trabalhadores e do capital; e também redes de informação e comunicação que aproximam simbolicamente os espaços de campo e cidade, o que torna cada vez mais difícil as classificações e a delimitação de fronteiras. O urbano está presente no campo e o rural está presente na cidade. "O rural e o urbano expressam o modo de vida e os valores, enquanto o campo e a cidade correspondem à materialização desses modos de vida" (MONDARDO, 2008, p. 27). Claro que não existe equidade nessa relação, esse é um dos principais elementos do debate entre os autores que se debruçam sobre o tema: as especificidades do rural e as perspectivas de desenvolvimento a partir dessas especificidades e modos de vida. Os conceitos de urbanidades e ruralidades buscam iluminar essa questão. Outro aspecto comum nas análises é a crítica ao método do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para definição de campo e cidade, no qual campo é tudo aquilo que não é cidade. Ou seja, classificação pela ausência e não pela presença de características próprias.

> Em situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não, internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites (IBGE, 2010).

O economista José Eli da Veiga, baseado em critério da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), propõe o uso combinado de três critérios para classificação de campo e cidade: a população do município, densidade demográfica e população (MARQUES, 2002, p. 99). Com a densidade demográfica, compreende-se o grau de artificialização dos ecossistemas, portanto o grau de urbanização. Com essa classificação, o Brasil seria muito menos urbano do que se indica.

> Assim, com base na combinação da densidade demográfica e do tamanho populacional o autor considera de pequeno porte os municípios que apresentam simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km² e conclui que 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população são essencialmente rurais. Os 13% restantes da população caberiam numa categoria intermediária, que pode ser denominada como "rurbana" (ibidem, pp. 99-100).

Alentejano (s/d) e Rua (2002) criticam a proposta de Veiga. Alentejano por entender que na proposta de Veiga, que transpõe os critérios da OCDE, desconsidera-se as especificidades brasileiras; e que a crítica de Veiga ao "superdimensionamento estatístico" desconsidera que muitas das áreas consideradas como urbanas são assim definidas para que se cobre impostos dos seus habitantes. E Rua (2006, p. 92) critica Veiga, estendendo a crítica a Abramovay, por acreditar que enfatizam a dimensão político-administrativa em detrimento das dimensões simbólica, cultural e natural, fundamentais para análises integradoras do território.

Para respaldar historicamente e cientificamente a discussão sobre a relação campo-cidade na geografia brasileira, vamos inserir revisão bibliográfica desenvolvida por Flamarion Dutra Alves (2012), que pesquisou o tema em artigos publicados em dez periódicos científicos em geografia, abrangendo o período entre 1939 e 2009.

Segundo a pesquisa de Dutra Alves, o tema da relação campo-cidade acompanhou o desenvolvimento do pensamento geográfico. A relação entre os espaços urbanos e rurais é analisada epistemologicamente pelas correntes clássica, teorética, crítica e cultural (DUTRA ALVES, 2012, p. 8). É a partir de 1990 que as pesquisas ganham perspectiva crítica e caráter socioespacial (ibidem).

Na perspectiva da geografia clássica, com influência da geografia francesa, em pesquisas realizadas entre 1930 e 1960, evidencia-se a distinção e a pouca integração entre os espaços urbanos e rurais. Os estudos sobre campo e cidade focam os gêneros de vida urbanos e rurais, os sistemas agrícolas, o habitat, a economia urbana e a construção das cidades (ibidem, p. 10). Dutra Alves destaca os estudos de Deffontaines e Monbeig, que mostram o campo ditando o ritmo do crescimento urbano a partir da produção cafeeira e o crescimento do sistema de escoamento, juntamente com a rede ferroviária e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos, vilas e cidades em torno dessas redes de transportes. Outro tema destacado na geografia clássica é a dependência que a cidade possui da produção agrícola, a questão do abastecimento (ibidem, p. 11).

A geografia teorética, com elementos teorético-quantitativos, modelos matemáticos, espaciais e filosofia neopositivista, conferiu especificidade, "aplicabilidade e cientificidade à geografia frente às outras ciências humanas – sociais" (DUTRA ALVES, 2012, p. 12). O processo histórico e científico de conquista epistemológica possui bastante similaridade com a formação do campo da comunicação, que no seu início também se baseou em preceitos positivistas, na psicologia comportamental, o *behaviorismo*, para se afirmar como campo científico. A ênfase da geografia teorética recai na organização e distribuição do espaço, características e funções de campo e cidade. A visão é funcional e cartográfica, sobrepujando o caráter político, social e a desigualdade socioespacial (ibidem, p. 13). Contudo, campo e cidade são estudados de forma mais integrada com "a questão do abastecimento, espaços periurbanos, suburbanos e franjas urbano-rurais" (ibidem). Essas pesquisas concentram-se no período entre 1960 e 1980.

A geografia crítica, também chamada de nova geografia ou geografia social, desenvolve-se ao final da década de 1970, a partir da aproximação com as ciências sociais, com bases marxistas. A chamada "Revolução Verde", com a intensa modernização da agricultura na década de 1970, passou a integrar campo e cidade, transformando as relações produtivas.

> Até então, faziam-se poucas críticas sobre as relações de trabalho, concentração de terras e o desenvolvimento desigual no campo, e quando aconteciam as críticas, essas não eram baseadas num referencial histórico-dialético, ou seja, a grande mudança na crítica sobre as desigualdades agrárias foi na inserção do método (ibidem, p. 14).

A tradição histórica das pesquisas sobre campo e cidade, nas ciências sociais e na geografia, caracteriza-se pela visão dicotômica sobre esses espaços. Pesquisas mais recentes, com o desenvolvimento de conceitos como ruralidades e urbanidades, tratam de um *continuum* dos espaços rurais e urbanos. Marques entende que as pesquisas que apresentam a ideia de *continuum* entre os espaços rural e urbano também se apoiam em "concepção dual", pois consideram rural e urbano como "pólos de um contínuo", "pontos extremos numa escala de gradação", o que pressupõe diferença qualitativa entre eles (MARQUES, 2002, p. 105).

O geógrafo João Rua (2006) desenvolve o conceito "urbanidades no rural", baseado em Lefebvre, embora não concorde com o pressuposto da urbanização como processo histórico inevitável do teórico francês. O objetivo do autor é analisar, compreender e definir as novas territorialidades constituídas a partir das relações campo-cidade, suas características econômicas e identitárias, tomando como base empírica a região serrana fluminense sem, contudo, fazer imersão nesta localidade. Além do valor como terra-mercadoria, o campo também é apropriado e consumido pela cidade por meio da natureza, as paisagens e lazeres, mediados pelo capital e sua concretização na indústria do lazer. Nesse aspecto, Rua se baseia em Lefebvre. Ao analisar os "espaços de lazeres" na França, Lefebvre (1977, p. 247) percebe como estes espaços entram na divisão do trabalho social, reproduzem as relações de produção, contribuindo para a sua manutenção e consolidação. "Nesta perspectiva, os lazeres constituíram a etapa, o intermediário, a conexão entre a organização capitalista da produção e a conquista de todo o espaço" (ibidem). Rua avalia que o modo capitalista de produção recria o campo através da expansão física e ideológica, consubstanciada, por exemplo, em "pluriatividades", atividades não-agrícolas no campo, prestação de serviços, trabalho industrial no campo, comércio etc. Graziano da Silva é o autor que defende a perspectiva de um "novo rural brasileiro", a partir das transformações que ocorrem no campo nas últimas décadas do século XX, com o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas (ORNAs) e das famílias pluriativas. Graziano da Silva é bastante criticado por mostrar esse processo como inexorável e não como possível estratégia de reprodução das famílias camponesas para manutenção da sua centralidade, como aponta Wanderley (RUA, 2006, p. 87). O principal problema das formulações de Graziano, para diversos autores entre os quais nos incluímos, é

o abandono da perspectiva de reformas radicais no campo, de sua reestruturação para construção de outro modelo agrário.

Para desenvolver o conceito de "urbanidades no rural", Rua dialoga com autores de vertente analítica que valoriza a perspectiva da manutenção de especificidades do rural na sua relação com o urbano. Conquanto tenham particularidades nas suas abordagens, esses autores se concentram na ideia de "novas ruralidades". Rua (2006, p. 91) se baseia em Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider. A principal crítica de Rua a esses autores é que essa vertente analítica não considera o urbano realmente dominante, fundamental na construção de territorialidades. Rua (ibidem, p. 94) e Alentejano (s/d, p. 8) divergem quanto à ênfase e dinamismo próprios atribuídos ao espaço rural. Para Rua, a ênfase ao rural não pode ser exagerada devido ao predomínio do urbano nessa relação. Segundo o autor, as urbanidades decorrentes das interações entre urbano e rural não são novas ruralidades, mas um espaço híbrido que desafia os pesquisadores tanto da OCDE como do Brasil. Não é nem um urbano ruralizado e nem o rural urbanizado, é "o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas" (RUA, 2006, p. 95).

Marques mostra a partir de Abramovay que, pela literatura internacional, o significado de ruralidade nas sociedades contemporâneas é construído a partir de "três aspectos básicos: a importância das áreas não densamente povoadas, a relação com a natureza e a dependência do sistema urbano" (MARQUES, 2002, p. 103). Para Alentejano (s/d, p. 11), o que caracteriza o rural são as especificidades e, principalmente, a dependência da relação dos atores sociais com a terra, nas dimensões econômica, social e espacial. Em suma, a intensidade da territorialidade. Na periferia, espaço mediador entre campo e cidade, também se verifica essa relação mais próxima com o local, com o território, com ênfase no aspecto sociocultural. Desse modo, compreendemos que a relação entre local, nacional e global depende bastante da localidade que se toma como referência na análise. Como já foi demonstrado em estudos anteriores sobre o Movimento Hip Hop (BASTOS, 2012b, 2008), na relação com o global há muitas vezes maior valorização do local, do bairro, da vizinhança. A defesa e valorização do território no campo e na cidade, como moradia e/ou espaço de trabalho, ocorre em lugares com maior vulnerabilidade às especulações, avanços e violências da modernidade capitalista.

Marques (2002, p. 124) atesta que o debate sobre a construção de um novo espaço rural liga-se dialeticamente com repensar o urbano. O debate sobre a reconstrução do rural é

condição para a reconstrução do urbano. Essa relação se explica à medida que o significado que Marques propõe à ruralidade comporta necessariamente "uma crítica à sociedade que transformou o homem e a terra em mercadorias e, portanto, ao processo de alienação que lhe é subjacente. É por acreditar nisso que temos estado atentos às novas formas de organização social no campo" (ibidem). Acompanhamos este pensamento e a proposta política subjacente.

Raymond Williams (2011, p. 471) defende que os contrastes entre campo e cidade constituem formas de adquirimos consciência de parte central da nossa experiência e das crises da sociedade. E que as imagens que temos da cidade e do campo são formas de nos colocarmos diante do desenvolvimento social (WILLIAMS, 2011, p. 483). Ao analisar a persistência de imagens e associação à cidade e ao campo, com foco na Inglaterra, Williams (2011, p. 474) identificou que os momentos históricos em que a estrutura de sentimento presente na literatura expressa a evocação a um passado feliz, sob a forma de lamentos campestres, são as épocas de maiores mudanças na economia rural: o final do século XVI e início do século XVII; o final do século XVIII e início do XIX; o final do século XIX e início do XX. Ou seja, na objetivação da narrativa de evocação a um passado ideal, na linguagem que persegue o destino de liberdade e harmonia com a natureza, subjetiva-se e agarra-se à ideia de um passado que se confronta às alterações das relações de produção, entre o homem e a natureza, o homem e o trabalho, provocadas pela modernização capitalista. Os três períodos históricos apontados por Williams correspondem respectivamente aos cercamentos e aos dois principais momentos de mudanças tecnológicas da revolução industrial, primeiramente com a máquina a vapor e depois com o advento do motor elétrico e da rede elétrica. Podemos traçar um paralelo entre o sentido dos cercamentos para os trabalhadores rurais ingleses no século XVII com a Lei de Terras de 1850, no Brasil. Guardadas as especificidades de cada realidade e momento histórico, tanto no caso inglês como no brasileiro, modos de vida e a economia prioritariamente de subsistência dos trabalhadores rurais foram destruídos pelo projeto do Estado de modernização capitalista do campo, a transformação da terra em mercadoria, a imposição da propriedade capitalista sobre as relações históricas e culturais entre os homens e os meios de produção agrícola. Também nos dois casos, quem não pudesse comprovar a prova legal dos direitos sobre a propriedade agrícola, perdia sua terra sem qualquer compensação. Nas palavras de Thompson (1987b, p. 45), "os cercamentos representaram claramente um caso de roubo de classe, cometido de acordo com as regulamentações sobre a propriedade baixadas por um parlamento de proprietários e advogados". Martins (1996, p. 43) explica que, antes da Lei de Terras, a concepção de propriedade que prevalecia era própria do

regime sesmarial, na qual a ocupação da terra com trabalho precede o reconhecimento de direito, o domínio era separado da posse. Com a Lei de Terras é estabelecido um único direito, o de propriedade. É o que Martins denomina como "cativeiro da terra" porque "liberta o camponês da grande propriedade, ao mesmo tempo que o subjuga a ela" (MARTINS, 1990, p. 42). Não à toa, a Lei de Terras é estabelecida no mesmo ano do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil. Para ser um pequeno proprietário, o camponês precisaria de trabalho árduo para acumular e poder acessar a terra. Surge um novo campesinato, diferente do velho campesinato de posseiros e agregados, um "campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado" (ibidem, p. 43). Entre as reações a essas mudanças, está o misticismo e o milenarismo, presentes na cultura e nas lutas camponesas.

Martins (ibidem, p. 30) explica que o localismo e o misticismo do campesinato não podem ser vistos como limitações de classe e sim como condições de classe. Thompson (1987c, p. 50) também não considera o misticismo como limitação de classe. O historiador inglês afirma que não entende a imagística – no que inclui exemplos como Babilônia, exílio do Egito, Cidade Celestial e luta contra Satanás - como limitação de classe e sim como recurso utilizado durante séculos por grupos minoritários para "articular sua experiência e projetar suas aspirações". Thompson afirma ainda que a imagística é uma evidência de "fortes motivações subjetivas, tão "reais" e eficazes quanto as objetivas" (ibidem, p. 51).

Certamente, a imagística não é algo relacionado apenas aos camponeses, mas à dificuldade de sujeitos coletivos elaborarem e organizarem objetivamente as reações contra violentas mudanças em seus modos e meios de vida. José de Souza Martins relata, a partir de sua própria experiência pessoal, o que o autor encara como "*elaboração "a posteriori" de uma situação de observação participante*" (MARTINS, 1994, p. 2, grifo do autor). O autor testemunhou o episódio da aparição de um demônio, visto por algumas operárias durante uma semana, na fábrica Cerâmica São Caetano, onde ele trabalhava ainda adolescente, aos 17 anos, em 1956. As visões só terminaram quando a direção da empresa chamou "o sacerdote da paróquia vizinha para celebrar uma missa e benzer as novas instalações da fábrica" (ibidem, p. 1). Martins (ibidem, p. 6) analisa que, sociologicamente, a aparição do demônio foi a maneira das operárias (eram mulheres que trabalhavam na seção de queima dos ladrilhos) lidarem com as inovações tecnológicas da fábrica, que tiveram impactos nas relações de trabalho e na cultura do trabalho, com a sujeição das operárias ao ritmo das máquinas e do novo forno de queima dos ladrilhos (ibidem, pp. 10-11).

Martins também relata exemplo significativo do meio rural. O sociólogo conta que encontrou diversos grupos de camponeses em um raio de oitocentos quilômetros ao longo do rio Araguaia, que "chegaram à região inspirados pelas profecias do Padre Cícero sobre a existência de um lugar mítico depois da travessia do grande rio", que é reconhecido como lugar das "Bandeiras Verdes", com terras livres e águas abundantes, contrapondo-se ao árido e latifundista nordeste (MARTINS, 1996, p. 53). O sociólogo identifica a clara presença do milenarismo medieval europeu no milenarismo brasileiro, sobretudo, em regiões de fronteira (ibidem, p. 54).

Estudando a presença do campo na literatura inglesa, Williams percebe que a retrospecção que busca imagens do Jardim do Éden, da Idade de Ouro, onde a natureza viceja e tudo fornece, é aspiração a uma ideia de comunidade primitiva, de comunismo primitivo. Essa aspiração à Idade de Ouro aparece também nas palavras da *Great Society*, "uma das mais notáveis organizações de camponeses pobres", do século XIV, "tudo que há sob o sol devia ser comum" (WILLIAMS, 2011, p. 77). Como repara Williams, a frase poderia ter sido dita pelos *diggers*, movimento de camponeses sem-terra do século XVII, e pelos "trabalhadores radicais de nossa época" (ibidem). Podemos encontrar semelhantes palavras, ideias e estrutura de sentimento em inúmeras construções simbólicas do MST, principalmente nas músicas, expressão artística esteticamente em movimento, ritmo, harmonia, cujas letras traduzem bem a subjetividade dos Sem Terra porque partem das experiências, da luta, da mística, do imaginário comuns. São construções coletivas, mesmo geralmente partindo de indivíduos. Dizemos geralmente porque, em muitas ocasiões, os Sem Terra constroem músicas coletivamente. As duas primeiras e a última estrofe da canção "Defendendo a diversidade", do Grupo Saci Arte, do MST/PR, mostra essa aspiração à liberdade contra a modernização da agricultura. A letra, como muitas outras, reflete também as linhas políticas do MST.

Com a viola no peito, através do meu cantar

Defendo a natureza e as belezas do luar

As sementes e a água, a terra e a cultura

Defendo a diversidade dentro da agricultura.

É uma barbaridade o que vem acontecendo

Aonde a gente morava só cana que estamos vendo

A soja e o eucalipto invadiram o sertão

Tirando a felicidade e a beleza da nação. (...)

Aos amigos violeiros eu peço um grande favor

Que cante sem preconceito ao pequeno agricultor

Que produz um alimento sem veneno e sem mistura

Pois só assim garantimos nossas gerações futuras.

A oposição central que conduz a narrativa é a beleza da terra e da natureza cultivadas pelos camponeses contra a destruição provocada pela modernização capitalista concretizada pelo agronegócio. Palavras que denotam os valores da agricultura camponesa: diversidade, sementes, águas, terra, cultura, beleza do cantar, viola no peito. Na segunda estrofe, há o corte histórico e semântico expresso na palavra "barbaridade". É a invasão da monocultura, com cana, soja e eucalipto, destruindo modos de vida, invadindo a terra e "tirando a felicidade e a beleza da nação". A última estrofe mostra a síntese dos Sem Terra, a sua proposta de modelo agrário. Expressa também o sentimento de rejeição e inferioridade do camponês, quando pede aos amigos violeiros para cantarem "sem preconceito" ao pequeno agricultor. É a relação com a imagem construída pelo imaginário citadino e repercutida pela mídia burguesa: o camponês como imagem do atraso e da ignorância, enquanto o agronegócio representa a modernização do campo, o futuro, o progresso. Com relação aos Sem Terra, pesam ainda mais os estigmas de baderneiros, violentos, que o MST luta cotidianamente para desconstruir. A desconstrução da imagem de movimento violento compõe a linha política da comunicação do MST. O foco que a comunicação precisa dar à defesa, à negociação com a mídia, por meio do trabalho de assessoria de imprensa, se dá pelo forte impacto que essas imagens provocam no Movimento, principalmente na sua base. Não obstante, o MST procura mostrar que "produz um alimento sem veneno e sem mistura", o que garante a sobrevivência das gerações futuras.

Williams (2011, p. 66) ressalva que muitas das virtudes rurais saem do campo e tornam-se posições reacionárias, como a defesa da propriedade ou ataques à democracia em defesa da terra e do sangue. O autor afirma encontrar na Grã Bretanha um radicalismo rural-intelectual persistente, mesmo precário, "genuína e ativamente hostil ao industrialismo e ao capitalismo; contrário ao comercialismo e à exploração do meio ambiente"; apegado à vida e aos sentimentos rurais, à literatura e às tradições do campo" (ibidem, p. 67). Reflete que há um momento em que a crítica ao presente precisa optar pelo futuro ou pelo passado como, segundo o autor, ocorre com tanta ênfase e frequência. Nesse caso, para manter a racionalidade crítica, torna-se necessário buscar a radicalidade nos seguintes pressupostos: "a economia natural, a economia ética, a sociedade orgânica, da qual provém os valores críticos" (ibidem).

Quanto à ênfase na "construção de valores" afirmados como socialistas e no foco às relações de consumo com a cidade temos reflexões críticas ao MST. Dialeticamente, não existe construção de valores socialistas. Valores socialistas serão decorrentes da superação do modo de produção capitalista, não podem vir antes. A solidariedade, a generosidade, a indignação com as injustiças são valores edificantes e, muitas vezes, decorrentes do aprendizado da militância na luta, da pedagogia do exemplo, da sociabilidade e da formação política, constituídos em espaços como o acampamento, o assentamento e a escola. Entretanto, não podem ser afirmados como valores socialistas, o que é uma contradição, porque seria construir idealmente um valor a partir de realidade inexistente. A ênfase nas relações de consumo também é perigosa. A cidade consome o que o campo produz e o campo consome o que a cidade produz, mediados que são pela forma mercadoria. Ao destacar a sua capacidade de produção em detrimento da sua capacidade de luta política, o MST apresenta um modelo agrário alternativo, mas não de oposição. O MST reconhece que a proposta de Reforma Agrária Popular ainda não permite a superação do capital. Na visão do Movimento, trata-se de tática de luta coerente com a realidade objetiva e subjetiva, que não permite ainda a proposta de uma reforma agrária socialista, de coletivização da propriedade da terra, ainda que a proposta de Reforma Agrária Popular proporcione melhores relações entre campo e cidade, entre homem e natureza. Faz sentido. Contudo, é preciso ter cuidado com as narrativas que acenam para as alianças e mediações políticas. O MST possui espaços de formação política, como a ENFF, com consistente massa crítica acumulada para nutrir a cidade tanto quanto os alimentos saudáveis que produz, ou ainda mais. Williams pondera sobre as limitações da tradição cristã de caridade, algo que está no gene criador do MST, porque esta se baseia apenas no consumo, como observou Rosa Luxemburgo: "os proletários romanos não viviam do trabalho, e sim das esmolas distribuídas pelo governo. Assim, quando os cristãos exigiam a propriedade coletiva, não se referiam aos meios de produção, e sim aos de consumo" (LUXEMBURGO apud WILLIAMS, 2011, p. 58). No próximo subcapítulo, uma perspectiva latino-americana.

1.3 Uma perspectiva latino-americana

Nessa tarefa de pensar as contradições do real a partir de referencial histórico concreto, José Carlos Mariátegui [8] é importante aliado pelo diálogo construído entre a teoria marxiana e

[8] Conquanto tenhamos a consciência de que seja insuficiente citarmos Michael Löwy com base em uma palestra, e citarmos José Carlos Mariátegui a partir das leituras de Löwy e Streich (2012), decidimos por inserir esse

as particularidades da América Latina. Tarefa que também desenvolveu Antonio Gramsci no contexto italiano. Michael Löwy (2013, informação verbal[9]) destaca que Mariátegui repensou e reformulou a teoria marxista, sendo um dos grandes inovadores desta teoria. Compara os escritos dele do século XX, pela densidade, originalidade e força, com os grandes marxistas da Europa ocidental dessa época, como Antonio Gramsci, Lukács e Walter Benjamin. Há incríveis semelhanças entre os escritos de Mariátegui e os que escreveram esses grandes pensadores europeus.

José Carlos Mariátegui e Antonio Gramsci certamente estão entre os mais inventivos e criativos marxistas do século XX, sobretudo, por trabalharem com o método dialético materialista à luz das contradições que o contexto histórico colocava, com especial atenção às particularidades dos seus países. São muitas as semelhanças entre eles. Viveram no mesmo período histórico, início do século XX. Ambos nasceram no final do século XIX e morreram jovens. Mariátegui muito jovem, aos 35 anos, em 1930, e Gramsci aos 56 anos, em 1937. Foram intelectuais altamente comprometidos com a luta socialista. Foram fundadores dos partidos comunistas nos seus países: em 1921, Gramsci ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano (PCI) e, em 1928, Mariátegui foi um dos fundadores do Partido Socialista do Peru (PSP), que se alinhou à Terceira Internacional no processo de bolchevização stalinista, desde a morte de Lênin, em 1924, o que gerou tensões inclusive pelo nome "socialista" e não comunista (STREICH, 2012, p. 56). A obra de ambos possui caráter de fragmentação em virtude de responderem a questões colocadas pelo momento histórico. Para Gramsci, acrescentam-se as condições inóspitas do cárcere para a sua produção intelectual madura, iniciada em 1929 com a produção dos Cadernos do Cárcere.

Antonio Gramsci e José Carlos Mariátegui também tiveram atenção especial com a arte, a comunicação e a cultura popular. Eles concretizaram a preocupação com esses temas, além da reconhecida produção intelectual e luta política, atuando como jornalistas políticos bastante combativos e produtivos. Gramsci trabalhou no jornal semanal do Partido Socialista, *Il Grido Del Popolo*; depois, com as inquietações dos chamados "Anos Vermelhos", em Turim, quando desenvolveu as ideias dos Conselhos de Fábrica, ele lança, em 1º de Maio de 1919, com Togliatti e Terracini, o seminário *Ordine Nuovo*, do qual foi editor até participar da fundação do Partido Comunista Italiano, em 21 de janeiro de 1921. Em 1924, é fundado o

---

subcapítulo pela relevância histórica e política da perspectiva latino-americana sobre a relação entre campo e cidade e a luta de classes para a formação política do MST.

[9] As informações de Michael Löwy foram coletadas em palestra sobre o marxismo na América Latina, que proferiu na ENFF, dia 30/11/2013.

jornal do Partido Comunista Italiano, cujo nome *L'Unitá* demonstra a preocupação que Gramsci tinha com a necessária união das classes trabalhadoras do campo e da cidade, ainda que, seguindo a tradição leninista, com a liderança político-ideológica do operário. Em 1918, José Carlos Mariátegui participou da fundação da revista *Nuestra Época*, primeiro esforço de definição político-ideológica. Em 1919, fundou o periódico *La Razón*, que assumiu publicamente a causa de defesa dos trabalhadores e a pretensão de ser "o porta-voz do povo peruano" (STREICH, 2012, p. 45). E em 1928, a iniciativa editorial que mais teve repercussão, o lançamento da revista *Amauta*, palavra que em língua quéchua significa sábio, sacerdote. A revista tinha como principal objetivo interpretar a realidade peruana e difundir ideias socialistas e artes de vanguarda (ibidem, p. 51).

Outro ponto comum merece destaque: o esforço de ambos, tanto pelo PCI como pelo PSP e nas produções jornalísticas-acadêmicas, no movimento de renovação e inovação do marxismo em meio à hegemonia do evolucionismo economicista e grosseiro propagado pela Segunda Internacional. Não há relato de que houve algum intercâmbio de ideias entre Gramsci e Mariátegui, mas o jornalista e intelectual andino esteve na Europa, a maior parte do tempo na Itália. Mariátegui continuou escrevendo para os periódicos peruanos e cobriu o Congresso de Livorno, em 1921, momento de tensão com as críticas dos intelectuais e dirigentes italianos às diretrizes moscovitas. Entre as inovações propostas está a categoria da ação e vontade, em que tanto Gramsci como Mariátegui foram influenciados pelo filósofo italiano Benedetto Croce. Nessa formulação, o socialismo só poderia ser fruto da ação e da vontade consciente de intervenção no devir histórico (STREICH, 2012, p. 48).

Para Gramsci, filosofia e política são inseparáveis, por isso a função estratégica dos intelectuais e da formação de intelectuais orgânicos para o processo revolucionário. A categoria da vontade não pode ser compreendida, de forma alguma, como subjetivismo ou voluntarismo revolucionário, porque parte do materialismo dialético. Mészáros ajuda a dirimir a polêmica entre objetivismo e subjetivismo ao expor características fundamentais da metodologia dialética de Marx.

> Aqui chegamos a uma questão crucial: a complexidade da metodologia dialética de Marx. Em uma concepção mecanicista, há uma linha de demarcação definida entre o "determinado" e seus "determinantes", mas não é o que ocorre no quadro de uma metodologia dialética. Nos termos dessa metodologia, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os "determinantes fundamentais" do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, "determinantes determinados". Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da

> economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua idéia de "interações complexas", nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente "construídas sobre" uma base econômica, mas também estruturam ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente autônoma (MÉSZÁROS, 1993, p. 77).

A vontade se traduz como atividade prática e política, ética e concepção de mundo adequadas à estrutura social. Conforme Gramsci, "uma vontade racional, não arbitrária, que se realiza enquanto corresponde às necessidades objetivas históricas, isto é, enquanto é a própria história universal no momento da sua atuação progressiva" (GRAMSCI, 1966, p. 33). Essa concepção nos ajuda a entender a força política camponesa como vontade e consciência política que, de acordo com Gramsci, é a consciência de fazer parte de determinada força hegemônica (GRAMSCI, 1966, p. 21).

Michael Löwy considera José Carlos Mariátegui como o mais importante marxista latino americano da primeira geração, correspondente ao início do século XX. Mariátegui é conhecido principalmente pelo livro "Sete ensaios sobre a realidade peruana", que foi a primeira tentativa de análise marxiana sobre uma realidade latino-americana. Entretanto, foi um autor que escreveu sobre o México, a Nicarágua e pensou toda a América Latina como continente, que denominava como Indo-américa. Essa preocupação étnica teve forte orientação nas análises e propostas políticas de Mariátegui. Para ele, não havia como pensar na construção do socialismo na América Latina, ou Indo-américa como ele dizia, sem incluir no projeto as reivindicações indígenas. Contrariando a orientação moscovita, que propunha aliança entre o operariado e a burguesia, Mariátegui defendia que a hegemonia do processo revolucionário deveria partir da classe trabalhadora que, no caso do Peru, é majoritariamente indígena. Havia um projeto de nação nos escritos de Mariátegui, uma forma de pensar as especificidades da América Latina na relação com o capitalismo internacional. Mariátegui dizia que o socialismo não é uma doutrina indo-americana, pois nasceu na Europa com o capitalismo, mas é um movimento mundial. Ao mesmo tempo, o socialismo está na tradição das Américas. Segundo Mariátegui, a mais avançada civilização comunista primitiva que a história registra é a inca, mas também poderia dizer maia ou asteca. Em editorial de aniversário da revista Amauta, intitulado *Aniversário e Balanço*, Mariátegui escreveu:

> O socialismo não é, certamente, uma doutrina indo-americana. Mas nenhuma doutrina, nenhum sistema contemporâneo não é nem pode sê-lo. E o socialismo, embora tenha nascido na Europa, tal como o capitalismo, tampouco é específica ou particularmente europeu. É um movimento

> mundial, a que não se subtrai nenhum dos países que se movem dentro da órbita da civilização ocidental. Esta civilização conduz, com uma força e com meios de que nenhuma civilização dispôs, à universalidade. A Indo-américa, nesta ordem mundial, pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares (MARIÁTEGUI apud STREICH, 2012, p. 55).

Mariátegui insistia que as lutas sociais na América Latina têm raízes seculares. Existiam entre os povos indígenas do passado formas de comunismo primitivo, conforme as acepções de Marx e Engels. Assim, Mariátegui formula o polêmico conceito de comunismo inca, que existia nas bases deste povo, antes da chegada dos espanhóis. Segundo o autor, neste conceito pelo qual foi atacado por seus críticos como romântico, havia entre os incas práticas coletivistas de propriedade. Assim, a luta socialista moderna pode se apoiar nas tradições comunitárias indígenas, uma proposta dialética original. A expressão comunismo inca também foi usada por Rosa Luxemburgo, depois da morte de Mariátegui, no texto *Introdução à Economia Política*, no qual aborda o comunismo primitivo, conforme explica Michael Löwy.

No primeiro congresso dos partidos comunistas latino-americanos, em Buenos Aires, 1929, Mariátegui não participou porque estava muito doente, pouco antes da sua morte, mas mandou algumas teses. Entre elas, a de que populações chamadas atrasadas, como a população indígena inca, reúnem condições para que o comunismo agrário primitivo que subsiste em estruturas concretas e profundo espírito coletivista se transforme, sob hegemonia da classe proletária, em uma base das mais sólidas da sociedade coletivista pregada pelo comunismo marxista. A proposta de Mariátegui foi rejeitada nessa conferência. Ele foi criticado pelo porta-voz da Internacional Comunista, o argentino Vittorio Codovilla, que disse que a revolução não vem dos indígenas e camponeses, e sim da classe operária. E como esta é minoria da América Latina, este continente não está maduro para uma revolução socialista coletivista. O que estava na pauta do dia era uma revolução anti-feudal, nacional e democrática, que era a tese formulada por Stálin e a Internacional Comunista. Löwy considera que as teses de Mariátegui eram acertadas.

Löwy considera o editorial *Aniversário e Balanço* muito mais do que um pequeno artigo, mas sim uma mensagem para as futuras gerações socialistas da América Latina, um dos textos mais importantes da história do marxismo neste continente. O texto se inicia com uma análise geral da América Latina. E diz que contra a América do Norte capitalista, plutocrática, somente é possível compor uma América Latina ou Ibérica socialista. Insiste na

unidade dialética entre o anti-imperialismo e o socialismo na época dos monopólios e dos impérios, para a qual os países latino americanos chagaram atrasados. O destino desses países, dentro da ordem capitalista, é de serem colônias. Desse modo, a única alternativa ao imperialismo capitalista é uma América Latina socialista. Neste texto, há o que Michael Löwy[10] considera um chamado, um apelo, uma estratégia e um horizonte histórico do socialismo indo-americano. "No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heróica. Tenemos que darle vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indo-americano. Hevaquí una misión digna de una generación nueva."

Para o intelectual andino, o conceito de nação só pode ser revolucionário nos países colonizados. O nacionalismo só pode ser revolucionário na luta contra o imperialismo e quando acaba no socialismo. Desse modo, a nação é o *locus* da hegemonia, onde se acumulam as forças de esquerda no processo revolucionário. Há, certamente, na proposta de Reforma Agrária Popular do MST um projeto de nação, um projeto anti-imperialista, um programa agrário que pensa a totalidade da classe trabalhadora brasileira. Assim como a burguesia brasileira, a burguesia peruana não desenvolveu um projeto de nação. Seus interesses estavam mais voltados aos centros do capitalismo mundial, primeiramente Londres e depois Nova Iorque (STREICH, 2012, p. 58). Otávio Ianni (2004, pp. 68-69) descreve da seguinte maneira a ausência e a covardia da burguesia brasileira, que ele compara com a burguesia prussiana[11], na construção de um projeto de nação:

> Essa burguesia, portanto, não avançou nem avança para um projeto político alternativo para a sociedade nacional. Não vai além da própria visão de setor de classe, corporação. Joga com as outras classe sociais, compreendendo as médias, o operariado e o campesinato, de modo tímido, pouco elaborado. Parece recear a mesma aliança que procura. Teme a força política dessas classes, principalmente o risco de ter de compartilhar o poder. Assusta-se com a ideia de reformas sociais, compreendendo a agrária, habitacional, educacional, bancária e outras. Não tem compromisso com a democracia reivindicada nas lutas das classes assalariadas. Não construiu nem constrói um projeto

[10] Michael Löwy lê este trecho do texto na palestra que assistimos.

[11] No final do século XIX, as atenções da luta socialista se voltavam para a Alemanha. Marx e Engels chegam a aventar, ao final do Manifesto do Partido Comunista, publicado em 1848, que a Alemanha seria o palco de uma revolução burguesa, que seria seguida pela revolução proletária. Não obstante, constataram posteriormente que a burguesia prussiana "estava disposta desde o início a trair o povo e ao compromisso com o representante coroado da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à velha sociedade..." (Marx, 1987, p. 44). Para conter o avanço das agitações ideológicas e sociais das classes populares, a nobreza buscou se associar à burguesia para realizar reformas constitucionais que garantissem seus interesses, em manobra que ficou conhecida historicamente como via prussiana.

> hegemônico, porque não interpreta o interesse de outras classes e muito menos da sociedade como um todo.

O sociólogo brasileiro também entende que a chave e a força da revolução no Brasil são o campo e o trabalhador rural. Sendo a reforma agrária um elo estratégico para possíveis transformações sociais. O campo é o espaço social onde se evidenciam os contrastes, os "encontros e desencontros" característicos do desenvolvimento desigual e combinado do Brasil Moderno (IANNI, 2004, p. 70).

A proposta de um socialismo indo-americano de Mariátegui, de um projeto de nação com base popular e socialista, encontra forte eco nas atuais alianças contra-hegemônicas que podemos encontrar em organizações que o MST participa com protagonismo: a Via Campesina e a Alianza Bolivariana para los Pueblos de las Américas (ALBA) de los Movimientos[12], traduzida aqui como Aliança Bolivariana das Américas. Entre os dias 16 a 20 de maio de 2013, aconteceu na ENFF, a primeira Assembleia Continental dos Movimentos Sociais da ALBA, na qual definiram como horizonte social o socialismo indo-afro-americano, uma clara influência do projeto de Mariátegui, com a inclusão da população de origem africana, a maioria da classe trabalhadora brasileira, historicamente e estruturalmente oprimida e explorada.

Segundo Michael Löwy, depois da morte de Mariátegui, por um longo período predomina no marxismo e no movimento comunista latino-americano o que o autor peruano denominava como "decalque e cópia", isto é, vão buscar copiar o que vinha da União Soviética de Stálin e também da Internacional Comunista. Na acepção moscovita, não havia condições para uma revolução socialista na América Latina porque as forças produtivas não estavam suficientemente desenvolvidas e esses países ainda possuíam condições econômicas semifeudais. A saída seria uma revolução nacionalista com a união de quatro classes: operários, camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacionalista anti-feudal, tese que predominou, não sem resistências, até a revolução cubana.

Entre as vozes dissonantes dessa orientação de matriz soviética, estava o Partido Comunista de El Salvador, fundado pelo revolucionário Farabundo Martí, escritor e jornalista, quando começou a luta de esquerda de Sandino, na Nicarágua, à qual se aliou contra a intervenção norte-americana. Disse que "há certos momentos em que temos que trocar a pena

[12] A ALBA é uma proposta de integração dos povos, países, organizações, movimentos sociais, governos e estados que vivem e atuam na América Latina. A ALBA dos Movimentos Sociais, que o MST integra, se diferencia da ALBA Institucional, que reúne governos e estados.

pela espada", conforme lembra Michael Löwy. Depois de lutar com Augusto Sandino, liderou a revolução popular salvadorenha contra a ditadura daquele país, na qual Farabundo Martí e os principais dirigentes comunistas foram presos. Ainda assim, a insurreição prosperou em massa, com a participação de milhares de camponeses e também estudantes, operários e soldados. Chegaram a tomar o poder, houve uma guerra civil e foram derrotados, massacrados. Martí e seus companheiros foram fuzilados, mas inspiraram a insurreição revolucionária em El Salvador anos depois. Em 1932, ficou este exemplo da insurreição camponesa popular de El Salvador, a única insurreição em massa da América Latina dirigida por Partido Comunista, sem o apoio de Moscou. Houve no Brasil, em 1935, um Levante organizado pelo Partido Comunista, mas foi de caráter militar e não popular. Löwy menciona que em Natal, Rio Grande do Norte, foi o único lugar onde havia verdadeiro movimento popular, onde a Ação Libertadora Nacional (ALN) tomou o poder durante uma semana. Nesse curtíssimo período, tomaram uma medida revolucionária importante: estabeleceram o transporte público gratuito.

Também havia vozes dissidentes entre os intelectuais comunistas, como Caio Prado Junior, que entendia não haver feudalismo no Brasil e na América Latina, e sim um capitalismo atrasado, com escravidão, mas que produzia mercadoria para o mercado internacional, como o açúcar. Também havia grupos políticos comunistas dissidentes, como os trotskistas, com a tese da revolução permanente. Para quem, em países periféricos como os da América Latina, a revolução se dá primeiramente com revoluções democráticas, agrárias, anti-imperialistas, mas que se transformam continuamente em revoluções anticapitalistas no seu curso revolucionário.

Em 1959, com a revolução cubana, inaugura-se um novo capítulo na história do marxismo na América Latina, que permanece. Foi dirigida por um movimento autônomo, o 26 de julho, com Fidel Castro, Raúl Castro, Che Guevera etc. Pouco tempo depois de derrotada a ditadura de Batista, Che Guevara disse em uma entrevista que a revolução estava apenas começando e continuaria ininterruptamente até a transformação completa das estruturas econômicas e sociais do país. Primeiramente, uma reforma agrária radical e a expropriação das companhias norte-americanas. Che Guevara primeiramente, como ministro da indústria, achava que poderia espelhar o modelo soviético de revolução socialista, mas depois busca um caminho próprio para a revolução cubana. Ele desenvolve notas críticas ao manual de economia política soviético e propõe um modelo alternativo, baseado na

planificação democrática e não no modelo de mercado que acreditava haver no modelo soviético. Vai buscar a revolução, primeiramente no Congo e depois na América Latina. A proposta era uma guerrilha, em escala continental, apoiada principalmente nos camponeses.

Depois do assassinato de Che Guevara na Bolívia, outros movimentos de guerrilha continuam se desenvolvendo na América Latina, inspirados em Che e seus escritos, que culmina na Junta de Coordenação Revolucionária. Essa corrente guevarista foi derrotada em todos os países, embora tenha lutado bravamente contra ditaduras latino-americanas. Na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, também guevarista, inspirada pela revolução cubana, conseguiu derrotar a ditadura de Somosa e teve experiência de poder popular.

Michael Löwy considera uma das consequências mais surpreendentes e originais da revolução cubana na América Latina, mesmo que indiretamente, o marxismo cristão surgido na década de 1960. No Brasil, inicialmente entre a Juventude Universitária Cristã (JUC), que pensa a realidade brasileira em termos cristão e marxista. O que inspira a formação do partido político Ação Popular, de comunidades eclesiais de base (CEBs), pastorais populares (Pastoral da Terra, Pastoral Operária, Pastoral Indígena) e, na década de 1970, a Teologia da Libertação, cujo primeiro teórico foi o peruano Gustavo Gutiérrez, que defendia a participação do cristão na luta de classes sob a perspectiva do socialismo. Dois grandes expoentes dessa corrente são os brasileiros Leonardo Boff e Frei Beto. A Teologia da Libertação teve contribuição teórica e, principalmente, na prática política, no envolvimento com as lutas sociais, inclusive revolucionárias, como o padre colombiano Camilo Torres, que morreu lutando em guerrilha. A revolução sandinista na Nicarágua foi a primeira luta revolucionária do século XX que teve participação massiva dos cristãos, inclusive na direção. No Brasil, tanto o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST tiveram suas origens nas comunidades de base, pastorais populares e na teologia da libertação.

Mais adiante, no México, em 1994, o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que foi precedido por um trabalho de anos da igreja e, particularmente, do bispo Dom Samuel Ruiz, que convocou uma conferência de indígenas e camponeses em Chiapas, no sul do México, quando começou um trabalho de conscientização e auto-organização dos camponeses. Mais tarde se aproximou um grupo de revolucionários marxistas guevaristas, com o subcomandante Marcos, e se entrosaram com os camponeses e

indígenas, em processo de aprendizado recíproco. Löwy conta que, em 1996, teve a oportunidade de entrevistar Dom Samuel Ruiz, quando perguntou a ele se o bispo se reconhecia na Teologia da Libertação, ao que ele respondeu: “sim, como não, mas o mais importante não é a teologia e sim a libertação”. Foi um acontecimento histórico muito importante, até pelo momento que ocorreu: pouco tempo após a queda do muro de Berlim, quando correntes teóricas propagavam o fim da história, do marxismo etc. Um dos poucos consensos na literatura sobre o ciberativismo é que a sua primeira grande expressão ocorreu em 1994, com o uso da internet pelo movimento zapatista com o intuito de conclamar uma rede de apoio e solidariedade descentralizada às suas causas. Manuel Castells atribui a origem dessa rede de solidariedade a La Neta, uma rede de mulheres mexicanas apoiada pelo San Francisco Institute of Global Communication, uma ONG de técnicos socialmente responsáveis (CASTELLS, 2003, p. 115). Em 1996, em Chiapas, o EZLN convocou a Conferência Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, que deu início ao movimento alter-modernista, precedendo o Fórum Social Mundial.

Michael Löwy elenca como questões políticas, teóricas e práticas aos movimentos marxistas da América latina no século XXI: a relação do marxismo com o feminismo, a questão de gênero, principalmente da opressão à mulher; marxismo e indigenismo, a necessidade de integrar as necessidades e lutas políticas dos indígenas ao marxismo, menciona o Peru, a Bolívia e o México como países em a que a luta indígena é protagonista; a discussão sobre a descolonização da estrutura do pensamento das Américas, devido à força do pensamento colonizador e suas opressões e preconceitos étnicos presentes nas estruturas sociais, na historiografia etc; o socialismo e a ecologia, o ecossocialismo, a necessidade de integrar a questão ecológica à luta política socialista. O MST dialoga principalmente com as questões de gênero e do meio ambiente. Entram neste debate os defensores do capitalismo verde e também os marxistas produtivistas, que não levam em conta as questões ambientais, e os movimentos indígenas e camponeses que lutam pela defesa dos bens naturais, da terra, da água e do ar, da *Pacha Mama*, contra todos os que querem destruir o meio ambiente. Outra questão importante é o chamado socialismo do século XXI, que nasceu na Venezuela, com Hugo Cháves e a revolução bolivariana, depois seguido por Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador, em processos políticos que possuem o socialismo como horizonte, mas que ainda estão muito distantes deste objetivo. A ALBA dos Movimentos Sociais é outro processo, protagonizado pelos movimentos sociais latino-americanos, entre os quais o MST é

uma referência como organização e luta política. O próximo capítulo apresenta a luta do MST pela hegemonia.

2. MST E A LUTA PELA HEGEMONIA: O POPULAR COMO SÍNTESE

Neste capítulo, apresentamos as características e principais níveis de luta do MST pela hegemonia, com destaque para as aproximações, diálogos e alianças com o trabalhador urbano e a cidade. Embora na maioria das vezes com a supremacia do operariado, a aliança de classe entre os trabalhadores do campo e da cidade aparece como uma necessidade política para a superação da sociedade de classes em diferentes momentos da história e em diferentes lugares, portanto, como processos históricos peculiares. A origem do conceito de hegemonia está na relação entre campo e cidade, entre o operário e o camponês no processo revolucionário. Foi Lênin quem criou o conceito para se referir à liderança intelectual, política e ideológica que o proletariado russo deveria exercer sobre os camponeses na revolução para construção do estado socialista (HALL, 2003, p. 294). Ou seja, o conceito de hegemonia surge para explicar o processo da aliança de classe operário-camponesa para a revolução russa, como elo intelectual e político entre a teoria e a prática revolucionária sob a liderança do operariado. O trabalho intelectual, por meio do partido e movimento social-democrata, é condição fundamental para a construção da hegemonia, para fazer valer a liderança ideológica da vanguarda revolucionária operária. O conceito de ideologia desenvolvido por Lênin possui diferença marcante com o sentido de ideologia proposto por Marx. Para Marx, ideologia é engodo, superfície de ideias e imagens, aparência de suposto equilíbrio que justifica a dominação da classe burguesa, cuja essência é o desequilíbrio jurídico, econômico e social entre as classes. Para Lênin, ideologia é o conjunto de ideias que sustenta e mobiliza as diferentes classes. Portanto, campo de disputa e elaboração de ideias que sustentam visões de mundo. Jorge Larrain denomina essa diferença de sentido como acepção neutra de ideologia em contraposição à concepção negativa de ideologia, na acepção originária de Marx. A acepção neutra permite-nos falar de ideologia burguesa, que seria redundância para Marx, mencionar ideologia socialista ou camponesa. É a concepção que predomina posteriormente nas obras de Gramsci, Lukács e Mészáros (SCHNEIDER, 2013, p. 11).

Para o teórico revolucionário russo, espontaneamente, pelas próprias forças, os operários só chegariam ao sindicalismo, à “escravidão ideológica dos operários pela burguesia” (LÊNIN, 1978a, p. 32). Isso porque a ideologia burguesa é mais antiga, completamente elaborada e possui meios de difusão “infinitamente maiores” (ibidem, p. 33). A consciência social-democrata, a teoria socialista, o conhecimento político, chega pela luta teórica, científica, intelectual e política. “Devemos empreender ativamente a educação política da

classe operária, trabalhar para desenvolver sua consciência política" (ibidem, p. 35). Na obra supracitada, *Que fazer?*, publicada pela primeira vez em março de 1902, Lênin, em diversos momentos, convoca os operários a desenvolverem o trabalho político e intelectual, a agitação e propaganda, *agitprop*, a organização e as revelações políticas em todas as classes da população, todas as camadas do povo. Nessa obra está a famosa frase que mostra a importância da teoria revolucionária, ou seja, do trabalho intelectual para a revolução. "Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário" (LÊNIN, 1978a, p. 18). A luta do movimento operário tem que se desenvolver em três direções: teórica, política e econômico-prática (resistência contra o capital). Naquele momento histórico, considerava-se que os operários alemães estavam na vanguarda da luta operária. Lênin alertava que era necessário os alemães trabalharem o socialismo como ciência e não descuidarem do trabalho de luta e agitação (ibidem, p. 20).

> A consciência de classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra *todo* abuso, toda manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, *quaisquer que sejam as classes* atingidas; a reagir justamente do ponto de vista social-democrata, e não de qualquer outro ponto de vista. A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e acontecimentos políticos concretos e de grande atualidade, para observar *cada uma* das outras classes sociais em *todas* as manifestações da sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a *todas* as formas de atividade e da vida de todas as classes, categorias e grupos da população (ibidem, p. 55, grifo do autor).

A consciência de classe verdadeira ou necessária é atribuída ao proletariado quando consciente de sua tarefa histórica, em oposição à consciência contingente, associada à consciência, em um momento que possui um proletário individualmente ou mesmo o conjunto do proletariado, de sua meta particular (MÉSZÁROS, 1993, p. 86). Lukács, a partir de Marx, desenvolve os termos consciência de classe "atribuída" ou "imputada" e a consciência "psicológica" (LUKÁCS, 1974). Schneider nos mostra que não necessariamente a consciência contingente corresponde à falsa consciência, termo desenvolvido por Engels para explicar a consciência que os homens possuem de seus atos históricos, como condicionamento primário de sua posição de classe no momento histórico, na "totalidade concreta a que pertence" (LUKÁCS, 1974, p. 63). A "consciência contingente" pode ser a "consciência necessária" no momento em que o ser social do proletariado consiga suprassumir sua situação de contradição (SCHNEIDER, 2011).

Lênin destaca o trabalho de agitação e propaganda como caminho para fazer as revelações políticas e desenvolver a consciência política junto às classes trabalhadoras. Na acepção de Plekhânov, há algumas diferenças entre as tarefas de agitação e de propaganda. "O propagandista inculca muitas ideias em uma única pessoa, ou em um pequeno número de pessoas: o agitador inculca apenas uma única ideia, ou um pequeno número de ideias: em troca, inculca-as em toda uma massa de pessoas". Agitação refere-se ao trabalho de comunicação mais próximo do militante revolucionário junto às massas, através da oratória, da força da voz em discursos públicos que buscam alcançar o maior número de pessoas possível. Enquanto o trabalho do propagandista envolve maior profundidade da comunicação política, análises mais consistentes, teóricas, e privilegia-se a forma escrita em meios como jornais, panfletos e revistas. Lênin menciona o exemplo do problema do desemprego para diferenciar o trabalho do agitador e do propagandista, conforme Plekhânov propunha. O propagandista deve "explicar a natureza capitalista das crises, mostrar o que as torna inevitáveis na sociedade moderna, mostrar a necessidade da transformação dessa sociedade em sociedade socialista etc." (LÊNIN, 1978a, p. 53). Na mesma situação, o agitador:

> tomará o fato mais conhecido dos seus ouvintes, e o mais palpitante, por exemplo uma família de desempregados morta de fome, a indigência crescente etc., e apoiando-se sobre esse fato conhecido de todos, fará todo o esforço para dar à "massa" uma *única ideia*: a da contradição absurda entre o aumento da riqueza e o aumento da miséria; esforçar-se-á para *suscitar* o descontentamento, a indignação da massa contra essa injustiça gritante, deixando ao propagandista o cuidado de dar uma explicação completa dessa contradição (ibidem, p. 53).

Lênin conclui não fazer sentido essa diferenciação porque tanto o apelo junto às massas como a teoria estão nos trabalhos dos agitadores e propagandistas. São atividades complementares, caminham juntas. Convencionou-se utilizar *agitprop* para sintetizar a expressão agitação e propaganda. Os trabalhos de *agitprop* ganharam bastante força e desenvolvimento na efervescência cultural e política da Alemanha pós-revolução russa, sobretudo com Brecht.

Na mesma obra supracitada, Lênin desenvolveu o conceito do uso de um jornal para toda a Rússia para educar as pessoas, trabalhar agitação, propaganda e ser um organizador coletivo, um "fio condutor" para a organização revolucionária. A unidade política em torno da causa revolucionária entre os bairros, cidades, poderia ser obtida com um jornal nacional, "o fole de uma forja que atiçasse cada fagulha da luta de classes e da indignação popular". Ele compara o uso do jornal a um andaime.

> A esse respeito, pode-se compará-lo aos andaimes que se levantam ao redor de um edifício em construção; constitui o esboço dos contornos do edifício, facilita as comunicações entre os diferentes construtores, permitindo-lhes que repartam a tarefa e atinjam o conjunto dos resultados obtidos pelo trabalho organizado (LÊNIN, 1978a, p. 127).

Esse conceito do jornal como organizador coletivo tem reflexos no uso do Jornal Sem Terra (JST) para a organização, mobilização e educação política dos Sem Terra, desde a sua formação. Em cada momento histórico e político, é o meio pelo qual o Movimento busca fazer as análises conjunturais e orientar a militância, com certa influência das proposições leninistas para o uso do jornal, como constata Alexandre Barbosa (2013). Barreto e Nunes (2011, p. 6) também apontam essa influência leninista, sobretudo no momento histórico que precede a fundação do MST. As autoras criticam o que consideram visão instrumental da comunicação que perdurará por anos. Com o tempo, principalmente ao final da década de 1990, o MST formula visão mais estratégica da comunicação. Entretanto, conforme as autoras, ainda há no Setor de Comunicação uso excessivo de linguagem panfletária, visão "instrumental e defensiva" na comunicação desenvolvida nos Estados, onde apontam também a ausência de atividades práticas permanentes e discussões táticas coletivas (BARRETO; NUNES, 2011, p. 14). Barbosa, Barreto e Nunes concordam quanto ao atrelamento das ações de comunicação às estratégias políticas de cada período histórico (BARBOSA, 2013; BARRETO; NUNES, 2011).

A influência de algumas ideias de Lênin não torna o MST uma organização leninista, como também conclui Barbosa (2013). Na verdade, não se pode dizer que o MST seja leninista, trotskista, maoísta, guevarista ou qualquer outra orientação ou tendência de política revolucionária que possamos identificar. Seus integrantes possuem aversão a esse tipo de discussão, de tendências políticas e/ou revolucionárias. Isso decorre da prática política do MST como movimento social. Numa peculiar versão da tradição modernista brasileira, o MST é politicamente antropofágico, utiliza o conhecimento teórico das várias referências históricas, sem se preocupar muito com suposta coerência de tendências políticas revolucionárias. A ciência do MST dialoga sempre diretamente com a luta e o momento político. Claro que, de maneira geral, a orientação teórica central dos seus processos de formação política é marxiana. Entretanto, embora muitos dos seus dirigentes fizeram ou estejam cursando pós-graduação em Ciências Sociais, Humanas, Agrárias, o que exige coerência científica, lógica e formal, na luta política o MST absorve e dialoga com a teoria que melhor ilumina e evidencia as contradições do momento, mesmo que isso possa indicar

alguma contradição científica e /ou política. Um momento que presenciamos ilustra bem nossa exposição. Em uma palestra[13] sobre a matrizes pedagógicas e educativas do MST, ministrada por Judite Stron Zake, do Setor de Educação, um casal de professores que faz parte da Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (AAENFF), presente no auditório, perguntou à palestrante sobre o referencial político de luta do MST que, para eles, se aproximava das ideias de Gramsci, da "guerra de posições", ao que ela respondeu: "quanto aos nossos referentes, se é Marx, Mao Tse Tung , estudamos todos. Desde Jesus Cristo até aos atuais. Tentamos estudar todo mundo". De certa forma, podemos parafrasear Lévi-Strauss e dizer que as ciências da comunicação, educação, cultura, formação do MST são comunicação do concreto, pedagogia do concreto, enfim, constituem "ciência do concreto". Conquanto trabalhem também com o nível de abstração da ciência moderna, o mais importante é a sua aplicação na luta, por isso uma ciência próxima das necessidades do cotidiano e da "intuição sensível" (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 30). Na próxima seção, apresentamos as características e níveis da luta pela hegemonia perpetrada pelo MST.

2.1 Características e níveis da luta pela hegemonia

O ponto de partida para situar historicamente e politicamente a luta do MST pela hegemonia é entender o lugar do movimento social no processo de hegemonia, suas características e níveis de luta. Pode até haver equivalência nos objetivos, mas a luta do movimento social é diferente da luta do partido político. No conceito de hegemonia de Lênin, também no conceito de Gramsci, e na perspectiva de totalidade de Lukács, o Partido Comunista é o grande responsável pela organização e formação política, pela construção da unidade entre teoria e prática revolucionária. Como sabemos, na experiência do chamado "socialismo real" russo, liderado pelo Partido Comunista, o método científico dialético marxiano deu lugar ao stalinismo, à rigidez, ao controle e à burocratização do Estado, o que destoava completamente da perspectiva marxiana.

> Ora, essa forma de sociedade destoava radicalmente da concepção marxiana que entendia o comunismo como o fim do poder político e dos antagonismos no interior da sociedade civil. Trata-se, em verdade, de uma completa inversão: o Estado, em vez de desaparecer gradualmente para dar lugar à plena expansão da sociedade civil, hipertrofiou-se e sobrepôs-se a tudo e a todos (FREDERICO, 1994, pp. 29-30).

Gramsci utilizou pela primeira vez o termo hegemonia no texto "Notas sobre a questão do Sul", em 1920, ainda na primeira fase da sua produção intelectual e política. Nessa

[13] A palestra ocorreu em um sábado, 27/04/2013, dia do Ciclo de Debates e visita dos amigos da AAENFF.

primeira fase, dos escritos políticos, Gramsci escreve textos mais datados e menos sistemáticos, ligados a sua atuação como jornalista político. A fase madura dos escritos de Gramsci tem início em 1929, três anos após sua prisão, quando começa a escrever os "Cadernos do Cárcere". Na primeira aparição do termo hegemonia, Gramsci faz uso parecido com o de Lênin na sua formulação original, mas ao invés de enfatizar a liderança do proletariado sobre os camponeses, defende que, para o proletariado italiano se tornar dirigente na luta socialista, deve criar um "sistema de alianças" com a classe trabalhadora, referindo-se principalmente ao consentimento dos camponeses (HALL, 2008, p. 295). Stuart Hall diz que nos últimos escritos, Gramsci expandiu e aprofundou a concepção de hegemonia ligada eminentemente à "aliança de classe" (ibidem, 2008, p. 295).

Com a ampliação do conceito, hegemonia se torna um amplo e complexo processo político, pedagógico e comunicacional de construção e manutenção do poder, nacional e internacional, que envolve o consentimento e o conjunto de todas as classes sociais, instituições da sociedade civil e o Estado, em equilíbrio historicamente conjuntural, com possíveis instabilidades, estruturado na base econômica e na direção moral, intelectual, política e cultural da maioria dos cidadãos. A esse conjunto de equilíbrio do poder entre base e superestrutura, forças materiais e ideológicas, Gramsci dá o nome de "bloco histórico" ou "bloco de poder". Essa superestrutura não se realiza e se expressa somente como ideologia, há diferentes níveis – jurídico, artístico, científico - com suas especificidades, forma, conteúdo e potencialidades históricas de "ação reflexa", o que na dialética marxiana aparece como *Wechselwirkung*, ou seja, a ação de "retorno da superestrutura sobre o que supostamente a determina ou o que, na teoria sistêmica, se descreve como retroação" (SODRÉ, 2014, p. 11). Enquanto que ideologia é o modo pelo qual os homens adquirem e expressam a consciência sobre o que são e como se situam com relação às forças produtivas e relações de produção, ou seja, como classe na luta de classes. Para Gramsci, a ciência também é uma categoria histórica e, entre os níveis da superestrutura, o que possui particular potencial de ação reflexa: "no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que a sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento..." (GRAMSCI, 1966, p. 71). Por isso, a formação de novos intelectuais orgânicos, oriundos das camadas populares, é prática central na luta pela hegemonia política, pela conquista do dirigismo político-ideológico, para a transformação histórica e constituição de novo bloco de poder.

> O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece "especialista" e não se chega a "dirigente" (especialista mais político). (GRAMSCI, 1968, p. 8).

Para o filósofo italiano, o que muda realmente o panorama ideológico de uma época, o caminho à transformação ética e política para conquista do poder, é a elevação intelectual de camadas populares cada vez mais vastas (GRAMSCI, 1966, p. 27). Esse processo de luta contínua pela conquista do poder, entre hegemonias políticas conflitantes, no campo ético, ideológico, filosófico e político, é denominado por Gramsci como "guerra de posições". Em sociedades do "Ocidente", o que para Gramsci significa países em que a sociedade civil e suas instituições, bem como a relação com o Estado, são avançados e bem estruturados historicamente, a revolução se desenvolve em etapas, em "guerra de posições". Diferentemente da Rússia pré-revolucionária, sociedade do "Oriente", com "sua sociedade civil relativamente subdesenvolvida e seu baixo nível de desenvolvimento capitalista", onde se deu, talvez, a última "guerra de manobras" para a revolução socialista (HALL, 2008, p. 298). Na guerra de posições, as superestruturas da sociedade civil são as trincheiras das guerras modernas (HALL, 2003, p. 298) e os intelectuais são os "funcionários" do conjunto das superestruturas (GRAMSCI, 1968, p. 10).

Com as contribuições de Gramsci, podemos perceber que em sociedades democraticamente avançadas as lutas entre projetos de classe envolvem blocos de poder, o que pressupõe disputas entre alianças de classe, ou seja, tendo o socialismo como horizonte social, é a classe trabalhadora contra o bloco de poder hegemônico. Thompson alerta-nos sobre o caráter polissêmico do termo "classes trabalhadoras" (THOMPSON, 1987b, p. 16). De fato, mesmo entre os trabalhadores do campo, como já mencionamos, há inúmeras categorias que vivem, socializam-se, são exploradas, expropriadas, identificam seus opressores e se identificam como classe de formas distintas. Por isso a preocupação do MST, expressa na definição dos objetivos gerais[14]do Movimento, no 1º Encontro Nacional em 1984, de "integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.". Preocupação cultural, semântica e política que denota o objetivo de construir a unidade de classe entre os trabalhadores rurais em torno da identidade sem-terra. O

[14] Relatório do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST: Porto Alegre, 1984 (FERNANDES, 2000, p. 83).

que faz crescer a identidade de classe entre os trabalhadores do campo, neste novo milênio, é a identificação do agronegócio como principal inimigo a ser combatido. Na cidade, também há inúmeras categorias de trabalhadores com lutas diferenciadas, todavia, sua unidade de classe está ligada pela mesma posição que ocupam nas relações de produção. A mediação central é o trabalho, o que, por razões objetivas e subjetivas diversas, não se reflete nesse momento histórico em consciência e luta política para a maioria da classe trabalhadora. Quando Thompson (1987a, 1987b, 1987c) analisa a formação da classe operária inglesa, entre 1790 e 1830, explica que se trata de um processo econômico, político e cultural. Juntamente às inovações técnicas da Revolução Industrial, há um processo de identificação dos diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes, o desenvolvimento do trabalho intelectual, a educação e autoeducação política, diversos esforços de comunicação com uso de jornais, panfletos, cartuns, marchas e, desde 1832, a consolidação da organização política por meio de instituições da classe operária: sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos, educativos e periódicos.

O MST entende que a aliança de classe com os trabalhadores da cidade é fundamental para colocar em marcha a Reforma Agrária Popular. O que demanda a construção da consciência política, a ciência de fazer parte de força hegemônica, o que exige mediações políticas. E neste momento histórico há imensa fragmentação entre as organizações e movimentos populares. O descenso da luta de massas vem desde o final da década de 1980, com a queda do Muro de Berlim e, nacionalmente, com a derrota de Lula e PT nas eleições para presidente do Brasil em 1989 e o recrudescimento do neoliberalismo no país. O descenso intensificou-se na década de 1990 e evoluiu ainda mais neste novo milênio. Tanto que, na segunda metade da década de 1990, o MST, movimento social que é o principal representante dos trabalhadores rurais, uma categoria minoritária da classe trabalhadora, os camponeses, tornou-se referência e assumiu a hegemonia das lutas de esquerda. A projeção nacional do MST como força política é resultado da luta do Movimento, do apoio da sociedade e da contínua perseguição e massacre que sofreram pelas mãos dos latifundiários e do Estado. Os massacres de Corumbiara, sul de Rondônia, ocorrido no dia 09 de agosto de 1995, que resultou na morte de nove Sem Terra e dois policiais e, principalmente, o massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de abril de 1996, quando 19 Sem Terra foram mortos por policiais, fizeram com que o MST ganhasse a solidariedade e apoio da opinião pública internacional. Em 1997, com a marcha a Brasília, quando cinco mil Sem Terra apoiados por 95 mil pessoas chegam ao Distrito Federal, juntamente ao Projeto Terra, livro com fotos de

Sebastião Salgado, textos de José Saramago, poesias de Chico Buarque, CD com letras e músicas também de Chico Buarque, a imagem e força política do MST se fortaleceram ainda mais.

O MST entende que assumiu uma lacuna na oposição ao neoliberalismo e ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Teve que encampar um projeto, mesmo que ainda não estivesse pronto. Com a responsabilidade de dialogar com a sociedade, que havia depositado confiança no Movimento, e as violentas críticas que passou a sofrer da mídia burguesa e do Estado, do bloco de poder, teve que intensificar a organização política, profissionalizar e fortalecer a comunicação. Ironicamente, com a vitória de um trabalhador para a presidência da República do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, por um partido cuja base é formada majoritariamente pela classe trabalhadora, o PT, iniciou-se o momento de maior fragmentação da esquerda na história recente. Embora tenhamos alguns avanços sociais, o MST entende que o governo Lula "amorteceu" a luta de classes. Resumidamente, desde 2003, as forças de esquerda dividiram-se em três grupos: oposição ao governo pela esquerda, os governistas e uma terceira via, da qual o MST faz parte, que entende ser necessário politicamente não ser nem oposição sistemática ao governo e nem adesão subordinada. Como diz o dirigente nacional João Paulo Rodrigues[15]: é momento de "terra arrasada", do ponto de vista da articulação política, principalmente a partir de 2010. Foi no primeiro governo Lula também que o agronegócio, que já vinha ganhando força econômica e política desde o final da década de 1990, fortaleceu-se.

Em síntese, o bloco de poder que o MST enfrenta envolve: as empresas transnacionais do agronegócio, como Monsanto, Syngenta, Bunge, Bayer, ADM, entre outras; os bancos que são seus principais sócios e financiadores, por meio das linhas de crédito e fundos de investimento, a mídia burguesa que, além de reproduzir ideologicamente o discurso modernizador do agronegócio, investe financeiramente no setor e em publicações, como o canal Terra Viva, um dos principais veículos do segmento: plataforma multimídia que envolve TV paga, internet e dispositivos móveis. O Terra Viva é um canal pertencente aos grandes conglomerados de mídia Grupo Bandeirantes de Comunicação e UOL, do Grupo Folha, um dos maiores portais da internet. Os bancos e grupos de mídia também compõem as entidades de classe do setor como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que conta com o Grupo Estado, que publica o jornal O Estado de São Paulo, as Organizações

[15] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

Globo e o Itaú BBA, maior banco de investimentos da América Latina, que faz parte do Grupo Itaú Unibanco. O Itaú BBA possui um dos seus executivos na diretoria[16] da ABAG, empossada recentemente para o período de 2015 a 2017. E, diante desse exército econômico e ideológico, a maior parte da sociedade é a favor do agronegócio. Como pode ser percebido, não é apenas a equivalência de interesses que une este bloco de poder em torno do capital, mas uma grande organicidade em torno de objetivos e estratégias econômicas e ideológicas. Claro que pode haver alguns conflitos de interesses, mas nada que concessões pontuais, que não prejudiquem os grandes interesses econômicos, não possam resolver. Algumas concessões podem ser necessárias, porque manter a hegemonia exige que

> sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sociais sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de ordem econômico-corporativa, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. (...) Mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI apud MORAES, 2010, pp. 71-72).

O MST, como movimento social, faz parte da sociedade civil, espaço onde essencialmente se desenvolve a luta de classes, onde se formulam e se reproduzem as ideologias. Na concepção de Estado ampliado de Gramsci, a sociedade política, correspondente às forças coercitivas e educadoras do Estado, soma-se à sociedade civil, que tem nas suas instituições, ou aparelhos privados de hegemonia – imprensa, sindicatos, igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, entidades de classe e organizações diversas - os espaços por excelência de formação política e ideológica, questionando ou fortalecendo o bloco de poder estabelecido. Claro que esses aparelhos nem sempre podem ser categorizados como privados ou civis, visto que podem possuir vínculos ideológicos e políticos com o Estado, como é o caso de partidos, fundações etc. Conforme Moraes, os aparelhos privados de hegemonia funcionam como "caixas de ressonância de posições presentes nas pelejas ideológico-culturais" (MORAES, 2010, p. 59). Os processos de luta, negociações, articulações, relação com o Estado e conquista de poder dos movimentos sociais possuem características próprias. O "intelectual orgânico", aquele que se imiscui, informa, forma e traduz os interesses das classes populares, na acepção gramsciana, é fundamentalmente o Partido Comunista. Este possui a função de elaborar a concepção de mundo, com ética e

[16] No informativo da entidade número 94 – ano 17 – set-out 2014, está a configuração da nova diretoria. Disponível em: < http://www.abag.com.br/informativos/abag_94/#p=4>. Acesso em: 11/01/2014.

política adequadas, e construir a unidade entre teoria e prática, um trabalho filosófico, pedagógico e político. O partido é o organizador político que suscita a vontade racional, prática consciente adequada às necessidades objetivas históricas, que pode ser representada inicialmente pelo indivíduo, mas que é necessariamente coletiva, universal. A racionalidade da categoria de vontade gramsciana está na coletividade, quando é acolhida "por um grande número, e acolhida permanentemente, isto é, ela se torna uma cultura, um "bom senso", uma concepção do mundo, com uma ética adequada à sua estrutura (GRAMSCI, 1966, p. 33). Para o fundador do Partido Comunista Italiano (PCI)', cada classe, "cada camada social tem seu "senso comum" e seu "bom senso", que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Cada corrente filosófica deixa uma sedimentação de "senso comum": é este o documento de sua efetividade histórica." (GRAMSCI, 1968, p. 178). Este conceito expressa e opera um grande conflito político, ideológico e histórico. Por isso o grande "mergulho" de Gramsci na cultura popular, ou no folclore como costumava denominar. O filósofo italiano buscava entender de que forma essa visão de mundo contida na cultura popular, na filosofia do povo ou do "senso comum[17]", poderia sustentar, culturalmente e ideologicamente, a conquista da direção política pela hegemonia da classe trabalhadora. Constatou que a filosofia popular era heterogeneamente estruturada a partir de elementos progressistas e da filosofia das classes dominantes, historicamente sedimentada:

> (...) nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (GRAMSCI, 1966, p. 12).

É difícil esse processo de mudança de opinião das classes populares, que sempre ocorre de forma "mais ou menos heteróclita e bizarra". Entretanto, "a forma racional, logicamente coerente, a perfeição do raciocínio que não esquece nenhum argumento positivo ou negativo de certo peso, tem a sua importância, mas está bem longe de ser decisiva" (GRAMSCI, 1966, p. 25). Como já mencionamos, é perceptível no MST a combinação de referenciais históricos e políticos diversos. Mao Tsé Tung, Jesus Cristo e Marx podem entrar

[17] Gramsci considera que todos somos filósofos e que no senso comum está implícita uma visão de mundo. "Deve-se, portanto, demonstrar, preliminarmente, que todos os homens são "filósofos", definindo os limites e características desta "filosofia espontânea", peculiar a "todo o mundo", isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por "folclore". (GRAMSCI, 1966, p. 11).

na mesma frase sem grandes conflitos políticos, mas, o mais importante é o despertar da consciência política, de fazer parte de uma força hegemônica em luta política. Indubitavelmente, o MST, como movimento social, sobretudo "armado" com seus aparelhos populares de hegemonia, espaços e esforços de comunicação, arte, cultura e educação, contribui com essa formação política, com o momento "catártico". Gramscianamente, a catarse é este momento do despertar de classe como vontade coletiva: "pode-se empregar o termo "catarse" para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político" (GRAMSCI apud MALERBA, 2013, p. 6). Na definição de Malerba: "o processo catártico é aquele no qual o sujeito vai se dando conta de seu lugar sócio-histórico e passa a agir em uma prática consciente e orientada, fazendo da sua necessidade um meio para a liberdade" (MALERBA, 2013, p. 6).

O MST possui suas características, distinções, potencialidades e limitações nas lutas pela hegemonia. Sendo o movimento social uma ação coletiva que exige identificação objetiva e subjetiva dos seus agentes, oponentes claros e um projeto de mudança, sempre haverá, no mínimo, três processos comunicativo-político-pedagógicos necessários para colocar em marcha suas reivindicações. Primeiramente, junto a sua base, a militância do movimento. Nenhum movimento social sobrevive se não mantiver a identificação, o comprometimento e o amor da militância em torno dos seus objetivos, da sua causa. Em seguida, é preciso agenciar o Estado, espaço da formulação e de decisão das políticas públicas; e de educação política por meio dos esforços comunicativos das suas diversas instâncias. O movimento social não almeja assumir o Estado. O que todo movimento social faz é lutar, "bater" e negociar com o Estado para pautá-lo e conseguir vitórias para os agentes sociais que compõem o movimento. E, finalmente, precisa se comunicar com a sociedade. Todo movimento social ganha força política, mobilidade, espaço, abertura ao diálogo, se tiver apoio da opinião pública. Com a centralidade e capilaridade que os meios de comunicação de massa possuem, sua força ideológica na formação da opinião pública é enorme. A mídia, de forma geral, produz, distribui e circula signos, linguagem, discurso, a partir dos quais as pessoas dialogam e organizam sua consciência sobre os fatos. Como afirmamos em outras oportunidades[18], a mídia funciona como grande espelho que reflete de maneira distorcida a realidade, ao mesmo tempo em que, através das suas imagens que medeiam esta realidade, as pessoas reconhecem e se reconhecem no mundo, formam opinião sobre os fatos. A mídia não se confunde com o "espetáculo", é uma das suas faces mais perigosa e influente, mistura e

[18] Bastos (2008, 2012a, 2012b).

confunde valor de troca e valor de uso, é a “sua manifestação superficial mais esmagadora” e “instrumentação mais conveniente ao seu automovimento total” (DEBORD, 2003, § 24). Celso Frederico aponta "o partido da mídia" como o novo partido da sociedade do espetáculo (FREDERICO, 2013, p. 248). O espetáculo, segundo Debord, “completa reificação, domínio da abstração e da imagem”, embaralha as relações entre signo e referente (FREDERICO, 2010, p. 185).

Ao afirmar que “tudo que é ideológico é um signo”, Bakhtin (2010, p. 31) nos mostra que as disputas ideológicas são substanciadas por operações linguísticas. A própria consciência forma-se pela materialidade dos signos e se expressa por mecanismos lingüísticos, fundamentalmente pela palavra, prenhe de sentido, e cuja fecundidade está diretamente ligada ao grau de orientação social, à consciência política dos interlocutores. Nisso consiste a maleabilidade da palavra, que pode adquirir formas e sentidos diversos conforme seu conteúdo e intenção ideológicos, bem como sua finalidade: estética, científica, política, social etc. De acordo com o autor

> Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. (BAKHTIN, 2010, p. 47).

Não obstante, esse caráter multifacetado do signo ideológico, que permite adequações conforme os interesses de classe e a orientação social dos co-enunciadores, é obstruído pelas classes dominantes, pelo boco de poder e seus mecanismo de reprodução social, pois essa dialética interna do signo faculta às classes populares material simbólico para construção de um discurso com poder contra-hegemônico. Dessa forma, as palavras que expressam a ideologia dominante são mostradas com unicidade, legitimando a face que lhe corresponde e ocultando outras possibilidades. Se nos valermos do conceito de jogos de linguagem de Wittgeinstein, o sentido das palavras é construído na co-enunciação, no contexto e uso que se faz da linguagem no ato comunicativo; as significações se fazem nos “fluxos entre enunciadores e enunciatários” (CITELLI, 2008, pp. 16-17). Ao atribuirmos componente político a este conceito, nos damos conta que é na comunicação produzida na socialização política, na interação comunicativa em torno da luta, que o sentido político do MST pode ser compartilhado e construído conjuntamente com possíveis aliados. Vamos expor um fato para

explicar a concretude desse processo. Daiane[19], Coordenadora Pedagógica da ENNF, uma das responsáveis pela comunicação da Escola, contou-nos que quando o MST comprou o terreno e começou a construir a ENFF, no bairro de Parateí, em Guararema, São Paulo, uma área industrial com população pobre e desassistida pelo poder público, as pessoas ficaram temerosas com a chegada do Movimento. Daiane era da Associação Amigos do Bairro. A visão que tinham, mediada pela mídia, é que eram todos criminosos, baderneiros e arruaceiros. Amiúde, essa visão foi mudando com a relação que começou a se estabelecer entre a Escola e o Bairro, entre a militância do MST e os moradores. Foram realizadas desde ações solidárias, como contribuir na manutenção e pequenos consertos em uma praça do bairro, até oferecer cursos para jovens moradores, inclusive alguns em parceria com o poder público municipal. A coordenadora relata assim o processo:

> Ah, eles vão invadir as casas que tem por perto, chácaras, sítios, coisas desse tipo. Mas foram vendo que não. O Movimento não veio para invadir ou pegar terra de alguém e sim para formar pessoas conscientes. É uma escola de formação e o que mudou essa concepção foi a relação que foi se estreitando entre a escola e a comunidade.

Outros depoimentos mostram que o mesmo fenômeno se repete nos espaços em que há assentamentos do MST. A população do entorno, que se socializa com o Movimento, começa a desconstruir paulatinamente a imagem de criminosos que a mídia produz e reproduz. Esse processo de criminalização que sofre pela mídia burguesa é um dos aspectos que, segundo o dirigente João Paulo Rodrigues[20], mais dificultam a entrada de novas pessoas no MST, junto às políticas assistenciais do governo federal e a dificuldade para conseguir a terra, as desapropriações do poder público. Quem está no Movimento não quer sair, mas quem está fora tem receio de entrar. Uma das diretrizes das linhas políticas da comunicação do MST é desconstruir essa imagem negativa, de criminosos e violentos, que a mídia burguesa colou no Movimento.

A relação do MST com o Estado é de autonomia na luta e na negociação. Por isso o MST sempre questiona e refuta quando é "acusado" por outras forças da esquerda de ser governista. Miguel Stédile[21], da direção nacional, comenta que há setores da esquerda que dizem que o MST deveria romper com o governo, o que não faz sentido, explica o dirigente, porque o MST é movimento social e não governo.

---

[19] A entrevista nos foi concedida dia 15/05/2014, na ENFF.
[20] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.
[21] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

> Espera aí. Quantos ministérios o MST tem? Quantos integrantes do MST têm cargos no governo federal? Nenhum. É um princípio do MST que a pessoa se desliga se vai para cargos etc. Se entra no Estado. Quem tem a relação de adesão ou rompimento é partido. (...) Mas o MST é um movimento social. Então não tem que estar no governo de maneira alguma. Senão deixa de ser movimento social. E não tem que aderir nem romper porque o MST e qualquer outro movimento social não é um partido institucional, não vai ter deputados a votar.

João Paulo Rodrigues[22], da direção nacional, pondera que em ato político do Congresso Nacional do MST, estiveram presentes tanto o senador do Partido do Movimento Democrático pelo Brasil (PMDB), pelo Paraná, estado em que o MST possui muitos assentamentos e produção intensa, Roberto Requião, como Zé Maria, presidente nacional do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Dois extremos do espectro político nacional. Ou seja, é da natureza do Movimento dialogar e negociar com todos os governos, em todas as instâncias, mas é claro que a base de apoio político está nos partidos de esquerda. Entretanto, desde o governo Lula, e mais intensamente com Dilma, a força política do agronegócio no governo federal só cresce.

Há o reconhecimento por parte do MST que o governo Dilma foi o pior da história brasileira com relação à reforma agrária, que ficou praticamente paralisada. Segundo os dados do MST (2014b), a média de famílias assentadas durante o governo Dilma foi de apenas 13 mil famílias por ano, a menor média desde a ditadura militar. A relação com o governo é ruim também no diálogo. A presidente Dilma tem como postura habitual não receber os movimentos sociais. Reuniram-se pela primeira vez recentemente, durante o VI Congresso Nacional do MST, para uma audiência em resposta às críticas feitas pelo Movimento em carta endereçada à presidência, após o confronto entre a militância e a polícia em local próximo ao Congresso Nacional, em Brasília. Depois da vitória de Dilma nas eleições presidenciais, ela também recebeu dirigentes do MST para uma reunião, em que criticaram a indicação da senadora pelo Estado do Tocantins, Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), uma das principais lideranças do agronegócio, para o Ministério da Agricultura. De nada adiantou porque ela foi empossada no cargo, fortalecendo ainda mais o agronegócio, que já possui extensa e intensa representação no Congresso Nacional. Segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o Congresso eleito em 2014 é o mais conservador desde 1964, com o aumento da participação de militares, religiosos, ruralistas, entre outros segmentos mais identificados com o conservadorismo. A

[22] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

bancada ruralista é o grupo político com maior representação no Congresso Nacional, com 16 senadores e 257 deputados, segundo estimativa da Frente Parlamentar da Agropecuária, que reúne os representantes do setor. Este número representa quase 50% do Congresso Nacional[23]. A bancada trabalhista teve a pior derrota desde a eleição de Lula, em 2002, passando de 83 deputados, com diferentes origens sindicais, para apenas 47; em 2015, diminuição de quase 50% na representação[24].

O MST sabe que é fundamental o papel do Estado para a implementação da Reforma Agrária Popular. É o Estado que pode politicamente mudar a matriz tecnológica, adotar massivamente a agroecologia, mudar as políticas de crédito agrícola, em suma, desenvolver um projeto de desenvolvimento para o campo baseado nas propostas de Reforma Agrária Popular, que representa o outro lado da disputa hegemônica, da classe trabalhadora, em momento de refluxo, enfraquecida politicamente nesse momento histórico.

Outro aspecto da luta diz respeito à força e mediação política do MST para sensibilizar a sociedade e construir alianças com o trabalhar urbano, que permitam retomar a luta de massas e reorganizar o campo hegemônico dos trabalhadores, a correlação das forças de esquerda. O que é uma tarefa de Sísifo. Primeiramente, pelo contexto político inicialmente retratado, de intensa fragmentação entre os movimentos populares. O outro aspecto se relaciona com a própria característica dialógica do MST. O Movimento reconhece que para retomar a luta de massas, o diálogo e as alianças de classe, sobretudo com a classe trabalhadora urbana, são fundamentais. Mas há dificuldades para superar a sua própria fronteira política. Além da dificuldade em conscientizar a base sobre a importância das lutas políticas mais amplas, nos campos da educação, comunicação e cultura, que estão dialeticamente relacionadas com a luta pela terra, há limitações para o diálogo com a classe trabalhadora urbana nos próprios princípios organizativos do MST, na hegemonia da cultura camponesa que existe no Movimento e no caminho político-semântico escolhido para expor as contradições do agronegócio. Entendendo diálogo como Paulo Freire (1977, p. 43), partimos da constatação que: “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. Dessa perspectiva dialógica, como conclui o educador brasileiro, não

[23] Disponível em: < http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>. Acesso em: 30/11/2014.
[24] Disponível em: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=24555:valor-bancada-trabalhista-tem-pior-reves-desde-eleicao-de-lula-em-2002&catid=59:noticias&Itemid=392>. Acesso em: 30/11/2014.

pode haver encontro entre “inconciliáveis”, não pode haver “invasão cultural dialógica”, nem conquista dialógica, porque são termos excludentes (ibidem, p. 43). Uma dose de etnocentrismo é saudável politicamente, sobretudo às classes e culturas que têm suas histórias, narrativas e o seu direito a representação negados historicamente, contudo, há um limite para isso. Este limite cultural está no encontro político, no reconhecimento do outro, na identificação e experiência comuns como princípio universalizante para a comunicação e a emancipação política. Não podemos deixar de concordar com Celso Frederico (2013, p. 247), quando afirma que a cultura não pode substituir a educação, que a integração crítica e revolucionária não pode prescindir do esforço universalizante da educação.

O MST se organiza a partir de alguns princípios, como a direção coletiva e o centralismo democrático[25]. Entre estes está a autonomia, talvez o princípio mais caro para a formação do Movimento. Quando o MST começou a se constituir como movimento nacional, no início dos anos 1980, a partir das ocupações do final da década de 1970, foram procurar dirigentes de outros movimentos sociais camponeses que precederam o MST, Ligas Camponesas, sindicatos rurais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Master do Rio Grande do Sul, trabalhadores e lideranças políticas dos anos 1970 e 1980. Com os diálogos e sua prática política, o MST percebeu que sua sobrevivência estava diretamente ligada a sua autonomia política com relação a partidos, Igreja, sindicatos, outros movimentos sociais etc. Miguel Stédile[26] considera equivocada a leitura que fazem de Lênin de que o partido seria o centro, porque assim os movimentos sociais, sindicatos e outras organizações seriam “correia de transmissão desse órgão central”, o que, segundo o dirigente, leva à paralisia dos movimentos sociais. O MST entende que presta contas para a sua base, a direção e organização. Nunca poderá ser correia de transmissão de outra organização. Esse princípio levou o MST, como cultura política, a respeitar a autonomia de outros movimentos sociais, a não interferir nem palpitar sobre seus procedimentos. Orientam-se pela pedagogia do exemplo, mostram as suas experiências, mas não pretendem orientar outros movimentos sociais. Guiados por esse princípio, embora sejam procurados por outros movimentos sociais que querem aprender com seus processos organizativos e participar de cursos de formação política na ENFF, o que de fato acontece, o MST não costuma procurar outros movimentos sociais, como afirma Miguel Stédile[27].

[25] No próximo capítulo, abordaremos os demais princípios organizativos do MST, suas características e impactos na socialização política.
[26] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.
[27] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

Conquanto a militância do MST participe de instâncias de articulação política constituídas principalmente ao final da década de 1990 - como a Assembleia Popular, de movimento político como a Consulta Popular, jovens do MST também militam no Levante Popular da Juventude -, afirmam que essa é a escolha política de alguns militantes, não da direção do MST. Há exemplos de militantes que desenvolveram articulação política com a cidade e foram inclusive morar na periferia, como João Paulo Rodrigues[28] e Joaquin Pinheiro[29], do Coletivo de Relações Internacionais. A explicação para isso é que o MST entende que seja importante fazer as articulações políticas, contudo, há esforço ainda maior para manter a autonomia e a organicidade do Movimento. O MST possui iniciativas político-comunicativa-pedagógicas para dialogar com a sociedade, como protestos, marchas, filmes, ações de agitprop etc., mas não há uma estratégia permanente dessas ações ou a construção de uma agenda de lutas comum com o trabalhador urbano. E reconhecem que há um déficit nesse sentido. O conjunto de ações permanentes poderia contribuir para maior aproximação política entre campo e cidade. Embora não concordemos com a maior parte e a intensidade das suas críticas ao MST, essa dificuldade para maiores articulações e diálogos políticos é criticada por Zander Navarro (1997, p. 91), um dos principais teóricos críticos ao MST. Esse papel de crítico também passou a ser cumprido pelo sociólogo José de Souza Martins, no final dos anos 1990, quando fazia parte do governo FHC.

> Com sua crescente capacidade de mobilização social e influência, desenvolveram-se em torno dos setores dirigentes do Movimento posturas por um lado, ingenuamente triunfalistas e, por outro, desqualificadoras de alianças possíveis, inclusive (e principalmente) com o aliado natural e imediato do MST: o movimento sindical de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores, atualmente representados pela Contag/CUT. Vítima de seu sucesso recente, o Movimento tem sido incapaz de vislumbrar estratégias realistas de ação e de compor-se com setores sociais os mais diversos, quase sempre adotando a imposição externa da subordinação ao que é decidido internamente, quando outros atores sociais contemplam a possibilidade de alianças.

Como representante da classe trabalhadora do campo, o MST possui a tendência de superestimar os elementos da cultura camponesa e negar culturalmente o que vem da cidade. Obviamente, que a cidade chega ao campo predominantemente pela via da modernidade capitalista, materialmente e simbolicamente. O MST deseja a construção de assentamentos que tenham os benefícios da urbanidade, como estradas, acesso à internet, à tecnologia em

[28] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.
[29] Coletamos informações com Joaquin Pinheiro, coordenador nacional do coletivo de relações internacionais do MST, em seminário promovido pelo Jornal Brasil de fato junto ao Departamento de Jornalismo da PUC-SP, "Jornalismo Popular: movimentos sociais e desafios da comunicação", no dia 26/11/2011.

geral. Não obstante, a idealização da cultura camponesa é motivo de debates desde o início do movimento, afinal há muito dessa herança a ser combatido para a formação de novos homens e novas mulheres que o MST anseia. Características da família camponesa tradicional, principalmente o machismo, são combatidas politicamente desde a gênese do Movimento. Além de todo o trabalho de formação política e incentivo à participação das mulheres, a luta contra a sociedade patriarcal e machista está na própria estrutura organizativa do MST, cuja coordenação nos estados é sempre composta por uma mulher e um homem. Entretanto, na arte em geral, principalmente na música, há valorização das tradições e grande receio na aproximação com influências urbanas. O que tende a afastar também possíveis diálogos culturais, como acontece com a juventude do campo e da cidade em torno do rap e do Hip Hop. Como já dissemos, é na juventude que o diálogo entre campo e cidade ocorre com maior organicidade. O MST é um movimento social que possui muita força simbólica e comunicativa, expressa em referenciais identitários, como hino, bandeira, músicas, marchas, místicas, que podem ser vistos em materiais, como bonés, camisetas, cartazes, bandeiras, cadernos, agendas etc. Aspectos e processos simbólicos que alguns pesquisadores comparam, inclusive, com o processo de formação da cultura nacional (OLIVEIRA; COGO, 2011, p. 7). Pelo uso de bandeira e hino já houve comparação também com partido político. Miguel Stédile[30] comenta que essa comparação foi motivo de piada para Bernardo Mançano Fernandes, no livro *Brava Gente*, em que comentou: "bom, então torcida organizada também é partido porque tem bandeira e hino". Indubitavelmente, são elementos simbólicos que contribuem para a identificação subjetiva da sua militância em torno da luta, no entanto, essa subjetividade intrínseca ao MST corre o risco de se sobrepor à educação e ao diálogo universalizante. Nos espaços sociais que o MST conquistou na luta, assentamentos, escolas, secretarias, há presença desse campo sígnico fortemente comunicativo, junto a símbolos e palavras que se conectam com a luta histórica e cidadã da classe trabalhadora, como o hino da Internacional Comunista, imagens de lideranças negras, como Martin Luther King, Zumbi dos Palmares, imagens de Che Guevara, Florestan Fernandes, frases de Gramsci, Lênin, Patrícia Galvão, entre outros. O MST convive com esse desafio de fazer a mediação entre a singularidade camponesa e a universalidade de classe. Não temos dúvida de que a bandeira do MST, em um processo mais amplo de formação política de um campo hegemônico de esquerda, não pode ser maior que a bandeira da classe trabalhadora e da luta de classes. E eles possuem ciência disso. Há muitos protestos em que a militância participa, como em junho de

[30] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

2013, mas não leva bandeiras do Movimento para prestigiar e valorizar os “primos”. Essa composição de forças necessita do diálogo freireano, da inteligibilidade recíproca entre os trabalhadores do campo e da cidade.

> Só através da inteligibilidade recíproca das práticas é possível avaliá-las e definir possíveis alianças entre elas. Tal como sucede com o trabalho de tradução de saberes, o trabalho de tradução das práticas é particularmente importante entre práticas não-hegemônicas, uma vez que a inteligibilidade entre elas é uma condição da sua articulação recíproca. Esta é, por sua vez, uma condição da conversão das práticas não-hegemônicas em práticas contra-hegemônicas. O potêncial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos. Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis (SANTOS, 2008, p. 35).

Podemos acrescentar à citação do sociólogo Boaventura Santos que a chave pedagógica para a inteligibilidade recíproca é um processo de significação, portanto dialógico, coletivo, está no movimento próprio da articulação, interação e movimentação na luta.

O terceiro aspecto que apontamos sobre as limitações para a efetividade do diálogo com a cidade é o caminho político-semântico escolhido para mostrar as contradições do agronegócio. Nesse sentido, o MST encontra-se em encruzilhada histórica e semântica relacionada à ecologia e à sustentabilidade. Embora a palavra sustentabilidade apareça uma única vez no Programa Agrário de 2014, quando solicita “implementar e garantir, junto ao Estado, políticas de sustentabilidade e de convivência dos camponeses no semiárido” (MST, 2014a, p. 42), o tema tem se destacado como norteador da identidade camponesa e do diálogo com a cidade. O caminho que o MST escolheu para dialogar e sensibilizar o trabalhador urbano é a via do consumo. É o modelo agroecológico contra o modelo do agronegócio. O tema dos agrotóxicos é o que o MST utiliza fundamentalmente para debater com a população as contradições do agronegócio e o modelo de agricultura que queremos para o país. Há duas propostas em disputa: a produção de alimentos saudáveis como um bem comum e sem agrotóxicos das famílias camponesas para as famílias das cidades brasileiras, ou a produção agrícola com foco na mercadoria, com o uso intensivo de agrotóxicos, baseada principalmente na monocultura de cultivos como: soja, cana, eucalipto e milho, além das pastagens para o gado, modelo que concentra cerca de 80% das terras brasileiras para a exportação de *commodities* ao mercado global. Economia agrário exportadora, como no período do Brasil Colônia, turbinada com o avanço das forças produtivas e do capital, superando cada vez mais

as barreiras do espaço e do tempo. Desde as suas origens, passando por Colônia, Império e República, o Brasil segue integrado perifericamente ao modo de produção mundial.

> A reprodução ampliada do capital é comandada pelos processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial. Os monopólios, trustes, cartéis e conglomerados, assim como as multinacionais e transnacionais, constituem espaços internacionais nos quais se realiza a acumulação do capital. E cada país, dependente, subordinado ou associado, se revela, mais uma vez, um subsistema altamente determinado pelos movimentos internacionais do grande capital (IANNI, 2004, pp. 43-44).

E entre os cultivos supracitados, com exceção das pastagens para o gado, todos os demais cultivos mencionados são utilizados para produzir ração para o gado e combustível para os automóveis das grandes potências globais. Segundo dados do MST, só em 2013, as transnacionais do agronegócio enviaram 18 milhões de toneladas de milho para se transformar em etanol nos Estados Unidos (MST, 2014b, p. 19), o que já apresenta reflexo na oferta e preço de muitos alimentos. Segundo pesquisas, a cana e a soja já tomaram o lugar de 31% das lavouras de arroz, 26% de feijão e 35% do trigo (MST, 2014b, p. 18). Essa produção em larga escala industrial é indissociável do uso intensivo de defensivos agrícolas, os agrotóxicos. Dados mostram que desde 2009 o brasileiro é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, consumindo aproximadamente cinco litros de veneno por ano. "E dos 50 venenos mais utilizados nas lavouras brasileiras, 22 são proibidos na União Europeia, o que faz com que o país seja o maior consumidor de agrotóxicos já banidos em outros locais do mundo" (MST, 2014b, p. 18). Esses dados, entre muitos outros, estão em documentos do MST e na "Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida[31]", uma iniciativa do MST com diversas entidades, institutos de pesquisa, movimentos sociais, sindicais e estudantis. Entretanto, o alcance da campanha ainda é restrito aos círculos comprometidos e engajados com o tema, a maioria componente das entidades e movimentos participantes. Construir a unidade com aliados em torno do tema é importante, mas as transnacionais do agronegócio estão quase todos os dias na mídia burguesa afirmando que alimentam a população brasileira com sustentabilidade. A sustentabilidade é algo que está na estrutura de sentimento deste momento histórico. Todavia, virou um discurso corriqueiro, banalizou-se. Está em desenhos animados, novelas, filmes etc. Em suma, foi apropriado pela indústria cultural, indústria do lazer e o mercado em geral. Como previu Debord, é a cultura como "mercadoria vedete da sociedade espetacular" (DEBORD, 2003, § 193). Basta entrar no site de qualquer grande

[31] O site oficial da campanha é: < http://www.contraosagrotoxicos.org/index.php/campanha>. Acesso em: 29/11/2014

empresa, certamente, a sustentabilidade estará entre os valores defendidos pela maioria. Está no discurso do capital e compõe milhares de campanhas institucionais veiculadas diariamente. A proposta de sustentabilidade do MST, de produzir alimentos saudáveis para a população brasileira, sem o uso de agrotóxicos, utilizando a matriz tecnológica da agroecologia, está diretamente ligada à emergência da identidade camponesa e a dificuldades com a produção nos assentamentos, em modelo cooperativado ou não (MARQUES, 2010, p. 14). A noção de sustentabilidade do MST está ligada à proposta agroecológica que, por sua vez, ancora-se no diálogo e valorização de saberes e diversidades sociais, culturais e ecológicas dos territórios locais (ibidem, p. 14). Conforme Marta Inez Medeiros Marques, trata-se da reinvenção da luta camponesa e do campesinato, a partir de projeto político baseado na noção de sustentabilidade e, dialeticamente, a afirmação da identidade camponesa para a "superação do campesinato enquanto classe" (ibidem, p. 17). Miguel Stédile[32] também demonstra perspectiva semelhante ao dizer que essa busca pela tradição camponesa pode representar um avanço para um futuro melhor, com alimentos saudáveis e melhor relação com a natureza e o território. É um discurso conservador culturalmente e progressista politicamente.

O MST apresenta um projeto moderno para o país. A Reforma Agrária Popular parte da tradição camponesa para um projeto de modernização que abarca a totalidade, as contradições entre campo e cidade, e privilegia o trabalhador. Portanto, em nada se compara com o discurso de sustentabilidade da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e das transnacionais que atuam no setor. Essas entidades buscam na sustentabilidade uma forma de valorizar as mercadorias que produzem associando-as ao discurso da responsabilidade ambiental, do capitalismo verde. Entretanto, mesmo com a abissal distância entre a proposta popular do MST e o capitalismo verde propagado pelo bloco de poder hegemônico, esta é uma luta pela conquista de corações e mentes bastante desigual, uma batalha de Davi e Golias.

Outra cilada é que o MST busca mostrar que outro modelo é possível, concentrando suas forças na produção dos assentamentos, para mostrar na prática que é possível produzir alimentos saudáveis para a população por meio da agroecologia. Ou seja, o MST está mais voltado, neste momento histórico, para dentro de si mesmo, inclusive nos esforços de comunicação. Essa opção se deve também ao momento de refluxo das lutas de massa. E o Movimento possui números, de fato, impressionantes na produção de alimentos como arroz,

[32] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

leite e suco de uva, principalmente a partir de assentamentos no sul do país. O MST é o segundo maior produtor[33] de arroz orgânico do Brasil e tem o terceiro maior laticínio que produz leite longa vida na região sul do país. Mas, quando o consumidor compra uma caixa de leite produzida pelo MST no supermercado Pão de Açúcar, o que de fato acontece, a história do processo de produção da caixa de leite já foi totalmente expropriada pelo capital. O capital mostra apenas as informações que não interferem e/ou fortalecem seus processos de acumulação e reprodução. Como nos mostra Marx, a forma mercadoria, e fundamentalmente a forma dinheiro, "dissimula o caráter social dos trabalhos" (MARX, 2010, p. 97). A agroecologia utilizada na produção do leite saudável produzido pelo MST dilui-se no valor de troca da forma mercadoria. Conquanto mantenha seu valor de uso, já perdeu a sua história.

Na luta hegemônica contra o agronegócio, o MST batalha principalmente em quatro níveis: a hegemonia do/no espaço, da/na arte e cultura, da/na comunicação e socialização política e da/na educação. A análise do processo de hegemonia a partir dessas subcategorias possibilita melhor compreensão das especificidades dessas arenas de luta, no entanto estão todas elas dialeticamente relacionadas. Em cada um desses níveis há relação com os demais. O objetivo principal é compreender como se dão as alianças da classe trabalhadora para a construção da hegemonia popular.

2.2 Hegemonia do/no espaço

A produção do espaço é um nível central na luta hegemônica do MST. É na luta pela produção do espaço que se materializa a luta de classes no campo. A luta pelo/no espaço social é condição para a materialização da existência do MST. Para se reproduzir como movimento social, para a reprodução social das famílias camponesas, o MST precisa lutar pelo espaço, ocupar a terra, espacializar e territorializar a luta. O MST se formou a partir das ocupações de terra em diferentes estados, com foco na região sul do país, ao final da década de 1970. Os assentamentos conquistados são a retaguarda econômica do Movimento, como afirmam os dirigentes, além de serem o lócus fundamental para a construção massiva da formação política. A militância que participa dos cursos de formação em outros estados, na ENFF, no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra) ou Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), nome que recebeu em 2001, localizado em Veranópolis, Rio Grande do Sul, entre outros espaços pedagógicos, retorna aos seus núcleos

[33] João Paulo Rodrigues apresentou esses dados em palestra, na ENFF, para alunos de Pedagogia da Universidade Nove de Julho (Uninove), universidade particular da cidade de São Paulo, no dia 30/11/2013.

de origem com o intuito de construir o aprendizado político junto aos demais assentados, o chamado tempo comunidade, estabelecendo o ciclo que denominam como pedagogia da alternância.

No processo de produção do espaço, o MST se aproxima da cidade através da espacialização da luta, da ocupação e conquista de territórios. E a cidade se aproxima do MST pela espacialização da modernização capitalista no campo, derrubando fronteiras, modos e meios de vida. O MST precisa do espaço para se reproduzir como movimentos social e para a reprodução social das famílias camponesas. O capital, representado pelo bloco de poder do agronegócio, precisa dominar o espaço para ampliar seu processo de acumulação e reprodução. "O domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes (e intraclasse)" (HARVEY, 2010, p. 212). A partir do desenvolvimento tecnológico que propicia a compressão do espaço por meio do tempo (HARVEY, 2010), diminuindo as distâncias e acelerando os processos de produção e circulação, o capital se expande geograficamente e amplia seu processo de acumulação, central para a reprodução do capital. Na luta pela produção do espaço social no campo, os movimentos socioterritoriais, camponeses, indígenas e quilombolas, enfrentam a aliança de classe do agronegócio com os fazendeiros empresários, as transnacionais do setor, o capital financeiro e apoio do Estado. São perspectivas e materializações distintas do espaço e do tempo, que colocam em conflito a reprodução dos trabalhadores do campo e do capital.

A espacialização é um conceito ligado aos processos de produção e expansão material do/no espaço social. Em suas lutas por conquista de territórios através das ocupações e acampamentos, e também pela construção de outra lógica de produção social nos assentamentos, através da agroecologia e das cooperativas, o MST entra em conflito com o agronegócio e o apoio do Estado a essa lógica de produção do espaço social. Bernardo Mançano Fernandes (2000, 1999) entende o MST como um movimento socioterritorial, categoria formulada pelo geógrafo, devido à expansão do movimento na conquista dos espaços, através das caminhadas, marchas, ocupações, no processo de luta e apropriação social da terra, ou seja, pela espacialização e territorialização da luta.

> Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. (...) É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (FERNANDES, 1999, p. 136).

O MST é o principal movimento socioterritorial do Brasil, pelos números de ocupações, assentamentos e famílias que representa. No entanto, juntamente ao MST, 116 movimentos socioterritoriais realizaram ocupações de terra no Brasil, no período entre 2000 e 2012, segundo Relatório do Banco de Dados de Luta pela Terra (DATALUTA[34]). No ano de 2012, 23 movimentos socioterritoriais realizaram 253 ocupações de terras no território nacional, com a participação de 23.145 famílias. Com relação ao número de famílias que participaram das ocupações, o MST está em primeiro lugar, com a participação de 13.862 famílias, seguido pela CONTAG, com 1.053 famílias, os movimentos indígenas vem em terceiro lugar, com 816 famílias participantes. Desde 2005, esses são os três principais movimentos socioterritoriais responsáveis por famílias em ocupações. Em 2010, houve modesto aumento no número de ocupações. Em 2012, o maior número de ocupações ocorreu no Estado da Bahia, seguido por Pernambuco, Minas Gerais, Distrito Federal e Sergipe. As ocupações concentram-se no Centro-Sul e no Nordeste. Entre os anos de 2006 e 2011, há um processo intenso e constante de diminuição do número de assentamentos criados, com um pequeno aumento em 2012 em relação ao ano anterior, com maior número no Norte e Nordeste. Nos anos de 2011 e 2012, o número de criação de assentamentos aproxima-se aos patamares do final da década de 1980 e início de 1990, o que confirma as críticas do MST e demais movimentos socioterritoriais ao governo Dilma e seu apoio ao agronegócio.

A estrutura fundiária brasileira mantém praticamente o mesmo índice de concentração de terras desde 1985, ano do primeiro Congresso Nacional do MST e início do processo de redemocratização no Brasil. O índice de Gini, que mensura o nível de concentração de terras, quanto mais próximo de 1, maior a concentração, mostra que o Brasil registra 0,854 pontos em 2006, ano do 10º e último Censo Agrário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos estudos anteriores, o Brasil apresentou 0,856, em 1995-1996, e 0,857, em 1985. A região Sul do país, principal espaço de origem do MST, é a que apresenta menor concentração de terras. Na interpretação do IBGE (2006), isso se deve ao fato de que a estrutura fundiária da região Sul foi consolidada pela produção colonial do migrante europeu, diferentemente das demais regiões do País, com exceção de algumas áreas do Sudeste, o que levou a maior divisão de terras. O contraponto é a Região Nordeste, onde há maior número de famílias acampadas do MST, e também a Centro-Oeste, espaços em que, como o próprio

[34] O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de pesquisa e extensão criado em 1998 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA – vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente (DATALUTA, 2013, p. 7).

IBGE afirma, a desigualdade de distribuição de terras vem acompanhando "o processo de modernização produtiva e inserção ao competitivo mercado mundial de commodities agrícolas (IBGE, 2006). A concentração de terras em cada região está diretamente ligada ao interesse e produção do agronegócio nesses espaços. No Centro-Oeste, por exemplo, a produção em larga escala se concentra nas monoculturas de soja e milho, além da expansão da produção modernizada do algodão. Em São Paulo, os pequenos produtores e as famílias camponesas são expulsos de suas terras por não poderem competir com as grandes lavouras de cana de açúcar, que ocupam, inclusive, espaços que antes eram destinados a produzir alimentos do dia a dia dos brasileiros, como arroz e feijão. A adesão também de pequenos agricultores a esse tipo de cultivo, deve-se ao valor pago por essas commodities agrícolas no mercado internacional.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [35](Incra) mostram que, apenas no governo Lula (2003-2010), os latifúndios ganharam 100 milhões de hectares. Em 2010, as terras improdutivas representavam 40% das grandes propriedades rurais brasileiras. 228 milhões de hectares de terra não cumprem a sua função social, conforme a Constituição de 1988, ou seja, produzem abaixo da capacidade ou estão abandonados. Há um processo de expansão da concentração fundiária. Em 2003, havia 133 milhões de hectares improdutivos concentrados em 58 mil propriedades. Em 2010, esse número saltou para 228 milhões de hectares, concentrados em 69,2 mil propriedades improdutivas. Certamente, o bom senso nos leva a perguntar: por que não é feita a Reforma Agrária nesses espaços?

Porque há um pacto de classe entre o Estado brasileiro, o capital financeiro, por meio dos bancos internacionais, as grandes empresas transnacionais do agronegócio e os grandes fazendeiros. Com a hegemonia do agronegócio, fazer a Reforma Agrária tornou-se algo impraticável, por contrapor as diretrizes da política econômica e porque se tornou algo caro para o governo. Existe um ciclo vicioso entre governo, política econômica e agronegócio. As terras indígenas, de proteção ambiental, de pequenos produtores e os latifúndios interessam ao agronegócio porque são espaços que garantem sua expansão territorial, maior acumulação e reprodução. Esses latifúndios são propriedade do agronegócio ou são terras do seu interesse, constituindo reserva de mercado e especulação imobiliária. Principalmente a partir da crise de 2008, há grande investida do capital internacional sobre as terras e recursos naturais, não somente no Brasil, mas em outros países da América Latina e África, um lastro para o capital

[35] Dados disponíveis em: : < http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-latifundios-70-mil-deles-1476.html>. Acesso em: 11/01/2015.

financeiro, como explicam os dirigentes do MST. A compra de terras brasileiras ocorre em processo que dificulta a mensuração do governo porque se realiza muitas vezes em combinação com fundos de investimento e capital nacional. Esse interesse gera um grande aumento no preço das terras, o que dificulta ou praticamente inviabiliza a desapropriação, porque não acompanha o orçamento da reforma agrária, que se encontra paralisada. Esse é primeiro elemento desmobilizador para a luta do MST, depois vem o aumento de empregos e as políticas sociais, que modificaram o perfil dos sem-terra dos anos 1990, e a criminalização do MST pela mídia. João Paulo Rodrigues[36] explica o impacto da dificuldade na desapropriação de terras:

> O que dificulta para o MST fazer luta e aumentar a base social acampada não é programa social do governo, é a demora em sair terra. Desestimula não só quem está acampado, mas as pessoas em volta, primos, amigos, a família. Como eu vou acampar se não tem perspectiva nenhuma de sair terra? O que dificulta mobilização, e nisso o governo acertou na mosca, é não desapropriar (MST, 2014b, p. 11).

O Estado possui um papel central na constituição estratégica do poder, na produção do espaço social, na reprodução do capital e das relações de produção no espaço, porque dispõe de códigos, estratégias[37] e recursos de poder que manipula. A estratégia de relação do Estado com as forças produtivas, com as relações de propriedade, do solo, da terra, apoiado sobre as classes sociais e frações de classe, o torna "sujeito total que age para conservar e reproduzir suas próprias condições" e o objeto total é o espaço político absoluto, espaço estratégico porque lugar e meio de poder (LEFEBVRE, 2000, p. 36). Assim, espaço social se torna espaço político a partir das decisões tomadas pelo Estado (LEFEBVRE, 1977, p. 248). Lefebvre atesta que o poder está em toda parte, é onipresente, ocupa o espaço - com o crescimento econômico, o mercado e o Estado -, que se torna lugar da reprodução das relações de produção.

[36] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

[37] O alcance da ideia de estratégia está na totalidade, no conjunto das relações de força e poder que compõem o global. "Em resumo, Estratégia não é constituída nem por concepções admitidas por um "sujeito" genial, o Chefe, nem pela aplicação pormenorizada dum sistema doutrinal preexistente. Ela resulta sempre de um encadeamento de acasos e de necessidades sempre particulares: as confrontações de forças diversas e desiguais, repartidas por dois campos opostos (se houver três partidos em presença, a situação complexifica-se extraordinariamente). Os objetivos, os interesses, as vontades, as representações das diversas frações empenhadas na luta, as concepções dos dirigentes, tudo isso desempenha o seu papel. (LEFEBVRE, 1977, p. 243-244).

Nada mais claro para mostrar o apoio do governo federal ao agronegócio do que a escolha de Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura. Logo que assumiu, em sua primeira entrevista ao jornal Folha de São Paulo[38], ela afirmou que não existe mais latifúndio no Brasil. Obviamente que, para a líder política do agronegócio, terra improdutiva é reserva de mercado, espaço para expansão do agronegócio, e não latifúndio que não cumpre função social e deveria ser objeto de reforma agrária. Na mesma entrevista, a ministra afirmou que a reforma agrária deve ser pontual e numa clara crítica aos movimentos sociais, vaticinou: "agora, usar discurso velho, antigo, irreal, para justificar reforma agrária? A bancada (ruralista) vai trabalhar sempre, discutir, debater". Desde antes da posse da atual ministra, a quase totalidade das políticas agrícolas possuem como principal beneficiário o agronegócio. O acesso ao crédito e às tecnologias para a produção é sintomático dessa realidade. Como relata Miguel Stédile[39], não é o agronegócio que sustenta o Brasil é o governo brasileiro que sustenta o agronegócio, ao contrário do que afirma. Somente os produtores de cana receberam R$ 6 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2013. Do crédito rural disponibilizado pelo governo, o agronegócio abocanhou 85% dos R$111,4 bilhões disponíveis, a juros baixos e longo prazo. E com a Lei Kandir, criada no governo Fernando Henrique, o agronegócio não paga impostos nas exportações (MST, 2014b, p. 19). O capital financeiro só fatura: ganha quando exporta, ao adiantar recursos para o crédito agrícola e no pagamento de juros pelo governo aos bancos. Pagamento de juros de título de dívidas, garantido pela política do superávit primário, uma diretriz da doutrina neoliberal, sustentada em parte na exportação de commodities agrícolas do agronegócio. Um ciclo vicioso.

O acesso à tecnologia é outro fator problemático, tanto as tecnologias de informação e comunicação (TICs) como as tecnologias para a produção agrícola em pequenas propriedades. Dirigentes expõem a dificuldade para acessarem internet e terem sinal de aparelhos celulares nas zonas agrícolas, algo que seria fundamental para atrair e manter o jovem no campo. O que se torna uma bandeira de luta principalmente para a juventude: internet e banda larga nos assentamentos. Miguel Stédile[40] conta que visitou um assentamento no Rio Grande do Sul que o impressionou pela boa estrutura: quadra poliesportiva, de futebol, que também vira baile da comunidade, a agrovila próxima, tem escola perto e mercadinho. Como ele disse, dá pra ficar o dia inteiro no assentamento, sem precisar ir à cidade. Ele estava encantado, quando foi

[38] Folha de São Paulo. Entrevista da 2ª: Kátia Abreu. Caderno Poder. 05/01/2015.
[39] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.
[40] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

surpreendido pelo comentário de alguns jovens, que não eram do assentamento, dizerem: "não vejo a hora de ir embora, porque aqui não pega sinal do celular e não consigo acessar o facebook''.

João Paulo Rodrigues[41] tece críticas à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que, segundo o dirigente, não desenvolve tecnologias para os pequenos produtores. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), em 2006, apenas 1,7%, ou 90.498 estabelecimentos agrícolas praticavam agricultura orgânica ou agroecológica. Também é baixo o percentual de estabelecimentos que praticam rotação de culturas, 12,4%. O acesso às tecnologias de produção agrícola pelo pequeno agricultor é bastante precário. Os camponeses precisam se apropriar de tecnologias desenvolvidas na década de 1970, ou o arcaico, como o uso do boi e cavalo, ou adaptar a tecnologia desenvolvida para as grandes propriedades. Para desenvolver a matriz tecnológica agroecológica, o desafio é ainda maior porque não é um projeto que possui apoio governamental. O dirigente narra a projeção dessa luta por outra matriz tecnológica, adequada à plataforma popular para a agricultura proposta pelo MST.

> Para eu desenvolver o agronegocinho, que é como eu chamo o agronegócio em pequena escala, eu não preciso de tecnologia apropriada. Eu só ajeito para eu desenvolver agricultura. Agora que nós começamos a desenhar o mapa que o MST não vai só lutar por crédito. Vai lutar por crédito e lutar para que tenha máquinas agrícolas decentes. Vou lutar para que tenha tecnologia de irrigação que consome menos água e consiga fazer o desenvolvimento da fruticultura, sem ter aquele pivô central do tamanho do mundo.

Uma chave para compreendermos a dinâmica do agronegócio na economia internacional, com o encadeamento do capital financeiro, transnacionais, capital nacional e a sociedade, é a escola da regulamentação. Esta é a linguagem e eixo teórico utilizado por Harvey (2010, p. 117) para explicar a mudança do modo de acumulação fordista para o modo de acumulação flexível e o modo de regulamentação social e política a este associado. Para a escola da regulamentação, um sistema particular de acumulação exige um esquema de reprodução coerente, envolvendo capitalistas, trabalhadores, e "todas as outras espécies de agentes político-econômicos" (ibidem), que precisam realizar um modelo de configuração que assegure a continuidade do regime de acumulação. É preciso haver um autoajuste entre as peças da engrenagem, práticas sociais, políticas e culturais, para manter o sistema funcionando por certo período. Harvey (ibidem, p. 118) aponta duas grandes áreas vitais para

[41] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

que o sistema permaneça viável: “as qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços” e o controle da força de trabalho para garantir o valor na produção ao maior número de capitalistas. A intervenção e regulamentação do Estado tornam-se fundamentais para ajustar os possíveis desequilíbrios do mercado. Com relação ao agronegócio, como parte da engrenagem do capital internacional, existe a pressão direta exercida pelo próprio mercado internacional de commodities no estabelecimento de preços, cuja variação esta sujeita ao clima, ao volume das safras e demandas do mercado. O Estado exerce poder de regulamentação por meio de políticas públicas econômicas, agrícolas, como subsídios em impostos, obras de infraestrutura e créditos que fortalecem determinados cultivos, como soja, cana e milho, com vistas ao fortalecimento do setor e alcance do superávit primário. O agronegócio é a realização no campo da reestruturação do setor produtivo, porque injetado com o capital financeiro global e suas entidades representativas nacionais, como a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Esse modelo de agronegócio, perpetrado por essas instituições, empresas e capital ligados a elas, impede a reforma agrária, com o apoio da mídia burguesa e da sociedade. Com relação ao controle da força de trabalho, o agronegócio diferencia-se de outros setores que produzem em larga escala industrial porque utiliza mecanização avançada e prescinde de grande número de trabalhadores. A fala de Miguel Stédile[42] elucida essa realidade.

> O agronegócio não gera empregos, pelo contrário, acaba com eles. Em São Paulo, o aumento das lavouras de cana-de-açúcar para exportação acabaram com 700 mil postos de trabalhos, segundo a Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita (UNESP). Ou seja, quase um milhão de pessoas que saíram do campo para disputar empregos e tentar a vida na cidade. Já a reforma agrária e a agricultura camponesa, geram em torno de 4 empregos a cada 1 hectare (o tamanho de um campo de futebol). Por isso que, no Brasil, a agricultura familiar é responsável por 77% dos empregos diretos no campo (MST, 2014b, p. 18).

O período de expansão do capital, sobretudo no período pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, reuniu um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações do poder político-econômico, que ficou conhecido como fordismo-keynesianismo. Harvey destaca que havia no fordismo-keynesianismo um modo de vida total, e não somente um modo de produção, uma concepção de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista, na qual produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e

[42] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

gerência do trabalho. No período de 1965 a 1973, o fordismo-keynesianismo, devido a sua rigidez, passa a não conter as contradições e movimentos do capital. O desenvolvimento do modo de acumulação flexível contrasta diretamente com a rigidez do fordismo e surge como uma solução do capital ao se apoiar na flexibilidade dos processos, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, provocando nova configuração do espaço-tempo e da economia política global, ao espacializar os processos de produção, distribuição e troca de mercadorias. Um ponto fundamental foi a completa reorganização do sistema financeiro global, a partir de 1972, o que ocasionou mudança do equilíbrio de forças no capitalismo global, com maior autonomia ao sistema bancário e financeiro, com relação ao financiamento corporativo, estatal e pessoal. A profunda recessão de 1973, intensificada com a crise do petróleo, marcam o início do conjunto de processos que constituem o modo de acumulação flexível. "Em consequência, as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e reajustamento social e político". (HARVEY, 1993, p. 140). A questão central que diferencia este momento do capital reúne: os aspectos financeiros da organização capitalista e o papel do crédito. Harvey destaca que "no espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma". (HARVEY, 1993, p. 140).

As questões do tempo e espaço têm despertado o interesse de outras áreas das ciências humanas e sociais, como a comunicação, ao ponto de Schmid afirmar que "a "virada espacial" tem tomado conta das ciências sociais". (SCHMID, 2008, p. 2). Essas novas configurações espaço-temporais passam a moldar um cotidiano amiúde marcado pela grande velocidade das transformações materiais e simbólicas, pela onipresença de referenciais globais de consumo, através das empresas e marcas transnacionais que migram em busca de mercados e espaços estratégicos com grande mobilidade e voracidade, em movimento possibilitado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação – TICs. A produção do espaço segue a lógica da produção de mercadorias, logo fetichiza, dissimula relações sociais, no entanto, possui especificidades: é produto e meio de produção, condição e resultado, substancia a unidade entre forças produtivas, relações de produção, natureza, Estado e superestruturas (LEFEBVRE, 2000, p. 24).

O espaço e o tempo são categorias de análise historicamente caras à filosofia, à geografia, à física e à existência humana, cotidiana e referentes para a produção simbólica em

geral. É a partir de coordenadas de distâncias, trajetos, tempos, minutos e horas, que nos localizamos e nos deslocamos cotidianamente. As ordenações materiais e simbólicas do espaço e do tempo estruturam a constituição do ser social e possibilitam a localização e espacialização nos processos de lutas sociais. Espaço concerne à simultaneidade, sincronia, e tempo concerne à sucessão, irreversibilidade, ordem diacrônica. Para Lefebvre, o espaço e o tempo são produtos sociais, "aspectos integrais da prática social" (SCHMID, 2008, p. 4).

Seguindo a lógica da tríade dialética[43], Lefebvre desenvolve instâncias, dimensões ou níveis para uma análise tridimensional da produção do espaço: prática espacial, representações do espaço e espaços de representação. De forma correspondente, desenvolve três conceitos que se referem aos processos ativos, individuais e sociais, de autoprodução do homem e autoprodução da sociedade no espaço: espaço vivido, concernente às práticas espaciais, espaço percebido, correspondente às representações espaciais, e espaço concebido, concernente aos espaços de representação. (SCHMID, 2008).

A dimensão da prática social se refere à materialidade do espaço e das relações sociais, redes de interação, comunicação e trajetos cotidianos, processos de produção, relação e troca. É o espaço vivido, que se produz com as experiências, práticas sociais da vida cotidiana, no qual sempre permanece o residual, que pode ser expresso por meios artísticos e captado pela ciência. A dimensão representações do espaço está no nível do discurso e da linguagem, que, destaca Lefebvre, são polivalentes, podem tanto revelar quanto ocultar a realidade e contribuem para reproduzir as relações de produção. (LEFEBVRE, 1977, P. 243). Informações, descrições, definições científicas, mapas e plantas se incluem nessa dimensão. É o espaço percebido pelos sentidos, por meio de todas as possibilidades sensitivas, criadoras e criativas, relacionado diretamente com a materialidade do espaço e seus elementos constitutivos. Espaços de representação constituem a terceira dimensão proposta por Lefebvre e constitui a dimensão simbólica do espaço, ligado ao imaginário social, ao poder que determinado espaço representa, tendo como referente o Estado, gênero, classes sociais, religião etc. Essa dimensão está ligada ao aspecto do espaço concebido.

[43] A peculiar versão da dialética de Lefebvre é triádica, e não binária, baseada em Hegel, Marx e Nietzsche. Não há síntese, como na dialética hegeliana, mas três momentos em conflito, interação ou aliança: o primeiro momento é constituído pela prática social material, o ponto de partida da análise; o segundo momento é composto por conhecimento, pensamento, palavra, abstração que possui poder concreto para Lefebvre; e a poesia e o ato criativo constituem o terceiro momento como "formas de transcendência que ajudam o devir a prevalecer sobre a morte". "Desta maneira, uma figura dialética tridimensional emerge em que os três momentos são dialeticamente interconectados: prática social material (Marx); linguagem e pensamento (Hegel); e o ato criativo, poético (Nietzsche)". (SCHMID, 2008, p. 9).

Lefebvre estabelece diferenciações entre vida cotidiana, cotidiano e cotidianidade. Vida cotidiana quase sempre existiu: o dia a dia, a família, moradia, conjunto de práticas e representações sociais. A forma da vida cotidiana mediada por múltiplas determinações concernentes ao mundo moderno, no período de gestação de suas análises, é o cotidiano. Lefebvre defende o esforço de compreender o cotidiano no global, na totalidade, no conjunto social – o Estado, as técnicas, a cultura - como chave para compreender a sociedade. Nesse ínterim, a totalidade presente no cotidiano não pode ser compreendida pelas ciências parcelares, a sociologia, a antropologia, a comunicação, ou a filosofia, porque estas se dedicam a elementos da totalidade, sendo necessário reagrupar e organizar as contribuições teóricas dessas ciências, a partir das questões e dilemas que a realidade concreta apresenta. É no cotidiano que se estabelecem e se mantém as superestruturas – ideologia do Estado, igreja, sistemas filosóficos, organizações políticas (LEFEBVRE, 1969, p. 28). A cotidianidade é a forma do cotidiano na qual se destacam os elementos mais reveladores da modernidade e da totalidade: a reprodução das relações sociais, a fragmentação, a homogeneização.

Lefebvre entende que modernidade e cotidianidade, como conceito e linguagem, são dois conjuntos de fatos ligados e correlativos: "as duas faces do espírito do tempo", da sociedade em que vivemos. (LEFEBVRE, 1969, p. 38). Não obstante, ressalva que não são relativos à relação de significante e significado, posto que se apresentam alternadamente como significante e significado, forma e essência, são faces complementares que significam-se reciprocamente. São conceitos que nos auxiliam a compreender como se reproduzem as relações constitutivas da sociedade, "estranhamente frágeis e sólidas, singularmente estáveis (o quotidiano) sob o fetichismo do efêmero e da mobilidade (a Modernidade)" (LEFEBVRE, 1969, p. 175). No cotidiano, significantes se misturam aos significados, os signos, imagens, sons e textos dos meios de comunicação de massa, da indústria cultural, que carregam em suas frequências, ondas, bits e fotogramas, bens de consumo expropriados de qualquer potencial transformador e revolucionário, porque estão ali produzidos como parte da estratégia de classe para a reprodução da existência social. Lefebvre atesta, contudo, que a distinção dos conceitos de cotidianidade e modernidade constitui a chave para o papel ativo do sujeito observador diante das representações da realidade, como antídoto contra a falsa consciência, a ideologia (LEFEBVRE, 1969, p. 39).

A cotidianidade é organizada repressivamente, seguindo estratégia da sociedade de integração da classe operária, pelos constrangimentos e ideologia do consumo, mas Lefebvre

salienta que o proletariado não pode abandonar sua missão histórica, pois abandonaria sua existência como classe. E que essa missão de enfrentamento da estratégia de classe burguesa cabe ao proletariado mundial, formado com a expansão global do capital, que inclui também os camponeses, outros grupos periféricos, parte proletarizada da pequena-burguesia, fração de intelectuais e profissionais liberais (LEFEBVRE, 1977, p. 245). Esse aspecto é fundamental para pensarmos as alianças do MST com outros movimentos sociais e instâncias de organização da classe trabalhadora, em nível global, continental e local, como possibilidade de transformação histórica.

No cotidiano se solidificam e se erigem as tramas do poder. Espaço social e cotidiano que também são lugares de contestação e outras possibilidades sociais. A expansão do MST no território nacional por meio de suas lutas e conquistas, aproxima o Movimento cada vez mais dos grandes centros urbanos, dos elementos da modernidade – tecnologias de informação e comunicação (TIC), estradas, transportes, indústria cultural – que passam a fazer parte do cotidiano, engendrando novos desafios e proporcionando aproximações com os trabalhadores da cidade, ao serem desenvolvidos referentes comuns para a comunicação, a experiência e a socialização política. Nesses espaços limítrofes, nas zonas de fronteira que compõem o eixo metropolitano do MST, superpõem-se espaços sociais distintos, o global e o local, o moderno e o tradicional, o urbano e o rural, o camponês e o operário, favorecendo tanto a integração pelo mercado como possíveis diálogos e alianças entre a classe trabalhadora. Esses espaços expõem grandes desafios ao MST por serem mais sujeitos aos fascínios do consumo e às produções simbólicas da indústria cultural. No próximo subcapítulo, veremos os principais debates do MST sobre a cultura popular, com foco na música como meio de mediação simbólica, formação e socialização política.

2.3 Hegemonia da/na arte e cultura

Arte, cultura, comunicação e educação constituem níveis de luta hegemônica que se interligam dialeticamente na práxis social e política. A cultura se materializa fundamentalmente por meio da linguagem, da comunicação e da arte. A cultura está presente tanto na linguagem que se objetiva na vida cotidiana, mediando expressão, conhecimento e reflexão sobre o mundo, como na linguagem corporificada no esforço criativo, que provém do cotidiano, da sua materialidade, e a este retorna em movimento pedagógico transformador. Ou seja, cultura como herança histórica, como legado material e simbólico, que orienta as práticas sociais, reflete e refrata a realidade; e a cultura como dimensão crítica e reflexiva,

com potencial linguístico, estético, para transformar as práticas sociais e a realidade. Celso Frederico (2000, p. 304) sugere que o reflexo próprio da vida cotidiana, o pensamento cotidiano, pressupõe um "materialismo espontâneo", porque os homens percebem intuitivamente a existência do mundo exterior independentemente da sua consciência, porém de maneira imediata, sem conhecer a essência dos fenômenos. Conforme Lukács, a arte a ciência constituem meios para a superação da cotidianidade, porque são formas puras e desenvolvidas de reflexo e recepção da realidade objetiva, tendo a vida cotidiana como ponto de partida e chegada dessas criações (ibidem, p. 303). A arte educa o homem, proporcionando elevação ao gênero humano, transcendendo-o à fragmentação do fetichismo da sociedade mercantil (ibidem, p. 305). Esse contínuo retorno ao cotidiano, esse processo de circularidade, enriquece espiritualmente o homem e a humanidade. Claro que não estamos nos referindo a qualquer forma de arte. A arte que serve apenas ao entretenimento, que se alia à indústria criativa e cultural, simplesmente reproduz as relações, ajuda a esconder e não a elevar as contradições a um nível superior.

O processo pedagógico também se concretiza por meio da linguagem, da comunicação, o que pressupõe a dimensão e mediação antropológica da educação, o encontro e diálogo entre os homens mediatizados pelo mundo, como sempre demonstrou Paulo Freire. Quando o mestre afirma que: "a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados" (FREIRE, 1977, p. 69), evidencia-se a relação intrínseca entre educação, comunicação e cultura. Nem toda ação cultural e comunicativa é educadora, freireanamente falando, mas, indubitavelmente, são sempre instâncias formadoras de ideias, por isso campos de disputa entre projetos que intencionam a reificação e projetos que pretendem transformar o mundo, eticizar o mundo (FREIRE, 2000). A discussão sobre educação no MST se inicia a partir de necessidades práticas de formação da militância para a luta e a socialização de homens e mulheres, a necessidade da leitura da palavra e do mundo, e de um conflito cultural. Com as primeiras conquistas no campo da educação, com as primeiras escolas nos assentamentos, surge a contradição: os primeiros educadores, que vinham da cidade, chegavam com um modelo de educação urbano e grande desconhecimento cultural e pedagógico da realidade concreta camponesa. Inclusive, segundo Erivan[44], da Coordenação Político Pedagógica (CPP) da ENFF, com visão estereotipada e preconceituosa dos

[44] O depoimento de Erivan foi coletado em palestra sobre a pedagogia do MST, ministrada no dia 30/11/2013, na ENFF.

trabalhadores rurais e sem-terra. A cultura e mística do MST compõem as matrizes pedagógicas do MST.

Coerente com a perspectiva marxiana e freireana da sua luta política, os debates sobre arte, cultura e comunicação no MST centralizam-se na função pedagógica desses elementos e níveis de luta hegemônica. O que orienta os esforços criativos nos setores e coletivos de cultura, comunicação e educação é a formação de novos homens e novas mulheres. Essa realidade se evidencia na evolução da história, organização e luta política do MST. Como nossa preocupação e nosso tema é a relação campo-cidade, o que se pretende nesse subcapítulo é compreender como os debates e produções artísticas e culturais do MST aproximam ou afastam os trabalhadores rurais e urbanos. Nossa perspectiva é que a intersecção entre os trabalhadores do campo e da cidade, a base cultural para essa aliança política está no conceito de popular.

A ambivalência do conceito de cultura popular reside na disputa política em torno de sua definição, no potencial da cultura popular para a transformação histórica. Nessa dialética cultural, há disputa permanente para conferir autenticidade política e estética ao popular, para ligar a produção cultural do povo ao projeto popular que a corresponde ou que se pretende corresponder. Usando as categorias de Raymond Williams (2005), para manter o popular como prática de oposição, e não ser englobado ou extirpado pela cultura dominante, é preciso esforço contínuo na luta, diferenciação e organização da correlação de forças que compõem o campo do popular. Temos a cultura popular como a cultura do povo, do senso comum, concepção de mundo e vida que existem concretamente, geralmente com elementos progressistas e reacionários, e o projeto popular que existe como possibilidade histórica concreta, que brota dessa cultura para superá-la e constituir outra cultura, outra realidade. Lênin (1978b, pp. 44-45) faz a seguinte afirmação: “a revolução capaz de arrastar a maioria do movimento só poderia ser "popular" com a condição de englobar o proletariado e os camponeses. (...) Sem essa aliança, não há democracia sólida nem transformação social possível”. Por isso a força política do popular presente nas narrativas, temas e palavras de ordem do MST, poder popular, projeto popular e reforma agrária popular, porque pensam a totalidade da classe trabalhadora a partir da perspectiva de hegemonia. O caminho para a construção da hegemonia da classe trabalhadora, da hegemonia popular, está na construção do poder popular a partir da cultura popular, na formação do bloco hegemônico da classe trabalhadora também como cultura. Ou conforme Stuart Hall: “a capacidade de constituir

classes e indivíduos enquanto força popular – esta é a natureza da luta política e cultural: *transformar* as classes divididas e os povos isolados – divididos e separados pela cultura e outros fatores – em uma força cultural popular-democrática" (HALL, 2008, p. 246, grifo do autor). Para situarmos o debate e a luta do MST na hegemonia da/na arte e cultura, vamos dividir a exposição em dois momentos: a constituição do setor de cultura no MST e o debate sobre tradição e modernidade do camponês, e a produção musical dos jovens rappers do Veneno H2 como fator indicativo da existência de experiências comuns que podem fortalecer o diálogo e os laços políticos entre a juventude rural e urbana.

2.3.1 Setor de Cultura do MST: o debate entre tradição e modernidade

O Setor de Cultura do MST é formado oficialmente no IV Congresso Nacional do MST, em 2000, após intenso processo de debates e ações culturais acentuado ao final da década de 1990. O Setor se formou e se organiza a partir de Frentes de Linguagem, cada uma especializada em linguagens artísticas distintas: Frentes de Música, de Teatro, que envolveu prolífica parceria com o Teatro do Oprimido, entre os anos de 2000 e 2005, de Artes Plásticas, de Literatura, que trabalha poesia e cordel, e a de Audiovisual. São proeminentes a intensa e extensa produção musical do MST, com mais de 400 músicas gravadas e livros com letras de músicas, como o "Canta MST", editado especialmente para o VI Congresso Nacional, com 65 letras, e a Brigada Audiovisual, que desenvolve fecunda reflexão estética e também extensa produção. No segundo semestre de 2014, estavam em produção cinco filmes, todos documentários históricos: o VI Congresso Nacional, 30 anos de MST, 10 anos da ENFF, Programa Agrário do MST e um documentário concomitante à produção de quatro CDs de músicas do MST. Todos os vídeos possuem uma finalidade pedagógica, tanto na comunicação com a base, o público principal, mas também com a sociedade. Mas a música é a linguagem artística mais presente nas místicas e no dia a dia do MST. Nas atividades da ENFF, há sempre um violão por perto e alguém tocando. O MST é muito musical. Além das músicas compostas pela militância, também são tocadas muitas canções da música popular brasileira e do rock nacional, de Alceu Valença, Milton Nascimento e Titãs, entre outros, e também presenciamos o rap do Veneno H2. A mística e a música estão presentes até na sala de aula. Esse foi um dos aspectos que mais nos impactou ao participarmos de cursos na ENFF. Embora exista vasta produção e fomento à produção artística, a cultura é vista principalmente como meio para implementar as estratégias de luta do movimento, para construir e consolidar

valores humanistas e, em última instância, construir o socialismo, conforme explica Célio Romoaldo[45]:

> Acho que ela (cultura) deve cumprir também essa função. Mas essa função tem que estar articulada. A direção de cultura do MST tem que estar ligada diretamente à sua estratégia política. É isso, é pegar a música, a dança... Qualquer manifestação cultural só tem sentido se ela for para cumprir também com essa função. Sempre foi cabível a da descontração, do lúdico, tal, tal... Mas essa dimensão cultural tem que estar ligada à estratégia política. A sua ideologia tem que estar carregada disso. Porque senão vai servir para qualquer coisa, menos para construir novos sujeitos, novos homens, novas mulheres.

O evento que marca historicamente a consolidação do debate sobre cultura é o Seminário Nacional *O MST e a cultura*, realizado em São Paulo, em junho de 1998. O evento contou com a participação de Alfredo Bosi. A pesquisadora e intelectual orgânica do MST, Roseli Salete Caldart (2004, p. 99), do Setor de Educação, esteve presente no Seminário e recorda reflexão que Alfredo Bosi fez sobre a cultura do MST, com base em reflexão de Simone Weil, sobre a condição operária: "o MST tem condições de produzir uma cultura que se movimente dialeticamente entre o enraizado e o projetivo. O MST enraíza as pessoas e lhes possibilita um projeto de futuro". Esse enraizamento projetivo, que Caldart identifica a partir da fala de Bosi, é um processo elucidativo da maneira como o MST se movimenta buscando o futuro, concomitantemente buscando as raízes, a ligação com a terra, a natureza, ressignificando esses laços culturalmente e historicamente. Há matrizes culturais, místicas, que permanecem enraizadas e se renovam porque animam e conferem sentido às lutas. E o MST, conscientemente, diferencia-se e elabora sua identidade cultural, no diálogo com a base, aliados e na luta de classes, visando a unidade e o fortalecimento da luta conforme o momento histórico. A palavra camponês não fez parte da formação da identidade cultural dos Sem Terra, embora sejam herdeiros, historicamente e culturalmente, das lutas camponesas. João Pedro Stédile relata que a palavra é elitizada, não é utilizada pelos próprios camponeses (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 31). A identidade cultural camponesa torna-se politicamente progressista à medida que unifica a luta camponesa contra a expansão do agronegócio, e do bloco de poder que compõe, no campo. A mística e as matrizes culturais são os nós que costuram a identidade Sem Terra ressiginificando-se com o movimento histórico da luta.

[45] O militante do MST nos concedeu entrevista no dia 21/09/2015, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, cidade de São Paulo. No momento da entrevista, Célio Romoaldo era coordenador de cultura no Estado de São Paulo. Atualmente, desenvolve tarefas na Associação Nacional dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (ANAEFF).

Há duas principais matrizes culturais na gênese do MST: a camponesa - por ter sua raiz nas lutas do campesinato brasileiro – e a religiosa – pois a Igreja, sobretudo setores progressistas da Católica, mas também a Luterana, inicialmente através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), na década de 60, e principalmente, a partir de 1975, através das CPTs (Comissões Pastorais da Terra), teve papel central na formação do MST. (CALDART, 2004). As histórias e memórias de luta do MST e de movimentos que o antecederam são referentes centrais das narrativas fundantes do MST.

O MST se considera herdeiro histórico e ideológico das Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas surgem em 1955, com o processo de expulsão dos foreiros, "de redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional", com a tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e a ação da burguesia regional junto ao governo federal para efetivar uma política de desenvolvimento econômico baseada na industrialização (MARTINS, 1990, pp. 76-77). Vários movimentos camponeses surgiram em diversas regiões do país entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964. Inclusive as palavras "camponês", "campesinato" e "latifundiários" surgem nesse período em território nacional, "importadas" politicamente pela esquerda. "Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais". (MARTINS, 1990, p. 22). Foi nos Estados de Pernambuco e da Paraíba, no Engenho Galiléia, que surgiu a associação de foreiros, inicialmente denominada Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que logo ficou conhecida como Liga Camponesa. Em 1954, com a orientação e organização do Partido Comunista do Brasil, na época PCB, foi fundada a Ultab, a base do que seria a Contag. Algumas ligas passaram a se converter em sindicatos, havendo diferença de propostas políticas. Com o refluxo das Ligas, o advogado e deputado socialista Francisco Julião, um dos seus principais líderes, escreve o documento "Bença, Mãe", defendendo que a participação no sindicato não excluía a participação na liga e vice-versa. A principal diferença política, que faz o MST se considerar herdeiro das Ligas Camponesas, é que as Ligas defendiam uma proposta de revolução camponesa, de reforma agrária radical expressa na palavra de ordem: "Reforma Agrária na lei ou na marra", criada no início dos anos 1960 e que deu o tom do I Congresso Camponês, convocado pela Ultab e realizado na cidade de Belo Horizonte (MG), em 1961 (CUNHA, 2013, p. 65). Já o PCB e a Ultab defendiam a diretriz do Partido Comunista da União Soviética, a proposta de uma frente

única a partir da aliança com a burguesia nacional, que resultaria em uma revolução democrática burguesa (MARTINS, 1990, p. 78). Tanto as Ligas como a Ultab defendiam a aliança entre campo e cidade, porém a proposta das Ligas encampava o protagonismo do movimento popular. João Pedro Stédile descreve da seguinte maneira a influência histórica das Ligas:

> O MST nasceu no sul em função de um conjunto de fatores, que têm suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 18).

João Pedro Stédile (STÉDILE; FERNANDES, 1999) analisa que a CPT teve participação decisiva no desenvolvimento do caráter nacional de lutas camponesas que originou o MST por dois motivos: pelo seu caráter ecumênico, que permitiu a convivência de orientações religiosas distintas, como a igreja católica e luterana, e por sua atuação nacional e profundo conhecimento das regiões do país e suas lutas anteriores. A CPT surgiu em Goiânia (GO) e teve inicialmente motivação regional com a reunião dos bispos da região amazônica, que percebiam a violência perpetrada contra os posseiros das Regiões Norte e Centro-Oeste. Essa articulação representou um avanço ideológico. Na visão do MST, foi uma autocrítica da Igreja, principalmente com relação aos camponeses, pelo apoio dado ao golpe militar. Com a CPT, que foi a aplicação na prática da Teologia da Libertação, padres, agentes pastorais, religiosos e bispos passaram a desenvolver um trabalho de conscientização dos camponeses para a organização da luta pela terra e a questionar a ditadura militar e seu modelo de modernização do campo. Essas organizações da Igreja fundamentam suas ações sociais e políticas na Teologia da Libertação, cujos teólogos "fazem uma releitura das Sagradas Escrituras da perspectiva do oprimido e condenam o capitalismo, considerando-o um sistema anti-humano e anticristão". (MORISSAWA, 1990, p. 105). Com o tempo, a simbologia da foice e da enxada tornou-se mais presente e significativa do que a cruz, ou seja, a orientação marxiana e a luta de classes tornou-se hegemônica no sentido da luta pela terra. Entretanto, para o MST, socialismo e religião não são excludentes, porque entende que a base "usa a fé religiosa que tem para alimentar a sua luta, que é uma luta de esquerda, que é uma luta contra o Estado e contra o capital" (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 131).

Uma das heranças da matriz cultural religiosa que permanece com muita força, porém redimensionada, reelaborada e ressignificada à luz das mudanças históricas, do aprimoramento das linguagens artísticas, da participação e protagonismo cada vez maior da

juventude, é a mística. A origem da mística está na igreja, na prática religiosa, e possui a função pedagógica e política de manter a unidade da luta.

> Até por influência da Igreja, tínhamos a mística como um fator de unidade, de vivenciar os ideais, mas, por ser uma liturgia, vinha muito carregada. Com o passar do tempo – tudo é um processo de construção – fomos nos dando conta de que se tu deixas a mística se tornar formal ela morre. A mística só tem sentido se fazer parte da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos ou Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação. Ninguém se emociona porque recebe ordem para se emocionar, se emociona porque foi motivado em função de alguma coisa (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 130).

No início do MST, com os primeiros acampamentos e as ocupações, a mística ocorria de forma mais espontânea, muitas vezes reproduzindo o que era feito nos rituais litúrgicos da Igreja. No acampamento da Gleba Macali, em Ronda Alta-RS, 07 de setembro de 1979, conforme haviam decidido em reuniões, assim que os trabalhadores rurais entraram na terra fincaram uma cruz e colocaram a bandeira do Brasil, simbolizando o dia da pátria e a luta para serem cidadãos. Na tarde deste dia, fizeram a primeira celebração, conforme descreve Fernandes (2000, p. 53): "recordaram a caminhada, passo a passo, como quem reconstrói a própria história, leram os versículos do livro do Êxodo, que descrevia a caminhada do Povo de Deus em busca da terra prometida". Com o tempo, conscientemente, foram estimulando ações para a criação de símbolos que fortalecessem a identidade Sem Terra e a luta. Esse debate se fortaleceu em 1986. As palavras de ordem, por exemplo, indicam o sentido da luta no momento histórico tanto para a base como para a sociedade. Entre 1979 e 1983, a palavra de ordem era: *terra para quem nela trabalha*. No I Encontro Nacional do MST, em 1984, a palavra de ordem era: *terra não se ganha, se conquista*. A palavra de ordem *Sem Reforma Agrária não há democracia*, permaneceu de 1985 a 1989. Em 1989, criaram a palavra de ordem: *Ocupar, resistir, produzir*. Nesse intuito de fomentar a mística e a simbologia, no 3º Encontro Nacional do MST, ocorrido entre os dias 10 a 23 de janeiro de 1987, no campus da Universidade Metodista de Piracicaba, escolheram um dos principais símbolos do MST: a bandeira, após apresentação de algumas propostas. Nesse mesmo encontro, abriram concurso para a criação do hino, que foi escolhido em 1989, no 5º Encontro Nacional do MST, realizado em Sumaré-SP, de 27 de janeiro a 3 de março de 1989 (FERNANDES, 2000, p. 192).

Compreendemos a mística do/no MST de três maneiras que se interpenetram na prática social: primeiramente a mística reúne todo campo sígnico, a simbologia de luta do MST construída e apropriada durante a trajetória de luta: a bandeira, o hino, palavras de ordem, as poesias, músicas, os instrumentos e frutos do trabalho, dessa maneira, a mística também compõe os processos comunicativos e pedagógicos do MST. Mais subjetivamente, a mística é o sentimento que anima a luta, que dá prazer, que emociona o militante ao marchar, ao ouvir uma história de luta, música ou poesia, portanto, nesse aspecto, a mística é a subjetivação dos estímulos sígnicos. Para finalizar, existe o espaço-tempo da mística, o ato comunicativo-pedagógico-cultural-artístico, um ritual quase litúrgico, em que a militância do MST ou de outros movimentos sociais, como ocorre na ENFF, elabora uma prática que envolve diversas linguagens: a música, a poesia, o teatro, imagens, palavras e símbolos que se relacionam com as lutas do MST, dos movimentos campesinos e da classe trabalhadora de forma geral. O hino e a bandeira do MST estão sempre presentes como símbolos máximos desse momento. Para Ademar Bogo[46], a mística é a maior expressão da cultura do MST. John[47], do grupo de rap Veneno H2, composto por jovens militantes do MST, descreve assim a mística:

> Muita gente não conhece. Mas no Movimento a questão cultural é muito grande. Na questão da música, da arte, o artesanato. A mística é também muito forte dentro do movimento. Não é uma representação só. A mística é aquilo que você vê e te causa indignação, você arrepia, assim, vendo aquilo. E é denúncia, faz denúncia das coisas, é legal. **Na verdade, a mística foi a única coisa que a elite não conseguiu se apropriar**, porque não consegue mexer lá na indignação das pessoas. Porque é o que a mística faz.

A comunicação da mística como ritual não é imediata. Pode se sentir, mas não se compreende o sentido da mística para o MST em um primeiro momento. É preciso um conjunto de mediações, o conhecimento da história, da cultura e das práticas do MST para a intelecção dessa prática. Por isso, nos dias de visita à ENFF, a ânsia de algumas pessoas em fotografar e filmar a mística, o encantamento demonstrado, envolve um distanciamento cultural, a exaltação da beleza do ato místico como algo exótico, folclórico, na acepção politicamente negativa do termo. Michel de Certau, Dominique Julia e Jacques Revel (1989, pp. 59-60) mostram como a moda das canções populares ao final do século XVIII, na França, partia da concepção elitista, do "confisco" histórico do popular. "O prazer sentido no halo

[46] Entrevista disponível em: <http://www.piratininga.org.br/novapagina/leitura.asp?id_noticia=2135&topico=Entrevistas>. Acesso em: 14/07/2012.

[47] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

“popular” que envolve essas melodias “ingênuas” funda justamente uma concepção elitista da cultura. A emoção nasce da própria distância que separa o ouvinte do suposto compositor”.

Todos os dias, na ENFF, às 07h45, é o momento da mística[48]. No Iterra eles chamam esse momento de Tempo Formatura. Sempre um Núcleo Base (NB) é responsável pela preparação da mística. Para a vivência das atividades pedagógicas, os alunos se organizam em NBs. É a maneira encontrada para se organizarem nos estudos e nas tarefas da Escola. Há momentos em que se realizam simultaneamente diversos cursos na ENFF, com turmas e movimentos sociais diversos. A mística é o momento de socialização entre todos os que estão na Escola, por isso aproveitam esta situação para darem os principais informes do dia, a organização das atividades, aulas, tarefas etc. Na maioria das místicas que presenciamos há diálogo com a data e o momento histórico. Como no dia 27 de junho de 2014, durante a Copa do Mundo no Brasil, no Encontro do Coletivo Nacional de Comunicação, Cultura e Juventude, na ENFF, quando os jovens do Coletivo fizeram uma mística em que encenaram, a partir de personagens opressores e oprimidos, as contradições históricas, sociais e culturais da realização do evento no País. Uma peça didática, brechtianamente, com o traço e a mística do MST. Esse diálogo com o momento histórico fortalece o potencial comunicativo e pedagógico da mística. Com a participação cada vez maior da juventude, o diálogo intercultural entre campo e cidade se torna mais efetivo. Dirime-se aos poucos o polêmico debate que envolve a negação absoluta de tudo o que vem da cidade, a valorização incondicional das tradições culturais camponesas e a crescente aproximação entre o rural e o urbano. Essa aproximação se deve principalmente a três processos: a espacialização do capital e do MST, que aproximam materialmente e simbolicamente o campo e a cidade, conforme descrevemos anteriormente, a formação teórica nos setores de comunicação, cultura e formação, com foco no conceito de hegemonia gramsciana, e as experiências comuns entre a juventude do campo e da cidade, cada vez mais próximas.

O debate sobre a cultura camponesa existe desde o início do MST e permanece sendo um campo de reflexões e discussões no Movimento. Logo na apresentação do caderno de formação “O MST e a cultura”, desenvolvido por Ademar Bogo (2000) com a colaboração do Coletivo Nacional de Cultura e Educação, afirmam que com a hegemonia política ideológica e cultural da burguesia, existe a valorização somente daquilo que vem da cidade juntamente com um modelo agrícola que marginaliza o meio rural. Com esse embate, existe a tendência

[48] No quarto capítulo, abordaremos novamente o tema a partir de nossas vivências na ENFF.

de buscar o religamento com as raízes camponesas, inclusive daqueles que migraram para a cidade, por meio da Reforma Agrária e da valorização da cultura tradicional camponesa. Bogo (2000, p. 19, grifo nosso) destaca e valoriza a permanência da cultura caipira na cidade: "a cultura do caipira no momento em que se desloca para a cidade, expulso do campo, não se extingue com a mudança do ambiente físico, pelo contrário, permanece por certo tempo **puramente caipira** e é com ela que se defenderá no mundo desconhecido". A consciência estética do MST é creditada ao espaço social dos camponeses, a sua ligação com a terra e a natureza, contrastando com a arte burguesa que se transforma em mercadoria nos leilões e galerias.

> Nossa pintura tem mais sensibilidade por ser real, porque respira e exala perfume, sensibilizando também nossa consciência estética. (...) O contato com esta beleza natural educa os demais sentidos, como amar, gostar, admirar, sorrir e cantar. Desperta interesse coletivo de reproduzir esta obra de arte. A classe dominante quando vai aos leilões de arte, compra por altos preços obras de arte e as leva para casa, trancando-as em cofres, tirando a liberdade da beleza poder tocar os sentimentos das pessoas e fazê-las mais humanas (ibidem, p. 38).

Já em produção teórica posterior, a partir de leituras e debates sobre hegemonia, o MST (2005), principalmente a juventude, percebe que a idealização da cultura camponesa tradicional não é o caminho para a luta contra a hegemonia do bloco de poder e nem para a construção da hegemonia da classe trabalhadora. As empresas do agronegócio, inclusive, apropriam-se dessas produções musicais caipiras em ações de marketing e comunicação, como o festival Syngenta de Viola Caipira, para tentar criar imagem mais "amigável" junto aos camponeses e expropriar o potencial de oposição ou mesmo de prática alternativa dessas criações artísticas, incorporando-as o campo dominante.

> O camponês não é algo estático, imutável como um boneco de presépio. O modo de vida e a cultura do camponês tradicional não podem ser idealizados, como se representassem uma resistência ao capital, sem levar em conta suas contradições e problemas. Às vezes, por trás da cultura camponesa, há também valores capitalistas e reprodução da lógica pequeno burguesa. (...) A cultura popular não está imune à indústria e ao capital, sendo também permanentemente incorporada e transformada. Da mesma forma como na economia, na cultura não é possível rodar a roda da história para trás. Não podemos ignorar o impacto da produção cultural do último período. Portanto, também a cultura popular precisará ser recriada e reinterpretada partindo de uma ação contra-hegemônica (MST, 2005).

Exemplo significativo de apropriação pela mídia burguesa aconteceu com a música "Canção da Terra", de Pedro Munhoz, músico gaúcho engajado com a luta do MST. A música faz parte do álbum "Cantiga de andar só" e compõe o caderno supracitado Canta MST! (MST, 2014), editado para o VI Congresso Nacional do Movimento. A canção costuma ser tocada nas místicas do MST e o refrão, que repete a palavra "Terra" com simples e marcantes modulações melódicas, é sempre cantado com entusiasmo pela militância. Pedro Munhoz possui outras músicas e poemas ligados à luta pela terra e costuma tocar em festivais, jornadas e encontros de reforma agrária, agroecologia etc. A música "Canção da Terra" foi gravada pelo grupo independente *O Teatro Mágico*, no disco "A sociedade do espetáculo", de 2011. A música entrou na trilha sonora da novela da Globo "Flor do Caribe". Foi a primeira música do autor e do grupo a compor trilha sonora de novela. O sentido da canção dedicada ao MST é diluído nas personagens e na trama melodramática. Seu componente político e ideológico de oposição é expropriado para entreter o telespectador, embalar a audiência reproduzir as relações sociais. Abaixo, a letra da música "Canção da Terra".

Tudo aconteceu num certo dia
Hora de Ave Maria
O Universo viu gerar
No princípio, o verbo se fez fogo

Nem Atlas tinha o Globo
Mas tinha nome o lugar
Era Terra,
E fez o criador a Natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar

Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela Terra,
Madre Terra, nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Sou Sem Terra, sou guerreiro
Co'a missão de semear
A Terra, Terra,
Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
A Terra, Terra,
Terra, Terra...

A liderança do MST busca encontrar maneiras de equacionar a matriz histórica camponesa, com esforços de resgate da cultura tradicional, com esses novos elementos do consumo e da indústria cultural que perpassam o cotidiano dos assentados que vivem e militam em zonas de fronteira. Como qualquer movimento social, há disputas e negociação de ideias pela hegemonia, não há unanimidade acerca de todas as questões, e sim sentidos que se esclarecem, mudam e se moldam ideologicamente conforme as forças sociais operantes se ajustam no processo de luta política. Algumas matérias na página eletrônica do MST expressam esse debate. Há matéria como a intitulada "MST resgata cultura tropeira em cavalgada na região de Itapeva[49]", que traz palavras e conceitos como tradicional, passado, resgate, que denotam o esforço em manter a tradição camponesa. Outra matéria intitulada "O papel da música, arte e esporte[50]", que tem como principal tema a juventude, traz conceitos como "produzir o novo", "sermos jovens do movimento", porém sempre com a preocupação de marcar a polarização com a ideologia capitalista dominante. Os assentamentos não são ilhas, estão inseridos na totalidade dos processos, não são imunes à lógica de produção da mercadoria que medeia as relações sociais no capitalismo. Alexandre Barbalho defende que essas tensões e negociações sinalizam "entre-lugares", espaço onde a cultura se desenvolve pela interculturalidade, o que considera um espaço estratégico na contemporaneidade pois possibilita articular diferenças culturais. (BARBALHO, 2012, p. 8). O depoimento de Ana Chã[51] mostra a disputa e negociação simbólica dessa dialética cultural:

> O nosso objetivo não é resgatar as manifestações culturais puras, até porque o que é puro hoje num mundo onde a informação circula por todo lugar, mesmo no mais isolado? Então não existe mais isso, de uma cultura camponesa que é pura. A gente sofre influência de todo lugar. O que a gente entende é que não pode se apropriar disso sem que haja um compreensão critica. É a gente poder, na medida do possível, conhecer essas outras expressões, refletir sobre elas e depois inclusive ressignificá-las para o lugar onde a gente está, para esse jeito de ser sem-terra. A gente vê isso como bastante positivo, estimula. Hoje em dia, em alguns estados, tem também Brigadas de Agitação e Propaganda, que são Brigadas que fazem mais esse dialogo na cidade e essas linguagens todas se faz uso delas, estêncil, grafite, formas de teatro, como teatro invisível, que a gente percebe que elas

[49] Disponível em http://www.mst.org.br/MST-resgata-cultura-tropeira-na-regiao-de-Itapeva
Acesso em 15/07/2012
[50] Disponível em http://www.mst.org.br/node/10379
Acesso em 15/07/2012
[51] Ana Chã é Coordenadora Nacional de Cultura do MST. Depoimento disponível em: BARBALHO, Alexandre. Movimentos sociais, territórios interculturais e direitos: Pensando a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). In: XI Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. ALAIC 2012. Anais.

> funcionam melhor no espaço urbano, elas conseguem chegar mais nas pessoas, então o Coletivo está se apropriando disso, estudando e fazendo. Então, em vários lugares que você for, provavelmente vai encontrar expressões que as pessoas, em um primeiro olhar, diriam 'ah, isso é cultura da cidade e não do campo', e elas estão convivendo ali perfeitamente integradas, com outro jeito de fazer. Mas também isso ainda é um tema que o Movimento não sabe muito bem como lidar com ele. Ele vai acontecendo. A gente entende como Coletivo, que é um movimento super-rico, que traz outros repertórios, mas ainda existem resistências.

A música do MST é certamente a linguagem artística que melhor expõe esse debate entre tradição e modernidade. Dentre as cerca de 400 músicas compostas pela militância do MST, quase a totalidade delas podem ser enquadradas no gênero da música caipira tradicional: a música campeira, o forró, moda de viola, a música tradicional gaúcha etc. Principalmente a militância mais antiga tende a valorizar somente este tipo de canção. A juventude camponesa, que é o principal público nos setores de comunicação e cultura, com suas experiências sociais e formação política, passa a trazer outros referenciais simbólicos. Raul Amorim[52], da direção nacional e coordenador nacional de juventude, credita a maior participação da juventude nesses setores à possibilidade criativa e diálogo cultural com a juventude da cidade. Por meio da produção cultural, o jovem camponês consegue se socializar com outros jovens, sair do isolamento e promover o diálogo intercultural. Enquanto que o trabalho estranhado, como Marx (MARX, 2011, p. 116) já demonstrou nos manuscritos, "transforma a vida genérica em meio de vida individual", a atividade vital em meio de existência.

> Pode se dizer que a juventude é o pólo dinâmico da sociedade. Tem esse aspecto mesmo de estabelecer comunicação, a criação, espaços onde o jovem possa criar. Na rádio, quando ele esta lá construindo a rádio. Ele é o criador daquilo ali. Ele constrói o meio de se produzir a cultura, de produzir a comunicação. É gratificante. Porque do trabalho ele vai criar o que? No trabalho já está posto o que deve ser feito. Na escola é toda imposta, e também é sem criação, sem criatividade. É tudo cópia. São nesses espaços que ele pode criar. Inclusive se ele vai construir uma festa, se vai construir um grupo de Hip Hop, uma quadrilha, um grupo de música o que for. Tem o aspecto da criação, e isso que dignifica bastante o ser humano.

Contudo, a produção cultural da juventude é um campo de debates no MST. Quando os integrantes da Brigada Audiovisual apresentaram a primeira edição do vídeo produzido a partir do VI Congresso do MST, foram questionados pelos dirigentes porque havia muito Hip

[52] A entrevista com Raul Amorim, da direção nacional e coordenador nacional de juventude, foi realizada na Secretaria Nacional do MST, dia 21/07/2014.

Hop, mas na verdade estavam falando do rap. O Hip Hop é um movimento sociocultural que envolve quatro elementos artísticos e um projeto político-ideológico que os militantes denominam como o quinto elemento do Hip Hop. Os elementos artísticos são os seguintes: o DJ (*Disc Jockey*), quem "pilota" o toca-discos, o MC (*Máster of Ceremony*), o mestre de cerimônias, aquele que canta; e esses dois elementos constituem o rap (sigla de *rythm and poetry*, ritmo e poesia), a parte musical do Hip Hop. Há também a dança de rua, o breaking, e, por fim, o graffiti[53], a arte plástica do movimento Hip Hop. A mídia burguesa apresenta Hip Hop e rap como se fossem sinônimos, reduzindo metonimicamene um movimento sociocultural a um produto cultural. Sobrepõe-se o valor de troca sobre o valor de uso da palavra. Palavra que, velada, violada e expropriada, vende um bem de consumo aparentemente asséptico, porque travestido de roupagem mercadológica. O não conhecimento da história e das experiências que envolvem o rap e o Hip Hop faz com que a militância mais culturalmente conservadora do MST enxergue a presença do rap nos espaços do MST como uma invasão e um colonialismo cultural. Entretanto, o rap é um forte meio de comunicação social do jovem da periferia, em sua maioria negra. E se adapta a ritmos e conotações ideológicas diversas. Entre essas possibilidades criativas, estéticas e políticas, está o rap do Veneno H2. O que, como explica Raul Amorim[54], é a sinalização de uma abertura que ainda possui controvérsias no MST.

Claro que não podemos superestimar a linguagem do rap, porque há problemas e limitações dialógicas, como a dura moral periférica que tende a negar o outro, as diferenças, a educação universalizante. Durante pesquisa que fizemos com o Movimento Hip Hop[55], entre 2003 e 2008, por diversas vezes presenciamos jovens do Hip Hop criticando até mesmo os seus pares, por querer colocar em debates e palestras alguma referência da ciência clássica, como Marx, por achar que era uma atitude pernóstica, ou na linguagem periférica "Tava querendo se crescer pra cima dos mano, não vem querer falar bonito aqui não, que aqui é quebrada e o bicho pega". Depoimento do rapper e fanzineiro de São Bernardo do Campo, Walter Limonada, é sintomático da dificuldade de aproximação entre a cultura da periferia e a educação universalizante. Ele conta que estava indo devolver uns livros na biblioteca

[53] A predileção de escrever no original, em italiano, graffiti, é defendida por diversos autores e militantes do Movimento Hip Hop. "Graffiti é o plural de graffito. No singular, é usada para significar a técnica (pedaço de pintura no muro em claro e escuro). No plural, refere-se aos desenhos (os graffiti do Palácio de Pisa)" (GITHAY, 1999, p. 13).

[54] A entrevista com Raul Amorim, da direção nacional e coordenador nacional de juventude, foi realizada na Secretaria Nacional do MST, dia 21/07/2014.

[55] Sobre a pesquisa com o Movimento Hip Hop ver Bastos (2012b, 2008).

municipal de São Bernardo do Campo, quando encontrou um amigo que ele não via há um bom tempo e este amigo o recriminou por estar com livros na mão.

> Ao me ver com três livros na mão ele começou a rir. Eu perguntei do que é que estava rindo e ele disse que era da minha mania de ficar andando sempre com um livro embaixo do braço. E foi mais além... Disse que esse negócio de livro não é postura de rapper, dar uma de intelectual, não tinha nada a ver. (...) É que no nosso Brasil ainda há aquele mito de que livros são coisas chatas, só pra CDF's. Mas tá ligado que essas idéias não tem nada a ver, né não? Se você reparar, tudo nasce da escrita e da leitura.

Claro que essa postura reativa resulta de histórica violência material e simbólica sofrida cotidianamente pela juventude periférica. As barreiras não foram construídas à mercê dos fatos históricos, mas são consequências de um desenvolvimento social e cultural elitista e excludente. Vemos como muito mais compreensível o medo, a insegurança, e como corolário, na hipótese mais branda, certo distanciamento, e na mais severa, um comportamento arredio dos meninos e meninas da periferia, do que a prepotência de alguns círculos acadêmicos que focam os olhares nos seus pares e negligenciam, ou até oprimem as peculiaridades das falas populares. Identificamos nessa aproximação linguística e diálogo intercultural um caminho para a inteligibilidade recíproca entre a juventude do campo e da cidade. O que pode abrir caminho para a integração crítica via luta política conjunta e a educação universalizante. Raul Amorim[56] aborda essa gradual abertura à cultura citadina no MST.

> Quando você fortalece muito uma identidade ela forma contraste a outra, que esteja no mesmo pé de igualdade. Quando a gente fortalece muito cultura camponesa, acaba como uma distinção sobre a cultura urbana. Parece-me que o MST, apesar de fortalecer uma ideia de campo, ele não poderia dentro de sua estratégia de Reforma Agrária Popular construir um contraste muito grande com a cidade. Tem que ir limpando essas arestas do preconceito. Acho que esse é o caminho que estamos conduzindo. Estar aberto a novas possibilidades da cultura. E não ver a cultura da cidade como algo ruim à priori. Assim como tem coisas que não devemos fortalecer dentro do campo, valores. Isso também tem na cidade. A parte que é positiva. E principalmente por estar ligada a produção própria da classe trabalhadora, e que fala dela. Nesse campo de abertura acho que nascem possibilidades. Experiências musicais como o Hip Hop, os meninos do sul tem uma banda no Paraná que se chama a Banda do Saci. Eles tocam muita música sertaneja, caipira de viola, mas também cantam soul, rock. Existe uma abertura, que não se consolidou ainda. Vai achar preconceito? Vai. Mas dentro da direção política não existe uma linha de retaliação sobre isso. Mas a abertura está sendo construída.

[56] A entrevista com Raul Amorim, da direção nacional e coordenador nacional de juventude, foi realizada na Secretaria Nacional do MST, dia 21/07/2014.

2.3.2 Rap da roça

Além do fato de serem movimentos sociais contemporâneos, aparentemente há poucas relações entre o MST e o Hip Hop. No entanto, a partir de uma análise histórica, do espaço social, da relação do Estado com a classe trabalhadora, e também a partir de pesquisa empírica com agentes sociais do MST e do Hip Hop no Estado de São Paulo, encontramos liames históricos, estruturais e superestruturais.

Como ponto de partida para estabelecer conexão histórica entre o MST e o Hip Hop, precisamos primeiramente entender e reconhecer que se tratam de movimentos com diferenças importantes em suas composições e demandas sociais e políticas: o MST com sua ênfase na luta pela terra, pela reforma agrária, contra o modelo agrícola hegemônico no campo e por mudanças sociais que desemboquem no socialismo. O Hip Hop na luta da juventude periférica por equidade social, racial, cultural e econômica, por meio dos seus intelectuais orgânicos, do seu poder de mobilização e comunicação sociais, e dos seus elementos artísticos: MC, DJ, Breaking e Graffiti. Não obstante, ambos os movimentos são formados por agentes sociais da classe trabalhadora, que sofrem com a apropriação e domínio do espaço pelo capital, com a precarização do trabalho, que lutam por trabalho, moradia, lazer, educação, cultura, e que reconhecem como o outro lado, o adversário da luta, as classes dominantes, a burguesia, o Estado, suas instituições e políticas reprodutoras da ordem social vigente. Desse modo, para compreendermos com profundidade a relação histórica do MST com o Hip Hop, precisamos fazer um movimento regressivo e progressivo, como sugere Lefebvre, para compreender a relação da classe trabalhadora com o Estado e o capital na história recente, entre os anos 1970 e 1980, momento de nascimento dos movimentos sociais analisados e outros também representativos das classes populares.

Ambos os movimentos sociais, MST e Hip Hop, surgem em 1984, momento histórico de mudanças nacionais e globais. Entre os fatores, podemos destacar a reestruturação econômica global, a crise econômica nacional, iniciada no final da década de 1970, o processo de redemocratização do país e crescimento de mobilizações da sociedade civil, novos movimentos sociais e atores históricos lutando por cidadania e justiça social com diferentes matizações simbólicas e políticas. Entre as mudanças históricas das décadas de 70 e 80 do século passado se incluem o surgimento dos novos movimentos sociais, de novos atores históricos, mostrando outra maneira de se entender e fazer política, com maior fortalecimento das mediações simbólicas e sem a tutela dos partidos políticos, como o Novo Sindicalismo, os

Clubes de Mães e as Comunidades Eclesiais de Base, que Eder Sader analisou (SADER, 1995). O que ensejou também novas formas de análise teórico-metodológicas, sobretudo de aporte gramsciano devido ao fortalecimento social e político da sociedade civil como possibilidade de transformações históricas. Esse contexto também contribuiu para a emergência da população periférica e do jovem da periferia como agentes sociais e atores políticos. O jovem da periferia era excluído tanto da condição política como da condição juvenil, não recebendo a devida atenção dos pesquisadores.

Na avaliação de Eder Sader, o corolário do fechamento do Estado com o golpe militar de 1964 foi a desconfiança dos sujeitos, intelectuais acadêmicos e militantes, diante das instituições políticas e seu sistema de mediações, ao "Estado como lugar e instrumento privilegiados das mudanças sociais." (SADER, 1995, p. 33). Com isso, há uma nova valorização da sociedade civil, muitas vezes de forma exagerada, e a criação de novos sujeitos históricos e novos espaços políticos, como o cotidiano. Essa mudança de sentido ocorre amiúde durante a década de 70. "Creio que estas mudanças constituem um efeito retardado e mais profundo das derrotas dos anos 60. Elas expressam uma crise dos referenciais políticos que balizavam as representações sociais sobre o Estado e a sociedade em nosso país." (SADER, 1995, p. 33). O autor aponta que na primeira metade da década de 70, as representações das classes populares expressavam uma situação de submissão aos interesses do capital e ao Estado autoritário. É na segunda metade da década que surgem textos marcando um posicionamento político antagônico, no qual os movimentos operários e populares aparecem contestando e protestando contra a ordem social. Eder Sader identifica três matrizes básicas ao analisar os novos movimentos sociais do período que, na visão do autor, constituíam um novo sujeito histórico: as comunidades de base, uma esquerda em crise e o "novo sindicalismo".

Não obstante a essa matriz histórica comum, a gênese dos movimentos MST e Hip Hop segue processos de socialização política distintos, havendo aproximação e diálogo no final dos anos 1990. Essa aproximação acontece por fatores estruturais expostos: a reprodução ampliada do capital no campo e na cidade, o apoio do Estado ao agronegócio e ao mercado imobiliário, em detrimento à reforma agrária e políticas habitacionais e sociais, de situação de precariedade no mundo do trabalho e da vida no cotidiano da classe trabalhadora no campo e na cidade. E também pela gradual abertura de socialização política entre a juventude da classe

trabalhadora, a crescente identificação como classe e o reconhecimento no capital, no Estado, no bloco de poder como inimigo a ser combatido.

Destacamos como instância de articulação e luta política a Jornada Nacional de Luta da Juventude, que teve início em 2012 e reúne diversas organizações do campo estudantil, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), do campo sindical, CUT, do campo religioso, movimentos negros, de mulheres, cultura e comunicação. É bastante difícil a construção de uma unidade com tantas e distintas organizações. A maior parte dos encontros foi organizada pelo MST. Raul Amorim[57] explica que o fato de não haver uma organização hegemônica, como foi o MST no final dos anos 1990, dificulta a construção da hegemonia. A articulação política mais significativa entre juventude do campo e da cidade ocorre entre o MST e o Levante Popular da Juventude. O Levante tem origem no Rio Grande do Sul. É resultado de processo de encaminhamento da juventude da Via Campesina, envolvendo MST, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), para trabalhar com jovens da cidade. Inicialmente, a proposta não era criar uma organização e sim coletivos campo-cidade. De 2006 a 2008, cerca de 17 Estados possuíam coletivos campo-cidade, com os jovens da Via Campesina se articulando com experiências organizativas da periferia, sem ligação com partidos ou movimentos estudantis. Entre 2007 e 2008, surge o Programa Nacional de Formação (PNF), na ENFF, que unia a juventude do campo e da cidade para um processo de formação sobre a realidade brasileira, a partir de autores brasileiros, em 10 etapas. Depois avaliaram que não foi tão positivo porque o curso era muito "de cima pra baixo", como relata Raul Amorim[58], era difícil trabalhar com a juventude. Em 2008, aconteceu o Encontro Nacional da Juventude Campo e Cidade, na Universidade Federal Fluminense (UFF), que reuniu aproximadamente 1.000 jovens de 19 Estados, um marco para esse campo político. Essa articulação foi o bojo histórico que alicerçou politicamente o nascimento do Levante Popular da Juventude. Eles se assumem como a Juventude do Projeto Popular e atuam em três frentes: no meio estudantil secundarista e universitário, nas periferias dos centros urbanos e nos setores camponeses. Há muitos jovens do MST que atuam nos dois

[57] A entrevista com Raul Amorim, da direção nacional e coordenador nacional de juventude, foi realizada na Secretaria Nacional do MST, dia 21/07/2014.
[58] A entrevista com Raul Amorim, da direção nacional e coordenador nacional de juventude, foi realizada na Secretaria Nacional do MST, dia 21/07/2014.

Movimentos, inclusive Raul Amorim[59]. O Veneno H2 também costuma tocar e participar dos encontros do Levante. Possuem parceria no trabalho com a periferia.

Diferentemente do MST, o Hip Hop não nasce no Brasil com uma proposta política clara, nem tampouco com o caráter de movimento social, o que só passa a acontecer no processo de socialização e luta política que leva ao amadurecimento do Hip Hop como movimento social durante a década de 1980. Inclusive o entendimento do Hip Hop como movimento social ou cultura Hip Hop é objeto de disputa tanto no meio acadêmico como entre os agentes sociais do Hip Hop[60]. O dia 12/11/1974 é a data oficial da criação do Hip Hop nos EUA. Dez anos depois, no bojo de transformações históricas globais e nacionais, como a intensificação do processo de globalização com os avanços das tecnologias da informação e dos meios de comunicação, o Hip Hop chega ao Brasil, através da dança de rua, que começa a ser praticada nas ruas de São Paulo e depois no ABC Paulista.

O Hip Hop se concretiza e se perpetua como movimento sociocultural por meio das posses, organizações que passam a ser criadas no início da década de 1990, em comunidades periféricas da cidade de São Paulo, por intelectuais orgânicos do Hip Hop, os agentes do Movimento Hip Hop organizado, que trabalham os elementos artísticos do Hip Hop em torno de um posicionamento político-ideológico e de um trabalho de formação e intervenção cultural, que eles entendem e denominam como o quinto elemento do Hip Hop.

Resumidamente, há três grandes tendências de Movimento Hip Hop: a que trabalha com centralidade na questão racial, que entende o Hip Hop como um instrumento de luta contra as formas de discriminação racial e como instrumento de formação de uma identidade étnica para a juventude negra das comunidades periféricas; outra tendência atua com centralidade na questão social, na luta de classes, e trabalha o Hip Hop como um instrumento de luta contra as formas de opressão e exploração do capital, como elemento fundamental para que os jovens construam uma identidade de classe e se reconheçam como classe social explorada e também como grupo racial oprimido; uma terceira tendência trabalha com centralidade na questão cultural e acredita que o processo de formação artística e cultural dos jovens cria as condições para sua transformação e construção cidadã, independente de uma atuação mais crítica e incisiva como movimento social. Agentes sociais do Hip Hop que se organizam politicamente como movimento social, sobretudo os que atuam com centralidade

[59] A entrevista com Raul Amorim, da direção nacional e coordenador nacional de juventude, foi realizada na Secretaria Nacional do MST, dia 21/07/2014.
[60] Para a discussão teórica e política sobre o Hip Hop como cultura ou movimento ver Félix (2005).

na luta de classe, enxergam o MST como importante referência para suas formas de luta, buscando aproximações e diálogos, como mostra a pesquisa a partir de matérias do site do MST [61]e blogs de integrantes do Hip Hop[62]. A matéria "A luta para além da terra" aborda o pré-assentamento Gabriela Monteiro, que fica em Brazilândia, no Distrito Federal, a cerca de 50 minutos de Brasília. O assentamento passou a despertar o interesse de outros movimentos sociais, como o Hip Hop, principalmente pelo impacto das experiências, intervenções e estudos teatrais acumulados pela Brigada de Agitação e Propaganda Semeadores - inicialmente composta quase que exclusivamente por militantes do Gabriela Monteiro e que hoje conta com integrantes de várias entidades. O depoimento de Sérgio de Castro, integrante do grupo Atitude Hip Hop, é emblemático: "mesmo que de forma diferente da dos Sem Terra, nós, jovens da cidade, também enfrentamos desafios e a exclusão social e buscamos maneiras de alcançar uma sociedade mais justa e solidária, assim como o MST", disse ele ao grafitar as paredes do Centro de Formação do Gabriela Monteiro, em 2005.

Como já mencionamos, a entidade nacional Nação Hip Hop Brasil se organiza politicamente inspirada no modo de atuação do MST. A organização de Hip Hop foi fundada em 22 de janeiro de 2005, na cidade de São Paulo, a partir dos diálogos e parcerias com diversas lideranças e entidades, como o MST, Sindicatos, organizações dos Movimentos Negros e outras posses de Hip Hop. Eles criaram uma rede nacional que proporcionou a constituição da Nação Hip Hop Brasil em 20 Estados. A questão da juventude é trabalhada transversalmente, a Nação Hip Hop é uma entidade de juventude, ela é de Hip Hop, mas o segmento da sociedade que mobiliza as reflexões, ações culturais e políticas da entidade é juventude da periferia, porque a maioria das pessoas que fazem Hip Hop é jovem. Marcelo Buraco salienta que há bairros periféricos nos grandes centros urbanos com mais de 100.000 habitantes como o Heliópolis, divisa entre São Paulo e São Caetano do Sul, e a Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, que possui mais de 300.000 habitantes, o que torna o trabalho dos núcleos bastante importante. Nos bairros onde há mais de três lideranças do Hip Hop, eles podem formar um Núcleo da Nação Hip Hop Brasil. A Nação Hip Hop é

[61] Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/290/estados>. Acesso em: 20/09/2012.

[62] O texto "Enfrentamentos: ocupação do MST em Americana-SP", de agosto de 2011, do blog de Hip Hop Resistência Hip Hop Brasil, aborda a luta do MST e aliados contra a Usina Esther, em terreno invadido pela Usina. Disponível em http://resistenciahiphopbrasil.blogspot.com.br/2011/08/enfrentamentos-ocupacao-do-mst-em.html
Acesso em 15/07/2012. O texto "Hip-Hop e MST", do blog da liderança e escritor do Hip Hop Ferréz, aborda visita de integrantes do Hip Hop à Escola Florestan Fernandes do MST. Disponível em http://ferrez.blogspot.com.br/2005/09/hip-hop-e-mst.html
Acesso em 15/07/2012.

constituída dessa forma: Direção Nacional, Direção Estadual, Direção Municipal e Diretoria de Núcleo.

A Nação Hip Hop Brasil realizou encontros e reuniões com a juventude do MST para dialogarem, trocarem informações, compartilharem estratégias de formação política e ideológica da juventude, definirem ações conjuntas e interesses em comum entre os movimentos. Também participam da Jornada Nacional de Lutas da Juventude. E a juventude do MST enxerga no Hip Hop uma poderosa linguagem que dispõe de recursos de comunicação variados para a representação do espaço social e do cotidiano do MST. Essa aproximação ainda é polêmica, pois para muitos setores dentro do MST é vista como uma "contaminação" às matrizes da cultura popular camponesa. E para quadros antigos da esquerda nacional como uma forma perversa de colonização cultural.

O grupo de rap Veneno H2 é formado por três militantes do MST: os primos Cesinha e Mano Fi, de Ribeirão Preto, e John, de Franca, o John Doido[63]. São camponeses ligados ao Movimento Hip Hop e fazem rap. Suas famílias estão assentadas em Restinga, no assentamento 17 de abril, onde se conheceram. A região compõe a regional de Ribeirão Preto, mas fica na cidade de Franca, no eixo metropolitano do MST no Estado de São Paulo. As letras e narrativas dos jovens rappers do MST constituem representações deste espaço social de fronteira entre o urbano e o rural. As narrativas expressam bem esse diálogo e entrecruzamento entre culturas que aparentemente não se misturam, mas que convivem e dialogam na negociação das identidades Sem-terra e Hip Hop nesses espaços sociais. O fato de serem camponeses que fazem rap gera um estranhamento, tanto em suas famílias e companheiros de assentamento como em jovens ligados à cultura Hip Hop. Há negociação e conflito entre a ideologia e identidade do camponês com a ideologia e identidade da juventude periférica em movimento histórico que, amiúde, estabelece outros contornos na configuração identidade de classe da juventude camponesa-periférica. O estranhamento da juventude urbana é marcante quando se deparam com jovens camponeses que fazem rap. O depoimento de Cesinha[64] esclarece bem esse estranhamento: "Aí chegamos com as letras, levamos para o pessoal de Franca ver e a galera começou até a zuar. Gente que mora na roça fazer Hip Hop. Então eles falavam "ah vocês que cantam o **rap da roça**"... Eu me lembro. Demorou uns dois

[63] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.
[64] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

anos para o pessoal acreditar que a gente fazia som". John[65] explica a dificuldade de aceitação dos seus pais camponeses por fazer rap.

> **O problema é que é da periferia e os pais discriminam porque é Hip Hop. Quando eles viam Hip Hop pela televisão**... Meu pai morreu sem aceitar. Depois eles viam que, por exemplo, o *rap* pra mim me resgatou. O rap e o Movimento (MST). Pra mim resgatou porque ou era pra eu estar preso, sei lá o que eu ia estar arrumando . Eu ia fazer tudo, menos estar cantando *rap*, se eu estivesse na cidade. E também eu me envolvi no *rap* lá no assentamento com os meninos porque era com que eu me identificava lá dentro.

O primeiro momento do seu depoimento merece destaque porque mostra que tanto a visão da juventude urbana com relação ao MST, como a visão dos camponeses mais antigos e tradicionais com relação à juventude urbana que faz rap, são mediadas pela produção simbólica da mídia burguesa, que veicula a mercadoria, o bem de consumo e constrói um olhar de criminalização aos movimentos sociais[66]. Com relação ao Hip Hop, ou associam à violência, drogas e criminalidade ou privilegiam o bem de consumo e associam o Hip Hop, um movimento sociocultural, ao rap, um bem de consumo rentável à indústria cultural e expropriado do seu caráter ideológico. Com relação ao MST, essa postura é ainda mais agressiva. Um histórico debate é com relação aos termos invadir e ocupar. Essa disputa ideológica cria, de fato, relação dicotômica, a polarização entre a comunicação popular e alternativa desenvolvida pelos movimentos sociais e a comunicação comercial, corporativa e capitalista desenvolvida pela grande mídia. A comunicação e cultura popular são importantes ferramentas de luta nessa disputa simbólica pela hegemonia.

O jovem agente social John[67] expõe em sua narrativa um histórico que possibilita enxergar simultaneidade entre o tempo e espaço sociais da juventude da periferia e do campo, o que possibilita referentes para a comunicação e socialização política entre a jovem classe trabalhadora. O tempo biográfico de John, de Franca, morador de região limítrofe, coincide com o de outros jovens moradores de periferia dos bairros de São Paulo, como Marcelo Buraco, morador de ocupação urbana, o Centreville, em Santo André, na Grande São Paulo, e coordenador nacional da Nação Hip Hop Brasil. Tanto John[68] como Marcelo Buraco viveram

---

[65] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

[66] Com relação à disputa simbólica entre os movimentos sociais MST e Hip Hop e a mídia comercial ver Bastos (2012a).

[67] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

profundamente a cidade ilegal, que aborda Telles (2006), desde ocupações ilegais até a criminalidade e o tráfico de drogas. Para o jovem morador de periferia, sem perspectiva de trabalho e de vida, os fascínios e a impossibilidade do consumo, levam muitas vezes esses jovens a ganhar dinheiro com o tráfico, numa rede lucrativa de produção, distribuição, troca e consumo, que compõe a economia política capitalista e que tem na juventude um alvo preferencial: mão de obra barata, cheia de necessidades e desejos de consumo, que proporciona altos lucros à empresa do tráfico. O depoimento de John é emblemático nesse sentido:

> Eu mesmo quando cheguei no assentamento, em 2006, foi porque ficou muito perturbador pra mim. Eu estava morando na cidade. Franca é um pólo industrial, e tem um banco de reserva muito grande de mão de obra. Então a válvula de escape que a juventude tem ali é tráfico de drogas, roubar. E eu era envolvido com tráfico. Em 2006, os cara lá da minha quebrada foram presos, fiquei meio refugiado na casa do meu pai. Porque meu pai é assentado. Passou dois meses que eu estava lá, minha mãe faleceu, aí eu fiquei muito desorientado. Não sabia o que fazer.

Logo depois do nascimento de Marcelo Buraco, em 1977, sua família se mudou para a favela do DER, em São Bernardo do Campo. Devido às condições precárias da favela do DER, barracos de madeirite, esgoto a céu aberto, mortes, justiceiros, o pai do Marcelo Buraco começou a procurar outras opções de moradia, quando, em 1982, foi iniciada a ocupação do condomínio Centreville, na cidade de Santo André. O empreendimento era para ser um condomínio de luxo, mas a Construtora Nova Urbe, responsável pela obra, faliu, em 1977, quatro anos após o início das obras e os imóveis, nos quais foi usado o dinheiro público, ficaram abandonados durante anos. A ocupação foi um longo processo, os blocos foram ocupados aos poucos, pois havia frequentes confrontos com a polícia, acionada para cumprir as ordens de despejo. Uma história comum nas ocupações urbanas e rurais. As notícias da ocupação se propagaram pela região e os pais de Marcelo Buraco se organizaram com outras pessoas para participar do processo. A partir dos onze anos de idade, Marcelo Buraco permanecia mais tempo na rua durante a noite; fazia fogueira, conversava, ouvia música, e conheceu, concomitantemente, dois elementos que vieram a fazer parte de sua adolescência: o rap e as entranhas da periferia, com o tráfico de drogas, as armas e a criminalidade. “Aí entra nessa coisa de conhecer de perto como funciona a criminalidade, as drogas, o tráfico. Muito pesado. Você pega o seguinte, o Centreville é uma favela de bloco, todo mundo vem de uma favela”. O início de organização política do Hip Hop ocorreu com a formação das bancas, que foram o prenúncio do que seriam as posses no início dos anos 1990. Então, Marcelo Buraco e

Tota criaram a banca Sádicos, segundo Buraco, “Sádicos contra o Sistema”. O grafiteiro Tota ainda utiliza a *tag* Sádicos em alguns *graffiti*.

> Aí, nós lançamos o nome Sádicos, que era “Sádicos Contra o Sistema”. Aí já pegava um pouco também, porque essa molecada cresceu nesse lance de guerra no Centreville entendeu? E o sistema era nosso inimigo, e nós tínhamos que ser sádicos contra o sistema. O sistema pra nós quem que era, a grosso modo: playboy, polícia, governo, essas fita aí, mano. (Marcelo Buraco).

Nessa fala, podemos perceber a dicotomia mencionada acima, o que pode provocar o isolamento político da juventude periférica. Devido a suas experiências com a ocupação do Centreville, no cotidiano da comunidade, nas formas de sociabilidade, desde o início da configuração de uma ideia sobre o Hip Hop, sobre a comunidade, a cidade, havia a predominância da matriz social na percepção da realidade. O que se fortaleceu posteriormente quando a maior parte do grupo entra para União da Juventude Socialista (UJS), braço jovem do PC do B, e fundam a Posse Negroatividades, em 1997. A partir de 2005, a Posse Negroatividades funde-se com a organização nacional Nação Hip Hop Brasil. Depoimentos mostram que a entrada na organização socialista foi fundamental para o despertar da consciência política dos jovens do Hip Hop. No entanto, havia a percepção de que a desigualdade de raça era gritante, principalmente quanto aos aspectos sociais entre negros e brancos, visivelmente presentes na história das famílias, na condição financeira e na comparação com os colegas de escola. Mas também notava o aspecto cultural da questão racial, sobretudo nas relações com os colegas de escola. Marcelo Buraco relata que ele poderia ser considerado branco na “banca” que andava, apesar dos seus traços negros e da cor escura da sua pele, porque os demais eram “mais negros do que ele”. O que era refletido nas letras de rap e nos diálogos entre eles, da mesma forma que acontecia no início do Hip Hop em outros municípios da região.

> Dessa banca, por exemplo, eu podia ser considerado branco. Por quê? Porque eram todos negros. Depois de mim, o mais clarinho era o irmão do Negão, o Edson, não sei se você conhece. A mãe dele é mistura de negro com índio. Era um quilombo o bagulho, cara. Então já tinha esse lance. As rimas que a gente fazia era sobre esse lance de nós sermos negros e tal. Aí queria estudar a escravidão porque que os mendigos que a gente cumprimentava nas ruas eram negros, porque a maioria dos corpos que aparecia morto era negra. Nós tínhamos essa banca, entendeu? Por que todos os pais da galera dessa banca tinham os piores empregos? Olha que bagulho louco. Isso a gente conseguia entender.

O depoimento de Marcelo Buraco expõe as vísceras de um sistema que utiliza inúmeros artifícios para mostrar o equilíbrio onde, na verdade, existe o desequilíbrio. Não

obstante, as competências e práticas sociais e culturais aplicadas para construir esta fina, porém brilhante camada ideológica de ilusões democráticas, não se mostra hábil o bastante para ludibriar os olhares de observadores privilegiados, situados nas zonas cotidianas de fronteira e conflito. Os elementos artísticos do Movimento Hip Hop funcionam como gancho ao inicialmente despertar o interesse dos jovens através da música, da dança, do grafitti, mas no processo de socialização política, nas experiências cotidianas, práticas sociais, políticas, culturais, circunstâncias históricas locais e globais, esses jovens sentem a necessidade de aprimorar seus conhecimentos e a formação política. Além da participação de Marcelo Buraco e integrantes da Nação Hip Hop Brasil na União da Juventude Socialista (UJS) e no Partido Comunista do Brsil (PC do B), Honerê, coordenador-geral da Posse Hausa, de São Bernardo do Campo, filiou-se ao Movimento Negro Unificado (MNU), em 1991 - posteriormente outros integrantes também se filiaram a essa organização -; e King Zulu Nino Brown foi um dos fundadores da Posse Hausa, em 1993, mas desde 1994 estabeleceu contato com Afrika Bambaataa e passou a ser o primeiro representante da Universal Zulu Nation no Brasil, desde 2002. A centralidade na questão racial é algo que diferencia bastante o rap comumente produzido no país com o rap produzido pelos Sem Terra. Conquanto dois dos integrantes do Veneno H2, Mano Fi e Cesinha, sejam negros. A questão de classe é central na ideologia e identidade cultural dos Sem Terra. Ademar Bogo enfatiza a luta de classes como aspecto central na construção da cultura do MST, da realidade e como caminho para saída desta. Atesta que:

> (...) era preciso que surgisse essa possibilidade histórica, para dizer a todos aqueles que estavam abaixo da linha de esperança, que não nos dividimos por raças, nem por credos religiosos, mas sim por classes, onde uma pequena quantidade de abastados coloca-se acima da linha divisória, imposta para diferenciar riqueza de pobreza e a grande maioria fica abaixo dela, tentando com pequenos saltos alcançar algumas pontas de privilégio, que pendem como fios de algodão doce (BOGO, 2000, p. 11-12).

Algo que também diferencia o rap do Veneno H2 e faz com que sejam mais respeitados pelas mulheres da cidade e do campo é o respeito que possuem por elas. Fruto da formação política no MST. Há muitas letras de rap sexistas e misóginas. Embora o MST adote um discurso incorporador das diferentes demandas dos novos movimentos sociais, entre as políticas de identidade, a questão de gênero é proeminente. Isso se deve à questão histórica do machismo e patriarcalismo nas famílias camponesas. No entanto, até pela força dos

movimentos e da juventude negra, que participam em atividades da ENFF e atuam no Setor de Comunicação, a questão étnica aparece timidamente nas narrativas. O MST entende que:

> lutar por uma sociedade mais justa e fraterna significa que os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra apoiam e se envolvem nas iniciativas que buscam solucionar os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano, etc. Sabemos que a solução para estes problemas só será possível por meio de um Projeto Popular para o Brasil - fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras (MST, 2009).

No caso dos jovens militantes do MST entrevistados, pela sua práxis social e política, eles encontram a fonte de inspiração para suas letras de rap, para representações do espaço social, principalmente na formação política e vivência cotidiana nos espaços de socialização política do MST, assentamentos, escolas etc. E encontram na linguagem do Hip Hop uma poderosa ferramenta de identificação, comunicação social, mediação simbólica e socialização política. John[69] explica a importância da formação política para a elaboração das letras de rap, o que a diferencia ideologicamente e esteticamente do que geralmente é produzido. No período da entrevista, ele estava fazendo um curso de Comunicação e Cultura no Iterra.

> Tudo começou pela falta de recurso. Não tinha base. Eu fazia as letras. Fazia as bases no violão. Ai eu comecei escrever também. E vendo isso, senti necessidade de estudar e ter mais conhecimento para fazer as letras. E foi onde a gente foi tendo mais gosto de participar do plenário, prestando atenção. Buscar mais conhecimento mesmo. Elaborar melhor as letras. Porque hoje tem muito grupo de rap, mas só que... Como na nossa cidade, lá em Franca, lá tem muito grupo de rap. Só que os caras falam dos problemas regionais que tem. Eles põem a tal, polícia veio, bateu, estou numa quebrada, mas só que eles não apresentam proposta. Eles fecham ali. E nós temos uma proposta mais abrangente. A gente se identifica com o MST numa apresentação, como fruto do MST e as músicas são baseadas dentro da movimentação que a gente aprende dentro do movimento. Como o MST já é nacional, um movimento nacional, a gente tenta abranger os problemas que são comuns em todas as áreas. A gente tenta não regionalizar muito a música.

O grupo Veneno H2 começou em 2003. O H2 do nome é referência ao Hip Hop e veneno é uma gíria que pode ter os significados de angústia, raiva, indignação ou a mistura

[69] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

desses sentimentos. Explicam também que são "o veneno do sistema". Cesinha[70], o mais velho do grupo, atualmente com 39 anos, faz rap desde os 14 anos e canta desde os 17 anos. Ou seja, começou quando se iniciava a chamada Nova Escola do Hip Hop, no final da década de 1980, e que se fortalece no início da década de 1990 com a expansão das posses. Todos eles cresceram em região de periferia, tendo experiências e histórias de vida comuns em qualquer bolsão periférico do mundo: criminalidade, privação de educação, trabalho, cultura, lazer etc. Cesinha conheceu o assentamento 17 de abril em 2000. Conta que foi obrigado a ir ao assentamento e que a mãe o puxou pelas orelhas. No assentamento, encontrou o primo e a prima, Paulo Eduardo Pinheiro, o Mano Fi e sua irmã, e os convidou para formar um grupo de rap. O apelido Mano Fi nasceu porque a mãe o chamava de Fi, de filho. Fi pra cá, Fi pra lá, o apelido pegou. Em 2006, entra John Miller Souza, o John Doido, tocando violão e fazendo letras também. Eles frequentavam bailes em Ribeirão Preto, com o pessoal do Hip Hop, onde havia apresentações de rap e batalhas de breaking. Conseguiram os primeiros espaços para tocar em encontros de assentamentos da região promovidos pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Mas passaram a ter conflitos pela conotação dos encontros, cujo foco era o lazer, e os assentados do assentamento 17 de abril passaram a não ser mais convidados a participar. Não havia discussão política o que contrastava com a militância do MST e o teor político das letras do grupo. Cesinha[71] explica esse conflito político com o Estado.

> Porque na verdade era encontro de lazer, não tinha discussão política, não tinha nada. Chegava jogava bola, ia pra piscina, comia e ia embora. E também de certa forma com nossas letras, que na verdade letra política que a gente tenta fazer num estilo protesto, já foi acendendo essa questão da própria juventude argumentar. Porque era só lazerzinho né, então hoje a gente não vai mais. Chegamos questionando. Inclusive no primeiro dia que a gente fez a primeira apresentação, a gente já começou a colocar questionamento. A gente fez uma reunião anterior e queríamos a pauta. O cara falou não, a pauta são vocês, vocês que tem que por a pauta. É legal, mas, anotaram tudo, a gente queria ver. Gente a gente está aqui para se divertir. E eu falei, não é bem essa nossa proposta. A gente quer formar a galera, quer que a galera fique crítica. Era o Estado que estava fazendo, não era a galera.

Com as experiências comuns, paulatinamente, o diálogo entre a juventude do campo e da cidade se fortalece. Muitos jovens do MST viveram em periferias. Alguns que chegam aos assentamentos também são da periferia e encontram no MST oportunidade de trabalho e de

[70] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.
[71] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

vida. John[72] explica que o rap é a linguagem com que se identificam. “E nisso a gente vê pela própria juventude que, quando a gente canta, o pessoal gosta. Gosta de rap, é a linguagem que a gente tem hoje. Pra conversar com essa turma é o rap. Assim que a gente vê. Dentro do movimento tem várias formas. Tem o samba também, que é muito forte”. Como são do MST, os jovens da cidade os procuram para ajudá-los na organização do Movimento Hip Hop: auxiliar no diálogo com o estado, conseguir lugares para cantar, dançar e se formar como movimento social. O MST é referência de organização política. Os jovens do Veneno H2 entendem que os jovens urbanos envolvidos com o rap e o Hip Hop são revoltados, mas não são politizados. Contudo, ficam temerosos com algumas aproximações para não fortalecerem a imagem negativa construída pela mídia burguesa de que são criminosos. Foram procurados por uma posse chamada *Divisão Criminosa* que queria ajuda na organização, porém ficaram receosos com o convite, como conta Cesinha: “Nós recebemos um convite, mas por causa do nome da posse... Aí falamos, esse nome não vai rolar. MST, chega lá posse de Divisão Criminosa...” No MST, a abertura política e cultural para o rap produzido por eles aumenta paulatinamente. Eles também começaram a propor e serem convidados para parcerias com músicos mais tradicionais do MST, como o Mineirinho, que toca viola caipira. Cesinha[73] explica esse aumento da aceitação ao trabalho musical deles.

> Hoje os caras já tem mais respeito pelo nosso trabalho. E até dentro do Movimento também. Porque até dentro do Movimento tem as pessoas que são mais conservadoras. Mas hoje eles escutam e respeitam. Inclusive tem o Mineirinho, que toca moda de viola. No próximo trabalho, ele quer fazer um trabalho com a gente de rap, e ele tocando solo de viola. A gente quer fazer umas misturas. Tem um grupo de maracatu aqui que a gente quer desenvolver um trabalho com eles também. A gente quer fazer essa consciência, bem diversificado.

Com a militância no MST e a produção musical do rap, os integrantes do Veneno H2 contam que passaram a ser mais respeitados pelos amigos e pela família. O MST, principalmente, estabelece uma linha divisória na vida deles. John[74] conta que a família o discriminava pelo histórico com o tráfico de drogas e que hoje ele é uma referência, pelo trabalho de base e formação política que participa. Entretanto, o diálogo com a juventude

[72] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.
[73] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.
[74] Os integrantes do Veneno H2 nos concederam entrevista no dia 21/09/2011, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, na cidade de São Paulo.

urbana permanece um desafio. John explica essa dificuldade e constata que a juventude do campo e da cidade têm muito em comum.

> Porque também a gente é do MST, só que a gente não canta só música do MST. Só rap para o MST. A gente põe na luta em geral. Porque também o Hip Hop é urbano. Ele tem uma origem camponesa, mas ele é urbano. E é mais fácil você pegar a realidade das periferias, trazer para junto da sua realidade e mostrar a realidade para eles também, mas comparando, senão causa um distanciamento. Igual a gente vê que tem um distanciamento entre a juventude do campo e da cidade, por causa disso. Eles pensam que o problema do campo é só do campo e o problema da cidade é só da juventude da cidade. A gente sabe que não é. As ansiedades que a juventude tem são as mesmas. Sendo no campo ou na cidade: a repressão, os problemas, inclusive a gente que está no movimento periférico e tal. Porque o MST hoje está havendo uma migração do pessoal que está vindo das periferias para dentro do campo de novo. Então a juventude que vem é uma juventude periférica.

Quando entrevistamos Cesinha, Mano Fi e John doido eles estavam gravando o CD "Militante da Terra[75]", nome da faixa que nomeia uma das primeiras músicas compostas pelo grupo. Nas letras das músicas, flagramos palavras e versos que indicam a força da formação política e das linhas políticas do MST. A aplicação das linhas políticas do MST na composição das letras de música não é algo exclusivo do Veneno H2. Em todas as letras de música produzidas por militantes do MST, podemos identificar a presença das linhas políticas do Movimento.

O CD foi todo produzido com o apoio do MST. A capa foi reproduzida em fotocópia preta e branca. À esquerda está o Mano Fi, no meio, John Doido, e à direita, o Cesinha. Eles costumam vender o CD por R$ 5,00 nos encontros do MST, do Levante Popular da Juventude e em outras atividades que participam. Na capa e contracapa, temos alguns elementos linguísticos que mostram se tratar de produção do MST. A começar pelo título e nome da décima faixa do CD: "Militante da Terra". Abaixo da contracapa, encontramos a frase "produto da reforma agrária". O que denota não serem apenas os alimentos que resultam da luta pela reforma agrária, da luta do MST. A pedagogia, arte, cultura e comunicação são também frutos do trabalho e da luta dos militantes. A frase "De agora em diante, temeremos mais a miséria do que a MORTE" indica muito do sentido da luta pela terra. Muitos morreram e anda morrem lutando por terra, no entanto, a miséria e exploração que encontrariam na cidade, na periferia, assustam mais do que a possibilidade de morrer lutando. Acima, à direita,

[75] Ver figura 1.

está a marca do MST, o símbolo que aparece na bandeira e diversos produtos resultantes da luta do MST. Nas letras do Veneno H2 flagra-se esforço retórico para serem aceitos no meio do rap, para se constituírem em primeiro plano como representantes do rap nacional, independente de serem jovens camponeses do MST.

Figura 1 – Reprodução da capa e contracapa do CD Militante da Terra, do grupo Veneno H2.

Das 11 faixas do CD "Militante da Terra", que gravaram no estúdio de rádio da redação do MST na cidade de São Paulo, duas versam sobre o MST e a luta camponesa com destaque: a faixa-título "Militante da Terra" e a "Vinheta militante". Entretanto, em diversas outras, podemos perceber presença da ideologia e das políticas do MST. Abaixo, trecho cantado por Mano Fi, da primeira faixa, "Veneno no ar", que expõe elementos significativos para nossas reflexões.

Mas aí eu só vou te derrubar com proceder

Você me quer bandido, só que eu não quero ser,

E quer me ver noiado, só que não vai ver

E o seu filho quer ser igual a mim quando crescer.

Por isto te incomoda e você não gosta de mim

E da minha raça você quer ver o fim.

Você é a parte boa e eu sou a parte ruim

E não existe motivos pra que eu seja assim.

Mas eu sou desse jeito, sujeito Sem Terra, suspeito no gueto,

Mas eu exijo respeito na cena, pois eu não tenho a mente pequena.

Eu luto pra resolver meu problema, mesmo você atrapalhando o esquema

Porque é quente a ideia, mil grau! O Hip Hop não tem paga pau.

O trecho acima trabalha palavras em arranjo poético que denota combinações ideológicas e políticas inquietantes. Sem-Terra e Hip Hop rimando no mesmo discurso, tempo e espaço sociais. É o espaço social da fronteira política, estratégico para a emancipação da classe trabalhadora. Como em outras letras de protesto e denúncia sociais que compõem o universo musical do Hip Hop, o alvo primário do discurso é o sistema, Estado, classes dominantes, suas instituições, mídia burguesa e a polícia, que se destacam pelas respectivas violências material e simbólica, pelos mecanismos de exploração, expropriação e controle da jovem classe trabalhadora. O alvo é o bloco de poder, que se estrutura socialmente e historicamente na permanente luta pela hegemonia. Bloco de poder que se reproduz com o capital, com a reprodução das relações sociais de produção, e que tem, na objetivação/materialização do espaço e do tempo, dimensão estratégica da luta de classes. Objetivação do espaço e do tempo sociais que engendra um cenário cotidiano de precariedade no mundo do trabalho e no mundo da vida da classe trabalhadora: trabalho, moradia, lazer, cultura, seus trajetos e combinações, com impactos ainda mais perversos na juventude. A juventude sente de forma ainda mais cruel a precarização do trabalho, as seduções e estímulos do consumo, a violência da polícia, a conivência do Estado, ao mesmo tempo em que está em processo de formação em todos os sentidos, com grande potencial criativo e transformador. A produção material e simbólica da juventude militante Sem Terra sinaliza novas possibilidades de diálogo e socialização política entre a jovem classe trabalhadora. O Veneno H2 sabe que o rap se tornou mercadoria rentável para a indústria cultural, entretanto, permanece como rica linguagem para a crítica e a comunicação social entre a juventude. A letra de rap, poesia da vida cotidiana, é compreendida aqui como parte da estratégia discursiva de representação do espaço social da jovem classe trabalhadora paulista, do seu cotidiano fronteiriço, como produto social da luta de classes, como pista para a comunicação e construção de novos espaços sociais.

A aparição da palavra gueto é constante nas letras e falas do rap. Com a mediação do Movimento Hip Hop, a palavra gueto foi incorporada ao vocabulário dos moradores de comunidades periféricas do Brasil, como sinônimo de periferia, de lugar onde se verifica a

precariedade de moradia, equipamentos de lazer, cultura e ausência do Estado. A letra diz que o sistema quer que se torne bandido e "noiado", gíria para usuário de drogas como cocaína e crack. Muitos jovens da periferia acabam encontrando esse caminho, o da criminalidade, do tráfico e uso de drogas. Porém, o MST e a música aparecem como o caminho da redenção. "Ideia quente" é uma gíria cujo adjetivo "quente" busca atribuir à palavra ideia características como originalidade, força e destreza. A expressão "mil grau", nesse contexto, aparece como sinônimo de "quente", ou seja, uma ideia boa, forte e original. "Paga pau" é uma gíria que qualifica uma pessoa com as seguintes características: invejosa, sem personalidade, que enxerga os outros como melhores e mais fortes. O trecho "E o seu filho quer ser igual a mim quando crescer" é uma referência à letra da música "Negro Drama", dos Racionais MCs, principal grupo de rap do país e referência para os jovens do campo e da cidade. Nessa letra, Mano Brown diz: "Inacreditável, mas seu filho me imita" e depois "Seu filho quer ser preto, Rááá... Que ironia!". Nas letras do Veneno H2, as intertextualidades se movimentam entre as linhas políticas e sociabilidade política do MST e o campo sígnico, narrativas e sociabilidade vivida no espaço fronteiriço do rap. Abaixo, trecho da faixa quatro: "Rap nacional".

Preste atenção viaje na rima que eu vou lançar

Rap nacional em primeiro lugar.

O movimento que no Brasil é excluído

E dizem por aí que é som de bandido

Repúdio da voz da periferia,

União firmeza de todas etnias.

E os gringos vem aí para roubar o som

Mas o deles não é assim chapado, do bom.

Relatando a verdade do nosso sofrimento,

Realidade de rua de um mundo em movimento.

Mas agora o momento é falar de paz

Esquecer o próximo jamais

A união nas quebradas está prevalecendo

Mesmo com os burgueses atrasando nosso movimento.

Mas meu santo é forte e Deus é maior,

Vou seguir minha caminhada sem febre e sem dó.

Rap nacional, rajada na sua cabeça,

A opção do povo aqui prevaleça.

Essa música expressa o vínculo do Veneno H2 com o rap nacional, independentemente do pertencimento ao MST. O tema é o rap nacional como representante simbólico da voz periférica e das ruas. Periferia que o campo também compõe, afinal, a cidade é o centro econômico e político que rege as relações de poder. Eles mostram que "a união nas quebradas está prevalecendo". Ou seja, o rap e o Hip Hop proporcionam esse laço social e simbólico entre a juventude da periferia. Questionam a imagem construída pela mídia burguesa, que associa o rap à criminalidade: "e dizem por aí que é som de bandido". É recorrente nos jornais televisivos: muitas vezes quando aparecem cenas de violência na periferia, colocam rap de fundo como trilha sonora. Há o aspecto nacionalista ao apontarem o "roubo do rap" pelos gringos, mas o deles não é "chapado, do bom". É consenso entre agentes sociais do Hip Hop e pesquisadores que o rap brasileiro apresenta militância e críticas sociais mais contundentes do que o norte-americano. A presença de Deus na letra é comum em letras de rap e também nas músicas do MST. Como nos lembra Marx (2011, pp. 45-46) "a religião é o suspiro do ser oprimido, o íntimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo. A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real". Duas frases mostram diferenças dessa letra com relação à maioria do rap nacional. Eles afirmam a "união firmeza de todas etnias". O rap produzido nas periferias do país, geralmente, é caracterizado como som da juventude negra, pobre e periférica. Não é recorrente a proposição ou constatação da união das etnias, embora possamos encontrar letras que defendam essa linha criativa e política. O que evidencia, de fato, a formação política dos jovens do MST na letra é a menção aos: "burgueses atrasando nosso movimento". Geralmente, nas letras de rap, o inimigo é o playboy e não o burguês. Conquanto possa parecer um dado que não mereça destaque, a menção à burguesia denota consciência política diferenciada adquirida com a formação marxiana. O adversário político não é generalista, qualquer um que esteja fora da periferia, é o burguês, aquele que detém os meios de produção. Desse modo, vai além da dicotomia mais rasa, "nós versus os playboys", para destacar a luta de classes real e concreta.

No começo da faixa cinco, "Contexto", Cesinha canta: "*Morando melhor, vivendo do meu trabalho/ Sem precisar de atalho nem jogar a vida no ralo. Pelo contrário, Sem patrão e a miséria do salário, sendo otário, explorado, maltratado, humilhado"*. Esse trecho mostra a vitória da autonomia proporcionada pelo modo de trabalho camponês, produzindo alimento, livre do patrão e da exploração. No entanto, como já mostramos, essa liberdade não se traduz

em emancipação do capital, o que exige outras lutas e mediações políticas. O trecho abaixo da mesma canção também merece reflexão:

E muito antes definidos esses governantes:

Marionetes do imperialismo.

Sadismo como forma de política pública,

Saneamentos terminam no campo e nas ruas.

Discriminação para quem contesta,

Pra que você acredite que você mesmo não presta.

Refrão

O contexto é consequência do que nos sobrou

E o sangue derramado foi de quem lutou:

Liberdade, igualdade, fraternidade,

É isso que não tem na humanidade

Quando falam que os governantes são marionetes do imperialismo, apontam para a característica condição periférica do Brasil no desenvolvimento mundial do capital. Um dos principais temas trabalhados nos cursos de formação política do MST é a história e realidade brasileira. Na letra, abordam a situação comum de falta de saneamento no campo e nas ruas, mostrando o abandono do estado, tanto no campo como na periferia. O verso "*Discriminação para quem contesta,/ Pra que você acredite que você mesmo não presta*" vai de encontro a argumento central da ideologia capitalista, o de que cada um é responsável pelo seu sucesso ou fracasso, responsabilizando, discriminando e criminalizando aqueles que não alcançaram o "sucesso". Na faixa sete, "O vilarejo", há trecho com o mesmo teor de crítica: "É o preço que se paga por ser uma vítima do sistema. Adivinha: burgueses falam que é minha culpa pelo problema". A tríade "Liberdade, igualdade e fraternidade", embora historicamente associada à Revolução Francesa e também à burguesia, são valores historicamente evidenciados e buscados por aqueles que não se sentem livres, nem iguais e nem irmãos diante de outros homens (GRAMSCI, 1966, p. 115). O trecho abaixo destaca tema caro ao MST no diálogo com a base e a sociedade: os agrotóxicos. A letra denuncia o que o MST luta ideologicamente para mostrar a sua base e à cidade: que agrotóxico mata, que é nocivo à saúde, que é a face mais aparente do modelo agrícola que lucra com a exploração dos recursos naturais necessários para a sobrevivência do campo e da cidade. Portanto, modelo que não interessa aos trabalhadores, mas somente ao bloco de poder que lucra com essa lógica de desenvolvimento.

Fazem o que fazem preparados para não pagarem,

Destruição em massa,

Lucram e acabam com a paz.

A água, a mata, a flora, a fauna,

Tudo se transforma natural como plástico.

Comida com agrotóxico,

Disfarçando a fome,

Simplesmente consumindo tóxico.

Resultado óbvio:

Aumenta o número de óbitos.

Nas faixas seis, "De protesto", e faixa sete, "Nosso vilarejo", temos diversas passagens que criticam os meios de comunicação de massa, tanto a produção jornalística como produtos culturais, principalmente a telenovela. Abaixo, trecho da faixa seis.

E aquele mecanismo de injetar imbecilidade

E a TV brasileira fazendo a sua parte.

Na verdade, é o meio que mais aliena o povo,

Proclamação do mal: o plim plim da Globo.

Na tela, a novela mostra como a vida é bela

Pra esconder a contradição de quem não tem nada na panela.

E o jornal é nacional só pra quem tem capital

E faz o pobre acreditar que ser explorado é normal.

Na faixa sete, mais menção crítica à novela: "No vilarejo periférico não é igual na novela/Quem tem goma de responsa até mesmo na favela". Goma é gíria para casa. Nos cursos em que participamos na ENFF, tanto no "Encontro do Coletivo Nacional de Comunicação, Cultura e Juventude", como na "Oficina de Comunicação", da V Turma de "Teoria Política para Movimentos e Organizações Sociais do Brasil", o tema teórico central foi hegemonia. John Doido estava presente no "Encontro" e Mano Fi, na "Oficina". Principalmente na "Oficina de Comunicação", o tema mais discutido para fazer contraponto à produção simbólica, comunicacional e cultural, do MST e movimentos populares, foi a telenovela e os jornais da Rede Globo de Televisão. É notório que a Rede Globo e seus produtos, líderes de audiência, chegam a quase todos os lares do país e possuem muita força

na formação da opinião pública, inclusive dos camponeses. A Rede Globo possui 41,96% de *share*, que é a média de participação na audiência, e está presente em 98,6% dos domicílios brasileiros (MÍDIA DADOS, 2014). O percentual de aparelhos de televisão ligados diminui gradativamente com o crescimento de outros meios, como a internet. No entanto, nos assentamentos, como já mencionamos, é precário o acesso às tecnologias. O Mídia Dados 2014 mostra que o mercado regional já é responsável por aproximadamente 60% de consumo do meio televisão. A televisão é consumida por 98% da classe C, 96% da classe D e 90% da classe E (MÍDIA DADOS, 2014). Em texto do Setor de Comunicação e Coletivo de Cultura do MST (2005), temos a seguinte reflexão acerca dos padrões hegemônicos de representação:

> Cada telenovela, cada telejornal ou filme é carregado de valores e mensagens que reafirmam a necessidade e o funcionamento do sistema capitalista. Esses elementos estão contidos na estrutura formal de representação desses produtos, e não necessariamente no âmbito do conteúdo. Uma das funções da ideologia é tornar invisível o caráter político da forma.

Célio Romoaldo[76] destaca a importância estratégica da produção cultural do MST expor claramente a sua ideologia, diferentemente da produção cultural burguesa que busca "camuflar" seu componente ideológico, como se não existisse. A cultura exposta como entretenimento, como alívio ao trabalhador após o dia cansativo de trabalho, cumpre esse papel de incutir a ideologia burguesa sorrateiramente. O Coletivo Nacional de "Comunicação, Cultura e Juventude" discute intensamente essas questões, que se refletem nas letras do Veneno H2.

A nona faixa, "Vinheta militante", e a décima faixa, "Militante da Terra", são as músicas que refletem de maneira mais direta a identidade Sem Terra dos jovens compositores. "Vinheta militante" é declamada e expõe com clareza as principais críticas, sentimentos e projeção de luta da juventude Sem Terra, por isso vamos nos aprofundar na análise desta vinheta. Abaixo, a letra.

Quem somos por essa terra?

Com calos nas mãos e gritos de ordem.

Persistindo na luta,

[76] O militante do MST nos concedeu entrevista no dia 21/09/2015, em imóvel que o MST alugava no bairro da Barra Funda, cidade de São Paulo. No momento da entrevista, Célio Romoaldo era coordenador de Cultura no Estado de São Paulo. Atualmente, desenvolve tarefas na Associação Nacional dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (ANAEFF).

Pois o inimigo é forte.

Que tem a seu favor tudo que se compra com o dinheiro,

Mas não nos vendemos, pois somos guerreiros.

Quem somos por essa terra?

Que não se ilude pelo que vê na televisão

E tem punhos de aço contra a repressão

Da polícia que vem, julga e pune,

Querendo acabar com a miséria

Exterminando na periferia a nossa juventude.

Quem somos por essa terra?

De punho esquerdo estendido ao alto,

Unindo as forças do campo e do asfalto,

Do leste, do oeste, do sul e do norte,

Preparam os guerreiros para bater de frente e encarar o choque.

Somos todos Sem Terra!

A letra-poesia-protesto é composta por três momentos, três movimentos retóricos que objetivam responder à indagação: "quem somos por essa terra?" É uma narrativa de autoafirmação, autoimagem, um diálogo com o espelho Sem Terra norteando a elaboração identitária dos jovens camponeses a partir de eixos fundamentais: a luta material e simbólica contra os inimigos nivelados pelo capital, destacando-se a polícia e a mídia burguesa como aparelhos privados de hegemonia repressores e opressores; e a aliança entre as forças do campo e do asfalto para encarar a repressão, unidos sob o denominador comum: "Somos

todos Sem Terra!". No primeiro momento/movimento, o verso "com calos na mão e gritos de ordem" denota o trabalho camponês, o esforço físico da labuta com as mãos na enxada, esta também tornada símbolo do trabalho campesino e da luta dos Sem Terra. Os "gritos de ordem" criados nos Encontros e Congressos Nacionais, nos NBs da ENFF, compõem a mística do MST, são palavras que costuram a identidade Sem Terra e dos NBs formados na luta pedagógica, comunicacional, cultural e política. No último Congresso, a palavra de ordem maior que guia a luta para este período histórico é: "Lutar, construir a Reforma Agrária Popular!". O inimigo maior é o capital, que é forte, porque "tem a seu favor tudo que se compra com o dinheiro". Forma dinheiro que tudo nivela, que dissimula o trabalho social e apaga a história do trabalho que o produziu. Mas a juventude Sem Terra afirma que não se vende, porque são "guerreiros". É a luta pelo socialismo como criação heroica, não como decalque e cópia, assim como sugere Mariátegui.

No segundo momento/movimento, afirmam que "não se ilude pelo que vê na televisão". A afirmação resulta do aprendizado proporcionado pela formação política do MST, no Iterra, ENFF e outros espaços político-pedagógicos. Resultado também da luta política cotidiana do MST, presente nas narrativas orais e nos aparelhos populares de hegemonia criados: o JST, os vídeos, a página na internet entre outros, utilizados estrategicamente para desconstruir o que a mídia burguesa veicula e educar politicamente a militância. Tarefa dura, porque é difícil chegar a todos os espaços, assentamentos e acampamentos. Além disso, o esforço para descontruir a hegemonia acaba, por vezes, pela necessidade, sendo maior do que o esforço para construir outra hegemonia, embora sejam esforços que caminhem juntos. A constatação empírica de que a polícia, a mão repressiva do Estado, busca acabar com a miséria exterminando a juventude da periferia é de grande profundidade crítica e histórica. A principal bandeira dos movimentos negros e do Hip Hop nos últimos anos é a luta para acabar com o extermínio da juventude negra. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade[77] (IVJ) 2014, a morte de jovens negros em 2012 cresceu 21,3% em relação a 2007. Segundo o mesmo índice, em 2012, foram mortos quase 23 mil jovens pretos e pardos de 12 a 29 anos no país. Os dados confirmam a tese de genocídio da juventude pobre, negra e periférica levantada pelos movimentos negros e o Hip Hop. A morte de jovens brancos, embora também alta, caiu 5,5% de 2007 a 2012.

[77] Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/202786-morte-de-jovens-negros-cresce-21-em-5-anos.shtml>. Acesso em: 28/01/2015.

Wacquant (2001) faz prolífica reflexão sobre o avanço da gestão judiciária e carcerária da pobreza, ou o tratamento penal da miséria, que ocorre sob a égide das teorias neoliberais presentes nas políticas econômicas e sociais do Estado submetido ao mercado e ao capital. O autor relaciona a reestruturação econômica decorrente do neoliberalismo com o inchaço da população carcerária. As mudanças no mercado de trabalho associadas à diminuição dos recursos destinados aos programas sociais acarretou em um aumento considerável de pessoas presas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Os discursos públicos sobre o crime também atestam o deslizamento do social para o penal na Europa. A pobreza passa a ser gerida pela polícia e não pelo Estado. Wacquant concorda com o criminologista Thierry Godefroy, que defende que o aumento da população carcerária francesa seja resultado da reorganização das penas nesse país. Que seria estabelecida:

> "Em relação com o controle de uma população crescente, jovens adultos em situação de espera entre escolaridade e trabalho" ao passo que se deixa disponível uma reserva de mão de obra desqualificada e pouco exigente "útil para o desenvolvimento do setor dos serviços assim como para as novas formas de organização da produção, que se aproveitam em grande medida da precariedade da mobilidade" (WACQUANT, 2001, p. 105).

Dessa forma, o sistema carcerário francês, assim como o estadunidense, serviria para moldar o mercado de mão de obra não qualificado. Destaca-se que aqueles que vão a julgamento, por qualquer crime ou infração, são condenados a penas maiores se forem desempregados ou serem negros ou de origem migrante: "os clientes naturais das prisões europeias são, atualmente, mais do que em qualquer período do século, as parcelas precarizadas da classe operária e muito especialmente, os jovens oriundos das famílias populares de ascendência africana" (ibidem, p. 107). A instituição carcerária é a consubstanciação da política social do Estado com os mais pobres, que além de buscar ocultar a miséria e neutralizar seus efeitos, expropria dos subproletários, sobretudo os mais jovens, os poucos discursos que dispõem. (ibidem, p. 143). Wacquant (ibidem, p. 145) demonstra, a partir de dados empíricos sobre a situação dos egressos do sistema carcerário, como desemprego e falta de moradia, que a prisão exporta sua pobreza desestabilizando as famílias e também os bairros de origem.

O terceiro momento/movimento da "Vinheta militante" apresenta o MST como caminho, uma síntese popular para a superação do capital, para saída da realidade de miséria e conflito. O verso "De punho esquerdo estendido ao alto" é característico do movimento realizado pela militância do MST ao cantar o refrão do hino: "Vem lutemos, punho

erguido...". Existe uma orientação para que seja dessa forma, o gesto do punho esquerdo erguido, fechado, em movimento que acompanha a marcha musical do hino representa a indignação contra a dominação e exploração dos trabalhadores. Representa, também, a disposição para lutar e escrever a história com as próprias ferramentas (MST, 1993). "Unindo as forças do campo e do asfalto" mostra a intenção e o empenho do MST, da juventude Sem Terra, em criar aliança com a cidade nacionalmente: "do leste, do oeste, do sul e do norte". É a consciência política de que os trabalhadores do campo e da cidade compõem o mesmo bloco hegemônico, que precisa se unir culturalmente e politicamente como classe para derrotar o bloco de poder. "Preparam os guerreiros para bater de frente e encarar o choque" representa a disposição para enfrentar o "choque", a força tática da polícia chamada para coibir e reprimir protestos. "Somos todos Sem Terra!" afirma o MST como síntese política e popular, como movimento aglutinador das demandas populares: os Sem Terra não são apenas os desprovidos e carentes de terra, posto que são também os sem teto, os sem trabalho, os sem educação, sem hospitais, os injustiçados, desempregados. Enfim, este verso representa a virtual grande marcha sonhada por Paulo Freire, "a marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível" (FREIRE, 2000, p. 61).

A décima faixa, "Militante da Terra", que dá nome ao CD, é a "música de trabalho" do Veneno H2, como se diz na gíria musical. Foi a primeira música gravada pelo grupo, em 2008, e uma das mais tocadas por eles. Presenciamos Mano Fi cantando, ao ritmo de palmas, em uma mística, e John Doido tocando e cantando, antes de começar o debate sobre hegemonia e o agronegócio no "Encontro do Coletivo Nacional de Comunicação, Cultura e Juventude", ambas as apresentações na ENFF. O refrão é fácil de gravar e todos cantam juntos o trecho: "Eu sou aquele que acredita e encara o choque". Abaixo, o refrão da música:

Eu sou aquele que acredita e encara o choque,

Sou guerreiro do rap estou em alta voltagem.

Eu sou aquele que acredita e encara o choque,

Eu sou o povo, então faço sempre o que quero.

Eu sou aquele que acredita e encara o choque,

Só que o tiro vem do grupo dos discriminados.

Eu sou aquele que acredita e encara o choque,

Bate no peito, levanta a bandeira.

Veneno H2 combina a identidade Sem Terra com a identidade do rap. O referente central do refrão de “Militante da Terra” é a luta contra a polícia, contra o choque. Afinal, são os homens da polícia que cumprem, a mando do Estado, as ordens de despejo, reintegração de posse e repressão aos protestos. A lista de Sem Terra, camponeses e índios que “tombaram” na luta pela terra, em confronto com jagunços e a polícia, é bastante extensa. A mística do MST está presente no refrão com “Bate no peito, levanta a bandeira”. Estão presentes a fé e a vontade da luta, que tem na bandeira a imagem das mulheres e homens Sem Terra com seus instrumentos de trabalho, símbolo de trabalho e esperança que anima e fortalece o sentido da luta. Há perspicácia dos jovens camponeses quando afirmam que o “tiro vem do grupo dos discriminados”. A polícia também é classe trabalhadora, também são homens e mulheres explorados que batem e matam mulheres, crianças e homens igualmente explorados neste desencontro dos tempos históricos no espaço de fronteira. A análise de José de Souza Martins (1996, p. 32) sobre o jagunço que mata camponeses e índios a mando do patrão, representando o tempo do poder pessoal da ordem política patrimonial contra a possibilidade de uma sociedade moderna, igualitária e democrática, é significativa para lançarmos luz a este conflito entre Sem Terra e jagunço, Sem Terra e polícia.

> A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações.

A produção cultural da juventude Sem Terra expressa no rap do Veneno H2 é mediada pela formação política do MST e pela sociabilidade política e cotidiana destes jovens, Cesinha, Mano Fi e John Doido, que vivem e praticam suas experiências em espaços de fronteira, entre a favela e o assentamento, entre o mundo camponês e da juventude periférica. Se essa arte não indica a saída para a emancipação, ao menos sinaliza a possibilidade do diálogo pela cultura, da superação do cotidiano e encontro do gênero humano pela arte, da inteligibilidade mútua que pode ajudar a encaminhar a luta política comum entre o jovem do campo e da cidade. Jovens que possuem problemas e desafios muito próximos, no mundo do trabalho, da educação e da vida, mas que precisam de mediações simbólicas, políticas, de educação universalizante que alicercem o despertar dessa consciência política, a catarse gramsciana. No próximo subcapítulo, veremos como o MST organiza os aparelhos populares de hegemonia para a luta no campo da comunicação e a evolução da comunicação e socialização política com a cidade.

2.4 Hegemonia da/na comunicação e socialização política

O nível da comunicação na luta do MST pela hegemonia é estratégico. A comunicação atua na tradução e implementação das linhas políticas do Movimento para a base e a sociedade. Conforme a conjuntura econômica, política e social, o momento histórico das relações e luta de classes no campo e na cidade, a comunicação se desenvolve estrategicamente para organizar e educar politicamente a luta, o Movimento, a base, assentamentos, acampamentos, escolas e o conjunto das relações do MST. Mantém-se como dimensão fundamental para a luta hegemônica e conquista dos objetivos que erigiram o MST: a luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais que levam a construção do socialismo. O MST se comunica de formas e meios variados: por seus símbolos, mística, arte, luta e também por seus meios de comunicação, presentes nos diversos espaços e instâncias de atuação do Movimento. No entanto, não temos dúvida de que o referente central para a comunicação e a construção da hegemonia dos trabalhadores é a luta e a socialização política. O MST reconhece que, mesmo sendo referência no trabalho com a comunicação, a estrutura ainda é precária para ter o alcance necessário na luta contra a hegemonia do bloco de poder e na luta para a construção da hegemonia dos trabalhadores. A comunicação do MST não possui capilaridade e alcance de massa para reagir às ofensivas da mídia burguesa e do agronegócio. A comunicação não é um bem de primeira necessidade para a base do MST, portanto a comunicação se desenvolve em espaços mais desenvolvidos socialmente e maduros politicamente, mesmo com iniciativas de comunicação e o incentivo desde os primórdios do Movimento para a produção de jornal mural, rádios etc. Em pesquisa no assentamento Itapuí-RS, Oliveira e Cogo (2011, p. 10) fazem importante constatação, oriunda de pesquisa etnográfica com assentados e suas famílias: as mídias do MST, jornais e revistas, participam pouco da constituição da identificação dos assentados com o Movimento.

Na história recente, dois casos tiveram grande repercussão na sociedade e na base do MST: a ocupação da fazenda grilada pela Cutrale, em 2009, na região de Iaras-SP, e a ação de mulheres da Via Campesina nas instalações da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, a 56 km de Porto Alegre, em 2006. Esses dois fatos são recorrentemente lembrados em entrevistas com dirigentes do MST, palestras, aulas e encontros sobre pedagogia, comunicação e cultura na ENFF. O segundo caso, que trataremos com profundidade no próximo capítulo, foi o principal objeto de discussão da Oficina de Comunicação que participamos na ENFF, cujo tema central era hegemonia. O caso da ocupação da fazenda grilada pela Cutrale foi

certamente acompanhado com tenacidade por muitas famílias brasileiras: o *close-up* da câmera nos pés sendo arrancados do chão, derrubados com ímpeto. Ironicamente, ardilosamente, pelas lentes da câmera, pelos olhos dos produtores, pela tela da televisão e pelos olhos da maioria dos telespectadores: os pés de laranja sujos de barro despertavam sensibilidade e compaixão, enquanto os pés sujos de barro dos trabalhadores, trabalhadoras, jovens e crianças do MST despertavam, mais uma vez, a ira. As câmeras apontavam para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, com precisão técnica e ideológica, criminalizando as ações do MST, em outubro de 2009. O acontecimento foi intensamente repercutido em diferentes meios de comunicação, de massa e digitais. Na mídia burguesa, não foi dito que se tratava de ocupação, portanto uma ação legal e não uma invasão, à fazenda de 2.400 hectares de monocultura de laranja, destinada, em grande parte, para exportação, em terras pertencentes à União. Por isso o valor estratégico da comunicação na formação política e ideológica do MST, juntamente com movimentos sociais parceiros e aliados. João Paulo Rodrigues[78] comentou o assunto e a dificuldade para equilibrar a luta na dimensão comunicativa:

> Uma fazenda pública, pertencente à União, que pertence aos sem terra, que a Fazenda ocupou, grilou, invadiu indevidamente. A esquerda que tem formação política, obviamente pensou: os Sem Terra têm razão. Quem não participa desse meio e não tem uma formação diz: olha eu tô do lado do pé de laranja do que do Sem Terra. Por que? Porque a Globo mostrou a laranja chorando, caindo... Volto à comunicação: A literatura, a formação política e ideológica permite nos enxergar no outro quando faz a luta, portanto é um elemento importante para os nossos militantes. Além de ter uma política de alianças, ter luta e formação política nos vários níveis é importante ter instrumentos que comunica, coisa que nós não tivemos naquele momento para contrapor a Rede Globo e dizer: "olha, aqueles pés de laranja não era deles, é publico". Foram 60 pés e sobrou oito milhões lá, que é público, foi grilado. Nessa parte, volto a dizer, há uma precariedade muito grande no nosso campo. Nós temos os nossos jornais, temos página na internet, mas não dá conta de fazer a comunicação de massa que precisava. É uma comunicação voltada para os militantes ou para a nossa base, é muito frágil.

Há vasta produção científica sobre a comunicação do MST e relação do MST com a mídia. A partir do mapeamento desenvolvido por Oliveira e Cogo (OLIVEIRA e COGO, 2011) de pesquisas sobre o MST na área de comunicação e da pesquisa bibliográfica que desenvolvemos sobre o tema, foi possível perceber a existência de dois grandes eixos de perspectivas nos modos de pensar a comunicação no MST. O primeiro centra-se na análise da relação do MST com a mídia comercial. Um dos pioneiros trabalhos sob essa perspectiva foi

[78] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

desenvolvido por Baccega e Citelli (1989), em os autores desenvolvem reflexão sobre a linguagem construída pelos jornais dos meios de comunicação de massa para se referir às ações do MST. Há prolífica reflexão acerca da utilização dos termos invasão e ocupação. "Assim os lexemas invadir e ocupar serão utilizados como expedientes retóricos asseguradores de visões de mundo e concepções organizadas da sociedade" (BACCEGA e CITELLI, 1989). Mais recentemente, pesquisas mostram, além do confronto ideológico entre mídia comercial e MST, a evolução da percepção do Movimento acerca da importância estratégica da mídia comercial, fazendo com que o Movimento pense em formas e ações para pautar a mídia (BERGER, 2006; PAIERO, 2006). Desse modo, Berger sugere que "por isso, o MST precisa 'reinventar' sua luta. Se a questão da terra não é notícia, os modos de reivindicá-la podem vir a ser" (BERGER, 1996, p. 54).

Outro eixo de análise nas pesquisas de comunicação sobre o MST tem como foco a visão estratégica de comunicação expressa no desenvolvimento de suas próprias mídias como meio de autorrepresentação no confronto ideológico e disputa simbólica com a mídia comercial (BARRETO e NUNES, 2011; NUNES, MENEZES e CARVALHO, 2009). Essas pesquisas apontam a criminalização do MST por parte da grande mídia, o que de certa forma contribuiu para o desenvolvimento estratégico de suas próprias mídias. Assim, a partir de sua própria construção midiática, "o MST se auto-projeta através de sua capacidade de mobilização e de sua organização interna, conclamando a todos os povos da América Latina a trilharem o mesmo caminho rumo à resolução de seus problemas" (NUNES, MENEZES e CARVALHO, 2009, p. 11).

Oliveira e Cogo (2011) desenvolveram pesquisa no assentamento de Itapuí-RS a partir do método etnográfico, na qual percebem como as experiências com o MST são mantidas e (re) atualizadas, a partir de relatos dos assentados e da observação sistemática do cotidiano do assentamento. As autoras mostram que os processos e projetos comunicacionais do MST apresentam especificidades nas três instâncias que interligam e compõem o MST: movimento, acampamento e assentamento. Então, quando pesquisas sugerem que há mudanças no modo de ver a comunicação no MST, de um caráter instrumental para um caráter estratégico, as autoras ponderam que essa é uma realidade das políticas comunicacionais do movimento e não uma prática nos assentamentos. Oliveira (2012) também discute a relevância da etnografia como método em pesquisas com comunicação popular e mostra como algumas produções simbólicas compõem a identidade Sem Terra de maneira diferenciada em

determinadas localidades. A autora mostra a importância do filme “Terra para Rose” para a memória e narrativa dos assentados de Itapuí-RS.

Pesquisas recentes têm demonstrado o papel do JST na formação e organização do MST. Joana Cunha (2013), que é militante do MST, estudou, classificou e sistematizou a consolidação do JST em quatro fases e 43 edições, de 1981 a 1985, em Dissertação de Mestrado. A autora pesquisou desde a primeira edição do jornal, ainda como “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, até a edição de março/maio de 1985, de número 42, quando a sede do JST é transferida para São Paulo. Alexandre Barbosa (2013) analisou, em Tese de Doutorado, reportagens de capa, seções, editoriais e textos das 316 edições do Jornal Sem Terra, publicadas de 1981 até 2011. O autor fez uma divisão histórica dos principais estágios do movimento com relação às estratégias de comunicação desenvolvidas nesses momentos históricos. Mostra a comunicação na organização e formação da militância. Ambos os autores utilizam o conceito de Lenin do jornal como organizador coletivo. Barbosa (2013) destaca a presença da mística, da cultura popular camponesa, para organizar e motivar os camponeses para a luta.

Como demonstramos até este momento da tese, a formação da hegemonia da classe trabalhadora está diretamente ligada à construção da aliança política entre os trabalhadores do campo e da cidade, à superação dialética da divisão econômica, política e social desses espaços. Desse modo, o objetivo principal deste subcapítulo é compreender os principais momentos de comunicação e socialização política entre o MST e a classe trabalhadora urbana. Desde a primeira edição do “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, em maio de 1981, a comunicação no MST se desenvolve conforme a necessidade e característica da luta dos trabalhadores rurais, de acordo com o contexto histórico, político e de desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção. Naquele momento, a comunicação expressava a vontade política de lutar contra a modernização conservadora e superar o isolamento camponês, tanto por suas condições produtivas como pelo isolamento perpetrado pela ditadura militar, os governos estadual e federal, contra o acampamento da Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta (RS). A Encruzilhada Natalino se tornou símbolo da luta dos Sem Terra pela luta e pela vitória conquistada. O acampamento da Encruzilhada ficava próximo ao encontro das estradas que levavam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. O acampamento foi assim nomeado porque Natálio era o nome do proprietário de um comércio local e também do primeiro colono

acampado (FERNANDES, 2000, p. 55). O "Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra" tinha a função primordial de informar os colaboradores da Campanha e as entidades representativas – sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades de base – e a opinião pública em geral através dos meios de comunicação – jornal, rádio e televisão. Era objetivo também ampliar a campanha em todo o país (BOLETIM SEM TERRA, nº 1, p. 2). O Boletim era assinado pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pela CPT-RS. Com a consolidação do MST, o público alvo do JST passa a ser a base do Movimento.

Importante esclarecer que, entre todos os meios de comunicação desenvolvidos pelo MST, nenhum deles possui como objetivo principal se comunicar com a classe trabalhadora urbana. Quando a comunicação é externa ao MST, o público é a sociedade em geral, público universitário, pesquisadores e a juventude de classe média, em suma, formadores de opinião que sejam possíveis aliados e defensores da causa do Movimento. Os meios de comunicação do MST, embora tragam análises de conjuntura e matérias que demonstrem a solidariedade e envolvimento do MST com as causas da classe trabalhadora urbana, esta nunca foi o público principal das publicações do Movimento. O público principal da comunicação do MST é o próprio MST. O Jornal Brasil de Fato, do qual o MST é protagonista, tem o objetivo de analisar os fatos e informar a população com uma perspectiva popular. Surgido em 2003, pretende articular as esquerdas, mas apresenta algumas dificuldades financeiras e não obteve ainda o sucesso almejado (BARBOSA, 2013, p. 12). 150 mil exemplares são distribuídos gratuitamente em locais públicos das capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Igor Felippe, que é do Setor de Comunicação do MST, esteve à frente do projeto para criação do Jornal Brasil de Fato em formato tablóide, em 2013. Ele explica que a linguagem e estética do jornal envolvem estratégia para incutir na população uma perspectiva popular. É um jornal de esquerda, mas apresenta assuntos comuns do cotidiano de qualquer jornal, como esportes e horóscopo. Entretanto, Igor Felippe[79] ressalta que é um projeto que possui estrutura independente do MST.

> O jornal Brasil de Fato tem uma estrutura separada da estrutura do Movimento. Tem sua equipe própria, dinâmica própria, porque são tarefas específicas. Tem finanças próprias. O Brasil de Fato é um jornal mais amplo. Ele surge em 2003 como um jornal que pretendia ser o porta-voz de um conjunto de organizações, entidades de forças sociais de um projeto político em transformação no país. Era uma iniciativa que o Movimento sempre estimulou, fomentou e alimentou. Mas nunca foi uma iniciativa apenas do

[79] A entrevista nos foi concedida na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, dia 29/07/2014.

> MST. O Movimento sempre foi muito cuidadoso no sentido de deixar claro que são duas coisas diferentes. Até para estimular que outras entidades e movimentos também se envolvessem no projeto de construção desse instrumento da mídia alternativa. Como militante do setor de Comunicação, sempre contribuímos com o jornal, enviando material das atividades realizadas pelo MST, atividades conjuntas que o Movimento realizava com outros movimentos sociais, sindicatos, organizações estudantis. E no último período a gente teve iniciativa de lançar esse novo instrumento que é essa versão tabloide do Jornal Brasil de Fato. O jornal Brasil de Fato se consolidou nos últimos onze anos como um jornal voltado para a militância social e para formadores de opinião. A partir da leitura que, na atual conjuntura, é necessário estimular a politização da sociedade, especialmente dos trabalhadores.

As articulações políticas com outros movimentos sociais e a classe trabalhadora urbana se desenvolvem prioritariamente por meio de intercâmbios do MST, debates, lutas conjuntas e encontros políticos. Vamos apresentar brevemente os principais meios de comunicação desenvolvidos pelo MST, suas características e públicos alvo. Em seguida, os principais momentos históricos da comunicação com a cidade, a partir de entrevistas com dirigentes e análises de edições do JST, com foco nos anos dos Congressos Nacionais do MST. A ênfase recai no período histórico entre 1995 e 2014. O período em que fica mais clara essa visão do MST com relação à necessidade de articulação e diálogo com outros setores e organizações da sociedade para as grandes transformações sociais, para a construção de um Projeto Popular para o Brasil, é a partir do terceiro Congresso Nacional, que ocorre em 1995, quando outorgam a palavra de ordem: “Reforma Agrária uma luta de todos”, o que denota reciprocidade, desse modo também são do MST as demais lutas populares do país.

O JST tem como público principal a base do Movimento. Sua função é informar e formar os trabalhadores rurais para assim cumprir seu grande objetivo: fortalecer a organicidade interna do MST. Quanto à informação, também tem como objetivo informar a sociedade acerca das lutas, avanços e conquistas dos trabalhadores rurais e informar os Sem Terra sobre os acontecimentos do país com a perspectiva e análises do Movimento. Algumas funções específicas do JST são: ser a propaganda ideológica do MST, a voz do Movimento; organizar e orientar o MST nos 24 Estados em que atua e luta; **ser um instrumento de união da classe trabalhadora**, ao informar sobre as lutas de toda a classe trabalhadora; ser um instrumento para a prática de estudo; alimentar a mística do MST; e, por fim, acompanhar e registrar a história do Movimento, do Brasil e da classe trabalhadora. O MST descreve o público do JST na seguinte ordem: “nossa militância; setores de apoio e entidades amigas - Igreja, sindicatos, partidos políticos, movimentos populares, universidades, artistas - e

Sociedade (MST, 2010, p. 11). Podemos perceber que há intenção do MST em se comunicar e criar unidade com a classe trabalhadora, mas é objetivo secundário da publicação, até pelas condições materiais de circulação e distribuição do jornal, atualmente com tiragem de 10.000 exemplares mensais. Junto ao JST é encartado o Jornal Sem Terrinha, cujo projeto surgiu em 2007 após o Seminário Nacional "Qual o lugar da infância no MST?". O Seminário contou com a participação dos seguintes setores: Produção, Comunicação, Cultura, Educação, Frente de Massa e Saúde. "Na ocasião, foi reafirmado a aprofundado que o lugar da infância do MST é o próprio Movimento" (ibidem, p. 16). O JST é composto por Editorial e 10 seções fixas (MST, 2010, pp. 11-12).

1) Editorial: apresenta a opinião da Direção Nacional do MST e a análise da conjuntura do mês. A página também apresenta carta dos leitores e frase do mês, que possuem a função de animar a luta e reforçar a mística interna. Na página 2, entra o expediente do jornal (edição, revisão, diagramação, assinaturas, foto da capa, endereço, contato).
2) Estudo: Esta editoria dedica-se a artigos e opiniões de intelectuais, amigos, apoiadores e especialistas em diversas áreas, como economia, cultura, questão agrária. É ainda um espaço para que os militantes possam expressar o acúmulo de estudos feitos a partir de cursos de formação e pesquisas.
3) Entrevista: Espaço para aprofundar um tema, que pode ser tanto interno do Movimento como da conjuntura em geral. MST destaca a importância de buscar diversificar as fontes e buscar novos militantes que possam dar a entrevista.
4) Estados: São duas páginas dedicadas a matérias com experiências dos estados. Podem entrar notícias de assentamentos, ocupações, aniversários de assentamentos, cooperativas, denúncias... Esta editoria é voltada para a vida do Movimento e o MST salienta que precisa contemplar as principais atividades desenvolvidas nas regiões no período.
5) Centrais: Duas páginas dedicadas ao aprofundamento de um tema, cobertura de alguma jornada, preparação para a luta ou ainda ensaio fotográfico ou pôster. São geralmente páginas mais leves, com mais imagens do que textos.
6) Realidade Brasileira: São duas páginas dedicadas a essa editoria, que abrange temas gerais do Brasil: cultura, economia, questão agrária, lutas urbanas etc. Podem ser tanto matérias ou artigos assinados.

7) Internacional: Página dedicada à cobertura de lutas de povos do mundo, assim como da realidade política e agrária de outros países. Cabem também informações das articulações internacionais que o MST compõe.
8) Lutadores do povo: Texto, matéria ou artigo sobre algum processo de luta, lutador ou lutadora que tenha se destacado por sua prática. O objetivo é alimentar a memória e resgatar os eventos que formaram a história do MST.
9) Literatura: Editoria mais recente do Jornal Sem Terra, divulga textos clássicos da literatura brasileira e mundial. Pretende despertar o gosto pela leitura, além de apresentar importantes autores com algumas informações sobre sua obra. A página procura ser leve e trazer ilustrações, pinturas ou fotos de artistas.
10) Balaio: Seção de notas curtas sobre eventos culturais, dicas de livros, homenagens, sugestões de sites, poemas. Entra na página também uma coluna "Para não esquecer", com as datas dos principais eventos do mês em que vai circular o jornal.
11) Contracapa: Geralmente composta por uma grande foto, que pode ser um cartaz da luta do período, uma homenagem a um/a lutador/a, lançamento de algum material do Movimento ou peça de Agitação e Propaganda. Consta ainda um espaço para os dados do assinante.

A segunda metade da década de 1990 constitui o momento histórico de amadurecimento, fortalecimento, profissionalização e expansão do Setor de Comunicação, com o surgimento de novos veículos, com a função de dialogar com a sociedade, o crescimento e valorização do trabalho de assessoria de imprensa. Até a primeira metade da década de 1990, a comunicação se desenvolvia de forma mais localizada, com rádios comunitárias, rádio poste, em acampamentos e assentamentos, e o JST, com a função de organizar o MST em âmbito nacional. Há um conjunto de fatores que erigem esse processo de mudanças na comunicação. Como já foi mencionado, podemos destacar como início desse processo de fortalecimento da comunicação, o terceiro Congresso Nacional do MST, com a palavra de ordem "Reforma Agrária uma luta de todos", que deixa claro à sociedade e ao MST que a luta pela Reforma Agrária se realiza e precisa da cidade. Depois, os massacres de Corumbiara, em 1995, e principalmente, de Eldorado dos Carajás, em 1996, que projetaram a luta do MST e a solidariedade nacional e internacional. A projeção nacional e popularidade do MST se confirmam na Marcha de 1997, quando 100.000 pessoas ocuparam Brasília. Muitos jovens estudantes urbanos conheceram e se aproximaram do MST nesse momento. Alguns militam

no MST até hoje, como o jornalista Igor Felippe[80], do Setor de Comunicação. O MST se torna referência nas lutas de esquerda, passa a haver cobrança, responsabilidade da sociedade e visibilidade cada vez maior nos meios de comunicação de massa. Concomitantemente a essa projeção nacional da luta, o MST também se torna o alvo preferencial do governo federal e da mídia burguesa, que passam a reunir esforços para criminalizar e desqualificar a luta do Movimento. Uma das medidas necessárias é profissionalizar o Setor de Comunicação e a assessoria de imprensa. O MST passa a formar seus comunicadores nas suas escolas e em parceria com universidades. Com o diálogo do MST e professores universitários, alguns estudantes de jornalismo também passam a trabalhar e militar no MST. Professores da Pontifícia Universidade Católica (PUC), de São Paulo, próximos ao MST, como Hamilton de Souza e José Arbex Júnior, encaminharam diversos estudantes ao Setor de Comunicação do MST. No final de 2013, 45 militantes do MST e do MAB se formaram em Jornalismo da Terra pela Universidade Federal do Ceará.

Nesse processo de maior enfrentamento do governo federal e da mídia, o MST cria a Revista Sem Terra, em julho de 1997, para dialogar com a sociedade, prioritariamente o setor universitário, setores formadores de opinião e simpatizantes da luta pela Reforma Agrária no Brasil e no exterior. A Revista Sem Terra surgiu para aprofundar temas em destaque na sociedade e que foram colocados ao MST, como as privatizações, o neoliberalismo, a política nacional e internacional, mas principalmente a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. No início, a Revista tinha 36 páginas, capa colorida, periodicidade trimestral e tiragem média de 10 mil exemplares. A Revista Sem Terra deixou de ser produzida com periodicidade. Atualmente é disponibilizada na internet em caráter especial. Recentemente, foi produzida uma Revista Sem Terra sobre o tema Produção e, no final de 2014, estava preparando uma edição sobre Educação, dois temas centrais para a luta do MST. A Revista Sem Terra mantém a função de cumprir "papel propagandístico" do pensamento do MST em relação à reforma agrária no meio universitário junto a jovens urbanos, principalmente no eixo São Paulo e Rio de Janeiro. O MST acredita que essa rede de amigos nas cidades cria a retaguarda necessária em momentos de maior enfrentamento da luta de classes (MST, 2004).

A página na internet também surge em 1997, para se comunicar com a base do MST, outros movimentos sociais, os pesquisadores e a sociedade. Não tem a função de ser um meio de articulação e socialização política com a classe trabalhadora, e sim porta voz do

[80] A entrevista nos foi concedida na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, dia 29/07/2014.

Movimento. A partir de 2003, a página ganha agilidade e passa a ter atualização diária. Durante a Marcha de Goiânia a Brasília, em 2005, a página cumpriu importante papel ao comunicar a travessia e atualizar diariamente a militância com notícias, fotos e programas de rádios. Em 2006, a página passa pela primeira reforma operacional, saindo do sistema dreamweaver, considerado lento, pesado e de difícil atualização, para o sistema PHP, mais simples e ágil. Em 2009, adotam o sistema Drupal, além de mudanças no layout da página. Recentemente, no segundo semestre de 2014, com o apoio de uma empresa especializada e simpática à causa do MST, fizeram mais uma reforma na página. Essa última reforma teve como principal proposta, além da mudança visual e do sistema operacional, proporcionar um ambiente virtual mais dinâmico e interativo, com software aberto, que proporciona a colaboração interativa no desenvolvimento da plataforma, atualização de imagens, textos etc. A ideia é que se aproxime mais também das redes sociais do MST, como as páginas do twitter, facebook e youtube. Esse é um desafio na comunicação do MST, que faz a autocrítica de que a comunicação na esquerda se construiu de forma muito impositiva. Temos ressalvas a fazer com relação a essa afirmação porque há exemplos históricos de participação popular na arte e imprensa comunistas. Celso Frederico (2010, pp. 38-39) aponta três aspectos resultantes da colaboração operária no desenvolvimento da imprensa e da arte comunista na Rússia do início do século XX, que influenciou a produção de artistas alemães, como Erwin Piscator e Brecht: os operários deixavam de ser meros leitores para serem produtores de conteúdo, subvertendo a lógica produção-consumo; a imprensa tornava-se um órgão de comunicação e não apenas de transmissão de informação e o fato dos operários tomarem a palavra fez com que muitos intelectuais vissem o nascimento de uma nova cultura em contraposição à cultura burguesa.

A análise que fazemos da dificuldade do MST em avançar na luta comunicacional e política da internet, principalmente com as redes sociais, não se deve à tradição histórica de comunicação da esquerda, mas às contradições do desenvolvimento da rede como meio de comunicação. À primeira vista, a internet e as redes sociais constituiriam meios bastante apropriados para o estabelecimento da comunicação e alianças políticas entre o campo e a cidade, mas não é o que se verifica concretamente. A internet se desenvolveu de forma interativa. Manuel Castells destaca a cultura hacker no desenvolvimento da internet. Cultura que tem na liberdade de informação o seu valor nevrálgico. “Liberdade para criar, liberdade para apropriar todo conhecimento disponível e liberdade para redistribuir esse conhecimento sob qualquer forma ou por qualquer canal escolhido pelo hacker” (CASTELLS, 2003, p. 42).

Contudo, assim como ocorreu com o desenvolvimento do rádio como meio de comunicação, o potencial interativo e revolucionário da internet se choca com as relações de produção. Relações de produção, com seu aspecto jurídico, que são as relações de propriedade, que limitam o potencial tecnológico da internet para ser mais uma peça da engrenagem do capital. Embora conecte as pessoas, o modo de uso e compartilhamento de informações privilegia o indivíduo mediado por sua tela e aparelho de conexão: celular, tablet ou computador. É uma forma de comunicação atomizada, caracterizada pela cacofonia e polifonia. As sucessivas agressões durante a campanha eleitoral de 2014 esclareceram as limitações da rede para o debate político. Cada qual se entende somente com seu próprio espelho. Os próprios algoritmos da internet e redes sociais induzem a isso: nas navegações sempre aparecem temas e assuntos que interessam ao usuário. Assim, grosso modo, um ruralista ou um jovem reacionário não vão ficar sabendo da última postagem do MST relatando o sucesso de produção em um assentamento. Claro que temos exemplos de uso político com ciberativistas, hackerativistas, movimentos juvenis, entre outros, porém a lógica descentralizada desses processos tende a se chocar com o centralismo democrático característico das organizações políticas que se formaram no século XX: partidos, sindicatos e movimentos sociais. O ciberativismo pode tanto ser uma ferramenta para a organização e ação coletiva como uma vitrine de vaidades, um espaço para a exacerbação do individualismo irresponsável (FREDERICO, 2013, p. 249). A comunicação de fato interativa encontra sua forma mais concreta na luta política, no reconhecimento de uma classe lutando contra outra classe. Mas também encontram espaço na arte, na comunicação e na cultura que privilegiam a pedagogia da luta. As peças didáticas de Brecht refletiam a preocupação pedagógica e militante na busca de comunicação interativa. A comunicação, no sentido estrito do termo, possui dimensão política e pedagógica inalienável, com potencial para se contrapor à lógica produção-consumo de informação da mídia burguesa. João Paulo Rodrigues[81] faz crítica contundente ao uso das redes sociais pela militância.

> E mesmo a tal da internet, das redes sociais, que eles diz que é redemocratização, mas metade é da Globo e metade é do Estadão, nós só as redes. Nós não damos conta de fazer a comunicação política. E cá entre nós, a rede social, inclusive nas esquerdas, se transformou mais em uma página Caras eu me amo, olha como eu sou lindo, do que um instrumento que poderia se comunicar com a sociedade. Há uma limitação pra usar essas rede para além do "eu me amo, olha como eu sou lindo". Ou seja, a política, no sentido de você comunicar conteúdo que te permita fazer enfrentamento. Então hoje é muito restrito a um setor muito pequeno das esquerdas e nós

[81] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

> não conseguimos usar a internet como comunicação. Pra nós é uma grande dificuldade hoje.

A comunicação interativa se mostra muito mais presente na sociabilidade política, nos encontros, intercâmbios e lutas conjuntas, do que mediada pelos meios de comunicação, inclusive a internet. Joaquin Pinheiro[82] afirma que desde sua criação, o MST teve a preocupação de construir relação com movimentos sociais de outros países, principalmente com aqueles ligados às questões da terra. Na década de 1980, havia na conjuntura latino-americana, uma situação de grande efervescência política, sobretudo na América Central, com os Sandinistas e a Revolução Sandinista na Nicarágua, em El Salvador, Guatemala. E houve um intercâmbio intenso entre militantes de países da América Latina e no Brasil para troca de conhecimentos e fortalecimento de suas ações. Muitos militantes desses movimentos latinos vieram ajudar a compor o MST no Brasil e também militantes do MST foram a esses países conhecer diversos setores de organização da classe trabalhadora. Atualmente, a ENFF constitui espaço estratégico para o intercâmbio, a formação e articulação política entre os movimentos sociais do Brasil e da América Latina. Quando perguntamos à Simone[83], da CPP da ENFF, se a comunicação com outros movimentos sociais era feita pela internet, ela respondeu que não, que era feita pelos intercâmbios, pelos encontros políticos presenciais, em fóruns e conferências, que assim era muito melhor para conversar. A coordenadora comenta também a ampliação das alianças com movimentos populares da cidade.

> O contato se dá muito através dos intercâmbios que a gente faz. Às vezes você vai em um país participar de uma atividade, lá encontra várias organizações porque a gente parte do princípio das organizações do campo, mas depois isso vai se ampliando. Com a união política da aliança do campo e da cidade, o movimento foi elevando o nível da sua consciência política e coletiva para entender que se é da organização social da classe trabalhadora então vale a pena estarmos articulados. Isso se dá muito a partir das participações nos fóruns, nas conferências nacionais. Às vezes sabem que o movimento tem uma experiência interessante na educação, então fazem contato. Assim como nós também fazemos outras buscas, como que o México se organiza nas questões das cooperativas, como Cuba se organiza nas questões dos agricultais. Ou seja, essas diversas experiências mais populares que vão construindo essa outra rede que atinge essa necessidade da formação política.

[82] Coletamos informações com Joaquin Pinheiro, coordenador nacional do coletivo de relações internacionais do MST, em seminário promovido pelo Jornal Brasil de fato junto ao Departamento de Jornalismo da PUC-SP, "Jornalismo Popular: movimentos sociais e desafios da comunicação", no dia 26/11/2011.
[83] A entrevista nos foi concedida no dia 03/04/2014, na ENFF.

Na ENFF, presenciamos muitos jovens do MST usando o facebook como a maioria da juventude usa: para ver e compartilhar fotos e vídeos. De fato, pouco uso político. A discussão sobre o uso das redes sociais envolve principalmente a questão da segurança e imagem do MST. Como já foi dito, uma das grandes preocupações da comunicação é desconstruir a imagem de criminosos e violentos que a mídia tenta colar ao MST. Simone[84] comenta que há limitação de acesso às redes sociais na Escola, até pela dificuldade de acesso. Liberam o uso das 12h às 14h e das 18h em diante. Nos horários em que há limitação, os militantes estão estudando a os trabalhadores da ENFF podem usar a internet para cumprir as tarefas rotineiras da Escola. A coordenadora relata que houve caso de brincadeira de meninos que fizeram escopeta de madeira e depois postaram no facebook. É uma simples brincadeira, mas que pode corroborar a imagem do MST como movimento violento. Simone[85] relata essa preocupação:

> Tinha o Orkut com comunidade "Eu amo o MST", mas tinham comunidades de "Odeio o MST", vamos jogar todos eles na fogueira. Então a gente ia discutindo isso. Qual o cuidado que devíamos ter e o que a gente deve divulgar. Não é esconder nossa luta. Eu acho que o que apresentamos aqui é uma luta nobre e necessária, mas a questão do cuidado. Já houve militantes que nesse processo por ocupação de terra já se usou toda conversa de internet para anexar em processo, usar como prova nos processos. As acusações são sempre as mesmas: formação de quadrilha. Os meninos colocavam "vamos fazer uma festa hoje, vamos matar um coelho". Ali tinha toda a interpretação de que a festa era uma ocupação. Aconteceram coisas que nos deixaram sem saber como de fato agir. A tecnologia é ótima, facilitou. Não gastamos mais tanto com telefone. O debate era mais no aspecto da segurança que num momento de criminalização dos movimentos sociais, como não nos expor de forma desnecessária. Começamos a fazer esse debate. As pessoas têm o livre arbítrio, tanto que tem gente que usa suas páginas só para divulgar questões da luta. E tem gente que diz "eu quero minha página para me comunicar com família, amigos e não para divulgar o movimento". Essa é a opção que as pessoas fazem e a partir daí, o movimento passou a ter sua página no face, twitter.

Como podemos perceber, as alianças, a comunicação e socialização política entre o MST e outros movimentos sociais se desenvolve principalmente nas articulações e lutas políticas comuns. Podemos dividir historicamente as alianças políticas do MST com a cidade em três momentos: do surgimento do MST até 1995, quando as alianças se concentram na solidariedade à luta do Movimento pela Igreja, o PT e a CUT; de 1996 a 2002, momento histórico de maior avanço político das alianças entre MST e a classe trabalhadora urbana; e de

[84] A entrevista nos foi concedida no dia 03/04/2014, na ENFF.
[85] A entrevista nos foi concedida no dia 03/04/2014, na ENFF.

2003 pra cá, quando há contínuo enfraquecimento entre as alianças políticas do MST com a cidade e entre as forças de esquerda de um modo geral. Para expor esses momentos, baseamo-nos em edições do JST, com foco nas datas dos Congressos Nacionais. A ênfase recai no período entre 1995 e 1999, quando se intensificam as articulações entre campo e cidade.

2.4.1 MST e a cidade: comunicação e socialização política até 1995

As alianças entre movimentos campesinos e a classe operária se iniciam, no Brasil, com as Ligas Camponesas e a Ultab. Como já mencionamos, a principal diferença política entre as entidades é que as Ligas defendiam a proposta de revolução socialista, tendo o campesinato como principal força, enquanto que a Ultab, organização criada em 1954 pelo PCB, defendia a reforma agrária como etapa para a revolução democrática e anti-imperialista em aliança com a burguesia nacional. A Ultab privilegia o fortalecimento do sindicalismo rural, formas legais de luta e organização para o encaminhamento de reformas democráticas, por isso foi o germe da Contag. Lindolfo Silva, um dos principais dirigentes da Ultab, veio a ser o primeiro presidente da Contag, em 1963. Um dos instrumentos criados pelo PCB para a organização rural foi o jornal *Terra Livre*, que começou a circular em 1949 e se estendeu até 31 de março de 1964, quando teve que ser fechado devido ao golpe da ditadura militar. O jornal *Terra Livre* tinha a função de fazer chegar aos trabalhadores rurais as mensagens e propaganda do PCB, sua visão de reforma agrária e organização dos trabalhadores rurais, com uma linguagem mais simples, acessível e didática (CUNHA, 2013, p. 63). Entre as lideranças das Ligas Camponesas, que surgiram em 1955, também estavam antigos militantes do PCB, como Paulo Travassos, e o idealizador do movimento, José dos Prazeres, que participou da criação da Liga de Iputinga. Com a organização do grupo, surgem ações de coerção e violência contra os camponeses, o que os levam a contatar Francisco Julião, advogado e deputado estadual do Partido Socialista. Julião torna-se o principal interlocutor da Liga Camponesa de Galiléia. Medeiros (apud CUNHA, 2013, p. 67) relata táticas de luta das Ligas Camponesas nas ruas, como marchas, comícios, congressos, que reforçam sua organização interna e ampliam a base de apoio nas cidades. Com a vitória que obtiveram do governo estadual em 1959, a desapropriação do Engenho Galiléia, projetaram-se nacionalmente e alimentaram o debate sobre a propriedade da terra e a reforma agrária. Certamente, é um substrato histórico que nutre as lutas originárias do MST 20 anos depois no sul do país. O censo do IBGE (2010) mostra que em 1º de setembro de 1960, a população rural ainda era superior à população urbana, com 55,3% ante 44,7% da população urbana. Quadro que só se altera em 1970,

quando a população urbana chega a 55,9%. Contudo, a cidade já era o centro das decisões econômicas e políticas, além da força política da classe operária, seja concretamente seja como tese clássica do Partido Comunista, o que se verifica também nas táticas de luta das Ligas. As Ligas também possuíam o seu jornal, denominado *Liga*, que circulou entre outubro de 1962 e abril de 1964. Na apresentação do jornal *Liga*, em editorial escrito por Francisco Julião, seu diretor durante todo o período, flagra-se a percepção das Ligas acerca da importância estratégica da aliança campo-cidade para a revolução socialista.

> Agora já não é, apenas, Liga Camponesa. A ponte se constrói, a aliança se estreita, entre a cidade e o campo. É a hora da Aliança Operário-Camponesa, reforçada pelo concurso dos estudantes, dos intelectuais revolucionários e outros setores radicais da população. É hora da LIGA. (...) Dedicado a levar ao poder o Povo, com a classe operária à frente, pelo seu alto nível de consciência política... (LIGA, outubro de 1962, apud CUNHA, 2013, p. 67).

Embora os registros históricos apontem o projeto das Ligas em liderar o processo revolucionário a partir da força camponesa, na passagem acima Francisco Julião expressa como estratégia revolucionária a aliança operário-camponesa com a supremacia da classe operária, conforme defendia Lênin no processo revolucionário russo. Em outras passagens de Francisco Julião, podemos identificar a visão de que a revolução pode partir do campo, como no discurso que fez no I Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná, em 1960.

> Que não se passe mais um dia sem que alguma coisa se faça em favor da Reforma Agrária. A China Continental provou que se pode fazer uma revolução partindo do campo para a cidade. O mesmo se deu em Cuba – onde vi o camponês mais feliz da América, onde vi o camponês com uma enxada na mão, para garantir o pão, e o fuzil na outra mão, para defender a terra. (...) O camponês é a marmita, é a mochila do operário, seu irmão, seu amigo e seu aliado incondicional. O primeiro objetivo é a terra (TERRA LIVRE, setembro de 1960).

Também na edição de outubro de 1962 do jornal *Liga*, o artigo "O camponês é camponês", que se não foi escrito foi aprovado por Julião, reproduz tese clássica das classes sociais, conforme já apontamos, e descreve as seguintes características do camponês: "personalismo, individualismo pequeno-burguês, místico, individualista e paciente" (ibidem). Desse modo, caberia ao proletário conduzir a reforma agrária e a revolução. Adiante, em seu editorial da mesma edição, Julião demonstra sua discordância em relação à tática do PCB.

> A contenção do movimento popular tem sido pedida em nome de uma frente única que tem tido como consequência a renúncia das classes trabalhadoras em dirigir o processo histórico brasileiro. A tarefa histórica das massas operárias e camponesas não é a de se atirarem à luta, de empenharem o seu sofrimento para que um setor da burguesia substitua o outro no poder, mas

> sim a de se unirem para liquidar todo o sistema de dominação (LIGA, outubro de 1962, apud CUNHA, 2013, p. 67).

Como vimos nas falas de João Pedro Stédile, mesmo com algumas falas de Francisco Julião que colocam a força revolucionária camponesa em segundo escalão, talvez para entrar em consonância com o PCB, as Ligas permanecem como imagem de radicalidade da luta camponesa e exemplo de organização. Na apresentação da Biblioteca Gregório Bezerra, acervo digital com as principais publicações do MST e também dos jornais *Terra Livre*, João Pedro Stédile também coloca o MST como herdeiro das Ultabs. Em diversas matérias do *Terra Livre*, podemos constatar diferentes menções e propostas políticas de alianças entre camponeses e operários. Na edição de agosto de 1962, Giocondo Dias escreve o artigo "Francisco Julião, os comunistas e a Revolução Brasileira", em que critica, seguindo a linha do Partido Comunista, a visão de Julião sobre o campesinato para a revolução socialista. A linha fina do artigo escreve que "Giocondo Dias, em nome dos comunistas, esclarece o que faltava sobre o líder pernambucano" (TERRA LIVRE, agosto de 1962).

> No que diz respeito ao proletariado e ao campesinato são também profundas as incompreensões manifestadas pelo deputado Francisco Julião. Acha ele que "é possível sair para a revolução socialista com o campesinato à frente". Acha ainda que "quando a luta se inicia no campo ela toma imediatamente caráter político, o que não ocorre com a classe operária cuja dinâmica é o aumento de salário". (...) Não se trata de "preferir" uma classe ou outra. Trata-se, sim, da realidade de como as coisas se apresentam na sociedade. O proletariado e o campesinato tem suas características próprias, assim como interesses comuns. São as classes mais interessadas no triunfo da revolução brasileira, na derrota do imperialismo e do latifúndio, na formação de um poder que represente as forças nacionais e democráticas do nossos país. E ninguém pode pôr em dúvida que a revolução avançará tanto mais rapidamente para a vitória quanto mais firmemente se encontrar à sua frente a classe operária. As massas camponesas têm nisso o maior interesse (ibidem).

José de Souza Martins (1990, p. 92) menciona as contradições internas das Ligas Camponesas e afirma que, nesses primeiros tensos anos da década de 1960, a revolução camponesa não chegou a ser definida como projeto. E nenhuma organização de amplitude nacional chegou a formular um projeto de revolução camponesa com contornos precisos.

Com o golpe militar em 1964, inaugura-se um novo capítulo nas lutas camponesas e de esquerda no Brasil. O pressuposto da revolução camponesa serviu como justificativa para a repressão violenta do Estado sobre os trabalhadores do campo, Ligas Camponesas, lideranças sindicais, partidos e grupos políticos. Deposto o governo de João Goulart, que havia assumido em 1961 após renúncia de Jânio Quadros, todas as mobilizações populares no campo e na

cidade, as organizações dos trabalhadores, jornais, sindicatos, as perspectivas de reformas, o decreto de Goulart que previa a desapropriação de terras às margens das rodovias, foram aniquilados. Já estava em curso, antes do golpe de 1964, a articulação entre empresários – industriais, comerciantes, banqueiros e representantes do imperialismo americano – organizados no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), no Rio de Janeiro e em São Paulo, um diagnóstico da estrutura fundiária brasileira e projeto de reforma agrária a partir dos interesses da burguesia e do capital internacional. Esse projeto foi a base do que foi encaminhado, ainda em 1964, ao Congresso Nacional, por Castelo Branco (ibidem, p. 93).

A base do projeto de reforma agrária, intitulado Estatuto da Terra, tinha como cerne a proposta de modernização do campo, de instauração da empresa capitalista agrária, em aliança com o capital internacional e os subsídios do Estado. Esse processo de modernização do campo, entre os anos 1960 e 1970, ficou conhecido como "Revolução Verde" ou "modernização dolorosa" como chamou José Graziano da Silva (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 15), pela intensa e extensa mecanização do campo e uso de agroquímicos. Podemos dizer que foi a primeira etapa do agronegócio, cujo processo de expansão do capital e uso de agrotóxicos tornou-se ainda mais intenso neste novo milênio, com o Brasil tornando-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo desde 2009. Ainda assim, havia o aspecto progressista da lei com a introdução do conceito de "função social" da terra e a instituição do imposto territorial. O Estatuto da Terra também introduziu o conceito de módulo rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão. Módulo rural é a área mínima necessária para uma família se sustentar e se desenvolver economicamente e socialmente. O tamanho do módulo seria estabelecido por critérios técnicos, pelas condições específicas de produção, conforme a região e o cultivo. A propriedade que não excedesse 600 vezes o módulo da região e ocupasse mais de 50% da área agriculturável seria classificada como *empresa rural*. A propriedade que não excedesse o tamanho, mas fosse mantida inexplorada seria considerada *latifúndio por exploração*, o que se conhece como latifúndio improdutivo. E, por fim, a propriedade que ultrapassasse 600 vezes o módulo rural seria considerada *latifúndio por dimensão*. Segundo a definição de *função social* da terra, o proprietário que utiliza a terra de forma racional, com respeito ao meio ambiente e cumprindo a legislação trabalhista, está cumprindo a função social da terra (MORISSAWA, 2001, p. 99). Devido a aspectos progressistas, na época, o jornal Estado de São Paulo e latifundiários fizeram grande pressão contra a lei (ibidem). As entidades representantes dos latifundiários, Sociedade Nacional de Agricultura e Sociedade Rural Brasileira fizeram campanha contra a lei (CUNHA, 2013, p.

71). Martins (1990, p. 96) explica que Estatuto da Terra serviu para desmobilizar o campesinato onde aparecesse o problema da terra, o conflito agrário e oferecesse riscos políticos. O Estatuto procurava impedir que a questão agrária se transformasse em política de classe e questão nacional. Os conflitos por terra, com mortos e feridos, tornaram-se intensos e a ampliação das ocupações de terra colocaram a força e causa campesina em evidência, desafiando o Estado e as prerrogativas burguesas de sua política agrária e econômica.

> À concepção da propriedade empresarial da terra, elaborada pela burguesia e consagrada pelo governo militar no Estatuto, os camponeses estão opondo neste momento a concepção de propriedade camponesa, forçando o Estado a reconhecer as situações de fato criadas pelas ocupações de terras (MARTINS, 1990, p. 99).

Entre os anos 1960 e 1970, a Igreja, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base, que surgem no início dos anos 1960, depois com a criação da CPT, em 1975, proporcionaram espaços sociais nos quais os trabalhadores do campo e da cidade puderam se formar, se organizar e lutar por direitos humanos. Paulo Freire participava do Movimento de Educação de Base, ligado à Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), que trabalhava com alfabetização e formação política dos camponeses. Afinal, eram faces complementares da pedagogia freireana, inspiração máxima da pedagogia do MST. Com o apoio das CEBs, surgem na cidade o PT, em 1981, e a CUT, em 1983. Essas três forças, Igreja, PT e CUT, são as principais interlocutoras, solidárias e apoiadoras do nascimento e desenvolvimento do MST até 1995, quando o Movimento começa a ganhar projeção política nacional e a expandir a sua base de apoio.

O MST surge na esteira do recrudescimento das lutas políticas no campo no final da década de 1970, nos estertores da ditadura militar que implantou um modelo agrário ainda mais centralizador e excludente, quando as ocupações ganham força como prática social estratégica para fazer valer os direitos dos trabalhadores do campo e realizar a reforma agrária, principal objetivo de luta dos trabalhadores do campo. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo. O MST nasce e se desenvolve com ocupações de terra que se localizam principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, por razões prioritariamente socioeconômicas. Em cada Estado em que se organizou e se desenvolveu, ocorreram o que se convencionou chamar fatos históricos desencadeadores do MST (FERNANDES, 2000, 1999; CALDART, 2004). No Rio Grande do Sul, considerado o berço do Movimento, a origem socioeconômica com a intensificação da mecanização da lavoura de soja, recentemente

introduzida, casada com a lavoura de trigo, que expulsou grande contingente de camponeses. Eram famílias que viviam como arrendatários, parceiros e filhos de agricultores e os que resistiram a serem expropriados na cidade ou migrarem para outras áreas de colonização agrícola formaram a base do MST. Já havia memória histórica de luta pela terra no sul com o Master, que surgiu no final da década de 1950, mas cujo apoio estava muito concentrado no governo Brizola, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que saiu do governo em 1963, e o Master não conseguiu se consolidar como movimento social autônomo (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 17). Além da questão socioeconômica, foram fundamentais para o nascimento do MST o apoio da Igreja e o momento político de redemocratização do país. À luta pela terra se somaram as greves e o nascimento do Novo Sindicalismo. João Pedro Stédile chega a afirmar que se a luta contra a ditadura militar não tivesse acontecido também na cidade, o MST não teria nascido. Podemos perceber que a relação campo-cidade está presente desde a gênese do MST. Curiosamente, as ocupações de terra que originaram o MST no Rio Grande do Sul se iniciaram nas terras da Macali, mesmo espaço em que o Master organizara acampamentos no início da década de 1960. Em setembro de 1979, 110 famílias ocupam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Em 1981, um novo acampamento surge no mesmo estado e próximo dessas áreas: a Encruzilhada Natalino, cuja história já mencionamos, e que se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático.

O fato desencadeador do MST em São Paulo foi um conflito entre os posseiros e o grileiro da Fazenda Primavera, localizada no município de Andradina, na década de 1970. Os posseiros pagavam renda há décadas, quando o grileiro resolveu trazer gados do Mato Grosso e expulsou os posseiros, que tiveram suas lavouras e casas destruídas pelos jagunços. Após o assassinato de um posseiro, o grupo decidiu procurar o Poder Judiciário para intervir no conflito. Com a criação da CPT na região, em 1979, o que proporcionou um espaço de organização dos posseiros, o grupo logrou desapropriar a fazenda Primavera e o assentamento foi implantado em julho de 1980. No ano seguinte, tiveram início outras ocupações de terra. (CALDART, 2004). Em 1984, os Sem Terra tiveram importante conquista de terra em Sumaré, expandindo-se na região de Campinas nos anos seguintes, com o apoio da CPT, da CUT e do PT. Na segunda metade da década de 1980, alcançaram Promissão, Castilho e Itapeva. Mas São Paulo ganha destaque especialmente com as lutas no Pontal do Paranapanema, tendo cada vez mais visibilidade no início da década de 1990. No período 1990-1999, o MST organizou ocupações nos seguintes municípios: Andradina, Getulina,

Pradópolis, Tremembé, Iperó, Castilho, Iaras, Itapetininga, Porto Feliz e reocupações em Pirituba e Itapeva-Itaberá (MORISSAWA, 2001).

O Estado de São Paulo possui hoje cerca de 200 assentamentos do MST e de outras entidades, com aproximadamente 17 mil famílias acampadas. A maior parte dos assentamentos está no Pontal do Paranapanema, região que concentra a maioria dos conflitos desde o início da década de 1990. O MST organiza sua atuação em São Paulo em dez regiões: região do Pontal do Paranapanema, de Andradina, Promissão, próximo à Bauru há a região de Iaras, grande foco de disputa de terras públicas, região de Itapeva-Itaberá, região do Vale do Paraíba, Ribeirão Preto, Franca, regional de Campinas, e a região no entorno de São Paulo, mais urbana, com ações em regiões como Franco da Rocha, Cajamar e Jandira. Há o chamado Eixo Metropolitano de atuação do MST, que compreende as regiões da Grande São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba, foco do trabalho de campo desta pesquisa, como foi supracitado, com ênfase na região da Grande São Paulo.

As três características apontados por João Pedro Stédile (STÉDILE; FERNANDES, 1999) como as principais na definição do MST denotam a amplitude do olhar do Movimento, que busca conciliar singularidade e totalidade, as questões camponesas e suas especificidades inseridas na luta pela hegemonia da classe trabalhadora, o que fortalece a composição de forças, diálogos e alianças com a classe trabalhadora. A primeira característica é que se trata de um movimento de massa e popular, portanto aberto à participação. O primeiro aspecto do popular se refere à participação da família camponesa. O Movimento não é restrito ao pai, ao homem e adulto, mas às mulheres, crianças, jovens e idosos. O que o diferencia na sua formação dos sindicatos, onde tradicionalmente participava das assembleias sindicais somente o homem adulto. Ao englobar a unidade familiar camponesa, o MST se potencializa. O outro aspecto do popular, e Stédile (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 32) credita esse aspecto ao trabalho de formação da Igreja, é que o MST possui abertura para a participação de todos que queiram lutar pela reforma agrária. Assim, o MST entende que não precisa necessariamente ser camponês para participar das lutas pela reforma agrária, dentro da especificidade de suas atuações podem participar o padre, o professor, o agrônomo, o médico etc. E também o trabalhador urbano. Stédile (ibidem, p. 33) conta que no início havia até a brincadeira entre os "mãos grossas e mãos lisas". Mãos grossas eram os típicos trabalhadores rurais, que empunhavam a enxada, enquanto os mãos lisas eram trabalhadores urbanos que se engajavam com a luta do MST, mas afirma que havia equidade na relação. Stédile (ibidem) avalia que

esse caráter popular deu consistência ao MST e facilitou a composição dos seus quadros orgânicos, sem abrir mão do princípio de que o MST é feito por trabalhadores, compondo o Movimento com organicidade e visão política mais ampla da sociedade. Com o crescimento da estrutura organizativa, o Movimento se torna mais fechado. Processo decorrente também das medidas de segurança adotadas pelo MST. Quando há reuniões internas, debates dos Coletivos e da Direção, é vetada a presença de quem não seja quadro orgânico do Movimento. O que é compreensível, porém limitador da dialogia do MST. Outro aspecto de princípio organizativo, que já abordamos como limitador para a comunicação e socialização política com a classe trabalhadora urbana, é o princípio da autonomia. A autonomia esbarra na dificuldade em sair do centro decisório do Movimento e também de articular-se politicamente, buscando outro centro de equilíbrio, o da intersecção e inteligibilidade mútua, que talvez não seja nem o centro do MST e nem de outra organização, seja o da hegemonia popular ainda a ser erigida. Construção da cultura popular, das forças populares contra o bloco de poder, como sugere Stuart Hall (2003, p. 245).

> As culturas de classe tendem a se entrecruzar e a se sobrepor num mesmo campo de luta. O termo "popular" indica esse relacionamento um tanto deslocado entre a cultura e as classes. Mais precisamente, refere-se à aliança de classes e forças que constituem as "classes populares". A cultura dos oprimidos, das classes excluídas: está é a área à qual o termo "popular" nos remete. E ao lado oposto a isto – o lado do poder cultural de decidir o que pertence e o que não pertence – não é, por definição, outra classe "inteira", mas aquela outra aliança de classes, estratos e forças sociais que constituem o que não é o "povo" ou as "classes populares": a cultura do bloco de poder. O povo versus o bloco de poder: isto, em vez de classe contra classe, é a linha central da contradição que polariza o terreno da cultura. A cultura popular, especialmente, é organizada em torno da contradição: as forças populares versus o bloco de poder. Isto confere ao terreno da luta cultural sua própria especificidade.

O segundo aspecto apontado é que o MST tem um componente sindical que se concretiza no modo como o MST encampa as lutas corporativas dos assentados: créditos, estradas, saúde, educação etc. A terceira característica é o componente político presente desde o início do MST expresso na consciência de que **a luta pela terra e pela Reforma Agrária fazem parte da luta de classes**, o que significa organizar a luta, estratégias, táticas, princípios, valores, ideologia, de forma mais ampla e em conjunto com outros setores progressistas da sociedade. Esse aspecto é fundamental para a construção da hegemonia da classe trabalhadora. Entretanto, as relações com a cidade e o trabalhador urbano mudam

conforme o momento político e econômico, conforme a conjuntura da luta de classes, o que torna as alianças historicamente instáveis. A relação que prevalece, perigosa para a luta contra-hegemônica é a relação campo-cidade e cidade-campo baseada em produção-consumo. Veremos como aparece a relação com a cidade nos momentos dos Congressos Nacionais do MST a partir de edições históricas do JST. Começaremos com a primeira edição do ainda "Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra".

Na edição de nº 1 do "Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra", de 15 de maio de 1981, há carta de apresentação dos "colonos acampados em Ronda Alta". Nessa primeira fase do Boletim Sem Terra, que circula de maio de 1981 a abril de 1982, este possui 12 páginas, é datilografado e mimeografado. Destacamos algumas características dessa primeira fase: o apoio de diversas entidades aos Sem Terra, não somente do Rio Grande do Sul, incluindo dezenas de sindicatos rurais; a relação ambígua com a Igreja Católica, com a fé dos acampados e apoio da CNBB, mas relação tensa com D. Cláudio Colling, bispo de Porto Alegre, que proibiu Padre Arlindo, grande apoiador, a seguir seu trabalho pastoral no acampamento; e, apesar da contraposição à grande imprensa, há reprodução de jornais comerciais, como o gaúcho Zero Hora, que chegou a ganhar um prêmio Esso com reportagens sobre a Encruzilhada Natalino (CUNHA, 2013, p. 95). O referido jornal tornou-se posteriormente inimigo político e ideológico do MST, mas nesse momento havia perspectiva mais favorável.

Na "CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA", que abre o nº 1 do Boletim Sem Terra[86], os acampados encerram o primeiro parágrafo afirmando que "**na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá**. Nos criamos no trabalho da lavoura e é isso que sabemos fazer" (Boletim Sem Terra, nº 1, p. 1, grifo nosso). Os acampados deixam claro sua motivação central em acampar no município de Ronda Alta: o trabalho, a vontade de resistir, existir e se reproduzirem socialmente como camponeses. Não querem ser expropriados e não querem ir para a cidade serem explorados. O desejo é permanecer no campo. No terceiro parágrafo, expressam o sacrifício que se dispõem a fazer, numa prova de fé e coragem em comunicação que almeja também a compaixão e solidariedade para possíveis apoiadores do campo e da cidade. "Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio, mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos para trabalhar como colonos". No parágrafo seguinte, mencionam novamente a

[86] Ver figura 2.

cidade, agora associando-a aos ricos proprietários de terras do Estado. Situação que persiste: o desvio de renda do campo para a cidade, porque os proprietários das terras e negócios vivem nos conglomerados urbanos, mas exploram o trabalho e renda da terra no campo. "Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para muitos mais que como nós também precisam, só que estas terras estão na mão dos ricos que não precisam dela para viver. Muitos deles até moram na cidade...". Em seguida, mais um parágrafo em que mencionam a cidade. "Como agricultores achamos que **temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade**. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho".

Esse parágrafo mostra a força da relação entre campo e cidade como produção-consumo, que existe desde antes da fundação do MST e prevalece no discurso do Movimento. Nesse momento histórico, ainda com força maior pelo fato do MST expor como contradição fundamental do agronegócio a questão da alimentação, mostrando que este não produz alimentos e despeja veneno em abundância no pouco que produz para as famílias brasileiras, propondo como alternativa a produção camponesa com matriz agroecológica. Claro que se trata de algo fundamental para a produção e reprodução da existência das famílias camponesas: a produção de alimentos para a subsistência e a venda do excedente para a cidade, possibilitando a compra de outros itens necessários à reprodução social camponesa. E esses alimentos também são a o elemento principal para a reprodução das famílias da cidade, trata-se de uma questão de sobrevivência. Ainda que o volume de produção em alguns assentamentos do MST seja a retaguarda econômica para muitas das famílias que compõem o Movimento e para o próprio Movimento, cada vez mais inserido na produção, circulação e troca de mercadorias do modo de produção capitalista. Diferentemente do momento desta carta, quando a racionalidade do capital ainda não havia encontrado as condições para completo domínio da produção camponesa em alguns espaços sociais. De qualquer maneira, a terra e a produção de alimentos é o meio de vida camponês, que se contrapõe à reprodução ampliada do capital no campo, que se expande querendo transformá-los em expropriados e explorados no campo ou na cidade. Essa situação persiste, porém em novo momento histórico da luta de classes no campo e na cidade, com o bloco de poder mais estruturado economicamente e ideologicamente.

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA

" Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nesta região (Alto Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área Indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc.. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir,porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho da lavoura e é isto que sabemos fazer.

Muitos de nós já se inscreveram três, quatro ou cinco vezes na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano passado recorremos aos políticos e ao Secretário da Agricultura e nada conseguimos. Fomos aos sindicatos e estes pouco puderam fazer. Como não temos a quem recorrer, resolvemos acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguimos uma solução.

Estamos muito mal alojados, muitos até passam fome e frio, mas estamos dispostos a ficar aqui até conseguirmos terra que precisamos para trabalhar como colonos.

Sabemos que tem terra no Estado para todos nós e para muitos mais que como nós também precisam, só que estas terras estão na mão dos ricos que não precisam delas para viver. Muitos deles até moram na cidades , como é o case de vários que se apossaram do grande parte da Fazenda Sarandi que foi desapropriada para os colonos, mas acabou sendo entregue pelo governo para amigos dele que não precisam. Só estas terras dá para todos nós e muito mais gente.

Como agricultores achamos que temos o direito a ter um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho.

Muita gente do governo veio aqui para fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário mínimo, e terras no norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá. Também muita gente veio nos dar apoio, muitas entidades e até sindicatos nossos e várias igrejas, etc...

Solicitamos seu apoio, do jeito que der, para esta nossa luta. Ficamos muito contentes e agradecidos com essa seu apoio, pois queremos ficar aqui acampados até conseguirmos nossa terra para trabalhar."

" PREÇO DA PAZ, É TERRA E JUSTIÇA PARA TODOS "

" TERRA PARA QUEM TRABALHA NELA "

CARTA DECIDIDA EM ASSEMBLÉIA EM 15 DE MAIO DE 1981.

VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

Figura 2 – Reprodução da "CARTA DOS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA"

Na última frase do parágrafo "Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho", notamos a presença do que Martins (1996, p. 43) denomina como noção do

direito do regime sesmarial, que existia antes da Lei de Terras, quando a ocupação da terra com trabalho precede o reconhecimento de direito. Os camponeses mostram que querem entrar na terra e pagá-la com seu trabalho, ou seja, o trabalho precede a posse e domínio da terra.

O Encontro de Goiânia, que ocorreu nos dias 23 a 26 de setembro de 1982, lançou as bases para o nascimento do MST como movimento nacional de luta pela terra. O evento reuniu trinta trabalhadores rurais e dois agentes de pastorais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão, Goiás, Mato Grossos e Rondônia. O encontro possibilitou o reconhecimento dos trabalhadores rurais - posseiros, assalariados, arrendatários, parceiros e meeiros – que vinham lutando pela terra em seus estados, a identificação dos inimigos, articulação de experiências, perspectiva de articulação das lutas e de organização dos sem-terra. José de Souza Martins, como um dos assessores na elaboração de propostas, formulou ideias sobre o futuro da luta pela terra na formação de movimentos camponeses, o que influenciou na constituição de um movimento nacional (FERNANDES, 2000, p. 76). Ao final do Encontro de Goiânia, constituíram uma Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e divulgaram uma carta conclamando os trabalhadores a lutarem pela terra. A carta se inicia dirigindo-se "AOS COMPANHEIROS SEM-TERRA DO BRASIL". Os trabalhadores rurais explicam que o encontro teve como objetivo: "a) avaliar as lutas e caminhada de nossos movimentos; b) colocar em comum todos os pontos positivos e negativos; c) avaliar como estamos resistindo, que resultados conseguimos e d) encontrar meios de continuar e reforçar nossas lutas. No final do quarto parágrafo, afirmam: "Não esquecemos, ainda, que as lutas e o próprio movimento nos ajudam a tomar consciência da realidade e a descobrir quem são nossos inimigos". Essa frase representa a consciência política dos trabalhadores rurais, a consciência de que a classe se forma e se reconhece na luta contra a classe que os oprime, expropria e explora. No início do sexto parágrafo fazem a seguinte afirmação: "Nós trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e latifundiários". Duas constatação importantes: a luta é dos trabalhadores, o que engloba a cidade, e os inimigos são as empresas e os latifundiários, ou seja, os capitalistas. Finalizam dizendo: "Ao encerrar, queremos em poucas palavras agradecer a todos que estão assumindo a causa do trabalhador. Um abraço a todos" (ibidem, p. 77). As palavras mostram o compromisso com a classe trabalhadora e o reconhecimento ao apoio dos aliados. Naquele momento, principalmente pela

conjuntura política de luta pela redemocratização do país, é flagrante a perspectiva de unidade da luta da classe trabalhadora. A Carta de Goiânia saiu na última página da edição de novembro de 1982. Alexandre Barbosa (2013, p. 102) atesta que essa edição especial do Boletim Sem Terra pode ser considerada a primeira publicação nacional dos agricultores sem-terra, porque não se restringiu às notícias do acampamento de Ronda Alta e apresentou textos referentes à luta e diversos estados. A carta traz o selo "Sem Terras do Brasil" (no plural). Na classificação desenvolvida por Joana Cunha (2013, p. 96), essa edição faz parte da segunda fase do Boletim Sem Terra, que apresenta novo formato, já diagramado, não mais mimeografado, e "em formato mais jornalístico". A segunda fase vai de abril de 1982 a fevereiro de 1983. O Boletim Sem Terra nº 29, de fevereiro de 1983, inaugura a terceira fase, que vai até a edição de abril de 1984, com a cobertura do Encontro Nacional dos Sem Terra e o anúncio de que o boletim se transformaria no Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. Nessa fase não aparece mais a faixa que identificava "Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra" (ibidem, p. 102).

A edição nº 35 do Boletim Sem Terra[87], de abril de 1984, que cobre o Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Cascavel no Paraná de 20 a 22 de janeiro de 1984, a certidão de nascimento do MST, traz na capa, como destaque, a "Campanha pelas Diretas". O título da capa é "Diretas e Reforma Agrária já! A luta continua!" O editorial com o título "Brasil traído" repercute a derrota popular na votação do Congresso Nacional para aprovação da emenda Dante de Oliveira, que garantiria as eleições diretas-já para a presidência da República. O enfoque explicita a preocupação do nascente Movimento com as questões políticas do país, a percepção de que a reforma agrária faz parte da luta política nacional, do conjunto da classe trabalhadora, do processo de redemocratização do país.

Na página 10, com destaque para o Encontro, está o título "Propostas mostram o avanço do Movimento. CONQUISTAR A TERRA E UMA NOVA SOCIEDADE". A matéria abre informando que o Encontro reuniu representantes de 12 Estados, totalizando 92 pessoas, entre agricultores, agentes de pastoral, sindicalistas e assessores. Destacam a presença das entidades CUT, CIMI, CPT, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e a Pastoral Operária. A palavra de ordem do momento era "A Terra para quem nela trabalha". Informam que o Encontro serviu para a troca de experiência entre os Sem Terra,

[87] Ver figura 3.

avaliar o grau de organização, unificar procedimentos e definir a linha política a seguir em todos os lugares, "fortalecendo o Movimento e ganhando o reconhecimento da sociedade" (BOLETIM SEM TERRA, nº 35, abril de 1984, p. 10). Denota-se a importância do encontro para a construção da identidade e unidade política entre os Sem Terra, a partir das experiências comuns e a visão de totalidade, ao mencionaram no mesmo patamar o fortalecimento do Movimento e o reconhecimento da sociedade. Entre os objetivos gerais definidos estão:

- Lutar pela reforma agrária;
- Lutar por uma sociedade justa e fraterna;
- Integrar à categoria dos Sem Terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários;
- Terra para quem nela trabalha e precisa para viver.

No Relatório interno do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apresentado por Bernardo Mançano Fernandes (2000, p. 83), ao final do segundo item acrescenta-se "e acabar com o capitalismo". Esses são os três objetivos que movem a luta do MST nesses 30 anos: lutar pela terra, por reforma agrária e por mudanças sociais que levem à construção do socialismo. Interpretamos a não inserção desta bandeira de luta no Boletim Sem Terra por esta não ser ainda uma perspectiva adotada e esclarecida pelo conjunto dos Trabalhadores Sem Terra: a luta contra o capitalismo e a favor do socialismo. Na verdade, até hoje é uma perspectiva que se constrói com a formação e mediação políticas. O objetivo imediato é a terra. Como demonstramos anteriormente, o objetivo de integrar à categoria dos Sem Terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, mostra a preocupação do Movimento em fortalecer a unidade política em torno da identidade Sem Terra. Entre os objetivos específicos, destacamos: "sensibilizar a opinião pública para os direitos dos sem terra e articular a luta do campo com a da cidade" (BOLETIM SEM TERRA, nº 35, abril de 1984, p. 11).

SEM TERRA

Porto Alegre, abril de 1984 Ano III Nº 35

Pontal do Paranapanema

A Campanha pela volta imediata das eleições presidenciais diretas mobilizou, em pouco mais de três meses, quase cinco milhões de brasileiros. De Curitiba, onde foi lançada oficialmente a 12 de janeiro, ao comício de Vitória, dia 18 de abril, foram centenas de manifestações populares exigindo um direito que foi roubado do povo brasileiro há 20 anos.

E a campanha não ficou só nos grandes centros. Até mesmo o longínquo acampamento dos lavradores sem terra de Pontal do Paranapanema fez sentir o seu apelo. Trabalhadores do campo, lado a lado com os trabalhadores das cidades exigindo eleições diretas e reforma agrária já.

Foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história deste país. Mesmo assim, este grito dos brasileiros, sufocado durante anos, não foi ouvido pelo Congresso Nacional e a emenda que restabelecia as eleições diretas foi rejeitada porque mais de 100 deputados do PDS não compareceram à votação. Mas o povo deixou o seu desejo expresso nas ruas e não vai aceitar um final qualquer para a sua história. O povo quer participar e o seu sentimento se faz sentir cada vez mais forte. A luta continua.

Veja também a pág. 2

São Paulo, 16 de abril

Porto Alegre, 13 de abril

DIRETAS E REFORMA AGRÁRIA JÁ!

A luta continua!

Figura 3 – Reprodução da capa da edição 35 do Boletim Sem Terra

O objetivo de articular a luta do campo com a da cidade representa a consciência política de que os trabalhadores do campo e da cidade estão na mesma luta, compõem a mesma força hegemônica. Também é histórica a fala do líder Antoninho Campigoto, de

Ronda Alta-RS, na seção Debates, em que expõe críticas tão atuais que poderiam ter sido escritas em 2015, por qualquer liderança do MST. Antoninho critica: o controle de preços por dois ou três grandes grupos capitalistas, a fiscalização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que só garante "os interesses do sistema", a **monocultura que tira as possiblidades de cultivo dos pequenos agricultores** e, destacamos, "**o uso de tecnologia que destrói o solo, através dos defensivos agrícolas**" (BOLETIM SEM TERRA, nº 35, abril de 1984, p. 14). As duas últimas críticas são centrais no discurso atual do MST, o que mostra que houve realmente a intensificação desse processo e o fortalecimento dos mesmos principais atores: o capital nacional e internacional. A crítica aos agrotóxicos como símbolo da agricultura desenvolvida pelo capital, da destruição da terra e da natureza, existe desde 1984, mesmo não sendo uma bandeira de destaque no período.

A quarta fase do JST, quando passa a ser denominado como Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, começa a circular em julho de 1984 e vai até a edição de março/maio de 1985, quando a Secretaria do MST muda para São Paulo, onde permanece (CUNHA, 2013). Essa fase cobre o I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, especificamente na edição especial 42, em fevereiro de 1985, a primeira em que o JST deixa de ser referido como da Regional do Sul e passa a ser uma publicação mensal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (ibidem, p. 115). A capa da edição número 41, referente aos meses dezembro de 1984 e janeiro de 1985, traz reprodução do cartaz do I Congresso Nacional na capa[88]. A imagem é parecida com o que será posteriormente o símbolo do MST, que aparece na bandeira e outros materiais. Há os elementos sempre presentes na mística do MST: a mulher e homem, o facão como instrumento do trabalho, e frutos do trabalho. O ser humano, o trabalho, a cultura camponesa com a família, e o alimento fruto do trabalho e da natureza, essenciais para a vida. Nesta edição, aparece pela primeira vez conceito caro ao MST desde a segunda metade da década de 1990: o Projeto Popular. A referência é o Caderno de Estudos número 10 da CPT, de julho de 1984, com o título "Projeto Popular de Reforma Agrária", que mostra as diferenças entre a Reforma Agrária do governo militar e o Projeto Popular de Reforma Agrária, encampado pela CPT e trabalhadores rurais. "Entre um e outro, existe uma distância maior do que a distância entre a terra e a lua" (BOLETIM SEM TERRA, nº 41, dezembro de 1984 – janeiro de 1985, p. 13). Há entrevista com o então presidente do PT e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Lula. A apresentação da entrevista diz que ele era conhecido pelos íntimos como "Baiano". Há

[88] Ver figura 4.

destaque para a fala de Lula, quando afirma que a “Luta pela Reforma Agrária interessa a toda a sociedade”. Algo que o MST ainda tem o desafio de mostrar para a sociedade.

O I Congresso Nacional do MST foi realizado entre os dias 29 e 31de janeiro, em Curitiba-PR. Participaram cerca de 1.500 lavradores de 23 Estados. A cobertura do Congresso foi realizada na edição 42 do JST, de fevereiro de 1985, que destaca na capa a palavra de ordem “Sem Terra não há democracia”. A página três tráz a repercussão do Congresso na imprensa brasileira, com destaque para a mídia impressa. A repercussão se concentrou no sul do país, mas atingiu os principais jornais do país, como os de São Paulo: Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. A matéria principal do Congresso, na página 4, apresenta o título “O Maior Congresso pela Terra”. Há destaque para a Reforma Agrária, a participação da América Latina, das mulheres e a fala do “companheiro” Otalívio Vieira, o Formiga, que relembrou a palavra de ordem das Ligas Camponesas: “Reforma Agrária na lei ou na marra”. E o grito mais ouvido foi “o povo unido jamais será vencido”. Algo pouco repercutido, mas que reflete o alcance democrático do MST e da luta pela terra, foi a presença de entidades do Movimento de Consciência Negra, além de entidades reconhecidamente aliadas como CUT, CPT, CIMI, Juventude Católica Operária e representantes da OAB (JORNAL SEM TERRA, no 42, fevereiro de 1985, p. 4).

A matéria “Arte com cheiro de terra” mostra a presença da cultura popular tradicional, com shows musicais, poesia, trovas, fotos, pinturas, lançamento de livros e exposição de filmes. A cultura popular é usufruída e produzida como momento de lazer, descontração e intercâmbio cultural entre os Sem Terra de 23 Estados. Há destaque para a exibição do filme “Cabra marcado para morrer”, que contou com a presença da principal personagem do filme, Elizabeth Teixeira, viúva do líder camponês, João Pedro, morto em dois de dezembro de 1962, na Paraíba (JORNAL SEM TERRA, n° 42, fevereiro de 1985, p. 18).

JORNAL DOS TRABALHADORES

SEM TERRA

Porto Alegre | Dezembro de 1984 • Janeiro de 1985 | Ano III — Nº 41

ASSENTAMENTOS

Como sobreviver às dificuldades

Central

ENTREVISTA

Lula fala de Reforma Agrária

Páginas 14 e 15

1º CONGRESSO NACIONAL

29, 30 e 31 JANEIRO

CURITIBA-PR

Até quando a Violência?

Página 11

1984 foi um ano marcado por muita injustiça no campo. 1985 vai ser diferente. Os trabalhadores estão compreendendo que só a organização pode lhes garantir dias melhores. Como mostram os lavradores sem terra brasileiros. Eles começam o ano com um Congresso Nacional.
E nós, do Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA, desejamos a todos muita organização, vitórias e um ano realmente melhor.

1985 VAI SER DIFERENTE

Figura 4 – Reprodução da capa da edição 41 do JST

No 1º Congresso Nacional, foram propostos e aprovados os objetivos gerais de luta do MST , apresentado com pequenas modificações no Boletim da Educação nº 2 (MST, 1993).

1. Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha;
2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados;

3. Ser um movimento de massas autônomo dentro do Movimento Sindical, para conquistar a reforma agrária;
4. Organizar os trabalhadores rurais na base;
5. Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no Partido Político;
6. Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

Todos os itens mostram a consciência política do MST, mas destacamos três pontos centrais para a construção da hegemonia da classe trabalhadora: os itens 2, 6 e 7. O item 2 defende a construção do socialismo. O item 6 destaca a importância da formação de lideranças e da construção de uma direção política. E o item 7 aponta o objetivo de articulação com os trabalhadores da cidade e da América Latina, evidenciando o caráter de classe e internacionalista da luta. Com mudanças históricas subsequentes, a articulação política que prevalece se desenvolve entre os movimentos campesinos da América Latina, sobretudo, a partir do segundo milênio, inclusive em espaços de formação do MST como a ENFF.

O período entre o I e o II Congresso Nacional do MST, de 1985 a 1990, é identificado como o momento histórico de territorialização e consolidação do MST, após o período de gestação e nascimento, 1979-1985 (FERNANDES, 2000). No período entre 1985 e 1990, o MST se territorializa em 18 Estados, por meio das ocupações de terra, e torna-se presente na luta pela terra em todas as grandes regiões do país. É o período em que o MST define a forma da sua luta, quando conquista autonomia com relação à Igreja e afirma a disposição para a luta política. Surge na luta, no início desse quinquênio, dilema nevrálgico que orienta a formação da identidade Sem Terra para os próximos períodos: ser um movimento de luta pela terra ou um movimento de assentados? A decisão frente ao dilema, considerada fato histórico para o MST, ocorre em 1986, no Encontro Nacional dos Assentados, realizado também em Cascavel, no Paraná. Ali reconhecem que uma cisão poderia enfraquecer ambos os lados da luta, portanto decidem se manter como movimento de massa que luta pela terra, mas que também organiza a produção e vida dos assentados (CALDART, 2004, p. 134). Para Caldart (ibidem, p. 130) esse é um marco para o que a autora e militante considera como o início do segundo momento histórico do MST: o da constituição social do Movimento como organização social dentro do movimento de massa. Para a autora, o primeiro momento histórico é o que vai da gênese do MST até 1986, que ela considera o período de articulação nacional da luta pela

terra (ibidem, p. 117). O período que vai de meados dos anos 1980 ao início dos 1990 constitui também o que Marques (2006, p. 84) considera a primeira fase da relação do MST com o Estado, quando a reforma agrária soma-se a outras lutas do período e é defendida como passo importante para democratização da sociedade brasileira. O plano de reforma agrária do governo Sarney é alvo de muitas críticas e reajustes, tendo limitado alcance político desde o início. Com o intuito de combater violentamente a luta dos trabalhadores rurais, os grandes proprietários de terra criam, em junho de 1985, a União Democrática Ruralista (UDR). A UDR conquista importante vitória na constituição de 1988, na política fundiária, com a introdução da noção de "propriedade produtiva" isenta de desapropriação. Mesmo com todos os avanços na constituição de 1988, que ficou conhecida historicamente como Constituição Cidadã, a questão agrária foi a que menos avançou conforme os interesses dos trabalhadores. O avanço das forças populares neste campo se restringiu ao "preceito constitucional sobre função social da terra e a extensão da seguridade social ao meio rural". (MARQUES, 2006, p. 185). O MST desenvolve alianças com a CONTAG e a CUT-Rural na luta pela reforma agrária, porém também rivaliza com essas entidades pela liderança da luta e se torna interlocutor de destaque entre os sem-terra e o Estado (ibidem, p. 186).

Entre 1985-1990, o MST desenvolve a base de sua estrutura organizativa, as instâncias e setores que se organizam com a luta e para a luta, o que faz Fernandes (2000, p. 171) definir a forma de organização do MST como "*forma em movimento*". Com os Cadernos de Formação, iniciados em 1984, foram elencados temas centrais referentes aos desafios do MST: "a organização do Movimento, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a reforma agrária na Constituinte, a relação Igreja-Movimento, teoria da organização, sindicalismo, a participação da mulher, ocupação e conquista de terra etc." (ibidem, p. 175). O JST passou a ser ainda mais estratégico para a informação e formação da militância acerca desses temas centrais. Outra necessidade que surge na luta e erige tema essencial ao MST é a educação. Em julho de 1987, é realizado o Primeiro Seminário Nacional de Educação, em São Mateus-ES. O Setor de Frente de Massas é o responsável pelas primeiras atividades ao conquistarem as famílias ao MST, é a "porta de entrada do movimento. Espaço/tempo de luta e transformação, é o quando e o onde se iniciam as trajetórias de participação na luta e na construção do MST" (ibidem, p. 174).

A estrutura organizativa do MST, gestada no processo de luta, na práxis, é composta da seguinte forma: Coordenação Nacional, composta por dois membros de cada Estado, um

homem e uma mulher; Direção Nacional, composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional; Coordenações Estaduais, compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais; Direções Estaduais, compostas por um número variável de membros indicados pelas coordenações estaduais; Coordenações Regionais, compostas por membros eleitos nos encontros dos assentados; Coordenações de Assentamentos e Acampamentos, compostas por membros eleitos pelos assentados e acampados do Movimento; Grupos de Base, formados por famílias, jovens ou grupos de trabalhos específicos: educação, formação, comunicação etc. Representam o Estado de São Paulo na Direção Nacional Gilmar Mauro, de Campinas, e Marisa, do Pontal do Paranapanema. A Direção Nacional, que muda de dois em dois anos, é sempre formada por um homem e uma mulher, para buscar mudar a histórica opressão de gênero na sociedade e que ocorre ainda com maior intensidade no campo. O Congresso Nacional do MST, sexto e último foi em 2014, é o principal espaço de poder e instância organizativa e deliberativa do Movimento, quando se definem as linhas políticas para o período e um lema/palavra de ordem é definido como síntese do que foi deliberado. No último Congresso, a linha definida foi "Lutar, construir Reforma Agrária Popular". Para implementação das linhas políticas e atividades do MST, há Coordenações, Coletivos, Brigadas e Setores que abrangem as seguintes áreas: Frente de Massa, Setor de Formação, Produção, Saúde, Gênero, Comunicação, Educação, Juventude, Finanças, Direitos Humanos, Relações Internacionais e Cultura. O Coletivo de Juventude é o mais novo do MST e atua desde 2006. Organizam programas de formação, Seminários Nacionais, cursos de agitação e propaganda, com o Coletivo de Cultura e o Setor de Comunicação. Os setores de Comunicação e Cultura costumam atuar com o Coletivo de Juventude como Coletivo de Comunicação, Cultura em Juventude, principalmente nos Estados e assentamentos. Os Coletivos possuem maior flexibilidade para organização de tarefas e atividades, podendo participar militantes oriundos de diferentes setores.

Em 1990, quando ocorre o II Congresso Nacional do MST, nos dias 8 a 10 de maio, em Brasília, o Movimento está vivendo o seu processo de institucionalização. A palavra de ordem definida foi: "Ocupar, resistir, produzir", que mostra a intenção do Movimento em manter as ocupações como estratégia central da luta de massas, resistir à repressão dos grandes proprietários, à leniência do Estado e produzir para garantir a reprodução social das famílias camponesas. O Governo Collor (1990-1992), caracterizado pela repressão ao MST e a um tempo de dificuldades, representa a transição para a segunda fase da relação do MST com o Estado, que se inicia no primeiro mandato de FHC (1995-1998) (MARQUES, 2006, p.

186). Fernandes (2000, p. 200) afirma que os dois anos e meio do governo Collor foram os mais difíceis do MST, com a escalada de repressão ao Movimento e a consequente diminuição das ocupações. A edição 91 do JST[89], de janeiro/fevereiro de 1990, traz na capa reprodução de cartaz do II Congresso do MST e anuncia "MST rumo ao II Congresso Nacional". Neste cartaz, já há o símbolo da bandeira, que foi escolhido no 3º Encontro Nacional, em 1987. A data inicialmente marcada era 3, 4 e 5 de abril, mas depois foi alterada para 8, 9 e 10 de maio. Em editorial desta edição, o MST deixa claro que as ocupações são centrais para a massificação do Movimento e que somente com ações massivas conseguirão vencer a UDR, a polícia e as leis contrárias aos interesses do Movimento. Ressaltam também a importância de avançar na produção, qualificá-la o que, segundo o MST, representa também uma forma de resistência na terra.

O segundo subtítulo do editorial, depois de "Ocupar, resistir e produzir", que explica os fundamentos da palavra de ordem, traz o título "Aliança operário-camponesa". O MST declara que **o maior desafio na luta dos trabalhadores é a aliança campo-cidade**. E ressalta ser necessário sair do discurso e avançar com ações concretas, lutas conjuntas e organizadas. Nesse momento histórico, o início dos anos 1990, a perspectiva da necessária aliança de classe entre campo e cidade se apresenta de maneira direta e taxativa, prenunciando as lutas da segunda metade da década de 1990.

O MST tem cada vez mais claro que a luta pela reforma agrária, a luta pela hegemonia dos trabalhadores, precisa da aliança de classe operário-camponesa, principalmente com o aumento da repressão. Adiante, o MST afirma que:

> A articulação das lutas dos trabalhadores rurais e urbanos é necessária para a classe trabalhadora fazer frente ao processo de espoliação ao qual estão submetidos todos os trabalhadores. A partir do nosso congresso será necessário juntarmos forças com os trabalhadores da cidade para que possamos enfrentar a situação econômica e darmos um passo a mais para o fortalecimento da luta pela reforma agrária (JST, nº 91, janeiro/fevereiro de 1990).

[89] Ver figura 5.

Figura 5 – Reprodução da capa da edição 91 do JST

Em 1979, Kowarick cunhou a expressão espoliação urbana, relacionando-a com "superexploração do trabalho" e "capitalismo periférico" reatualizando o problema da pobreza e da segregação urbana no contexto das contradições urbanas do capitalismo moderno (TELLES, 2004, p. 39). A edição 92 do JST, em março de 1990, declara a disposição para o confronto com o governo Collor. A capa vem com o seguinte título: "Plano Collor: Demagogia e arrocho. O governo Collor não tem programa para a reforma agrária. À pretexto de recuperar a economia, edita um plano que provocará desemprego e recessão. Distanciado da sociedade organizada, adora uma postura autoritária. Esta situação acirrará o

enfrentamento de classe" (JST, nº 92, março de 1990). O JST seguinte, de número 93, é edição histórica do II Congresso Nacional, que foi o primeiro em Brasília, no Ginásio Nilson Nelson, onde depois se realizaram todos os demais. Estiveram presentes cinco mil delegados dos 19 Estados em que o MST estava organizado em 1990. Os Sem Terra apresentaram uma pauta de reivindicações ao governo e ao Congresso Nacional. O MST afirma que, ao final do Congresso, "os trabalhadores tiveram mais uma vez a certeza de que a Reforma Agrária somente acontece se for obra dos próprios trabalhadores" (JST, nº 93, abril/maio de 1990). Discursaram representantes da CUT, CPT, CNBB, OAB, ABRA, CIMI e UNE. Os principais aliados desde o I Congresso Nacional permanecem. Compareceram ainda 394 convidados de 41 entidades brasileiras e 23 entidades internacionais de 10 países da América Latina e um da África, de Angola. O MST destaca a solidariedade à luta dos trabalhadores rurais sem terra. Como já mencionamos, em 1992 ocorre a Campanha "500 anos de resistência indígena, negra e popular", fundamental para a articulação dos movimentos socioterritoriais latino-americanos, para o surgimento da CLOC e da Via Campesina. Na próxima seção, destacaremos o período que se inicia em 1995, quando se intensificam as articulações políticas entre o MST e a cidade.

2.4.2 MST e a cidade: comunicação e socialização política de 1995 a 1999

Como foi exposto, no início da década de 1990, há o aceno por parte do MST para a necessidade da articulação de classe entre os trabalhadores do campo e da cidade para enfrentarem os inimigos em comum e colocar em marcha as mudanças populares, com destaque para a reforma agrária. O III Congresso Nacional do MST é um marco nessa articulação porque inaugura o período histórico, a segunda metade da década de 1990, de projeção do MST como ator de destaque na política nacional e de maior articulação política entre campo e cidade. A intensificação do diálogo entre o MST e a cidade, movimentos sociais e trabalhadores urbanos está ligada a três processos históricos que ocorrem durante a década de 1990 e que se interligam dialeticamente. O crescimento do neoliberalismo como tendência econômica e política mundial, que se intensifica no Brasil e na América Latina neste período, acentuando o antagonismo entre capital e trabalho; contudo, a doutrina política que acentua a expropriação e exploração da classe trabalhadora, acaba por fomentar alianças de classe e articulações políticas. A crise dos partidos políticos de esquerda como principais mediadores entre as demandas das classes populares e os projetos políticos, e como principais responsáveis pela construção da unidade entre teoria e prática política na organização da luta

socialista. E, por fim, o crescimento do MST como referência de movimento social de esquerda no Brasil e na América Latina, que começa a aglutinar em sua órbita movimentos sociais e trabalhadores também do espaço urbano, que passam a enxergar no MST uma referência de organização e formação política para fortalecer e encaminhar a luta socialista. Como mostramos nos tópicos anteriores, princípios históricos da formação do MST como movimento popular, a perspectiva de que a luta pela terra faz parte da luta de classes, a crescente visão estratégica sobre as articulações com a cidade fortalecem essa aproximação. Outros importantes marcos de sociabilidade e ação comunicativa com a classe trabalhadora na segunda metade da década de 1990 ocorrem em 1996, quando é lançado o *Manifesto ao Povo Brasileiro*; em 1997, ano em que acontece a *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*; também em 1997, se dá a criação da Consulta Popular, movimento político que passa a protagonizar junto ao MST os debates e processos de formação política para a construção de um Projeto Popular para o Brasil. Entre fatos já mencionados, foram retumbantes para a projeção nacional e internacional do MST os massacres de Corumbiara, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, em 1996. Por causa do massacre de Eldorado dos Carajás, o dia 17 de abril foi estabelecido como Dia Mundial da Luta Camponesa. Projetou o MST internacionalmente também o Projeto Terra, livro com fotos de Sebastião Salgado, textos de José Saramago, poesias de Chico Buarque, além de CD com letras e músicas também de Chico Buarque. O Projeto Terra fez parte de campanha que foi fundamental para financiar a construção da ENFF.

É flagrante nos materiais de comunicação do MST, Revista Sem Terra, Jornal Sem Terra, documentos armazenados na página do MST na internet, nas falas dos militantes, de que esse período de oito anos do governo FHC foi de grande ofensiva à classe trabalhadora, sendo o MST eleito inimigo número um a ser combatido entre os movimentos sociais. Marques (2006, p. 186) explica que nessa segunda fase de relação entre o MST e o Estado, no primeiro mandato de FHC, há exacerbação da política neoliberal e a criminalização dos movimentos sociais: “o Estado, antes responsável por garantir direitos do cidadão, começa a ser visto como um provedor de serviços para seus clientes. A diminuição das responsabilidades sociais do Estado tem sua contrapartida na diminuição do espaço da política, o que leva à marginalização e criminalização dos movimentos sociais”. A determinação era a perseguição sistemática ao MST aliada à estratégia ideológica de

criminalização da imagem do Movimento via mídia burguesa. Joaquin Pinheiro[90] atesta que o MST teve acesso à lista da Polícia Federal, que denomina como a polícia política do governo, onde as prioridades eram MST, crime organizado, tráfico de armas, contrabando de drogas e depois vinham outras prioridades. Muitos integrantes do MST estavam presos ou com mandados de prisão e praticamente impedidos de fazerem reuniões. A militância do MST acredita que sobreviveu aos ataques porque o Movimento conquistou apoio nacional e um foco na luta que foram fundamentais. O contraponto dessa violência material e simbólica é que esse período foi também de grande agitação, mobilização e busca de diálogos, articulações e lutas conjuntas entre os movimentos sociais, que viram a sobrevivência de suas lutas na organização e busca de unidade política entre a classe trabalhadora do campo e da cidade, principais oponentes do neoliberalismo agressivo do governo nacional, capital nacional e internacional. É controverso o papel desempenhado nesse momento histórico e político pelo sociólogo José de Souza Martins. Reconhecidamente um dos maiores especialistas na questão agrária, com papel importante na formação do MST como movimento nacional, em processo histórico descrito anteriormente, José de Souza Martins passou a criticar o MST, a CPT e a postura combativa dos movimentos sociais do campo. Amigo e ex-aluno do ex-presidente FHC, José de Souza Martins dispôs-se a produzir diversos textos no qual se apoiou em seu conhecimento sociológico para tentar defender cientificamente, historicamente e politicamente o governo que compunha. José de Souza Martins (1999, p. 98) afirmou que aquele não era o momento para se fazer a reforma agrária que, conforme o sociólogo, tem a sua temporalidade que não é o tempo do governo. Entre os argumentos que utiliza, Martins (1999) sustenta que a defesa pela reforma agrária possui origem "fora de lugar", caracterizada por "radicalismo pequeno-burguês", por ser supostamente oriunda de setores de classe média que não possuem conhecimento algum sobre o campo e a reforma agrária. Ora, não possui qualquer fundamento a crítica de José de Souza Martins aos intelectuais e lideranças urbanas e de classe média que se interessam pela Reforma Agrária, mas não possuem vínculo com a agricultura ou a terra. O próprio autor descredencia, desse modo, sua vasta produção dedicada à sociologia rural, já que oriundo do ABC Paulista, especificamente de São Caetano do Sul, terra de história eminentemente operária. Ele próprio trabalhou na fábrica de cerâmica desta cidade. Além disso, a base do MST é camponesa, embora paulatinamente mais diversificada. A crítica demonstra a preocupação política com o

[90] Coletamos informações com Joaquin Pinheiro, coordenador nacional do coletivo de relações internacionais do MST, em seminário promovido pelo Jornal Brasil de fato junto ao Departamento de Jornalismo da PUC-SP, "Jornalismo Popular: movimentos sociais e desafios da comunicação", no dia 26/11/2011.

crescente apoio da classe média ao MST e à Reforma Agrária naquele período. Ao afirmar que não é o momento histórico para se realizar a reforma agrária, Martins (1999, p. 105) tenta eximir o governo FHC, do qual fazia parte, como principal alvo dos protestos da classe trabalhadora e principal instância de resolução deste impasse histórico com relação à reforma agrária, conforme o próprio Martins mencionou. O autor coloca a culpa na conta da esquerda que, conforme defende, não encontrou resolução para o conflito no período histórico em que este poderia ter sido resolvido. Martins se refere às divergências do início dos anos 1960, entre PCB e Ligas Camponesas, e à conquista do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1962, que, conforme o autor, foi uma vitória das esquerdas que cindiu a luta no campo. De fato, foi importante vitória para o campo da esquerda, representado pelo PCB, que defendia avanços democráticos e a regularização do trabalho no campo, mas daí a colocar a culpa na esquerda pela não resolução da reforma agrária há um abismo. Para finalizar, Martins (ibidem, p. 118) defende a política fundiária e o estado mínimo de FHC. Ao tentar confundir neoliberalismo com suposta abertura das vias institucionais para as demandas e o protagonismo dos movimentos sociais e a sociedade civil, Martins defende o "estado mínimo" como necessário para desoligarquizar o Estado. Como se o estado mínimo psdebista tivesse não como propósito deixar livre o caminho político para as mediações do mercado e sim a abertura para a participação popular.

Durante todo o governo FHC, o MST também não deu trégua à batalha política-ideológica. O crescimento e desenvolvimento dos seus meios de comunicação e quadros políticos durante esse período marcam o crescimento do MST como ator político nacional. Em seu governo, FHC extingue o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), num claro confronto com o MST. Estudos destacam como importante ganho da luta dos sem terra o fato de aprenderem a lutar por seus direitos de cidadãos e não somente pelo direito à terra (MARQUES, 2006, p. 188). O JST foi o principal meio pelo qual o MST informou e formou a sua base sobre as políticas do governo federal e as estratégias de luta do Movimento. Como foi mencionado, a Revista Sem Terra, a partir de 1997, passa a ser o instrumento de comunicação privilegiado no diálogo com a sociedade. Os temas tratados são semelhantes ao JST, a reforma agrária, política, cultura educação, lutas sociais, críticas ao neoliberalismo, entretanto, a linguagem, o aprofundamento das análises e o acabamento gráfico demonstram a preocupação em dialogar com um público externo, urbano, escolarizado e formador de opinião.

O editorial da edição 149 do JST, em julho de 1995, tem o título “O rei FHC e a realidade...”. O editorial inicia constatando o caráter anti-popular do governo FHC, o “escandaloso” apoio da imprensa nacional e a hipocrisia do governo. O MST crítica a política econômica de FHC, o pagamento de juros da dívida externa, a situação da agricultura e dos trabalhadores rurais. O MST afirma, embasado em estudos, que é a pior crise para o trabalhador rural nos últimos 50 anos, mas destaca as manifestações ocorridas e mais de 400 cidades nos meses de junho-julho, quando ocorreram atos do “Grito da Terra”. O editorial é finalizando mostrando os impactos da política econômica de FHC para o trabalhador e mostra confiança na capacidade de organização popular. Os problemas elencados mostram a preocupação do MST em “ganhar” o trabalhador urbano e a classe média: aumento do custo de vida, do desemprego, pequenas empresas quebrando e agricultura inviabilizada.

A edição 50 do JST, agosto de 1995, apresenta o balanço do 3º Congresso Nacional, realizado nos dias 25, 26 e 27 de julho, em Brasília. As edições históricas de cobertura dos Congressos costumam destacar o adjetivo “histórico”. Este Congresso de 1995, de fato, marca a trajetória do MST pela posicionamento político que adota no diálogo com a cidade e o trabalhador urbano. A palavra de ordem já é indicativa do que viria nos próximos anos: “Reforma Agrária: uma luta de todos”. Neste mesmo mês de julho, no dia 15, ocorre o massacre de Corumbiara, que resultou na morte de nove Sem Terra e dois policiais. Este massacre não teve a mesma repercussão, tanto na mídia burguesa como no MST, que o massacre seguinte, de Eldorados dos Carajás. O editorial desta edição inicia reafirmando a luta do MST em construir um “Brasil justo e socialista”. O Movimento elenca cinco objetivos principais que buscaram alcançar com este 3º Congresso do MST. O primeiro é: “levar a reforma agrária para a opinião pública brasileira”. O MST valoriza a repercussão obtida por este Congresso nos meios de comunicação e os espaços abertos na mídia para a reforma agrária ser vista como uma luta de todos. O segundo objetivo é “apresentar nossas reivindicações ao governo federal”. O MST salienta a garantia da prioridade de assentamento às famílias acampadas, até o mês de novembro; assistência social e alimentar aos acampados, normatização do Procera e liberação de recursos aos assentados. O terceiro objetivo é “definir nossas prioridades de ação”. Neste objetivo definem duas prioridades: continuar a luta pela reforma agrária e combater a política neoliberal do governo. O MST reafirma também as mobilizações de massa como necessidade para alterar as correlações de forças e “defender os direitos da classe trabalhadora no campo e na cidade” (JST, nº 150, agosto de 1995). Nesse momento se evidencia a assunção do protagonismo do MST ao encampar a luta da classe

trabalhadora do campo e da cidade contra a política neoliberal do governo. O quarto objetivo é fazer do Congresso um espaço de formação política massiva, o que denota o fortalecimento da política de formação de quadros no Movimento, e o quinto objetivo é fazer do Congresso um espaço de confraternização da militância de todo o Brasil. Nesta edição 150 do JST, nas páginas 10 e 11, seção Documentos, há duas cartas históricas, respectivamente: "CARTA AOS TRABALHADORES DO CAMPO" e "CARTA AO POVO DA CIDADE[91]". A missiva destinada ao espaço do campo tem como destinatário a própria militância do MST, já a missiva destinada ao espaço da cidade, tem como destinatário o "povo da cidade", prioritariamente trabalhadoras e trabalhadores da cidade.

A "CARTA AOS TRABALHADORES DO CAMPO" possui como público principal a militância do MST, principalmente aqueles que não puderam ir a Brasília. O MST se afirma como aqueles que, no país das imensas terras ociosas, "recusam a aceitar as cercas, os moirões". É esse sentido de justiça que move a luta e o sonho pela terra. Destacam no discurso os desafios para derrubarem as outras "cercas": da polícia, das milícias privadas, do judiciário, as cercas das mentiras dos meios de comunicação, do governo e do neoliberalismo. No antepenúltimo parágrafo, destacam a união e a relação da luta dos trabalhadores. "O povo brasileiro quer combater a forma. O povo brasileiro quer distribuição de renda, de terra. O povo brasileiro quer empregos, salários dignos. O Brasil quer que os homens e mulheres da terra reconquistem a terra para produzir o pão que falta na boca de milhões". (JST, no 150, p. 10). A Reforma Agrária se mostra como caminho para saciar a fome do campo e da cidade.

Logo no início da "CARTA AO POVO DA CIDADE", na intenção de construir empatia, o MST recorre à origem no campo que possui grande parte dos trabalhadores urbanos, devido aos mais de 30 milhões de brasileiros que deixaram o campo nos últimos 20 anos rumo às cidades, por serem "expulsos da terra" e terem que ir a busca de trabalho. O MST afirma que esse "drama" se repete com novas famílias expulsas pelo latifúndio. De maneira parecida com a carta para o campo, afirmam-se como os "teimosos" que lutam para permanecer no campo. Como desejos comuns ao povo do campo e da cidade, elencam: casa, comida, trabalho, salário digno, escola, saúde acessível e de boa qualidade. Ou seja, o necessário para uma vida decente. A razão para a situação de pobreza e miséria é creditada à política neoliberal e ao modelo socioeconômico imposto pelo imperialismo e por uma elite "gananciosa de riqueza e poder". O MST destaca que "**Nós achamos que para mudar essa**

[91] Ver figura 6.

situação é necessário iniciar com a reforma agrária" (JST, nº 150, agosto de 1995, p. 11, grifo original). Os argumentos para fazer a reforma agrária são conservadores, embora imbuídos de justiça social, baseados na reforma agrária clássica, o que mostra o interesse do MST em conquistar também, com sua narrativa, a classe média e a burguesia.

> Com a melhor distribuição de terras teremos trabalho, construiremos nossas casas e escolas, nos fixaremos no campo, contribuindo para o desenvolvimento mais justo do nosso país. E com esse desenvolvimento rural, ajudaremos a melhorar as condições de vida também na cidade. Haverá uma maior oferta de alimentos, menos gente buscando empregos, mais famílias do campo consumindo bens produzidos pelas indústrias e um fortalecimento econômico das pequenas cidades do interior. Consequentemente, diminuindo a marginalidade e a violência urbana que hoje tanto preocupam (ibidem).

Os argumentos mostrados pelo MST para se realizar a reforma agrária são o retrato dos benefícios da reforma agrária clássica, o que ainda era viável nesse momento político e econômico: a distribuição de terras para gerar produtividade, renda e consumo no campo no campo e na cidade, fortalecendo o mercado interno e as cidades do interior. É compreensível historicamente e socialmente, porém distante de uma proposta de aliança política entre os trabalhadores na luta pela hegemonia. Adiante o MST apresenta alguns dados do histórico e resultados da luta e afirma que sua força não é suficiente, por isso: "queremos que vocês da cidade nos ajudem e participem de nossa luta. A reforma agrária será uma conquista de todos. Precisa ser UMA LUTA DE TODOS". Em reciprocidade, o MST também se compromete em participar das demais lutas da classe trabalhadora, por salário, emprego, condições dignas de vida e direitos sociais. O MST conclui reafirmando o "grito de solidariedade e união" contra o governo, a política neoliberal e a situação de injustiça social.

A edição 157 do JST, abril de 1996, repercute a primeira grande marcha desse quinquênio, a "Marcha pela Reforma Agrária e pelo Emprego", e apresenta carta ao presidente no editorial. Também destaca-se o 1º Congresso da Central dos Movimentos Populares (CMP), entidade que se torna parceira de luta do MST em diversas ações, marchas e protestos.

CARTA AO POVO DA CIDADE

Companheiros e Companheiras, do 3º Congresso Nacional do MST, em Brasília-DF, resolvemos escrever essa carta a todos voces, trabalhadores e trabalhadoras da cidade, para compartilhar nossas preocupações e nossa vontade de lutar.

A maioria de voces tem raízes no campo. Sabemos que, nos últimos 20 anos, mais de 30 milhões de brasileiros tiveram que deixar o interior e ir para as grandes cidades. Expulsos da terra. Sem perspectivas de trabalho, em busca de emprego e de alguma esperança de vida.

Diariamente esse drama se repete com novas famílias, expulsas pela cerca do latifúndio.

Nós somos os teimosos que insistem em lutar para permanecer no campo. Acreditamos que é possível construir um Brasil melhor. Um país onde o povo tenha casa, comida, trabalho, salário digno, escola e saúde acessível para todos e de boa qualidade. Como vocês, queremos um Brasil alegre e festivo, praticando os valores de democracia, de justiça social e de igualdade.

Repudiamos esse modelo sócio-econômico que nos é imposto pelos países imperialistas e por uma elite gananciosa de riqueza e poder. Como aceitar uma política que está levando milhares de crianças às ruas, sucateando nossas escolas e hospitais, promovendo arrocho salarial e desemprego e entregando nossas riquezas aos grandes grupos econômicos?

Ao contrário do que diz a propaganda do governo, a pobreza em nosso país está crescendo com a essa política neoliberal.

Basta olhar para as ruas e para a situação da agricultura e constatar essa verdade.

Débora Lerrer

Trabalhadores ocupam a frente do parlamento brasileiro no encerramento do 3º Congresso

Nós achamos que para mudar essa situação é necessário iniciar com a reforma agrária!

Nenhum país do mundo se desenvolveu sem antes fazer a reforma agrária. Em nosso país, os governos sempre representaram os interesses dos grupos econômicos e multinacionais, e a reforma agrária nunca foi feita. Para essa elite não há necessidade de se promover mudanças no Brasil. Ela já é dona das terras, da riqueza e do poder.

Os grandes proprietários rurais representam menos de 1%, mas possuem 46% de todas as terras do país. Somente os bancos e empresas multinacionais detém mais de 30 milhões de hectares. Esta área é do tamanho do estado de São Paulo e suficiente para assentar 2 milhões de famílias. E por que essas empresas possuem tanta terra, se não dependem da agricultura?

Uma família de trabalhadores rurais necessita apenas de 15 ou 20 hectares para sobreviver na agricultura. Por isso, basta que o governo desaproprie os latifúndios maiores de mil hectares para que haja terra para todos os brasileiros. E com essa medida, teríamos mais 75 milhões de novos hectares para produção de alimentos. Hoje, por causa da concentração das terras em mãos de latifundiários, apenas 45 milhões de hectares são destinados à produção de alimentos e há 4,8 milhões de famílias de sem terra querendo trabalhar.

Com a melhor distribuição das terras teremos trabalho, construiremos nossas casas e escolas, nos fixaremos no campo, contribuindo para o desenvolvimento mais justo do nosso país.

E com esse desenvolvimento rural, ajudaremos a melhorar as condições de vida também na cidade. Haverá uma maior oferta de alimentos, menos gente buscando empregos, mais famílias do campo consumindo bens produzidos pelas indústrias e um fortalecimento econômico das pequenas cidades do interior. Consequentemente, diminuiria a marginalidade e a violência urbana que hoje tanto preocupam.

Douglas Mansur

Participação de Luís Edwiges, das Ligas Camponesas, Vicentinho da CUT e Luís Guedes da ABRA no 3º Congresso

Companheiros e companheiras, nós acreditamos no sonho de um Brasil melhor!

Por isso, continuaremos ocupando latifúndios, secretarias de agricultura, Incra, fazendo passeatas e manifestações públicas para denunciar essa situação. Em dez anos de luta, conseguimos assentar 130 mil famílias. Elas agora vivem bem, estão produzindo e ajudando a combater a fome de muito mais gente.

Mas nossa força não é suficiente. Queremos que vocês da cidade nos ajudem e participem de nossa luta. A reforma agrária será uma conquista de todos. Precisa ser UMA LUTA DE TODOS.

Da mesma forma, reafirmamos o compromisso de participar nas lutas de vocês. Queremos participar ativamente nas lutas por salário, mais emprego, por condições dignas de vida e pelos direitos sociais para toda a classe trabalhadora. Contem conosco!

Do nosso 3º Congreso Nacional lançamos esse grito de solidariedade, de união. Unidos, trabalhadores do campo e da cidade, enfrentaremos esse governo, sua política neoliberal e essa situação de injustiça social existente no Brasil. Juntos, teremos força suficiente para construirmos o Brasil dos nossos sonhos. O Brasil que orgulhosamente poderemos deixar aos nossos filhos.

Reforma Agrária: uma luta de todos!
3º Congresso Nacional do MST
Brasília-DF,
24 a 27 de julho de 1995.

Douglas Mansur

Delegados agitando a plenária do 3º Congresso

Figura 6 – Reprodução da CARTA AO POVO DA CIDADE – 3º Congresso Nacional do MST, 1995

No editorial, o MST cobra da presidência o cumprimento dos compromissos afirmados com o Movimento em audiências com a coordenação do MST, com entidades, parlamentares e Fórum Nacional pela Reforma Agrária. O foco são os assentamentos de famílias para conter a grave situação de tensão social no campo. O Movimento parecia prever o massacre que viria a seguir. O MST aborda a massiva marcha realizada e do apoio da cidade. Afirma que continuarão na luta, organizando os trabalhadores, realizando marchas e ocupações. É perceptível como o MST se coloca como porta voz da classe trabalhadora na interlocução com o Estado, não apenas dos trabalhadores rurais. O MST destaca o apoio dos paulistas à "Marcha pela Reforma Agrária e pelo Emprego" e a ampliação das articulações entre os trabalhadores do campo e da cidade.

No dia 17 de abril de 1996 ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, uma carnificina contra os camponeses Sem Terra. A história de Eldorado dos Carajás remete à longa e histórica lista de camponeses, indígenas e trabalhadores mortos na luta pela terra. Especificamente em Eldorado dos Carajás, tudo começa com um acampamento à beira da rodovia PA-275, em Curionópolis, Pará. Havia mais de 2 mil famílias no acampamento, cujo objetivo era ocupar a Fazenda Macaxeira, de 42.448 hectares. Depois de cinco meses de acampamento, as famílias ocuparam a fazenda. Representantes dos fazendeiros reuniram-se com o governador Almir Gabriel e o secretário de Segurança do Estado, aos quais entregaram lista com 19 nomes. O governo prometeu enviar alimentos e assentar os acampados. Como os alimentos não chegavam, em duas semanas os acampados, em assembleia, decidiram caminhar 800 quilômetros até Belém e pressionar. No dia 16 de abril, após uma semana de caminhada, a fome fez com que parassem próximos a Eldorado dos Carajás, onde bloquearam o trânsito para pressionar e cobrar o alimento prometido pelas autoridades. Major Oliveira garantiu aos Sem Terra que os alimentos chegariam no dia seguinte e que seriam levados ao Incra de Marabá. Desbloquearam o trânsito e montaram acampamento. Reuniram-se na capital, o governador, o superintendente estadual do Incra e o presidente do Instituto de Terras do Pará (Interpa) e decidiram que, de qualquer maneira, os Sem Terra teriam que ser removidos.

Às 11 horas do dia 17 de abril, chegou um oficial no acampamento afirmando que o governo havia rompido o acordo, então os Sem Terra voltaram a bloquear a rodovia. Quando ouviram o ruído dos veículos, iludiram-se e pensaram que o governo tinha mandado o ônibus que prometera. Eram 155 policiais que cercavam os Sem Terra de ambos os lados da rodovia

jogando bombas de gás lacrimogênio. Os trabalhadores reagiram com pedras e paus. Na confusão, Amâncio Rodrigues da Silva, o "Surdinho", levou um tiro no pé e ao cair foi executado com um tiro na cabeça. Os Sem Terra revoltados revidavam como podiam. Os policiais executaram 12 trabalhadores com tiros precisos na cabeça e no tórax. Sete foram mortos com perfurações, após já estarem sob o domínio dos policiais. O massacre deixou 19 mortos, 69 feridos e, ao menos, sete desaparecidos. Os laudos comprovaram que 13 dos Sem Terra foram executados após serem rendidos (MORISSAWA, 2001, p. 156).

O massacre fez com que a solidariedade ao MST alcançasse o mundo. O mês de abril passou a ser marcado pela jornada de lutas do MST, sendo chamado de "abril vermelho", quando intensificam as ocupações, marchas e lutas. O massacre e os nomes dos trabalhadores mortos costumam ser lembrados nas místicas realizadas no dia 17 de abril e em outros atos. Estivemos presente no ato do dia 17 de abril de 2012, na Praça da Sé em São Paulo. Apesar de haver poucas pessoas presentes, cerca de 100 militantes e simpatizantes no máximo, o que evidencia o propalado momento de descenso da luta de massas, a tônica do discurso das lideranças foi a necessidade da unidade política e ideológica entre a classe trabalhadora. Havia militantes do MST, do Levante Popular da Juventude, CPT, Marcha Mundial de Mulheres, Assembleia Popular, Consulta Popular, Conlutas, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (Intersindical), União de Núcleos de Educação Popular para Negroas/as e Classe Trabalhadora (Uneafro), Quilombo Raça e Classe e representante do Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP). Uma mística foi organizada pelos integrantes do Levante Popular da Juventude: cruzes brancas cobertas de sangue cenográfico foram expostas em frente ao prédio do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e os nomes dos 19 trabalhadores Sem Terra foram chamados em alto e bom som, a que todos respondiam de peito aberto "presente". Policiais militares observavam a todos, buscando intimidar com o olhar e a mão encostada no revólver colado à cintura, como lhes é peculiar. A tensa troca de olhares entre a força repressiva do estado e a militância dos movimentos sociais, que bradava por justiça e criticava a repressão sofrida, é daqueles momentos que sintetizam e simbolizam a violência cotidiana, histórica, concreta e simbólica vivida pela classe trabalhadora combativa. Ironicamente e dramaticamente, quem comumente bate e mata é a própria classe trabalhadora que atua, sobrevive e é explorada socialmente vestindo a farda do estado burguês. O fato de estarmos em frente ao prédio do Tribunal de Justiça também é de grande valor simbólico, afinal, é essa a justiça que demorou 16 anos para julgar os principais responsáveis pela morte

dos 19 Sem Terra em Eldorado dos Carajás, Coronel Mario Colares Pantoja e Major José Maria Pereira Oliveira, entre inúmeros outros exemplos que poderíamos mencionar; e que é célere para defender os interesses e os direitos das classes dominantes. Somente no dia 28 de março de 2012, após mais uma tentativa da defesa para protelar ainda mais o cumprimento da sentença condenatória, foi decidido que os condenados deveriam iniciar o cumprimento das penas no Pará[92]. A mística também foi vivenciada em frente ao Teatro Municipal e em 17 estados do país, em solidariedade ao MST e à memória dos 19 trabalhadores Sem Terra mortos em Eldorado dos Carajás.

Diversos militantes utilizaram o microfone ligado ao carro de som para discursar. A maioria fez críticas à justiça no Brasil, exaltou a luta pela reforma agrária e destacou a necessidade de união entre a classe trabalhadora. Representante do SINTUSP fez menção aos exemplos e referências de luta do MST no campo e o MTST na cidade. Pudemos observar diversos elementos de comunicação, como camisetas e cartazes, com dizeres e palavras de ordem críticos. Destacamos os seguintes: "Lutar não é crime! Pelo fim da criminalização dos Movimentos Sociais"; "Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres. Florestan Fernandes"; "Sem feminismo, não há socialismo. Setor de Gênero do MST". Representante da Uneafro enfatizou que o inimigo comum de todos é o capital e que a povo preto está morrendo todos os dias na periferia pelas mãos da polícia. Padre Inácio, da CPT, disse: "queremos fazer frente ao tribunal que já fez um estrago no país". Uma fala sintomática foi de um militante que disse: "o ato parece pequeno, mas não é. Representa milhões de pessoas que não podem estar aqui". Célio Romoaldo, que no momento era coordenador de cultura no Estado de São Paulo, mencionou que estavam aguardando a chegada de militantes que vinham em marcha de Brasília, mas que não chegaram a tempo para o ato. Pudemos constatar o fato mencionado por diversos militantes entrevistados: o foco na formação política e o descenso da luta de massa. O ato estava esvaziado, porém com forte consciência e articulação política entre os representantes dos movimentos sociais e organizações participantes.

A edição do JST 158, maio de 1996, traz como principal tema a justiça no campo e o massacre de Eldorado os Carajás. Nesta edição, consta outro importante documento histórico que marca a relação, comunicação e socialização política do MST com a cidade: "Carta aos brasileiros", com um selo escrito "Chega de MASSACRES. Eldorado dos Carajás, 17 de abril

[92] Mais informações sobre o histórico do caso em: <http://www.mst.org.br/node/13161>. Acesso em: 30/11/2014.

de 1996". A imagem ao lado dos dizeres possui um casal Sem Terra abraçado em meio ao mapa do Brasil e, abaixo do mapa, a imagem estilizada de uma gota de sangue caindo do país.

A "Carta aos brasileiros[93]" inicia apresentando quadro sinistro das cidades brasileiras sob a visão dos trabalhadores, com os ricos cercados nos seus condomínios, os pobres disputando empregos precários e os trabalhadores oriundos do campo sendo despejados dos seus postos de trabalhos e encostados nos viadutos e marquises dos edifícios. Pedro Tierra, pseudônimo de Hamilton Pereira, poeta e político que militou na Ação Libertadora Nacional (ALN), Sindicatos Rurais, CPT, PT, poeta e militante do MST, é o autor da carta. Ele afirma que "as cidades perderam o aspecto de comunidades humanas". Destacamos dois trechos desta carta que exprimem a relação dialética entre a luta do campo e da cidade e a projeção do MST como sujeito político nacional, que sintetiza as lutas dos trabalhadores por justiça e equidade social.

> Nos últimos dez anos, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra fez dessa bandeira de alguns a bandeira de centenas, de milhares, de milhões. A bandeira da Reforma Agrária deixou de ser uma bandeira dos Sem Terra. Passou a ser a bandeira de todos os brasileiros que se recusam a aceitar que seres humanos se obriguem a comer nos latões de lixo das grandes cidades. (...) O vermelho dessa bandeira, porém não é apenas sinal do sangue dos que deram a vida pela liberdade da terra, como o lugar onde se produz o pão. É sinal de alegria e esperança de trabalhadores que conhecem o sofrimento profundo e exatamente por isso sabem medir o significado das pequenas vitórias. As pequenas vitórias ao longo dos últimos dez anos se converteram numa grande vitória: a bandeira da Reforma Agrária é hoje empunhada por milhões de trabalhadores de uma sociedade que finalmente compreendeu que sem ela não venceremos a miséria das cidades e a exclusão social (JST, nº 158, maio de 1996).

Dois meses após o Massacre de Eldorado dos Carajás, tem início a novela "O Rei do Gado", do autor Benedito Ruy Barbosa, simpático à causa do MST. A novela foi sucesso nacional, com ainda maior intensidade no interior do país, e ajudou a colocar o MST e o tema da reforma agrária e da luta pela terra em evidência. A novela foi exibida entre 1996 e 1997. Atualmente está sendo reexibida pela Rede Globo com média de audiência de 16,8 pontos. Cada ponto equivale a 67 mil domicílios na Grande São Paulo. A média é superior a outras

[93] Ver figura 7.

novelas exibidas pela primeira vez, como “Boogie Oogie”, que possui média de 16,5 pontos[94]. A novela “Rei do Gado” também foi tema de pautas do JST e foi considerada benéfica por trazer à tona a luta do MST.

Em setembro de 1996, na semana da Pátria, o MST lança o Manifesto ao Povo Brasileiro, confirmando algumas ideias que delineiam esse momento de esforços para diálogos mais profundos com a sociedade. Foi divulgado um cartaz, que tinha o seguinte início: “Somos sem terra. Somos trabalhadores e sonhamos com um Brasil melhor para todos. Mas na sociedade brasileira atual é negado ao povo o direito de vida digna”.

Ainda em 1996, em dezembro, tem início uma campanha de intensa mobilização dos sem-terra do MST contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, marca do modelo neoliberal perpetrado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, com avassalador processo de privatizações e desnacionalizações. Na análise de Caldart, a mobilização promovida pelo MST causou espanto em setores tanto da direita como da esquerda do cenário político nacional. Na direita, o espanto foi por considerarem uma afronta os Sem Terra se envolverem dessa forma nessa questão. Na esquerda, por dois aspectos. Primeiro pelo fato de os Sem Terra mostrarem que não queriam apenas terra, mas o direito de cidadania plena. E também porque “outros segmentos que poderiam estar à frente dessa luta não estavam, pelo menos não com a força necessária para mobilizar o povo brasileiro contra essa ação, e o significado que teria para o futuro do país”. (CALDART, 2004, p. 147).

[94] Folha de São Paulo. Ilustrada. 01/02/2015.

Índice

- Os fatos - pág. 2
- A impunidade - pág. 3
- O que fazer - págs. 4 e 5

Chega de MASSACRES

Eldorado do Carajás, 17 de abril de 1996

Carta aos brasileiros

Depois de anos e anos de crise, as cidades perderam o aspecto de comunidades humanas. Estão se desintegrando. Cada vez mais gente bate à porta, mas já não há porta. E quem pôs o pé dentro das cidades e nelas disputa o tempo de suas vidas, vai se dando conta de que os ricos se cercam nos seus condomínios protegidos por cercas eletrificadas e guardas armados. E de lá vigiam seus bens. E dentro delas criam seus filhos: os filhos do medo. Aqui fora os pobres disputam um emprego mal pago, ou se convertem em camelôs, tentando vender nas calçadas a quinquilharia que poucos podem comprar. E milhares de pessoas que vieram do campo ou foram despejadas dos seus postos de trabalho na indústria ou no comércio só encontraram lugar sob os viadutos ou sob as marquises dos edifícios.

Os governos se sucedem, espalmam a mão em compromissos que não cumprem. E a crise que golpeia a maioria da população brasileira se aprofunda. Mas, não se enganem. Os governos têm sido fiéis aos compromissos que assumiram com os seus sustentadores: os latifundiários não têm do que reclamar, nunca na história do Brasil tanta terra esteve nas mãos de tão pouca gente. Os banqueiros não têm do reclamar, nunca se despejou tanto dinheiro público para socorrer banqueiros privados. E não há setores mais parasitários na economia. A mão espalmada como sinal dos compromissos sociais foi apenas um aceno aos eleitores no curto período da campanha. O governo Fernando Henrique tem sido, desde o dia da posse, o governo dos ricos.

Nos últimos vinte anos, os trabalhadores rurais empunharam a bandeira da Reforma Agrária que estava escondida entre seus guardados e esperanças no fundo do baú ou do peito, desde o massacre das Ligas Camponesas. Hoje essa bandeira é sinal. Ilumina de vermelho o negro e as cinzas dos acampamentos. É sinal de sítio ou de terra ocupada. Terra libertada para produzir. Nos últimos dez anos de lutas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra fez dessa bandeira de alguns a bandeira de centenas, de milhares, de milhões. A bandeira da Reforma Agrária deixou de ser uma bandeira dos Sem Terra. Passou a ser a bandeira de todos os brasileiros que se recusam a aceitar que seres humanos se obriguem a comer nos latões de lixo das grandes cidades.

Essa bandeira é sinal de partilha. Sinal de produção. De crianças alimentadas. Sinal do aprendizado essencial da liberdade. Nega a submissão, luta pela cidadania. Cidadão é o homem e a mulher que recusa o viaduto, que recusa se dissolver entre os detritos e perder sua humanidade. Ainda que para isso tenham que enfrentar as balas dos latifundiários e da polícia, como em Eldorado do Carajás. O vermelho dessa bandeira, porém não é apenas sinal do sangue dos que deram a vida pela liberdade da terra, como o lugar onde se produz o pão. É sinal de alegria e esperança de trabalhadores que conhecem o sofrimento profundamente e exatamente por isso sabem medir o significado da pequenas vitórias. As pequenas vitórias ao longo dos últimos dez anos se converteram numa grande vitória: a bandeira da Reforma Agrária é hoje empunhada por milhões de trabalhadores de uma sociedade que finalmente compreendeu que sem ela não venceremos a miséria das cidades e a exclusão social. Que sem ela não construiremos uma sociedade moderna e democrática.

—Pedro Tierra

REFORMA AGRÁRIA JÁ

Figura 7 – Reprodução da "Carta aos brasileiros" – JST, nº 158, maio de 1996

Em 1997, ocorre o grande marco de mobilizações do MST, que o constitui como movimento de massas em comunicação e socialização política com outros setores da sociedade para lutar por transformações sociais que beneficiem a classe trabalhadora do campo e da cidade: a "Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça". A marcha saiu de três diferentes Estados, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, em 17 de fevereiro, e chegou a Brasília em 17 de abril, em homenagem aos 19 trabalhadores Sem Terra

massacrados em Eldorado dos Carajás. Cerca de 1.300 Sem Terra caminharam mil quilômetros representando os sem-terra de todos os acampamentos e assentamentos do país e conseguiram a proeza de reunir cerca de 100 mil pessoas na capital federal. Um símbolo de solidariedade ao MST, de união de diferentes setores da classe trabalhadora, de importantes segmentos da sociedade contra o modelo neoliberal do governo nacional em curso. A edição 166 do JST, fevereiro de 1997, sinaliza o início da Marcha, que começou no dia 17 de fevereiro daquele ano. O Manifesto da Marcha exprime o caráter popular da manifestação. Destacamos o seguinte trecho: "Desta vez vamos à Brasília, mais de mil quilômetros caminhando, e conclamando a você: operário, estudante, dona de casa, professor, desempregado, sem casa, aposentado, a lutar pela construção de um novo Brasil" (JST, nº 166, fevereiro de 1997, p. 11). O MST planejou verdadeira Campanha para a chegada do Movimento a Brasília. Todos chegando juntos ao Planalto Central em três grande colunas vindas de pontos diferentes do país. Ao chegarem a Brasília, planejaram o lançamento do CD do Chico Buarque e das fotos de Sebastião Salgado, do Projeto Terra, simultaneamente em todos os Estados do país.

A edição 167 do JST, março de 1997, repercute a Marcha trazendo na capa os destaques: "17 DE ABRIL: DIA INTERNACIONAL DE LUTA CAMPONESA" e "Marcha Nacional conquista o Brasil". Essa edição traz algumas explicações sobre o objetivo da marcha que a torna ato comunicativo-político-pedagógico. A metodologia da marcha envolve romper o isolamento político dos movimentos populares provocado pelo governo FHC e promover o diálogo com a população por todas as cidades em que o MST vai marchando. O foco principal da marcha é esse processo de comunicação e socialização política que se realiza durante a travessia, erigindo elos populares e espaço/tempo político. O objetivo principal da marcha é "abrir canais de comunicação com a sociedade". Essa proposta de fazer uma "consulta" à população amadurece para um debate mais amplo sobre a situação do país, as razões estruturais da situação de precariedade da classe trabalhadora no campo e na cidade, bem como a busca de alternativas para o desenvolvimento. Intensificam-se, em 1997, a discussão de um Projeto Popular para o Brasil e, com um conjunto de debates e iniciativas, é criada a Consulta Popular. A Consulta nasceu inicialmente como um fórum que contou com a participação de diversos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores urbanos, a CNBB e CMP. Depois se transformou em movimento e partido político, com diversos dirigentes do MST em sua composição. A Consulta Popular não concorre a eleições, mas trabalha com análises conjunturais e a formação política de dirigentes em nível nacional. Após a eleição de

Lula para a presidência em 2002, a Consulta quase acaba com a divisão que se dá na esquerda brasileira, mas retoma em meados do milênio. Entre 2005 e 2008, desenvolve-se o processo para se constituir como instrumento partidário. Muitos jovens que formaram o Levante Popular são oriundos do trabalho da Consulta. De 1997 até o início do novo milênio, o JST concentrou diversos debates sobre o Projeto Popular para o Brasil. A ideia central do Projeto Popular é esgotar as possibilidades políticas institucionais de desenvolvimento social a partir das demandas populares. Não é um projeto apenas do MST, apesar dele ter se tornado seu principal autor pela conjuntura política do final dos anos 1990, quando o Movimento percebeu que a luta pela Reforma Agrária deveria fazer parte de um Projeto Popular para o Brasil, em aliança com outras forças e movimentos populares. Igor Felippe[95] explica que a origem do Projeto Popular está no Projeto Democrático Popular, resolução lançada pelo PT entre 1987 e 1988.

> O Projeto Popular herdeiro do chamado Projeto Democrático Popular. O Projeto Democrático Popular foi uma resolução lançada pelo PT entre 1987 e 1988, que apresentava uma estratégica política para a classe trabalhadora. Era fazer a luta social organizando as comunidades, as fábricas, os camponeses e os estudantes. Então era um processo que a perspectiva era que andasse de forma paralela. Que a esquerda fosse ocupando os espaços dentro do Estado por meio de conquistas eleitorais. Seja prefeitura, parlamento, governos estaduais e presidência da república. E também que contribuísse para avançar o processo de organização social. Apenas com organização social e luta social seria possível levar ao limite do que era possível dentro da institucionalidade.

Como os dirigentes explicam, com a crise das esquerdas iniciada em 2003, dividindo os grupos em governistas, críticas ao governo pela esquerda e o grupo que se pretende mais neutro nessa peleja, capitaneados pelo MST, os movimentos e forças populares entram em outra conjuntura de articulação política. O MST, que era um dos principais atores do Projeto Popular, entra em um momento voltado para a organicidade do Movimento, para o fortalecimento da produção e da educação, o que deixa as instâncias de formação e projetos mais amplos arrefecidos.

Entre as articulações campo-cidade operadas pelo MST na segunda metade da década de 1990, é bastante relevante a criação do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – em Campinas, no ano de 1997. Grupos da Igreja Católica e da Consulta Popular foram importantes parceiros nesse objetivo de articular o campo e a cidade para o desenvolvimento de propostas conjuntas de organização popular. O MTST surge com a grande Marcha

[95] A entrevista nos foi concedida na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, dia 29/07/2014.

Nacional para Brasília, no ano de 1997, que proporcionou ao MST o conhecimento da realidade em grandes centros urbanos e a aproximação com movimentos sociais que atuam nesses espaços. O MTST trouxe à tona o debate acerca das propriedades ociosas no ambiente urbano através de suas grandes ocupações em áreas públicas. Entre suas ações, ganhou forte repercussão a formação do Acampamento Anita Garibaldi, em 2001, na periferia de Guarulhos, que reuniu cerca de 3000 famílias numa área de 100 hectares (GOLDFARB, 2007, p. 17). Posteriormente, com a aproximação do MTST com a Conlutas, há cisão com o MST. Recentemente, com maior autonomia do MTST, há reaproximação do diálogo entre os movimentos, contudo, sem profundas articulações políticas.

No segundo semestre de 1998, o MST realiza a Marcha pelo Brasil em conjunto com organizações do campo e da cidade: movimentos populares, sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos e igrejas. Organizaram-se em 72 colunas com cerca de 200 pessoas em cada uma e fizeram uma grande caminhada passando pelas cidades e discutindo com o povo a sua situação, a do país e refletindo sobre alternativas para superação dos problemas. A Marcha pelo Brasil se juntou ao Grito dos Excluídos, "uma manifestação popular promovida pela Igreja junto com organizações e movimentos sociais, e que, nos últimos anos, vem transformando o 7 de setembro em um dia nacional de protestos...". (CALDART, 2004, p. 147). Em 1999, os Sem Terra entram novamente em marcha coordenando a mobilização popular em parceria com a CMP, movimentos de mulheres do campo, do Movimento de Pequenos Agricultores, alguns sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores – CUT – e Pastorais Sociais da CNBB. Na *Marcha Popular pelo Brasil*, aproximadamente mil pessoas, entre pequenos agricultores, mulheres trabalhadoras do campo, sindicalistas, estudantes, índios, trabalhadores do campo e da cidade, percorreram cerca de 1580 quilômetros passando por cidades e pelos campos, conversando com as pessoas, buscando entender os problemas e encontrar alternativas para o desenvolvimento nacional. Chegaram a Brasília em sete de outubro de 1999.

2.4.3 MST e a cidade: comunicação e socialização política de 2000 a 2014

A partir dos debates, diálogos e articulações com outros movimentos sociais, fortalecidos ao final da década de 1990, o MST ajuda a construir o Fórum Social Mundial[96],

[96] O FSM é um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.

cuja primeiro encontro mundial ocorre em 2001, na cidade de Porto Alegre-RS. O Fórum era necessário para o MST, desde o início, por ser um espaço importante ao permitir a reunião de organizações de todo o mundo que estavam nas suas lutas e em seus países fazendo o enfrentamento ao modelo neoliberal. Mas o fórum é um espaço bastante amplo de articulações e deliberações de movimentos diversos, sendo assim, dentro do Fórum Social Mundial, o MST passou a articular, a partir de um processo de identificação política junto a outros movimentos sociais da cidade e do campo, a chamada Assembléia dos Movimentos Sociais. Neste espaço de debates puderam articular ações e lutas conjuntas com outros movimentos, além dos camponeses também de outros setores da cidade. No dia 15 de fevereiro de 2003, organizaram um dia mundial de luta contra a invasão dos EUA ao Iraque, mobilizando pessoas e movimentos de todos os continentes. Reuniram cerca de 50.000 pessoas na Paulista.

O período entre o 4º e o 5º Congresso Nacional, entre 2000 e 2007, marca o momento das principais mudanças pelas quais passa o MST na história recente. Podemos entender que no 4º Congresso, que outorgou a palavra de ordem "Por um Brasil Sem Latifúndio", houve o último fôlego para a Reforma Agrária Clássica. Dali em diante, passam a se constituir as bases da Reforma Agrária Popular. O tema dos transgênicos entra em evidência e se fortalece nesse momento a construção de um Projeto Popular para o Brasil. A terceira linha política reafirmada representa essas temáticas (JST, nº 203, agosto de 2000).

> Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais. Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de: trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro. Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios, etc. Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo. Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles, e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade.

O tema da sustentabilidade também se intensifica. O tema da agroecologia já aparece em matérias sobre a produção nos assentamentos desde 1994, mas, na atualidade, a sustentabilidade proporciona novos contornos à luta camponesa. A quarta linha política fortalece a temática. "Desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a

---

Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. (fonte: www.forumsocialmundial.org.br).

produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social". A linha política sete salienta as alianças políticas com a classe trabalhadora da cidade na perspectiva do Projeto Popular. "Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular". O item nove segue o mesmo tema e destaca o Projeto Popular: "Participar ativamente nas diferentes iniciativas que representem a construção de um projeto popular para o Brasil". E reafirma a percepção de que a luta pela reforma agrária precisa ser feita no campo e na cidade no 11º item. "Continuar conscientizando a população do campo e da cidade sobre a importância da Reforma Agrária". Em 2002, há processo de intensa mobilização popular com a construção da unidade política entre a classe trabalhadora do campo e da cidade em torno do "Plebiscito contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca)". A campanha para a votação ocorreu entre 1º e 7º de setembro de 2002, quando 10 milhões de brasileiros reprovaram a entrada do Brasil na Alca, pressionando o governo brasileiro a não entrar, como interessava às aspirações imperialistas dos norte-americanos. Foram feitas cartilhas de formação e a campanha mobilizou os trabalhadores. O MST constatou que o maior ganho do Plebiscito foi o processo de conscientização e formação acerca do tema. A articulação com a CLOC e a Via Campesina se fortalece no início do milênio.

A edição 251 do JST , maio de 2005, mostra a última grande marcha realizada pelo MST, quando 12 mil pessoas chegaram a Brasília. O Coletivo de Juventude do MST começou a se formar nessa marcha, com a grande participação da juventude, do Setor de Cultura e da Brigada Audiovisual nos processos. O 5º Congresso do MST foi realizado em Brasília, de 11 a 15 de junho, em 2007. A palavra de ordem adotada foi "Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Alimentar", temática construída pelo MST com a evolução da identidade camponesa na América Latina junto aos movimentos da Via Campesina. A bandeira da soberania alimentar caracterizou o crescimento político da Via Campesina. Inicialmente, na Conferência Mundial sobre Alimentação, em Roma, 1996, soberania alimentar foi definida pela Via Campesina como o direito de cada nação desenvolver sua capacidade de produzir alimentos, com respeito à diversidade cultural e natural de cada território. Posteriormente, o conceito se ampliou e se fortaleceu politicamente, passando a indicar que os povos têm o direito de definir sua política agrícola (VIEIRA, s/d). A principal diferença entre o 5º e o 6º Congresso, realizado no início de 2014, é que em 2007, o principal sentido era resolver o problema da fome e o acesso à terra, enquanto em 2014 se propõe uma plataforma política e econômica ao Brasil. Artigo "As contradições do "moderno" agronegócio", de João Pedro

Stédile, escrito para a edição 278 do JST, novembro e dezembro de 2007, evidencia as análises do MST sobre as mudanças da luta no campo, com o crescimento hegemônico do agronegócio. Neste artigo, João Pedro avalia que, com as mudanças econômicas dos últimos anos, não há mais espaço para a reforma agrária clássica. O inimigo se tornou mais forte e mais complexo, sendo composto por empresas transnacionais, fazendeiros capitalistas e instituições que dão sustentação jurídica e ideológica, o Estado, o poder judiciário e os meios de comunicação, o que torna a luta mais politizada. Essa é a base de debates que erige a proposta de Reforma Agrária Popular. Miguel Stédile[97] explica o fundamento da Reforma Agrária Popular:

> Não cabe a reforma agrária clássica. Então o que sobrou do MST? Acabou o MST? Esse foi um debate que fizemos nos últimos sete anos. Então, qual é o patamar, qual a dimensão que a luta exige agora? A reforma agrária popular. Porque ela é popular? Porque ela não será mais feita. Veja, na medida que a burguesia tolera a reforma agrária, vai ter setores da classe média , da pequena burguesia, que vão apoiar a reforma agrária. Na medida em que não há mais esse apoio, então do ponto de vista de classe, ela só interessa aos trabalhadores. Por isso ela é popular. Ela não será feita com o apoio, com a concordância e tolerância da burguesia. É popular, é dos trabalhadores. Mas ela é popular também porque ela não poderá ser feita unicamente pelos camponeses. Nós somos minoria na sociedade brasileira. Ela tem que ter necessariamente o apoio dos trabalhadores urbanos. Por isso também que ela é popular. E porque o trabalhador urbano e o trabalhador rural serão os maiores beneficiados. Isso que caracteriza a reforma popular. Ela interessa exclusivamente à classe trabalhadora. E ela é diametralmente oposta ao projeto do agronegócio. Portanto, qual é a tarefa da militância da base social no próximo período? É lutar para construir a reforma popular. Daí é que vem essa concepção. É o foco.

Durante os sete anos que dividem o 5º e o 6º Congresso Nacional, quando é definida a palavra de ordem "Lutar, construir Reforma Agrária Popular", o MST passa por intensos debates até chegar à plataforma política da "Reforma Agrária Popular". É um momento de impasse histórico ao MST. Como já discutimos anteriormente, o caminho escolhido para sensibilizar a população e a classe trabalhadora é a alimentação. A proposta sustentável do MST se traduz na produção de alimentos saudáveis, com matriz agroecológica, para a população brasileira. Em contraposição ao agronegócio, cuja matriz tecnológica, política e econômica privilegia a produção em larga escala para a produção de commodities agrícolas. O impasse está no desgastado tema da sustentabilidade, intensamente apropriado pelo mercado, e nos esforços comunicativos, políticos e ideológicos do MST. Ao mesmo tempo

[97] O dirigente nos concedeu entrevista no dia 17/01/2014, na ENFF.

em que afirma no Programa Agrário (MST, 2014 a, p. 14) a necessidade de construir alianças entre os camponeses e a classe trabalhadora e que "a construção da Reforma Agrária Popular só pode ser conquistada pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade", o MST está com as forças voltadas para seu interior, para a organicidade do Movimento, fortalecimento da produção e da educação. À medida em que a espacialização do Movimento torna-se mais cerceada pela expansão do agronegócio e a hegemonia do bloco de poder no campo, a alternativa encontrada é mostrar que o projeto popular do MST funciona na prática, fortalecendo a produção. Contudo, como salientamos, a comunicação da matriz produtiva agroecológica e popular se perde com a mediação do mercado. O MST reconhece que a produção sustentável do Movimento não terá a mesma repercussão pública e midiática que tiveram com as grandes lutas e marchas. Mas, desde meados dos anos 2000, o MST insiste que sua maior contribuição para a sociedade é a produção de alimentos saudáveis, como mostra o editorial de comemoração dos 25 anos do Movimento (JST, nº 289, janeiro/fevereiro de 2009). Depois de apresentar alguns números que engrandecem a luta do MST, como as 370 mil famílias assentadas, as 2 mil escolas públicas em assentamentos e acampamentos, os mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades, o Movimento faz a seguinte afirmação:

> Mas, talvez, a nossa principal contribuição para a sociedade brasileira esteja em cumprir nosso compromisso em produzir alimentos para o povo brasileiro. Fruto da organização de mais de 400 associações e cooperativas que trabalham de forma coletiva para produzir alimentos sem transgênicos e sem agrotóxicos. E ainda das 96 agroindústrias que melhoram a renda e as condições do trabalho no campo, mas também oferecem alimentos de qualidade e baixo preço na cidade.

Pensamos que a saída para o impasse histórico entre a luta para produzir mais nos assentamentos e a luta para comunicar e articular a aliança com o trabalhador urbano, fundamental para a hegemonia popular, está na educação. Não somente da base do MST, mas a formação política desenvolvida a partir da pedagogia, comunicação e socialização política da classe trabalhadora em espaços estratégicos como a ENFF. No próximo subcapítulo, veremos como o MST organiza as suas matrizes pedagógicas para a luta da/na educação para, no último capítulo, mostrarmos características da luta pedagógica da ENFF.

2.4.4 Hegemonia da/na educação

O objetivo deste subcapítulo é expor a organização pedagógica do MST para a luta hegemônica que se dá no nível da educação. Apresentamos as matrizes pedagógicas do MST, conforme a compreensão do Movimento. As instituições educacionais são os principais agentes de transmissão e incorporação da cultura dominante (WILLIAMS, 2005, p. 217). E, como vimos com Gramsci, é principalmente a formação de novos intelectuais que pode mudar o panorama ideológico de uma época. Indubitavelmente, este é o nível hegemônico primordial tanto para a reprodução da cultura dominante como para a construção da hegemonia popular, para a prática da educação libertadora que possibilite, freireanamente, eticizar o mundo. Paulo Freire é a principal inspiração teórica, intelectual e política para a pedagogia do MST, além de José Marí e Anton Makarenko. O MST também inspirou Paulo Freire como vimos na epígrafe desta tese. Paulo Freire (2000, p. 42) valoriza o papel das organizações e movimentos sociais para a prática da educação libertadora. Além das suas práticas, experiências amorosas, intelectuais e políticas como educador popular, o mestre demonstra teoricamente essa valorização da organização popular como quando afirma que "a leitura crítica do mundo é um que-fazer pedagógico-político indicotomizável do que-fazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade". Toda a elaboração teórica da pedagogia do MST partiu das lutas e práticas pedagógicas do Movimento, dos desafios teóricos e práticos oriundos da luta pela/na terra. O interesse do MST pela educação parte de problemas concretos, pelas condições históricas objetivas de evolução do MST como movimento social. Segundo Erivan[98], da CPP da ENFF, o MST é um movimento que organiza as famílias a lutar pela terra e é principalmente a presença das famílias e crianças nas primeiras ocupações, acampamentos e assentamentos do MST que demarca e provoca no interior do MST a questão da educação.

Um dos aspectos fundamentais, que compõe o MST desde o seu início, é o fato do MST existir e reproduzir a sua existência como movimento social, no cotidiano, nas diferentes instâncias de atuação no movimento, através de princípios educativos, do seu autorreconhecimento como movimento social educativo e pedagógico. A educação é pensada na totalidade da existência do MST. A educação das pessoas ocorre no aspecto formal – ensino básico, fundamental, médio, técnico, graduação e pós-graduação, nas escolas do movimento e em parcerias com outras instituições – e também na produção da existência do

[98] O depoimento de Erivan foi coletado em palestra sobre a pedagogia do MST, ministrada no dia 30/11/2013, na ENFF.

ser social do MST, no conjunto das suas práticas sociais. As ocupações de terra, por exemplo, quando se constitui um acampamento, esse processo tem um aspecto pedagógico, é um ato educativo fundamental para a ideologia, para a constituição da identidade Sem Terra. Outro aspecto central é que, assim como as demais secretarias e coletivos que compõem o movimento, o Setor de Educação do MST faz parte do projeto político de país em proposição pelo movimento que, por sua vez, está inserido em um projeto de sociedade com o qual confronta. Portanto, a educação do MST tem interfaces com questões socioculturais, econômicas, sociais e ambientais.

O setor de educação do MST tem o desafio de pensar formação tanto nos aspectos materiais, econômicos, a relação com a terra, como nos aspectos espirituais, a consciência política, a perspectiva humana e de vida das mais de 600 mil famílias assentadas e cerca de 200 mil famílias acampadas. Considera-se o surgimento do Setor de Educação do MST a experiência de uma equipe de professores que se formou espontaneamente para educar crianças na Fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, nos primórdios do Movimento. O Setor Nacional de Formação do MST foi formalizado em 1987, no 1º Encontro Nacional de Educação, em São Mateus, Espírito Santo (MORISSAWA, 2010, p. 240). A partir de 1990, começam a desenvolver os Cadernos de Formação específicos para a educação. O primeiro Caderno, publicado em 1991, foi "O que queremos com as escolas de assentamentos". Os princípios filosóficos que representam a visão de mundo, o que o MST entende por sociedade e educação são os seguintes:

- Educação para a transformação social;
- Educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo;
- Educação para o trabalho e a cooperação;
- Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
- Educação como processo permanente de formação/transformação humana (MORISSAWA, 2010, p. 246).

Não existe uma matriz pedagógica, existem as matrizes pedagógicas do MST. A matriz pedagógica principal é a *Pedagogia da Luta Social*, que envolve a mobilização, ação e transformação sociais. Esta matriz pedagógica parte da constatação prática de que a luta educa, de que é a partir da ação social da luta, do enfrentamento direto, da ocupação da terra,

das marchas, das caminhadas, dos protestos, que se entende como funciona a sociedade. Judite Stron Zake[99], do setor de Educação do MST, afirma que:

> Então, mais do que pegar sem terra, reunir sem terra... Se faz muito isso nos municípios: vai nas comunidades pobres, reúne os Sem Terra para estudar sobre como funciona a sociedade, estudar o MST, estudar as questões culturais. Mas depois você vai para uma ação, aí cai a ficha. Entende porque a sociedade funciona assim. Entende que ao dar um passo na ação, as conquistas também se afrontam. Então essa é uma matriz pedagógica principal do nosso movimento.

E a reflexão intelectual coletiva que se dá após essa luta concreta proporciona um ganho pedagógico indelével. Esse entendimento é fruto da própria práxis social e política do Movimento, não foi algo criado de fora para dentro. Conforme as palavras de Paulo Freire, "Quanto mais alguém, por meio da ação e da reflexão, se aproxima da "razão", do "logos" da realidade, objetiva e desafiadora, tanto mais, introduzindo-se nela, alcançará o seu desvelamento" (FREIRE, 1977, p. 33).

A segunda matriz é a *Pedagogia da Organização Coletiva*. Essa matriz denota a preocupação do movimento em organizar as pessoas e as lutas que compõem o MST, o entendimento de que a organização é um ato pedagógico. Nesse ínterim, é importante a formação das pessoas para a compreensão de que o MST faz parte de uma luta coletiva, que cada um possui o seu papel, funções e tarefas. Outro aspecto ligado a essa matriz pedagógica é a construção da unidade na ação, da unidade entre teoria e prática política em todos os níveis: no acampamento, no assentamento, na organização regional, municipal, estadual e nacional. Segundo Judite Zake[100]: "É a ação que demonstra o grau de unidade que existe ou não. Não é na reunião. Na reunião podemos chegar num consenso, em um entendimento. Mas é depois, no fazer, na ação, todos darem o primeiro passo juntos".

A questão das reuniões também faz parte da matriz pedagógica de organização do MST. Defendem que é preciso fazer um bom uso desse instrumento, sem banalizá-lo. A reunião é espaço/tempo significativo para trocas e construção de ideias, debates e tomadas de decisão em conjunto. A questão das instâncias de organização do MST, os espaços conjuntos de participação, também é referente a essa matriz pedagógica. E a instância máxima de organização do MST é o Congresso Nacional. O debate para o 6º Congresso Nacional durou

---

[99] A fala de Judite foi coletada na palestra *Matrizes pedagógicas e educativas do MST*, ministrada na ENFF, dia 27/04/2013.

[100] A fala de Judite foi coletada na palestra *Matrizes pedagógicas e educativas do MST*, ministrada na ENFF, dia 27/04/2013.

quatro anos. Nesse processo, fizeram debates internos com autocrítica sobre os rumos do movimento, a relação com outros movimentos sociais, a discussão sobre o que se quer como movimento social.

A mística é outro aspecto que compõe a matriz pedagógica de organização. A mística abrange cantos, poesias, rituais, influências religiosas, indígenas, uma celebração em conjunto dos Sem Terra aos seus símbolos e linguagens que conferem sentido mais subjetivo e humanista às suas lutas. De acordo com Zake[101]: "Essa dimensão da mística nos move nessa caminhada. Envolve todos os aspectos da música, arte, cultura, poesia, dança, os símbolos. Até nossa bandeira. Essa dimensão mais subjetiva, mais humana da cultura, que também tem haver".

A *Pedagogia da Terra* possui lugar estratégico na formação e organização da luta do MST, porque está diretamente ligada ao antagonismo de classe presente na estrutura social de produção e nas relações sociais de produção que têm na terra sua matriz produtiva fundamental, juntamente com as forças produtivas: o trabalho e as técnicas de produção. Trabalho e terra são fontes criadoras de valores de uso, de riqueza material, que satisfazem necessidades humanas de consumo: alimento, moradia etc. Portanto, a Pedagogia da Terra trabalha a conscientização, a formação dos Sem Terra, do ponto de vista político – a luta pela reforma agrária, contra a propriedade privada da terra, os latifúndios –, do ponto de vista econômico – a luta pelo trabalho na terra, contra o agronegócio e sua lógica produtiva, voltada para a monocultura e o intenso uso de agrotóxicos -, do ponto de vista social, cultural e pedagógico. O trabalho possui um papel central na cultura e na pedagogia Sem Terra. Zake desenvolve o seguinte raciocínio:

> Nesse aspecto da pedagogia da terra, entra o aspecto da dimensão do trabalho. As pessoas desempregadas, camponeses, pobres, sem terra, quanto mais a ocupação está no assentamento, recupera-se a dimensão de sua vida. Eu acordo pela manhã e sei o que vou fazer. Durante o dia, à noite, final de semana, sei que vou ter o sustento dessa terra. Então acaba recuperando esse sentido do trabalho. Recupera, também, o sentido da produção. A produção, o alto consumo para não passar mais fome. E quem vai para a ocupação da terra também não tem mais nenhuma perspectiva de vida. Vai porque já está morrendo de fome. Vai em busca de emprego, meio de vida, sobrevivência. Vai para ter trabalho, cuidar da terra e manter a família.

Dentro da matriz da *Pedagogia da Terra* entra o debate sobre a matriz produtiva e a noção de território que devem ser trabalhados. Desenvolvem campanhas contra o uso de

[101] A fala de Judite foi coletada na palestra Matrizes pedagógicas e educativas do MST, ministrada na ENFF, dia 27/04/2013.

agrotóxicos, transgênicos e defendem a diversidade na produção - arroz, feijão, mandioca, batata, alimentos para subsistência - para maior equilíbrio com a terra, a natureza. Procuram formar a consciência para a cooperação na produção, para não haver o isolamento do camponês, e sim a permanência da vida em comunidade. Desenvolvem níveis de cooperação: na troca de dia de serviço de um vizinho pelo outro, troca de sementes, associações, cooperativas etc.

A noção sobre território é fundamental para a *Pedagogia da Terra*. A ocupação, conquista, apropriação, uso e manutenção do território em luta constante contra o capital. O sentido do território envolve pensá-lo e trabalhá-lo no seu conjunto: integração entre natureza, meio ambiente, ser humano, água, nascentes, bosques, animais, pessoas, cultura e modo de vida. É muito importante educar o Sem Terra de que o território conquistado "serve de retaguarda econômica para as ações do MST", como atesta Judite Zake[102], e que é fundamental que esse Sem Terra em posse da terra permaneça participando das ações e das lutas do movimento.

A quarta matriz pedagógica é a *Pedagogia da Cultura*. Nesse aspecto, defendem o modo de vida camponês como central na vida cotidiana. Acreditam que há coisas ruins na cultura camponesa que precisam ser modificadas. Uma questão importante é que esse camponês não está isolado da sociedade capitalista e, portanto, reproduz a cultura, modo de vida e princípios que compõem o capitalismo. Falam em "recriar outra perspectiva de uma nova cultura camponesa", segundo Judite Zake[103]. A *Pedagogia da Cultura* trabalha a identidade de pertencimento a um movimento social organizado e em movimento.

A *Pedagogia da História* educa no sentido de respeitar a memória dos movimentos sociais que antecederam o MST, sobretudo daqueles ligados à luta pela terra, tanto do Brasil como de outros países: povos indígenas, negros, Canudos, Ligas Camponesas etc. E educam para a visão humilde de que outros movimentos virão, que o MST é uma ponte entre o passado e o futuro, com a responsabilidade de conhecer, respeitar e difundir com cuidado essa história.

A *Pedagogia do Movimento* é a sexta matriz pedagógica do MST. Esta matriz educa o sentido do movimento, da dinâmica permanente dos processos que fazem com que o MST

[102] A fala de Judite foi coletada na palestra *Matrizes pedagógicas e educativas do MST*, ministrada na ENFF, dia 27/04/2013.
[103] A fala de Judite foi coletada na palestra *Matrizes pedagógicas e educativas do MST*, ministrada na ENFF, dia 27/04/2013.

esteja sempre em movimento, material e espiritual. Judite Zake cita Rosa Luxemburgo: ‘’Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem’’. E defende que:

> Tem que estudar, movimentar a cabeça, o pensamento, a consciência, movimentar o ponto de vista de entender qual o pensamento está hoje na sociedade, entender o contexto atual, os desafios atuais, o avanço e expansão do agronegócio das empresas. Tem que movimentar essa pedagogia da movimentação. Um ser vivo pulsando, que é o MST, que são as pessoas que estão nesse movimento. Então é Movimento Sem Terra. Preservar essa dimensão de movimento como momento social e de movimento como algo vivo, não estático, não dogmático, não parado. Mas que movimente fisicamente e movimente as ideias também.

A *Pedagogia da Alternância* conclui as matrizes pedagógicas do MST. Todos Sem Terra têm que estudar. Se não estuda, não é sem terra do MST. E o movimento busca conciliar o estudo, a pesquisa, conhecimento e concepções que acontecem em cursos de formação e intercâmbios com outros movimentos sociais em diversos municípios, estados, países, com o retorno desse trabalho para as comunidades de origem desses camponeses estudantes. É comum encontrar lideranças do MST que participaram em brigadas no Haiti, na Bolívia, Nicarágua etc. O camponês deve ter uma tarefa, uma função dentro de sua comunidade, assentamento ou acampamento, para colocar em prática o que aprendeu. Os cursos na ENFF costumam durar 20 dias, depois os camponeses retornam às suas comunidades e voltam para estudar mais na escola. Esse regime da alternância é bastante importante para formar um olhar mais universal na luta do Sem Terra, construído no diálogo com outras culturas e outras realidades, possibilitando identificar a universalidade de classe, a luta de classes e a unidade entre a classe trabalhadora: camponeses e operários.

3. ENFF: FORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

> Graças ao MST estão, portanto, criadas as condições para que a sociedade brasileira possa manifestar-se de maneira íntegra, inclusive afirmando a vontade transformadora dos seus setores radicais. O MST foi um sinal de amadurecimento da sociedade e a condição para que seja realizada a vontade transformadora no sentido da justiça social e da organização econômica pautada por ela. O que estou procurando sugerir é que devido ao MST estamos finalmente maduros para tentar realizar a aspiração de um homem como Florestan Fernandes, isto é, a ação revolucionária que há de transformar o Brasil. Quem diz revolução não diz necessariamente insurreição nem violência armada, mas decisão de alterar pela raiz a estrutura da sociedade, estrutura que no Brasil é das mais injustas da terra. Com estas palavras fecho o meu anel expositivo. Um grande intelectual revolucionário, como foi Florestan Fernandes, deve ser pensado em conexão com os grandes movimentos radicais, como é o MST. A conjunção de ambos neste evento é natural e anima a nossa esperança (Discurso de Antonio Candido[104], na inauguração da ENFF, em 23/01/2005).

Na finalização dessa tese, a ENFF estava completando 10 anos de existência. No dia 24/01/2015, militantes, professores e amigos do MST foram convidados a participar do evento de comemoração. No email de convite para o evento, João Paulo Rodrigues[105] escreveu "Estimados companheiros e companheiras. No dia 24 de janeiro 2015 vamos fazer o nosso encontro de amigos do MST e comemorar os 10 anos da nossa escola Florestan Fernandes e é muito importante a presença de vocês, amigos e companheiros de lutas e sonhos do Povo Sem Terra". As oito visitas que fizemos à ENFF, as entrevistas, a participação e rodas de conversa, rodas de violão, a participação nos cursos foram essenciais para conhecer "de perto e de dentro" o MST, como preconiza a etnografia. Os dias passados por lá proporcionaram a imersão no cotidiano da ENFF que permitiu compreender algumas características das relações ali construídas, que envolvem laços políticos e de afeto. Conheci e conversei com militantes de diversas organizações. A maioria do MST, mas também gente do MAB, do Levante Popular, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimento Moradia Para Todos (MMPT), entre outros. Algo que marcou esse período de convivência e sociabilidade é o caráter coletivo do espaço. Juntamente com "companheirada" o que mais se ouve na ENFF é a palavra organização. Organização do MST, organizações dos trabalhadores, organização dos espaços, das tarefas e, o mais importante, o pertencimento a uma organização. Esse é o elemento central de sociabilidade da ENFF. Todos os que realmente passam pelo tempo escola, ou seja, que ficam uma temporada na ENFF, 20 dias,

[104] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2101200511.htm>. Acesso em: 25/01/2015.
[105] O dirigente nos encaminhou o email de convite no dia 13/01/2015.

um mês, dois meses, a depender do curso, são vinculados a alguma organização. Não que o indivíduo não seja importante, mas o coletivo é preponderante para participar das atividades da Escola, para fazer parte dela. As primeiras palavras no encontro entre sujeitos desconhecidos, depois dos tradicionais “opa” e “tudo bem”, invariavelmente são “de que organização você é?” Ser pesquisador não cria o pertencimento ao pedaço. Sente-se um pouco estranho, deslocado, mas, aos poucos, desenvolve-se a sociabilidade, principalmente pelo característico bom humor e companheirismo que predominam. Contudo, o ambiente não é predominantemente de festa e amizade. Nos cursos, exige-se muita disciplina. O ritmo do cotidiano da Escola é quase militar, sem, contudo, perder a música e o bom humor. Os horários devem ser seguidos à risca: o horário da mística, do estudo, das aulas, do almoço, das aulas novamente, do café e da janta. E o estudo deve ser levado a sério. Os educadores-educandos militantes às vezes precisam lembrar da necessária disciplina. Neste breve capítulo de encerramento da tese, apresentaremos relatos sobre as visitas, sobre o Encontro Nacional do Coletivo de Arte, Cultura e Comunicação e, principalmente, sobre o último dia de curso da etapa I, da V Turma do Curso de Teoria Política para os Movimentos e Organizações Sociais do Brasil, quando passamos um dia inteiro em atividades com a militância presente na ENFF. Inicialmente, vamos expor o histórico de construção da ENFF.

A ENFF é a escola de formação política avançada do MST. Os participantes dos cursos indicados por suas organizações ou núcleos de origem já possuem grau de formação, passaram por formação básica e são potenciais quadros políticos para atuar em suas bases. Ana Justo Pizzeta (2005, p. 40) explica que a formação das lideranças sempre se deu a partir de seus núcleos de origem, da realidade concreta na qual estão inseridas.

O processo de construção da ENFF possui relação direta com a evolução da pedagogia, da formação política e do Setor de Educação do MST. O início da ENFF remete ao final da década de 1980 e início da década de 1990. Na segunda metade da década de 1980, criam-se outros espaços de formação e socialização política, como as escolas sindicais, cursos periódicos de formação política desenvolvidos com o movimento sindical, vinculado à CUT (FERNANDES, 2000, p. 175). A partir de 1988, o Setor de Formação Nacional torna-se o responsável pela formação política ideológica, tendo como objetivo central a formação da consciência organizativa, com o tema Teoria da Organização, sob a metodologia de Laboratórios Organizacionais de Centro e Laboratórios Organizacionais de Campo (PIZZETA, 2005, p. 42). Em 1990, surgiu a primeira oportunidade de constituir-se uma

escola nacional. Foi a partir de uma estrutura da Igreja Católica, na cidade de Caçador-SC, que constituiu-se na primeira escola de formação do MST, denominada CEPATEC - Centro de Formação e Pesquisa Contestado, considerada a primeira Escola Nacional do MST, gérmen da Escola Nacional Florestan Fernandes (ibidem, p. 44). O processo de formação foi dimensionado par atender principalmente às necessidades de qualificação dos setores. Em 1995, surge o Iterra, na cidade de Veranópolis, com foco maior em ensino técnico e profissionalizante, sem descuidar da formação teórica e política que caracteriza a pedagogia do MST. O processo de formação do MST busca formar os indivíduos em diferentes níveis - formação de base, militantes, dirigentes e quadros - para que intervenham na realidade, transformando-a e construindo-se novos sujeitos, individuais e coletivos. Uma das principais preocupações do MST é a formação política e ideológica da base, por meio do estudo, trabalho e da relação com a realidade. O trabalho é elemento central da cultura e da pedagogia Sem Terra. No início da sua trajetória, quando ainda não possuía massa crítica consistente para desenvolver seus processos de formação política e ideológica, o MST desenvolvia atividades formativas em parceria com o movimento sindical, a igreja e entidades do campo popular. No início, as atividades de formação adquiriram um caráter de agitação e propaganda para mobilizar as massas contra a violência ao trabalhador rural e para motivar as bases para as ocupações (ibidem, p. 40).

Com o 3º Congresso Nacional do MST e as mudanças na perspectiva e dialogia da luta, apresenta-se a necessidade histórica de avançar e diversificar as metodologias dos processos de formação, destacando-se o debate com a sociedade sobre a reforma agrária e a solidariedade com outras categorias. Em 1996, tem início o Curso de Formação de Formadores, curso também oferecido na ENFF, que possui o objetivo de capacitar para o trabalho de base nos estados. Em 1999, há o marco para a parceria com universidades, com a realização de cursos de extensão, principalmente sobre realidade brasileira e latino-americana, para a formação de quadros, qualificação da militância, dirigentes e formadores (PIZZETA, 2005, p. 47).

Desde 1996, o MST começou a refletir sobre a necessidade de construção de uma escola nacional geograficamente central. Os militantes mais antigos contam que era muito frio nas Escolas do sul do país, além de ser muito difícil o deslocamento para o pessoal das regiões norte e nordeste. Em 1998, é lançado o Caderno de Formação nº 29, com o título "Campanha de Construção da Escola Nacional do MST". Na apresentação do Caderno, é

explicado que deliberaram no VIII Encontro Nacional, ocorrido em Salvador, a proposta de fazer um desafio ao MST a cada ano. Em 1996, o MST de vários estados compraram suas sedes. Em 1997, compraram a sede da Secretaria Nacional, em São Paulo. E, 1998, deveria marcar a construção da Escola Nacional, que seria o símbolo da luta pelo estudo e escolarização. A ideia da cartilha era "transformar a Campanha em uma grande Escola" (MST, 1998). Houve duas grandes campanhas organizadas pelo MST para a construção da ENFF. A primeira foi interna, com o objetivo de conscientizar e organizar a militância para o trabalho e a arrecadação de recursos. Foram apresentados cinco grandes objetivos para a construção da ENFF, que vamos expor resumidamente: buscar a prática intelectual e científica para a transformação da sociedade; estimular a organização social, política e econômica para superar os desafios internos da reforma agrária; formar lideranças que contribuam para a construção de uma sociedade justa; capacitar tecnicamente os militantes da reforma agrária; e, finalmente, destacamos: "**proporcionar o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras organizações de trabalhadores, rurais e urbanos**" (MST, 1998, p. 15). Esse objetivo, apresentado na cartilha como o quarto, expressa o objetivo de que a Escola seja o espaço de formação, comunicação e socialização política entre a classe trabalhadora do campo e da cidade. A ideia de intercâmbio é muito cara às estratégias de articulação política do MST com outras instâncias de organização da classe trabalhadora: é conceito de troca momentânea do lugar político de origem do militante, para encher a bagagem política, e retornar à sua origem para repercutir, multiplicar e intercambiar a massa crítica. A única preocupação com esse processo, de acordo com os objetivos, problemas e hipóteses desta tese, é se esse vínculo adquirido com intercâmbio pode se tornar um elo duradouro que crie a liga para a hegemonia popular.

A outra grande Campanha para a ENFF foi externa, com a exposição do "Projeto Terra", com as fotografias de Salgado, o CD produzido por Chico Buarque e o Livro Terra, com contribuição do escritor português José Saramago, que se tornaram o maior símbolo da "Campanha de Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes". O "Projeto Terra" foi o principal elemento comunicativo da campanha nacional e internacional, que projetou mundialmente o MST e trouxe recursos de outras organizações e organismos internacionais para a construção da Escola. A maior parte dos recursos veio da solidariedade de Sebastião Salgado, que doou as imagens ao MST. A definição e compra do terreno se deu em julho de 1998 e as obras se iniciaram em 22/03/2000, com a chegada da 1ª Brigada, vinda do Estado do Mato Grosso do Sul. O ato de inauguração foi em 23/01/2005, após cinco anos de muito

aprendizado coletivo, cultural e político. A Escola foi construída de forma voluntária seguindo a pedagogia do MST, com alternância, estudo, mística e luta.

A escola está erguida sobre um terreno de 120 mil m2, com instalações de alvenaria de tijolos fabricados pelos próprios trabalhadores. O projeto arquitetônico, oferecido voluntariamente, teve como princípio causar o menor dano ao meio ambiente.Ao todo, são três salas de aula, que comportam juntas até 200 pessoas, um auditório, dois anfiteatros, uma biblioteca com 40 mil livros (obtidos por meio de doação), com espaço de leitura e ilha de edição. Além disso, a escola conta com quatro blocos de alojamento, refeitórios, lavanderia e casas destinadas aos assessores e às famílias de trabalhadores que residem na escola. Sua horta, pocilga e pomar produzem para consumo local. Para o lazer, oferece um campo de futebol gramado e uma quadra multiuso coberta.

O seu uso demanda a dedicação integral de 35 trabalhadores residentes no local, de todas as áreas (administrativa, pedagógica, infraestrutura elétrica e sanitária, e outros). Todos os que frequentam os cursos se encarregam da limpeza, dos cuidados com a horta e outros trabalhos de manutenção. A creche "Ciranda Infantil Saci Pererê" oferece um ambiente às crianças, enquanto seus responsáveis, principalmente as mães, estudam e/ou trabalham.[106]

Nos cinco primeiros anos de sua existência, passaram pela escola 16 mil militantes dos movimentos sociais do campo e da cidade, de todos os Estados do Brasil e de outros países da América Latina e da África. A Escola tem o apoio de mais de 500 professores voluntários – do Brasil, da América Latina e de outras regiões –, nas áreas de Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos. Além disso, oferece cursos superiores e de especialização, em convênio com mais de 35 universidades (por exemplo, Direito e Comunicação no campo) e mestrado sobre Questão Agrária, por meio de convênio com a UNESP e UNESCO. A ENFF também mantém convênio com mais de 15 escolas de formação em outros países e com o Ministério da Educação de Cuba, com o objetivo de implementar, no Brasil, o método de educação e alfabetização lá desenvolvido e praticado.[107]

[106] Informações disponíveis em http://amigosenff.org.br/site/node/2 Acesso em 26/05/2013.
[107] Informações disponíveis em http://amigosenff.org.br/site/node/3 Acesso em 26/05/2013.

3.1 As visitas à ENFF

Figura 8 – Imagem de visita monitorada às instalações da ENFF

Os sábados são os dias abertos para os visitantes na ENFF. A primeira informação que obtive sobre a Escola foi em link da página do MST na internet para a AAENFF, entidade criada para articular parcerias com o meio universitário e gerar fundos à ENFF. A Associação Nacional dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes é responsável pela gestão da Escola. No seu Estatuto Social constam como objetivos[108]:

I – promover campanhas de solidariedade para a manutenção, realização de cursos, formação e outras atividades em prol da Escola Nacional Florestan Fernandes, em qualquer localidade do país;

II – promover campanhas de solidariedade para angariar doações de livros, revistas, publicações em geral e material audiovisual para a Biblioteca da Escola Nacional Florestan Fernandes;

[108] Informações disponíveis em http://amigosenff.org.br/site/node/6 Acesso em 26/05/2013

III – apoiar e incentivar o desenvolvimento de projetos de educação, educação infantil, escolarização de jovens e adultos, do povo do campo, das cidades, das comunidades indígenas e quilombolas;

IV – apoiar e incentivar projetos com o objetivo de construir novas relações de gênero capazes de combater as discriminações de raça, cor, gênero, sexo e religião;

V – desenvolver parcerias específicas com instituições e entidades que atuem na área da formação e educação;

VI – viabilizar projetos que estimulem estudos acerca da tradição do pensamento crítico.

VII – estimular intercâmbio de atividades de formação do Brasil, com América Latina e outros continentes;

VIII – desenvolver estudos na área do desenvolvimento da agroecologia e meio ambiente.

A programação dos dias de visita é a seguinte:

- 8h30 às 9 horas: Boas vindas
- 9:00 às 12:00: Ciclo de Debate
- 12 às 14 horas: Almoço
- 14 às 16 horas: Visita monitorada às instalações da ENFF

Cobra-se o valor simbólico de R$ 10,00 para o dia da visita, correspondente ao café da manhã e almoço. O email encaminhado aos amigos da ENFF salienta que "esse não é um projeto acabado, e sim uma obra em construção. Sua visita é também uma forma de participar dessa construção, que aponta para um futuro no qual a dignidade do ser humano não será mais privilégio de poucos. Sem você, sem todos nós, esse projeto não é possível". O vídeo da ENFF se chama "ENFF: uma escola em construção", esse é o lema da Escola, que reflete o espírito do espaço: pessoas em permanente construção.

Nas duas primeiras visitas à ENFF, ainda não sabia que todos os sábados eram dia de Ciclo de Debates, quando há apresentação de um palestrante de destaque, um professor convidado ou dirigente do MST, que apresenta tema ligado aos debates e linhas políticas do MST. No segundo dia em que visitei a Escola, a palestra era "História do Marxismo na América Latina e sua atualidade", ministrada pelo renomado marxista Michael Löwy. Ao chegar na ENFF, as imagens são impactantes. É um lugar muito bonito, bem cuidado, cheio

de imagens e símbolos de luta, que depois fui entender serem parte da mística do MST. Não somente do MST, mas da mística revolucionária latino-americana. Esse é um aspecto muito interessante: a organicidade e o intercâmbio com organizações, entidades e movimentos populares latino-americanos e internacionais é muito maior do que com movimentos sociais urbanos, praticamente vizinhos à Escola. João Paulo[109] faz crítica incisiva ao uso que organizações de esquerda fazem da ENFF que, para o dirigente, ainda não souberam aproveitar o espaço politicamente.

> O MST escola, cá entre nós, é mais aproveitado pela Via Campesina, pela consulta popular, a Marcha das Mulheres também. As organizações em muitas escolas é mais como uma casa de retiro. "Ah vou levar meu povo para conhecer a escola e ficar dois dias lá". Aquilo ele pode fazer em qualquer hotel. Uma pousada política. Não tem nada a ver. (...) A escola não é para isso, fazer pousada barata para quem quer. Não é esse sentido. Tem uma disciplina, um processo, um método pedagógico. Não conseguimos fazer com que a escola fosse melhor aproveitada pelas esquerdas.

Os temas dos diversos graffiti representam a mística revolucionária latino-americana, como o que ilustra o muro de entrada da ENFF e simboliza a união das etnias e movimentos sociais latino-americanos[110]. Quando visitei a ENFF pela primeira vez, dia 27/04/2013, além das cerca de 35 pessoas, de diferentes lugares do Brasil, que moram temporariamente na Escola e compõem a Brigada Apolônio de Carvalho, responsável pelos trabalhos na escola, conheci outras duas pessoas que estavam ali para trocar métodos de luta, aprender e ensinar. A portuguesa Ana Saldanha, do Partido Comunista Português, e Diego Ferrari, da Frente Popular Darío Santillán, que depois entrevistei e soube que estava fazendo um intercâmbio para ajudar a internacionalizar os cursos, auxiliando na elaboração de ementas dos cursos latino-americanos. Em diversas oportunidades, o idioma espanhol predomina em espaços diversos da ENFF. Diego[111] falou sobre o MST como referência de movimento social na América Latina.

> E a Frente Popular Dário Santillán vem há muitos anos tendo uma política latino americana, com projeção na América Latina, onde o MST tem um referência desde fim dos anos oitenta e toda década de noventa. Há referência. **Você não pode fazer movimento em políticas sociais sem ter referência no MST na América Latina**. A Frente Popular vem sendo parceira do MST em muitas coisas, como organização, que o MST sempre

[109] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.
[110] Ver figura 9.
[111] A entrevista com Diego Ferrari, da Frente Popular Dario Santillán, movimento social da Argentina que compõe a ALBA dos Movimentos Sociais, foi realizada na ENFF, dia 27/03/2013.

vinha pela linha campesina, com outras organizações mais camponesas. **Mas nós como organização urbana criamos um vínculo com o MST**.

Figura 9 – Graffiti no muro de entrada da ENFF

Na maioria das vezes em que visitei a ENFF, cheguei bem cedo, antes das 08h, para poder participar da mística e do café da manhã. Podemos dizer que todo momento de alimentação junto aos militantes, amigos e parceiros do MST é um momento místico e político. Místico pela consagração e consumo coletivo do alimento; e político pela constatação de que é possível outro modelo de agricultura. Os momentos de alimentação na ENFF também são grande oportunidade para a pesquisa etnográfica. Durante esses momentos, pudemos nos aproximar mais do público da escola, participar das conversas informais, mergulhar e vivenciar junto às pessoas, espaço social, cultural e simbólico. Ao proporcionar, na prática, alimentos saudáveis a todos com preço abaixo do custo, o MST mostra ser possível concretamente o modelo de agricultura popular que defende: produção de alimentos sem veneno, com matriz tecnológica agroecológica e a preço baixo para a classe trabalhadora. Sempre há frutas, legumes, hortaliças, compotas, geleias e sucos produzidos pelas cooperativas dos assentamentos do MST. Esse é um assunto que costuma fazer parte das rodas de conversa: a diferença entre o modelo proposto pelo MST, movimentos sociais campesinos e Via Campesina e o modelo hegemônico da agricultura capitaneado pelo

agronegócio. Em uma das visitas, quando estava na fila do almoço conversando com um jovem camponês, que faz parte da Brigada Apolônio de Carvalho e já passou por brigada na Bolívia, sobre os impactos do agronegócio na nossa saúde, ele disse que comer tomate produzido pelo modelo hegemônico era igual "beber veneno". Ele interpretou a cena: mostrou como se estivesse com um tomate na mão torcendo esse tomate e bebendo o veneno.

No segundo dia em que visitei a ENFF, 30/11/2013, foi possível visualizar a partir das camisetas as muitas organizações e coletivos presentes: movimentos camponeses da Via Campesina (MAP, MPA, MMC, Coletivo de Agroecologia de Bogotá), organizações da ALBA, como Frente Popular Dario Santillán e Pañuelos em Rebeldia, ambos da Argentina, sindicatos, comunas, coletivos de juventude e movimentos por moradia. Além dos grupos de origem, os estudantes da ENFF se organizam em Núcleos Base (NB), coletivos de estudo e trabalho, que geralmente se autonomeiam com o nome de algum militante de esquerda latino-americano histórico. E neste dia estava terminando o curso de Teoria Política Latino Americana, com a duração de três meses. Existe a mística de cada NB dentro da mística da Escola. Eles definem sua palavra de ordem e a exclamam nos momentos finais das místicas. A Brigada Apolônio de Carvalho, por exemplo, possui a palavra de ordem: "Apolônio de Carvalho, internacionalista, na formação de quadros da luta socialista!". Palavra de ordem que denota o espírito internacionalista de luta do espaço.

A primeira mística que presenciei não tinha muita relação com a data e momento histórico, havia muitos visitantes, que cercavam os militantes com máquinas fotográficas e o consumo da imagem prevaleceu sobre a comunicação e o diálogo. O olhar distante folclorizou a cena. Ficou evidente que os militante responsáveis pela mística desse dia não estavam à vontade. Foi bonita, mas a comunicação não se estabeleceu. Outro aspecto perigoso do consumo aparece quando avisam para visitar a "lojinha do MST" e levar uma lembrança. A fala expressa uma contradição inerente a qualquer espaço de luta para construção da hegemonia popular, que luta ideologicamente contra o capital, mas cujos muros, mentes e corações, por mais que criem esforços para blindagem ideológica e política, não conseguem evitar que o capital sorrateiramente apareça e mostre a sua face, ainda que aparentemente inofensiva. Claro que o MST busca construir outra lógica de produção e consumo, mas não está isolado da totalidade da sociedade capitalista. Os produtos são frutos do modelo agroecológico encampado pelo movimento, produzidos e vendidos a partir da organização de cooperativas, priorizando o aspecto coletivo da terra, trabalho e renda. A lojinha do MST

vende principalmente livros da editora do MST, “Expressão Popular”, em grande parte literatura marxiana, mas também produtos da reforma agrária, como arroz, feijão, cachaça, camisetas, bonés e agendas. O MST constrói marcas para seus produtos que buscam construir imagem ligada às linhas políticas, ideologia e identidade do MST. A cachaça produzida pelo MST, de maneira agroecológica, por exemplo, se chama “A Socialista”. O feijão tem a marca “Raízes da Terra”. Certamente, produzir as suas próprias marcas gera maior receita ao movimento e possibilidade de ampliação do alcance da distribuição. Recentemente, o MST costumava vender seus produtos somente a granel. Não obstante, as marcas “A Socialista” e “Raízes da terra”, para ficar nos dois exemplos apresentados, não colocam em evidência a luta de classes, nem tampouco a luta política e ideológica. São marcas que apresentam alternativa de produção e consumo dentro dos limites da economia política capitalista. Não deixam de ser mercadoria e não questionam o fato de serem mercadorias, apesar de não haver alternativas ao trabalhador para sobreviver no capital: ou vende sua força de trabalho ou vende os produtos que produz.

As místicas mais fortes como ato comunicativo, pedagógico, artístico e político foram as presenciadas em dias comuns da Escola e tiveram relação com o momento histórico, como a que fizeram os integrantes do Coletivo Nacional de Comunicação, Cultura e Juventude, no período da copa do mundo. Não vamos nos aprofundar no “Encontro Nacional do Coletivo de Comunicação, Cultura e Juventude”. O tema central foi hegemonia do agronegócio. Mas, por se tratar de reunião interna, não pudemos participar do debate, que seria de suma importância para a nossa pesquisa. Compreendemos, porém não deixa de ser um fator cerceador do diálogo.

3.2 Núcleos de Estudo

Há três grandes núcleos de estudo na ENFF: “Núcleo de teoria latino-americana”, Núcleo de teoria Política (com foco da realidade brasileira” e o “Núcleo de cursos formais”, que ocorrem em parceria com universidades. Há proposta de um “Núcleo Urbano” que ainda não prosperou. O Levante Popular da Juventude é o principal parceiro dessa empreitada. Simone[112], da CPP, entende ser importante que os movimentos urbanos tenham também o seu protagonismo para fortalecer a classe. E destaca as ações do Movimento Passe Livre e MTST. A pedagogia da prática ensino-aprendizagem do MST se baseia em “tempo escola”, “tempo comunidade” e “tempo trabalho”. O “tempo escola” é o tempo do estudo propriamente dito, o

[112] A entrevista nos foi concedida no dia 03/04/2014, na ENFF.

tempo de sala de aula, de leituras e discussões em grupo. O “tempo trabalho” é o tempo que os NBs dedicam para cuidar de alguma atividade para a Escola. Geralmente são duas horas por dia de “tempo trabalho” em que dividem tarefas de limpeza, serviços, manutenção e cozinha. É de grande valor pedagógico pela sociabilidade construída em torno do trabalho voluntário. O “tempo comunidade” é o momento em que os militantes retornam às suas bases para multiplicar o que aprenderam com a militância do seu território e fazer o trabalho de base. Os cursos informais geralmente são feitos em três etapas de “tempo escola” com 20 dias cada uma, intercaladas com três meses de tempo comunidade, em que desenvolvem algumas tarefas estabelecidas no “tempo escola”.

3.3 V Turma de Teoria Política e Organizações Sociais do Brasil

A V Turma de Teoria Política e Organizações Sociais do Brasil teve a configuração abaixo:

MST = 17 (9 homens e 8 mulheres)
PJR = 1 (mulher)
MAB= 4 (1 homem e 3 Mulheres)
MPA= 2 (1 Homem e 1 Mulher)
MTD= 2 (2 homens)
MMPT= 3 (1 Homem e 2 Mulheres)
Movimento de Trabalhadores do Campo (MTC) =1 (homem)

Total de participantes=
Homens- 13
Mulheres – 17
Estados -11 - SP, SE, MA, BA, SC, MG, PE, GO, CE, MT, DF.

A turma foi dividida em 5 NBs. O último dia de curso, 11/04/2014, iniciou-se com uma aula sobre Florestan Fernandes, ministrada por Miguel, da Editora Expressão Popular. Logo no início, destacou-se no ambiente a presença da mística do MST. Havia um violão e um rapaz do MST dedilhou algumas canções. Nesse dia, também toquei algumas músicas que falam do campo, como “Capim Guiné”, do Raul Seixas. Todos cantaram juntos e disseram que eu devia participar da mística. Os músicos do MST costumam tocar canções diversas do cancioneiro popular nacional. No meio da sala, havia diversos elementos que compõem a mística do MST.

Figura 10 – Mística presente na sala de aula

A mística presente na sala de aula, com bandeiras, instrumentos e frutos do trabalho, reforça a identidade camponesa no processo de ensino-aprendizagem. É algo que possui seu aspecto positivo, tendo em vista a histórica supremacia da cultura citadina nas escolas brasileiras. Contudo, há o risco da cultura se sobrepor à educação universalizante. A mística também foi evocada de forma bastante espirituosa, quando todos pareciam cansados e uma moça pegou a cartilha de música "Canta MST" e começou a puxar uma canção junto aos colegas de sala, que acompanharam, alongando-se, e depois a aula transcorreu normalmente. A aula em si foi tradicional. Miguel usou o método expositivo, criando um mapa conceitual, a partir da conversa e debate com os alunos sobre a vida e a obra de Florestan Fernandes.

A Oficina de Comunicação foi ministrada por Carlinhos, do MST de Belém. Ele é um dos 45 militantes que se formaram em Jornalismo da Terra, pela Universidade Federal do Ceará, no final de 2013. A oficina aconteceu no auditório "Patativa do Assaré" e foi baseada na leitura de documento do Setor de Comunicação do MST chamado "Hegemonia, política, comunicação e cultura". O fato histórico exposto para a aplicação da teoria foi a ação das mulheres da Via Campesina, no dia das mulheres de 2006, quando protestarem contra o "deserto verde" das florestas de eucalipto da Aracruz Celulose, destruindo algumas mudas do

horto florestal pertencente à empresa. Foi exposto um vídeo da Via Campesina para contrapor reportagem da Folha de São Paulo divulgada na época e que trazia o título “Mulheres depredam fábrica de celulose no RS”. A repercussão desse episódio na mídia burguesa prejudicou muito a imagem do MST junto a sua base e à sociedade. Oliveira e Cogo (2011) abordam a recepção e o impacto entre os assentados de Itapuí-RS diante da repercussão deste fato na mídia. Apenas uma mulher que havia participado do ato questionou a representação da mídia burguesa. O relato evidencia a importância de trabalhar com esse fato junto à militância. Na hora do debate, todos reconhecem o componente ideológico utilizado na construção midiática, tanto do vídeo da Via Campesina, como do jornal “Folha de São Paulo”. As histórias de famílias inteiras que foram expulsas de suas terras pelos “desertos verdes” foram fatores de sensibilidade que não deixaram dúvidas de quem era o vilão da história. O assunto mais trazido pela militância para aplicar os conceitos de hegemonia foi a telenovela. As mulheres todas criticaram a minissérie que estava em exibição pela Rede Globo, “Amor e Ódio” que, segundo elas, mostrava as mulheres como vagabundas. Toda a discussão foi muito positiva. A reflexão crítica que fazemos é que poderiam ter usado mais exemplos de luta pela hegemonia popular que envolvesse os trabalhadores urbanos, com o intuito de gerar maior identificação de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> O que está faltando, então, para nosso país? O que está faltando para nosso país é um projeto de país. Um projeto que enfrente as mazelas do capitalismo, e que se proponha a resolver os problemas da população, como emprego, renda, desigualdade social, acesso ao ensino superior, erradicação do analfabetismo, terra para os camponeses, e melhoria nas condições de vida nas grandes cidades. E, para isso, será necessário enfrentar o capital financeiro e as empresas transnacionais e reorganizar a economia a favor da maioria. (...) Por isso, essa missão somente será possível se as forças populares pegarem para si, e construírem uma proposta de interesse do povo brasileiro. Para que em torno dela se possa aglutinar as mais diferentes formas de organização de nosso país, sejam partidos, sindicatos, movimentos populares e igrejas. (...) Precisamos urgentemente construir um projeto de desenvolvimento popular, para o Brasil.
>
> (João Pedro Stedile em artigo na Revista Caros Amigos, nº 177, 2011).

Esta tese mostra como a formação política do MST se desenvolve na luta pela hegemonia popular. A luta contra-hegemônica faz parte da luta pela hegemonia popular, mas esta não se resume à luta contra-hegemônica porque a luta pela hegemonia popular pressupõe a identificação, a comunicação e a aliança política entre as organizações do campo popular no processo de luta pela hegemonia. Como demonstramos no primeiro capítulo, a origem do conceito de hegemonia está no processo político de construção da aliança de classe entre o proletariado e os camponeses na revolução russa. Tanto Lênin como Gramsci destacaram a aliança política das classes populares, entre o proletariado e o campesinato eminentemente, no processo de luta pela hegemonia. A elaboração de um projeto popular não pode prescindir da recuperação do conceito original de hegemonia. Há banalização do conceito de contra-hegemonia, tanto por parte de pesquisadores como por militantes políticos. Se considerarmos qualquer narrativa, leitura ou processo de recepção críticos como contra-hegemônicos, temos o grande arquipélago do bloco de poder, em que há pequenas ilhas de contra-hegemonia que não ameaçam a ordem social hegemônica. Essas ilhas de contra-hegemonia se mostram incapacitadas para superar o bloco de poder, porque divididas e cercadas por um oceano que desconhecem, sem conseguirem se comunicar umas com as outras porque não se identificam e não utilizam a mesma linguagem. Por isso destacamos a perspectiva da luta pela hegemonia popular, o processo de comunicação das classes populares, do reconhecimento acerca da situação de comarginalidade, que pode proporcionar o engendramento de uma linguagem comum, da comunicação política emancipatória. A mediação crítica e comum da luta pela hegemonia é possibilitada pela linguagem da contradição, pela teoria crítica, pela fricção

intercultural dos movimentos populares, o que pode desvelar os contrários, a unidade da diversidade que compõe a totalidade A aliança política e de classe que sustenta o bloco de poder não pode ser ameaçada se os diversos núcleos de luta com potencial contra-hegemônico permanecerem insulares, contra-hegemônicos circunscritos ao seu território espacial e semântico, portanto sem alcançar a lógica e a concretude da totalidade, sem serem de fato contra-hegemônicos.

Cada um dos níveis de luta pela hegemonia que identificamos na pesquisa possuem as suas características. Na luta pela produção do espaço social, flagra-se a essência da luta de classes, porque nesse nível se evidenciam as relações de produção e propriedade, o domínio do espaço pelo bloco de poder, o que permite a realização do valor, posto que meio de produção, circulação e consumo de mercadorias. Os movimentos sociais que lutam pelo espaço no campo e na cidade, por trabalho e moradia, confrontam os interesses do capital, mesmo que a superação do capital não apareça claramente como horizonte social a ser alcançado. Contudo, são frágeis as alianças entre os principais movimentos sociais do campo e da cidade que lutam por outra lógica de produção do espaço e reprodução social da classe trabalhadora, como o MST e o MTST. Conquanto tenham se reaproximado recentemente, não podemos dizer que exista uma aliança política, muito menos de classe, entre os trabalhadores do campo e da cidade reunidos no MST e no MTST. Há solidariedade e reconhecimento recíproco das suas lutas, algumas ações em conjunto, porém não possuem um projeto comum, a intenção de construção de um espaço comum de luta.

A comunicação e socialização política entre movimentos sociais do campo e da cidade são incipientes. Esse é um nível de luta pela hegemonia que se fortalece à medida que a classe trabalhadora luta em conjunto, quando se reconhecem como aliados e identificam inimigos comuns a serem combatidos. A comunicação que se desenvolve na luta e na interação política é a que realmente comunica, ou seja, que torna comum, que gera reconhecimento e identificação. Os momentos históricos em que há maior aproximação entre os trabalhadores do campo e da cidade, principalmente organizados no MST e na CUT, se dão no processo de formação e desenvolvimento dessas organizações durante a década de 1980, na luta comum pela redemocratização do país e por um projeto popular; e no final da década de 1990, com o recrudecimento do neoliberalismo e da violência física e simbólica do governo FHC contra os movimentos populares, o que também fortalece a perspectiva de um projeto popular. Conquanto tenhamos claramente uma evolução no aparato midiático das organizações

populares, bem como a profissionalização desse setor, como demonstramos haver no MST, desde o final da década de 1990, essa comunicação se destina principalmente para as bases desses movimentos e, em menor intensidade, para a sociedade. Em grande medida, a comunicação do MST e também dos principais movimentos populares possui função defensiva, a intenção de descontruir o discurso da mídia burguesa e menos a intencionalidade de se comunicar com outros setores e organizações populares. Dessa maneira, o potencial contra-hegemônico dessa comunicação política é limitado pelo seu caráter insular, pela circunscrição ao seu território de luta e à sua função defensiva.

A luta pela hegemonia no campo da arte, da cultura e da educação sinalizam possibilidades de encontro, de diálogos políticos, principalmente entre a juventude do campo e da cidade. A sociabilidade da juventude Sem Terra em espaços fronteiriços entre o urbano e o rural, em periferias e assentamentos, possibilita maior identificação e construção de uma linguagem comum com a juventude urbana. O rap desenvolvido pelo Veneno H2 é sintomático desse espaço em constante mutação, cuja malebilidade das fronteiras enseja esta linguagem híbrida, com elementos simbólicos do campo, da cidade, da formação política do MST e da sociabilidade da juventude periférica. Não podemos afirmar que o rap seja o liame para a aliança política, para o projeto popular com o protagonismo da juventude. Contudo, há entre a juventude do campo e da cidade vínculos que favorecem o fortalecimento da hegemonia popular. Esses vínculos se formam com a aproximação espacial, social e cultural, e com a maior participação e comunicação política da juventude em organizações como o MST e o Levante Popular da Juventude. Se essa linguagem comum em formação vai se constituir em linguagem da contradição, que reflita dialeticamente a crítica da totalidade e a crítica histórica, somente a evolução da história poderá nos responder. O que indubitavelmente podemos afirmar é que a aproximação pela arte, cultura e linguagem necessita do amálgama da educação universalizante para erigir a hegemonia popular, o projeto popular emancipatório. A ENFF possui potencial para ser esse espaço de construção da hegemonia popular por meio da sociabilidade entre os movimentos sociais, pela produção simbólica comum e pela educação universalizante, porém é um espaço em que prevalece a hegemonia política e a cultura do MST, com pouca participação de movimentos populares urbanos bastante representativos, sejam ligados às lutas por moradia, centrais sindicais e organizações estudantis. Há maior diálogo entre os movimentos sociais que compõem a Via Campesina, mas estes não possuem participação massiva e comunicação junto a outros movimentos populares e instâncias representativas do ambiente urbano.

Em sua marcha contínua de 30 anos lutando por terra, reforma agrária e mudanças sociais, com o socialismo como horizonte social, e se formando politicamente entre campo e cidade, o MST encontra-se novamente em encruzilhada histórica. Essa encruzilhada é diferente daquele que encontrou no início da sua trajetória, em 1981, em Ronda Alta-RS, quando a Encruzilhada Natalino projetou a luta dos colonos acampados, que ganharam a solidariedade da classe trabalhadora e da sociedade em luta política por redemocratização. Mas é encruzilhada semelhante àquela encontrada em 1986, quando discutia se seria um movimento de luta pela terra ou um movimento de organização de assentados. Se tivessem optado pela cisão, a primeira metade estaria definhando. Nesse momento histórico, o MST foca a sua luta na organização dos assentados, no desenvolvimento tecnológico, econômico, social e cultural dos assentamentos. No entanto, se a metade do MST que luta pela terra e por mudanças sociais na sociedade morrer, a outra metade perderia também o seu sentido de viver. Porque o que marca e comunica o MST nesses 30 anos é a radicalidade de sua luta. Radicalidade da luta que despertou a esperança de grandes transformações por uma sociedade justa e fraterna em pensadores como Paulo Freire e Antonio Candido. Na inauguração da ENFF, disse Antonio Candido[113]: "o que estou procurando sugerir é que devido ao MST estamos finalmente maduros para tentar realizar a aspiração de um homem como Florestan Fernandes, isto é, a ação revolucionária que há de transformar o Brasil". Depois afirma que o sentido de revolução está em "alterar pela raiz a estrutura da sociedade", que no Brasil é das mais injustas. Em momento de reflexão e amadurecimento político, o nível hegemônico da luta em que o MST está mais crítico, radical e consistente no conjunto da organização é a educação. Contudo, há limitações na dimensão comunicativa da sua pedagogia. Não somente pelos aspectos apontados, da autonomia organizativa e da centralidade cultural, mas também pelo outro lado da comunicação que compõe a luta pela hegemonia popular. É óbvio que a massa crítica produzida pelo MST precisa também despertar a fome dos trabalhadores urbanos porque, como constata João Paulo[114], ainda não aproveitaram como poderiam o espaço de formação, comunicação e socialização política da ENFF. Erivan[115], da CPP, demonstra a disposição do MST para as alianças.

> O que tem que nos unir são as lutas do nossos tempo. Se os indígenas estão fazendo luta, viva! Se os professores estão fazendo luta nos interessa. Quem

[113] Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2101200511.htm>. Acesso em: 25/01/2015.

[114] A entrevista nos foi concedida no dia 01/04/2014, na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo.

[115] O depoimento de Erivan foi coletado em palestra sobre a pedagogia do MST, ministrada no dia 30/11/2013, na ENFF.

> faz luta nos interessa. Nós devemos nos unir, obviamente, com nossa classe como um todo. Com as organizações de classe que têm em vista um horizonte estratégico, mas temos que nos juntar com as lutas do nosso tempo, com outros movimentos. Ainda que sejam lutas fragmentadas. É por isso que a Escola se propõe a isso: a reunir os movimentos com os quais o MST se relaciona para pensar formação, a partir das experiências que os movimentos estão desenvolvendo; que seja esse espaço de intercâmbio e de troca de experiência, por isso a proposta dessa Escola chamada Florestan Fernandes.

A classe trabalhadora não pode desistir do Projeto Popular para o Brasil. Esse projeto só terá êxito se houver um trabalho de base consistente e se a classe trabalhadora de fato construir a consciência política no processo de luta, nas alianças, diálogos e arranjos sociais que ocorrem e se fortalecem na vida cotidiana. Além dos processos de formação e socialização política, há movimentações na vida cotidiana, aproximações no processo de luta que podem criar a "liga", o "cimento" para ganhar forma esse projeto a partir da base, da terra, do chão. Principalmente entre a juventude do campo e da cidade, como mostram as alianças entre MST e o Levante Popular da Juventude e a produção artística dos jovens rappers do Veneno H2.

Pensamos no diálogo freireano, no humanismo científico e radical, como norte para a mobilização popular, como caminho para encontrar a unidade na diversidade. Paulo Freire explica o caráter desse humanismo, que define como científico. "Humanismo, que vendo os homens no mundo, no tempo, "mergulhados" na realidade, só é verdadeiro enquanto se dá na ação transformadora das estruturas em que eles se encontram "coisificados", ou quase "coisificados"". (FREIRE, 1977, p. 74).

Esse processo de luta pela hegemonia popular entre campo e cidade, do/no espaço social, da/na comunicação e socialização política, da/na arte e cultura e da/na educação é incessante e só findará com a superação do capital. Alianças proporcionadas nas lutas pelo espaço social, local de disputa e de coerções, nas lutas pela mediação política, na socialização e comunicação política da juventude em zonas de fronteira, acenam com a possibilidade de desenvolvimento da hegemonia popular. Oxalá possibilitem a construção de outra existência social, sem classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Disponível em: < http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=95>. Acesso em: 01/11/2014.

ALVES, Flamarion Dutra. **A relação campo-cidade na Geografia Brasileira**: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 16, n. 3, set./ dez. 2012.

BACCEGA, M.A. e CITELLI, A.O. **Retórica da manipulação**: os sem terra nos jornais. Revista de Comunicações e Artes. São Paulo (20) 23-29 de abril, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARBALHO, Alexandre. **Movimentos sociais, territórios interculturais e direitos**: Pensando a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). In: XI Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. ALAIC 2012. Anais.

BARBOSA, Alexandre. **A Comunicação do MST**: uma ação política contra-hegemônica. Doutorado – Ciências da Comunicação – Escola de Comunicações e Artes (ECA), São Paulo, 2013.

BARRETO, Helena Martins do R.; NUNES, Márcia Vidal. **Das ideias que se fazem gestos**: sensibilização, formação e produção de novas ações comunicativas. In: XX Encontro da Compós, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, de 14 a 17 de junho de 2011.

BASTOS, Pablo. **Cabo de Guerra**: a disputa por sentido na comunicação. In: Revista Z Cultural. Revista Virtual do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012a. Disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/cabo-de-guerra-a-disputa-por-sentido-na-comunicacao-de-pablo-nabarrete-bastos>. Acesso em 12/01/2015.

BASTOS, Pablo. **Faces do espelho**: Processos de construção de sentidos sobre o Movimento Hip Hop do ABC Paulista. In: XI Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. ALAIC, 2012. Anais... Uruguai: ALAIC, 2012b.

BASTOS, Pablo Nabarrete. **Ecos de espelhos**. Movimento Hip Hop do ABC Paulista: sociabilidade, intervenções, identificações e mediações sociais, culturais, raciais, comunicacionais e políticas. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008.

BERGER, C. **Campos em confronto**: jornalismo e movimentos sociais, as relações entre o Movimento Sem Terra e há Zero Hora. 1996. 326 f. Tese (Doutorado) em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes. Universidade São Paulo, São Paulo.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. São Paulo: MST, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CERTEAU, M. de; JULIA, D.: REVEL, J. **A beleza do morto**: o conceito de cultura popular. In: REVEL, Jacqes. A invenção da sociedade. Lisboa: Difel, 1989.

CITELLI, Adilson. **Comunicação e linguagem**: diálogos, trânsitos e interditos. In: Revista Matrizes. ECA-USP. Ano 2. N° 1, 2008.

CUNHA, Joana Tavares Pinto da. **De Boletim a Jornal Sem Terra**: Histórias, práticas e papel na constituição do MST. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2013.

DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra. **Relatório Brasil 2012**. Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2013.

DEBORD, Gui. **Sociedade do espetáculo**. eBookLibris, 2003.

FELIX, João Batista de Jesus. **Hip Hop**: Cultura e Política no contexto paulistano. Doutorado - Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra**: Formação e Territorialização em São Paulo. 2 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

FREDERICO, Celso. **Da periferia ao centro**: cultura e política em tempos pós-modernos. Estudos Avançados, São Paulo, 2013.

FREDERICO, Celso. **Debord: do espetáculo ao simulacro**. Matrizes, Ano 4 – Nº 1 jul./dez. 2010 - São Paulo, p. 179-191.

FREDERICO, Celso. Cotidiano e arte em Lukács. In: Estudos Avançados, São Paulo, 14 (40), 2000.

FREDERICO, Celso. **Crise do socialismo e movimento operário**. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GITHAY, Celso. **O que é graffiti**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. 33ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG), 17 a 20 de outubro de 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mídia Dados Brasil 2014**. São Paulo: Grupo de Mídia São Paulo, 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2010.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A vida quotidiana no mundo moderno**. Lisboa: Ulisseia, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **Estrutura social:** a reprodução das relações sociais. In: Martins, J. S. e Foracchi, M. (orgs.), Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo *As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea*, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, do original: La production de l'espace. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: fev. 2006.

LÊNIN, V.I. **Que fazer?** Editora Hucitec: São Paulo, 1978a.

LÊNIN, V.I. **O Estado e a revolução**. Cultura Brasileira: São Paulo, 1978b.

LÉVI-SATRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LUKÁKS, Georg. **História e consciência de classe**. Porto/Portugal: Publicações Escorpião, 1974.

MALERBA, João Paulo. **Catarse e contra-hegemonia**: contribuições teóricas gramscianas para a Comunicação Comunitária. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013. Anais... Manaus: Intercom, 2013.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A emergência da identidade camponesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Brasil**. In: Congresso de 2010 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), em Toronto, Canadá, de 6 a 9 de outubro de 2010. Anais... Toronto, Canadá: LASA, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Relação Estado e MST**: algumas fases e faces. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.184-196, set. 2006.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. Revista Terra Livre. Ano 18, n. 19, jul/dez 2002, p.95-112, São Paulo.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção**. Tempo Social, Revista de Sociologia, USP, São Paulo, 1-29, novembro de 1994.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira**. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. São Paulo: Ensaio, 1987.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

MONDARDO, Marcos Leandro. **As redes e a relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão – Paraná**. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis – SC, Nº04, p. 23 - 47 maio/2008.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia**: a contribuição teórica de Gramsci. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Programa agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional**. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, 2014a.

MST. **Um balanço da Reforma Agrária e do VI Congresso Nacional do MST**. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, 2014b.

MST. **Manual de Redação para os veículos do MST**. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, 2010.

MST. **Nossos objetivos**. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, 2009.

MST, Setor Nacional de Comunicação e Coletivo Cultura do. **Hegemonia, Política, Comunicação e Cultura**. Brasília, 2005.

MST, Setor Nacional de Comunicação do. **DOCUMENTOS BÁSICOS DA ATUAÇÃO DO SETOR DE COMUNICAÇÃO**. Brasília, 2004.

MST. **Campanha de Construção da Escola Nacional do MST**. Caderno de Formação nº 29, 1998.

MST, Setor de Educação do. **Boletim da Educação número 2**. Como trabalhar a mística com as crianças. São Paulo, 1993.

NAVARRO, Zander. **SETE TESES EQUIVOCADAS SOBRE AS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO**: o MST e a reforma agrária. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 11(2), 1997.

NUNES, M. V.; MENEZES, A. S.; CARVALHO, A. G.. **Auto-imagem do MST na "Revista sem Terra"**: a Guerra Simbólica através da Mídia. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO; 2009. Curitiba, Anais... Curitiba: Positivo, 2009.

OLIVEIRA, Catarina Farias de e COGO, Denise. **"De primeiro, a gente lembrava..."** - Comunicação e interação de moradores do Assentamento Itapuí-RS com o Movimento Sem Terra. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife. Anais... Recife: Intercom, 2011.

OLIVEIRA, Catarina Farias de. **"TERRA PARA ROSE" E AS MARCAS DE UMA GERAÇÃO**: Os procedimentos da etnografia no assentamento Itapuí/RS. In: XXI Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Anais... Minas Gerais: Compós, 2012.

PAIERO, D. C.. **A construção da imagem pública do MST por meio da criação de fatos noticiáveis**. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: Positivo, 2009.

PIZZETA, Ana Maria Justo. **A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES**: UM PROCESSO DE FORMAÇÃO EFETIVO E EMANCIPATÓRIO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – MG; ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES – ENFF, 2005.

RUA, João. **Urbanidades no rural**: o devir de novas territorialidades. CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Sociologia das ausências e das emergências**. Disponível em: <www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 02/01/2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais na América Latina**: revisitando as teorias. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009. Anais... Rio de Janeiro, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na américa latina** - caminhos para uma política emancipatória? Agência Brasil, maio/2008. Disponível em: <www.agenciabrasil.gov.br/noticias>. Acesso em: 20/01/2014.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre** (tradução Marta Inez M. Marques e Marcelo Barreto). In: Goonewardena, K. (Ed.), Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre. New York, Routledge, 2008.

SCHNEIDER, Marco. **Comunicação, classes sociais e cidadania**: Crítica da economia política dos estudos culturais. Revista Eptic Online, Vol.15 n.3 p.4-18, set.-dez. 2013.

SCHNEIDER, Marco. **Lenin e a Microsoft**. Revista Z Cultural. Revista Virtual do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.pacc.ufrj.br/z/ano6/2/marco.php>. Acesso em 20/04/2012.

SODRÉ, Muniz. **Sobre os avatares da hegemonia**. In: XII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación, ALAIC, Perú. Anais… Peru: ALAIC, 2014.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

STREICH, Ricardo Neves. **A vertente editorial do projeto socialista de Mariátegui**. Temporalidades – Revista Discente UFMG, 2012.

TELLES, V. S. E CABANES, R (org.). **Nas tramas da cidade**. São Paulo: Humanitas, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa III**: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II**: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I**: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c.

VIEIRA, Flávia Braga. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?** s/d.

WACQUANT, Loïc J.D. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Base e estrutura na teoria cultural marxista**. Revista USP, São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar.-maio 2005.